



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXI — Nº 047

SÁBADO, 15 DE MAIO DE 1976

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1976

**Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa.**

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, em Brasília, a 14 de outubro de 1975.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de maio de 1976. — Senador José Magalhães Pinto, Presidente.

### ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA GABONESA

O Governo da República Federativa do Brasil,  
de um lado,

e

O Governo da República Gabonesa,  
de outro,

Denominados, a seguir, Partes Contratantes,

Desejosos de estreitar os laços de amizade entre seus povos e de encorajar a cooperação entre seus dois países no campo cultural,  
Convém no que segue:

#### Artigo I

As Partes Contratantes se empenharão em desenvolver a cooperação cultural entre seus dois países, com base no respeito à soberania nacional e a suas leis e regulamentos.

#### Artigo II

As Partes Contratantes se empenharão em estimular o intercâmbio de intelectuais, escritores, artistas e professores, concedendo-lhes as facilidades necessárias à realização das atividades relativas à suas especializações.

#### Artigo III

As Partes Contratantes propiciarão, através de seus organismos oficiais, o intercâmbio de bolsas de estudo e de bolsas de aperfeiçoamento, a nível pós-universitário, com o objetivo de facilitar a continuação de seus estudos, e pesquisas nos seus Institutos ou Universidades respectivos.

#### Artigo IV

Para a concessão dos objetivos do presente Acordo, cada Parte Contratante propiciará o estabelecimento, em seu território, de centros culturais da outra Parte, com base em acordos especiais e nas legislações respectivas em vigor.

#### Artigo V

As Partes Contratantes propiciarão a criação de cadeiras de língua, literatura e civilização bantu nas universidades da República Federativa do Brasil, e de língua portuguesa, literatura e civilização

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCÍDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

## Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 100,00

Ano ..... Cr\$ 200,00

## Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 200,00

Ano ..... Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

brasileira nas universidades da República Gabonesa, as quais funcionarão com base em acordos especiais, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor.

## Artigo VI

As Partes Contratantes, na medida do possível, farão constar de seus respectivos programas de ensino, os temas apropriados a fim de oferecer aos estudantes de cada um dos dois países uma idéia exata da história e da geografia do outro país.

## Artigo VII

As Partes Contratantes propiciarão a inclusão, através dos meios de informação respectivos, de resenhas culturais destinadas a um melhor conhecimento mútuo.

## Artigo VIII

Cada uma das Partes Contratantes, com o objetivo de garantir a seus respectivos países uma compreensão melhor da civilização e da cultura da outra Parte, propiciarão o intercâmbio de:

a) obras básicas, livros, revistas, publicações de jornais de natureza literária, cultural e artística, mapas geográficos, catálogos, reproduções de manuscritos, estatísticas, planos e programas de ensino, obras e objetos de arte, filmes cinematográficos e de televisão e material educativo, pedagógico, cultural, artístico, turístico e desportivo,

b) exposições culturais, artísticas e pedagógicas;

c) apresentações teatrais, musicais e festivais cinematográficos;

d) visita de artistas e de companhias teatrais, musicais e folclóricas;

e) missões arqueológicas para a realização de pesquisas e escavações, com a finalidade de enriquecer o patrimônio cultural e histórico dos dois países.

## Artigo IX

As Partes Contratantes propiciarão o intercâmbio de visitas entre desportistas e instituições desportivas dos dois países e organizarão encontros entre suas equipes desportivas.

## Artigo X

Para ajudar a realização dos objetivos do presente Acordo e fortalecer a cooperação entre os dois Estados, cada uma das Partes Contratantes facilitará o estabelecimento de associações de amizade, de acordo com as leis e regulamentos em vigor no país respectivo.

## Artigo XI

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação e permanecerá em vigor seis meses após o dia em que uma ou outra Parte Contratante o tiver denunciado total ou parcialmente.

Em caso de denúncia, a situação de que desfrutaram os diversos beneficiários subsistirá até o fim do ano em curso, e, no que concerne aos bolsistas, até o fim do ano escolar ou universitário correspondente à data da denúncia.

Feito em Brasília, aos quatorze dias do mês de outubro de 1975, em dois exemplares originais em língua portuguesa e francesa, os dois textos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Antonio F. Azeredo da Silveira.**

Pelo Governo da República Gabonesa: **Paul d'Okwatsegue.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1976

**Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino Haxemita da Jordânia.**

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino Haxemita da Jordânia, em Brasília, a 5 de novembro de 1975.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de maio de 1976. — Senador José de Magalhães Pinto, Presidente.

# ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO HAXEMITA DA JORDÂNIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e  
O Governo do Reino Haxemita da Jordânia,

tendo decidido concluir um Acordo sobre transportes aéreos regulares entre os dois Países, designaram para esse fim representantes devidamente autorizados, os quais convieram nas disposições seguintes:

## Artigo 1

As Partes Contratantes concedem-se reciprocamente os direitos especificados no presente Acordo e seu Anexo, a fim de que se estabeleçam os serviços aéreos internacionais nos mesmos previstos, doravante referidos como "serviços convencionados".

## Artigo 2

1. Qualquer dos serviços convencionados poderá ter início imediatamente ou em data ulterior, a critério da Parte Contratante à qual os direitos foram concedidos, mas não antes que:

a) a Parte Contratante à qual os direitos tenham sido concedidos haja designado uma empresa aérea de sua nacionalidade para a rota ou as rotas especificadas;

b) a Parte Contratante que concede os direitos tenha expedido a necessária licença de funcionamento à empresa designada, obedecendo as disposições do parágrafo 2º deste Artigo e as do Artigo 6.

2. A empresa aérea designada por uma Parte Contratante poderá ser chamada a fazer prova, perante as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, que se encontra em condições de satisfazer os requisitos prescritos pelas leis e regulamentos, normalmente aplicados por essas autoridades ao funcionamento de empresas de transportes aéreos internacionais.

3. As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de substituir, por outras empresas aéreas nacionais, a ou as empresas aéreas originariamente designadas, dando prévio aviso à outra Parte Contratante. A nova empresa designada aplicar-se-ão todas as disposições do presente Acordo e seu Anexo.

## Artigo 3

1. Com o fim de evitar práticas discriminatórias e assegurar igualdade de tratamento, fica estabelecido que:

I. As taxas e outros gravames que uma das Partes Contratantes imponha ou permita sejam impostas à empresa ou empresas designadas pela outra Parte Contratante para uso de aeroportos e outras facilidades, não serão superiores às taxas e gravames cobrados das aeronaves de sua bandeira empregadas em serviços internacionais semelhantes, pelo uso de tais aeroportos e facilidades.

II. Os combustíveis, óleos lubrificantes e peças sobressalentes introduzidos no território de uma Parte Contratante, ou postos a bordo de aeronaves da outra Parte Contratante nesse território, quer diretamente por uma empresa por esta designada, quer por conta de tal empresa, e destinados unicamente ao uso de suas aeronaves nos serviços convencionados, gozarão do tratamento dado às empresas nacionais que realizam transporte aéreo internacional, no que diz respeito a direitos aduaneiros, taxas de inspeção e/ou outros direitos e gravames nacionais.

III. As aeronaves de uma das Partes Contratantes utilizadas na exploração dos serviços convencionados, e os combustíveis, óleos lubrificantes, equipamento normal e peças sobressalentes para a manutenção e reparação das aeronaves utilizadas, bem como as provisões de bordo, compreendendo alimentos, bebidas e tabaco, enquanto em tais aeronaves, gozarão de isenção de direitos aduaneiros, taxa de inspeção e direitos ou taxas semelhantes no

território da outra Parte Contratante, mesmo quando utilizados ou consumidos em vôo sobre o referido território.

2. Os bens enumerados no parágrafo precedente e objeto de isenção pelo mesmo estabelecido, não poderão ser desembarcados da aeronave no território da outra Parte Contratante sem o consentimento de suas autoridades aduaneiras, e ficarão sujeitos ao controle dessas autoridades, enquanto não utilizados pela empresa.

3. Os passageiros, bagagens e mercadorias em trânsito pelo território de uma Parte Contratante e que permanecerem na área do aeródromo que lhes é reservada, serão submetidos apenas ao controle estabelecido para essa área. As bagagens e mercadorias em trânsito direto serão isentas de direitos, taxas ou gravames aduaneiros.

## Artigo 4

Os certificados de navegabilidade, cartas de habilitação e licenças expedidas ou revalidadas pelas autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para o fim de exploração dos serviços convencionados. As Partes Contratantes se reservam, entretanto, o direito de não reconhecerem, relativamente ao sobrevôo de seu território, certificados de habilitação e licenças concedidos aos seus próprios nacionais pelas autoridades da outra Parte Contratante ou por um terceiro Estado.

## Artigo 5

1. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante relativos à entrada, permanência no seu território ou saída do mesmo, de aeronaves empregadas em navegação aérea internacional, ou relativos à exploração e à navegação de tais aeronaves dentro do seu território, serão aplicadas às aeronaves da empresa ou empresas designadas pela outra Parte Contratante.

2. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante relativos à entrada, permanência no seu território ou saída do mesmo, de passageiros, tripulações ou carga de aeronaves, como sejam os concernentes à entrada, despacho, imigração, passaportes, alfândega e quarentena, aplicar-se-ão aos passageiros, tripulações e carga de aeronaves de empresa aérea designada pela outra Parte Contratante quando no território da primeira Parte Contratante.

## Artigo 6

1. As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de negar ou revogar licença de funcionamento a uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante quando não julgarem suficientemente comprovado que parte preponderante da propriedade e o controle efetivo da referida empresa estão em mãos de nacionais da outra Parte Contratante.

2. A empresa designada poderá ser multada pelas autoridades da outra Parte Contratante, na forma do ato de autorização de seu funcionamento jurídico, ou a licença de funcionamento ser suspensa, no todo ou em parte, pelo período de um (1) mês a três (3) meses:

a) nos casos de inobservância das leis e regulamentos referidos no Artigo 5 deste Acordo, e de outras normas governamentais estabelecidas para o funcionamento de empresas aéreas designadas;

b) quando as aeronaves utilizadas nos serviços convencionados não sejam tripuladas por pessoas que possuam respectivamente a nacionalidade de uma ou outra Parte Contratante, excetuados os casos de adestramento do pessoal navegante, por instrutores devidamente autorizados pelos órgãos competentes da Parte Contratante que designou a empresa e durante o período de adestramento.

3. Nos casos de reincidência das infrações constantes do item anterior, a licença poderá ser revogada.

4. A revogação constante dos itens 1 e 3 deste Artigo só poderá ser aplicada após consulta com a outra Parte Contratante. A Consulta terá início num prazo de sessenta (60) dias a partir da respectiva notificação.

**Artigo 7**

As autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes deverão manter contato permanente para garantir uma estreita colaboração em todas as questões tratadas no presente Acordo, visando à sua execução satisfatória.

**Artigo 8**

1. Se qualquer das Partes Contratantes desejar modificar qualquer cláusula do Anexo ao presente Acordo poderá solicitar uma Consulta entre as autoridades aeronáuticas de ambas as Partes, a qual terá início num prazo de sessenta (60) dias, a partir da respectiva notificação.

2. Os resultados da consulta passarão a vigorar após confirmação por troca de notas por via diplomática.

**Artigo 9**

1. As divergências entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo e do seu Anexo, que não puderem ser resolvidas por negociações ou por meio de consultas diretas, serão submetidas a Juízo Arbitral, seguindo-se o procedimento previsto no Art. 85 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944, quanto à composição e funcionamento do respectivo tribunal.

2. As Partes Contratantes farão o possível para dar cumprimento à decisão arbitral.

**Artigo 10**

Ao entrar em vigor uma convenção aérea multilateral aceita por ambas as Partes Contratantes, o presente Acordo deverá ser modificado de modo que as suas disposições se conciliem com as da nova convenção.

**Artigo 11**

O presente Acordo e seu Anexo e assim os demais atos relativos aos mesmos que os complementem ou modifiquem, serão comunicados à Organização da Aviação Civil Internacional, para fins de registro.

**Artigo 12**

Cada uma das Partes Contratantes poderá, em qualquer tempo, notificar a outra Parte Contratante o seu propósito de denunciar o presente Acordo, fazendo simultaneamente uma comunicação no mesmo sentido à Organização da Aviação Civil Internacional. O presente Acordo deixará de vigorar doze (12) meses depois da data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, salvo se for retirada por consenso de ambas as Partes Contratantes antes de expirar aquele prazo. Se não for acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante à qual for dirigida, entender-se-á recebida 14 (quatorze) dias depois de o ter sido pela Organização da Aviação Civil Internacional.

**Artigo 13**

O presente Acordo substitui todas as licenças, privilégios e concessões existentes à data de sua entrada em vigor, outorgados a qualquer título por uma das Partes Contratantes em favor da empresa aérea da outra Parte Contratante.

**Artigo 14**

Para fins de aplicação do presente Acordo e do seu Anexo:

a) a expressão "autoridade aeronáutica" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aeronáutica, e no caso do Reino Haxemita da Jordânia, a Direção de Aviação Civil ou em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão que esteja legalmente autorizado a exercer as funções atualmente pelos mesmos exercidas;

b) a expressão "empresa aérea designada" significa qualquer empresa que uma das Partes Contratantes tiver escolhido para explorar os serviços convencionados e a cujo respeito tiver sido feita comunicação por escrito às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, segundo o disposto no Art. 2º parágrafo 1º, alínea b, do presente Acordo;

c) a expressão "território" terá o mesmo sentido que lhe dá o Art. 2 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944;

d) as definições "empresa aérea", "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional" e "escalas sem fins comerciais", são as constantes do Art. 96 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional acima mencionada.

**Artigo 15**

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, da conclusão das formalidades constitucionais necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, o qual terá vigência a partir da data da última dessas notificações.

2. No entanto, o Acordo entrará em vigor, provisoriamente, na data de sua assinatura, nos limites das atribuições administrativas das respectivas autoridades aeronáuticas.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de novembro de 1975, em dois originais, cada um nas línguas portuguesa e inglesa, ambos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Antonio F. Azeredo da Silveira.

Pelo Governo do Reino Haxemita da Jordânia: Hisham Al-Shawa.

**ANEXO  
Seção I**

As Partes Contratantes concedem-se mutuamente o direito de explorar, por intermédio da empresa ou empresas designadas e segundo as condições deste Anexo, os serviços convencionados, nas rotas e escalas estabelecidas nos Quadros de Rotas que o integram.

**Seção II**

1. Nos termos do presente Acordo e deste Anexo, cada Parte Contratante concede às empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante e para o fim de explorarem os serviços convencionados ao longo das rotas especificadas os seguintes direitos:

a) o direito de desembarcar e embarcar passageiros, cargas e malas postais originados no território da outra Parte Contratante ou a ele destinados;

b) o direito de desembarcar e embarcar passageiros, cargas e malas postais de tráfico internacional, originados em escalas em terceiros países incluídas no Quadro de Rotas, ou a elas destinados.

2. Cada Parte Contratante autoriza o sobrevoô de seu território pela empresa ou empresas designadas da outra Parte Contratante, com ou sem pouso técnico nas escalas constantes do Quadro de Rotas.

3. Todo o estabelecido precedentemente fica sujeito, em seu exercício, às condições previstas na Seção III, seguinte.

**Seção III**

1. Os serviços convencionados terão por objetivo fundamental oferecer uma capacidade adequada à procura do tráfico.

2. Na exploração desses serviços se levará em conta, principalmente quanto à exploração de rotas ou trechos comuns de rota, os interesses das empresas aéreas designadas, a fim de que os serviços

prestados por qualquer delas não sejam indevidamente afetados. Assegurados os princípios de reciprocidade, um tratamento justo e equitativo deverá ser concedido às empresas aéreas designadas das duas Partes Contratantes, para que possam explorar, em igualdade de condições, os serviços aéreos nas rotas especificadas nos Quadros anexos.

3. O direito de uma empresa aérea designada de uma Parte Contratante de embarcar e desembarcar, nos pontos e rotas especificados, tráfico internacional com destino a ou proveniente de terceiros países, será exercido de modo que a capacidade correspondente:

- a) à necessidade do tráfico entre o país de origem e os países de destino;
- b) às exigências de uma exploração econômica dos serviços convencionados;
- c) à procura do tráfico existente nas regiões atravessadas, respeitados os interesses dos serviços locais e regionais.

#### Seção IV

1. As Autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão a pedido de uma delas a fim de determinar se os princípios enunciados na Seção III estão sendo observados pelas empresas aéreas designadas, e, em particular, para evitar que uma porção injusta de tráfico seja desviada de uma das mencionadas empresas.

2. As Autoridades aeronáuticas de qualquer das Partes Contratantes fornecerão às Autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante a pedido destas, periodicamente ou a qualquer tempo, os dados estatísticos que sejam razoavelmente solicitados, para a verificação de como está sendo utilizada, pela empresa ou empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante, a capacidade oferecida nos serviços convencionados. Esses dados deverão conter todos os elementos necessários para fixar o volume de tráfico, bem como sua origem e destino.

#### Seção V

1. As tarifas a serem aplicadas pelas empresas aéreas designadas de uma Parte Contratante em pagamento do transporte de passageiros e carga originados no território da outra Parte Contratante ou a ele destinado, deverão ser estabelecidas em níveis razoáveis, dando-se a devida consideração a todos os fatores relevantes, inclusive custo de operação, características de serviço, lucro razoável e tarifas de outras empresas aéreas aplicadas na mesma ou em rotas semelhantes, devendo ser observado, quanto possível, o mecanismo adotado pela Associação Internacional dos Transportes Aéreos (IATA):

2. As tarifas assim elaboradas serão submetidas à aprovação das Autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante trinta (30)

dias, pelo menos, antes da data prevista para a sua aplicação; em casos especiais, esse prazo poderá ser reduzido, se assim concordarem as ditas Autoridades.

3. Se, por qualquer razão, uma determinada tarifa não puder ser fixada na forma das disposições anteriores, ou se, durante os primeiros quinze (15) dias do prazo, qualquer das Partes Contratantes notificar a outra a desaprovação de qualquer tarifa que lhe foi submetida, as Autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes tratarão de determinar tal tarifa em reunião de consulta.

4. As tarifas estabelecidas na forma das disposições desta Seção permanecerão em vigor até que novas tarifas sejam estabelecidas segundo essas mesmas disposições.

5. As tarifas aplicadas pelas empresas aéreas designadas por uma das Partes Contratantes, quando servirem pontos comuns às duas Partes ou pontos compreendidos em rotas comuns entre o território de uma Parte Contratante e terceiros países, não serão inferiores às aplicadas pelas empresas da outra Parte na execução de serviços idênticos.

6. As empresas aéreas designadas por uma Parte Contratante não poderão conceder, direta ou indiretamente, por si ou através de qualquer intermediário, descontos, abatimentos ou quaisquer reduções sobre tarifas em vigor, salvo os previstos pelas resoluções aprovadas pelas Partes Contratantes.

#### Seção VI

Os horários deverão indicar o tipo, modelo e configuração das aeronaves utilizadas, bem como a frequência dos serviços e escalas, e serão submetidos pelas empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante às Autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante trinta (30) dias, no mínimo, antes da data prevista para sua vigência. Tais horários deverão ser aprovados dentro do prazo acima indicado, a menos que envolvam alteração de escalas ou de capacidade em desacordo com o que está especificado neste Anexo.

#### Seção VII

1. As seguintes alterações nas rotas não dependerão de prévio aviso entre as Partes Contratantes, bastando a respectiva notificação de uma a outra Autoridade aeronáutica:

- a) inclusão ou supressão de pontos de escalas no território da Parte Contratante que designa a empresa aérea;
- b) omissão de escalas no território de terceiros países.

2. A alteração das rotas convencionadas pela inclusão de ponto de escala não previsto no Quadro de Rotas fora do território da Parte Contratante que designa a empresa aérea, fica sujeita a acordo prévio entre as Autoridades aeronáuticas de ambas as Partes.

QUADRO DE ROTAS DO BRASIL

PONTOS INICIAIS	PONTOS INTERMEDIÁRIOS	PONTOS NA JORDÂNIA	PONTOS ALÉM
	(1)		(1)
A - (2)			
Pontos no Território do Brasil	Dois pontos na África Ocidental (3) Um ponto na África Central (3) Um ponto na África Oriental (3)	AMMAN	Teheran, Nova Delhi ou Tóquio
B - (2)			
Pontos no Território do Brasil	Um ponto na África Ocidental (3) Argel Túnis Tripoli Cairo	AMMAN	Teheran, Nova Delhi ou Tóquio

(1) - A suspensão de escalas se regula pela Secção VII do Anexo

(2) - A seleção de uma das rotas acima implica no cancelamento da outra rota

(3) - As Partes fixarão os pontos antes da iniciação dos serviços.

QUADRO DE ROTAS DA JORDÂNIA

PONTOS INICIAIS	PONTOS INTERMEDIÁRIOS	PONTOS NO BRASIL	PONTOS ALÉM
	(1)		(1)
A - (2)			
Pontos no Território da Jordânia	CAIRO LAGOS ACCRA OU ABIDJAN DAKAR	RIO DE JANEIRO E/OU SÃO PAULO	MONTEVIDÉU OU BUENOS AIRES SANTIAGO
B - (2)			
Pontos no Território da Jordânia	CAIRO TRIPOLI OU BENGHAZI TUNIS ARGEL DAKAR	RIO DE JANEIRO E/OU SÃO PAULO	MONTEVIDÉU OU BUENOS AIRES SANTIAGO

NOTA (1) - A suspensão de escalas se regula pela Secção VII do Anexo

(2) - A seleção de uma das rotas acima implica no cancelamento da outra rota.

## Protocolo de Assinatura

No curso das negociações que terminaram com a assinatura do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Jordânia os Representantes das Partes Contratantes acordaram o seguinte:

1 — Com referência aos membros da tripulação estrangeiros utilizados nos serviços convencionados, as empresas aéreas designadas brasileiras e jordanianas submeterão às Autoridades Aeronáuticas do Brasil e da Jordânia, quando for o caso, uma lista completa incluindo nome, nacionalidade, função, tipo e número da licença, e o nome da autoridade que emitiu a referida licença. Se não houver nenhuma comunicação em contrário por parte das autoridades brasileiras ou jordanianas, os membros da tripulação poderão operar os serviços convencionados.

2 — A remessa de somas recebidas pelas empresas aéreas designadas das Partes Contratantes far-se-á de acordo com as formalidades cambiais das duas Partes Contratantes, as quais, no momento, concedem amplas facilidades para as transferências oriundas dessas operações.

As autoridades Aeronáuticas ensejarão os seus melhores esforços, através dos canais apropriados, visando à celebração de um acordo bilateral sobre isenção de bitributação.

Brasília, 5 de novembro de 1975.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Antônio F.

Azeredo da Silveira.

Pelo Governo do Reino Haxemita da Jordânia: Hisham Al-Shawa.

## CONGRESSO NACIONAL

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1974

Aprova o texto da Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972, concluída em Londres, a 20 de outubro de 1972.

## RETIFICAÇÕES

Na republicação do texto da Convenção, feita no DCN — Seção II — de 11-9-75, na página 4.481, 2ª coluna, no item VI, da alínea g, constante da Regra 3 — Definições Gerais,

Onde se lê:

... dificilmente permitem ao rebocador...

Leia-se:

... dificilmente permite ao rebocador ...

Na página 4.482, 1ª coluna, na alínea b, constante da Regra 7 — Risco de Colisão,

Onde se lê:

... de risco de colisão e pilotagem radar ...

Leia-se:

... de risco de colisão e plotagem radar...

Na página 4.488, 1ª coluna, na alínea e, constante da Regra 38 — Isenções,

Onde se lê:

..., resultante das prescrições das Seções 2(g) e 3(b) do Anexo I.

Leia-se:

..., resultante das prescrições da Seção 2(b) do Anexo I.

Na mesma página e coluna, na alínea f, constante da Regra 38 — Isenções,

Onde se lê:

..., resultante das prescrições da Seção 3(b) do Anexo I.

Leia-se:

..., resultante das prescrições das Seções 2(g) e 3(b) do Anexo I.

Na página 4.488, 2ª coluna, na alínea b, do item 3. Posicionamento ou espaçamento horizontal das luzes, constante do Anexo I da Convenção,

Onde se lê:

... no ou próximo dos bordos da embarcação.

Leia-se:

... nos ou próximo dos bordos da embarcação.

Na página 4489, 1ª coluna, na alínea a, do item 8. Intensidade de Luzes, constante do Anexo I da Convenção,

Onde se lê:

$I = 3,43 \times 10^6 \times T \times D^2 \times K-D$

Leia-se:

$I = 3,43 \times 10^6 \times T \times D^2 \times K-d$

Na página 4489, 2ª coluna, no item 12. Luz de manobra, constante do Anexo I da Convenção,

Onde se lê:

Não obstante as previsões do parágrafo 2 (f)...

Leia-se:

Não obstante as prescrições do parágrafo 2 (f)...

Na página 4490, 1ª coluna, na alínea a, do item 1. Apitos, constante do Anexo III da Convenção,  
Onde se lê:

..., dentro dos limites de 180 a 700 HZ (+ 1%) ...

Leia-se:

..., dentro dos limites de 180 a 700 HZ (+ - 1%)...

Na mesma página, 2ª coluna, na alínea g, Sistemas combinados de apitos, constante do Anexo III da Convenção,

Onde se lê:

... referidos na alínea l (f) acima...

Leia-se:

... referidos na alínea (f) acima...

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 66ª SESSÃO, EM 14 DE MAIO DE 1976

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Pareceres

— Referentes às seguintes matérias:

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1975 (nº 1.507-B/73, na Casa de origem), que estabelece normas para a prática didático-científica da "vivisseção de animais", e determina outras providências. (Redação final.)

Projeto de Lei da Câmara nº 12/76 (nº 183-B/75, na Casa de origem), que estende a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Concórdia—SC, ao Município de Xavantina.

Projeto de Lei do Senado nº 8/76, que assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.

Projeto de Lei do Senado nº 181/75, que estende o disposto no § 2º do artigo 38 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 26/76 (nº 1.714-C/73, na origem), que torna obrigatória a utilização do "Relatório Padrão de Acidentes de Trânsito", a ser preenchido após cada ocorrência de trânsito, e determina outras providências.

Projeto de Lei da Câmara nº 11/76 (nº 56-D/75, na origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 135 do Código Eleitoral, dispondo sobre Seções eleitorais em propriedades rurais.

Projeto de Decreto Legislativo nº 13/76, que aprova o texto do Acordo de Comércio, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular de Bangladesh, em Brasília, a 13 de fevereiro de 1976.

Projeto de Lei do Senado nº 75/76, que altera a redação do § 3º do art. 5º da Lei Orgânica da Previdência Social.

Projeto de Lei do Senado nº 120/75, que estabelece horário especial para o funcionamento de Shopping Centers, e dá outras providências.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 53/75, que declara de utilidade pública as Associações Comerciais e Industriais existentes em Goiás, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído.

##### 1.2.3 — Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 53/76, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que acrescenta alínea ao art. 407, do Regimento Interno do Senado Federal.

##### 1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Referente à apresentação de emendas ao projeto lido.

##### 1.2.5 — Requerimento

Nº 195/76, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, solicitando informações a serem prestadas pelo Poder Executivo, a fim de obter subsídios para exame do Projeto de Lei do Senado nº 19/76, em tramitação, que dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de junho de 1973.

##### 1.2.6 — Ofício do Presidente da Brazilian-American Chamber of Commerce

— De agradecimento pela presença de representante da Presidência do Senado na solenidade de agraciamento do título de "Homem do Ano" de 1976.

##### 1.2.7 — Discursos do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Solenidade de agraciamento do Dr. José Papa Júnior, Presidente da Federação do Comércio e do Centro de Comércio do Estado de São Paulo, com o título de "Homem do Ano", pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em New York.

**SENADOR PAULO GUERRA** — Medidas em favor dos canavieiros de Pernambuco.

**SENADOR LEITE CHAVES** — Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 111/76, de autoria de S. Exª, lido em sessão anterior, que assegura ao empregado optante, com dois ou mais anos de serviço, um adicional correspondente ao valor dos depósitos feitos em sua conta vinculada, em razão de despedida sem justa causa.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Atuação da Desembargadora Auri Moura Costa, ao término do seu mandato como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará.



**1.2.8 — Leitura de projeto**

Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1976, de autoria do Sr. Senador Itálio Coelho, que revoga o § 1º do artigo 8º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

— Requerimento nº 138/76, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial intitulado "A Visita à França", publicado no jornal *O Globo*, em 28 de abril de 1976. **Aprovado.**

— Requerimento nº 151/76, de autoria do Sr. Senador Petrólio Portella, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel, em Volta Redonda, no dia 1º de maio de 1976, por ocasião das solenidades oficiais do "Dia do Trabalho". **Aprovado.**

— Requerimento nº 158/76, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Presidente da República, General Ernesto Geisel, pronunciado no dia 1º de maio de 1976. **Prejudicado**, em virtude da aprovação do item anterior.

— Projeto de Lei do Senado nº 112/75, de autoria do Senador José Esteves, que dispõe sobre honorários de advogado, sua estipulação e cobrança, e dá outras providências. **Aprovada**, em 2º turno. À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 239/75, que dá nova redação ao § 4º do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a Legislação da Previdência Social, e dá outras providências.

(Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— **Requerimento nº 125/76**, de transcrição, nos Anais do Senado Federal, da saudação do Presidente Giscard d'Estaing e do agradecimento do Presidente Geisel, quando de sua chegada em Paris. **Declarado prejudicado.**

**1.4 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA**

**SENADOR ITALÍVIO COELHO** — Considerações sobre a palestra do Sr. Ministro da Agricultura, proferida dia 11 do corrente na EMBRATER, para extencionistas rurais especializados em milho, trigo, soja e arroz.

**1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.****2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

— Do Sr. Alexandre Costa, proferido na sessão de 12-5-76.

**3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA**

— Nº 4, de 1976.

**4 — ATAS DE COMISSÕES****5 — MESA DIRETORA****6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****ATA DA 66ª SESSÃO, EM 14 DE MAIO DE 1976****2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO**

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Lindoso — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Lourival Baptista — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Lázaro Barboza — Itálio Coelho — Mattos Leão — Lenoir Vargas.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

**EXPEDIENTE****PARECERES****PARECER Nº 320, DE 1976**

(Da Comissão de Redação)

**Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1975 (nº 1.507-B/73, na Casa de origem).**

**Relator: Senador Renato Franco**

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1975 (nº 1.507-B/73, na Casa

de origem), que estabelece normas para a prática didático-científica da "vivissecação de animais", e determina outras providências.

Sala das Comissões, 14 de maio de 1976. — **Danton Jobim**, Presidente — **Renato Franco**, Relator — **Virgílio Távora**.

**ANEXO AO PARECER Nº 320, DE 1976**

**Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1975 (nº 1.507-B/73, na Casa de origem).**

**Emenda nº 1**

(Corresponde à emenda nº 1-CEC)

Dê-se a seguinte redação ao item I do art. 3º do Projeto:

"I — sem o emprego de anestesia geral, local ou troncular."

**Emenda nº 2**

(Corresponde à emenda nº 2-CEC)

Acrescente-se o seguinte item V ao art. 3º do Projeto:

"V — em estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e em quaisquer locais frequentados por menores de idade."

## PARECER Nº 321, DE 1976

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1976 (nº 183-B, de 1975, na origem) que "estende a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Concórdia — SC, ao município de Xavantina".

Relator: Senador Franco Montoro.

O presente projeto, de autoria do ilustre Deputado Wilmar Dallanhol, objetiva estender a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Concórdia, ao município de Xavantina, no meio-este catarinense.

A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 650, estabelece que a extensão de jurisdição de Juntas de Conciliação e Julgamento depende de lei federal.

Por seu turno, a Lei nº 5.630, de 2 de dezembro de 1970, que "estabelece normas para a criação de órgãos de primeira instância na Justiça do Trabalho" dispõe que a referida extensão jurisdicional só pode se efetivar no caso de "municípios ou distritos situados num raio máximo de sessenta quilômetros" e "desde que os meios de condução para a respectiva sede sejam diários e regulares".

Em abono da sua iniciativa, o autor salienta:

"São inegáveis as vantagens que decorrem do estabelecimento da Jurisdição especializada trabalhista, especialmente aos municípios próximos da Junta.

E o próprio Poder Executivo, em justificativa a mensagens correlatas tem defendido essa extensão "aos municípios situados num raio máximo de 60 km e ligados à sede da Junta por linhas regulares e assíduas de transportes.

É o caso de Xavantina, com relação à Junta de Conciliação e Julgamento de Concórdia.

O Município de Xavantina, integrante da Comarca de Seara, situado a 60 km de Concórdia e a esta ligado por condução diária, parece só foi omitido na definição da jurisdição, daquela Junta, por lapso.

Saliente-se que em idênticas condições dos municípios Itá e Seara somente Xavantina não integra a Jurisdição da Junta de Conciliação."

Relatando a matéria na Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados, o ilustre Deputado Nelson Marchezan salientou que "o ideal seria mesmo que cada município brasileiro dispusesse de sua própria Junta de Conciliação e Julgamento para melhor distribuir a justiça trabalhista e dar soluções rápidas aos dissídios coletivos".

Por outro lado, o Ministro Luiz Rezende Puech, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, manifestou estar inteiramente acorde com o objetivo colimado pelo projeto sob exame.

À vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1976.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1976. Nelson Carneiro, Presidente — Franco Montoro, Relator — Accioly Filho — Henrique de La Rocque — Jessé Freire — Jarbas Passarinho.

## PARECERES Nºs 322 e 323, DE 1976

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 08 de 1976, que "assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa".

## PARECER Nº 322, DE 1976

(Da Comissão de Constituição e Justiça)

Relator: Senador Henrique de La Rocque

De autoria do ilustre Senador Franco Montoro, o Projeto sob exame tem como objetivo a alteração do § 1º do art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho, para incluir entre os créditos privilegiados as contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no caso de falência ou concordatas.

2. Na Justificação, aduz o Autor: "atualmente os trabalhadores e o próprio Banco Nacional da Habitação, que administra o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ficam sem as garantias de crédito privilegiado para receber as contribuições devidas pela empresa que falir ou pedir concordata".

Lembrando que a inclusão das contribuições devidas ao Fundo de Garantia não figuram e nem poderiam figurar no texto primitivo da Consolidação, que é de 1943, enquanto o Fundo de Garantia foi instituído em 1966, explica que "o Projeto procura sanar a lacuna existente na lei e respeitar o sentido social que a inspirou".

3. De acordo com o art. 8º, item XVII, alínea b, da Constituição, compete à União legislar sobre Direito do Trabalho.

O art. 43 da Carta Magna, por sua vez, atribui ao Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias da competência da União, enquanto o art. 56 estatui que "a iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal..."

No caput do art. 165 de Lei Maior, lemos: "a Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social".

Constitucional, o Projeto é, também, jurídico, sendo, ainda, de todo conveniente, uma vez que institui mais uma justa garantia para os trabalhadores, os quais, por sua condição econômica mais débil, são credores de uma especial proteção do Estado.

4. À vista do exposto, opinamos pela tramitação do Projeto, pois que constitucional e jurídico, e, no mérito (art. 100, item I, nº 06. do Regimento Interno), por sua aprovação.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1976. — Accioly Filho, Presidente — Henrique de La Rocque, Relator — Helvídio Nunes — Otto Lehmann — José Lindoso — Nelson Carneiro — Heitor Dias — Leito Chaves.

## PARECER Nº 323, de 1976

(Da Comissão de Legislação Social)

Relator: Senador Jessé Freire

Pretende o eminente Senador Franco Montoro, com o presente projeto, sejam incluídas, entre os créditos privilegiados, arrolados nas concordatas e falências, as contribuições devidas pelas empresas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Atualmente, nos termos do § 1º do artigo 449 da Consolidação das Leis do Trabalho, tais créditos, além dos de natureza fiscal ou tributária, são os constituídos pela totalidade dos salários devidos ao empregado, do terço das indenizações a que tiver direito e do crédito quirografário dos restantes dois terços.

Apesar da Lei nº 5.107/66, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, estabelecer diversas sanções à empresa que não realizar os depósitos nas contas vinculadas, nos prazos nela prescritos, a verdade é que avultam na Justiça do Trabalho, as reclamações de empregados que, munidos de suas "Autorizações de Saque" (AM), nada encontram em seu nome nos bancos depositários ou quando há depósitos, estes não correspondem ao valor devido.

Se, coincidentemente, com a falta da realização dos depósitos, a empresa pede concordata ou entra em falência, dificilmente aquela importâncias serão pagas, pelo menos, integralmente, porquanto para o seu recebimento, terá o empregado que se habilitar à massa como qualquer credor.

Ora, os depósitos feitos em nome do empregado optante constituem-se, de certo modo, num substitutivo da indenização prevista na CLT. Se esta goza de privilégio creditício, nada mais legítimo que estender-se àqueles as mesmas prerrogativas, face à sua idêntica função social.

Nessas condições, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1976. — Nelson Carneiro, Presidente — Jessé Freire, Relator — Jarbas Passarinho — Henrique de La Rocque — Accioly Filho.

# **PARECERES N.ºs 324, 325 e 326, DE 1976**

Sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 1975, que "estende o disposto no § 2º do artigo 38 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973, e dá outras providências".

## **PARECER N.º 324, DE 1976** (Da Comissão de Constituição e Justiça)

**Relator: Senador Helvídio Nunes**

Aplicar à pensão deixada por servidores civis, militares, autárquicos e de sociedades de economia mista da União o disposto no § 2º do art. 38 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973, é o objetivo do Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 1976, do ilustre Senador Nelson Carneiro.

2. A norma cujos efeitos a proposição visa a estender tem a seguinte redação:

"§ 2º No caso de o cônjuge estar no gozo da prestação de alimentos, haja ou não desquite, ser-lhe-á assegurado o valor da pensão alimentícia judicialmente arbitrada, destinando-se o restante à companheira ou ao dependente designado."

Recolho da justificativa apresentada um tópico que parece valioso para a compreensão da matéria:

"...a pensão deixada pelos servidores civis e autárquicos da União está regulada pelo art. 5º da Lei n.º 4.069, de 11 de junho de 1962, e a dos militares pelo art. 78 da Lei n.º 5.774, de 23 de dezembro de 1971. E em tais estatutos legais não se contempla a hipótese da lei de 1960, modificada em 1973, criando assim, dentro do Estado, distinção que ao legislador cumpre sanar."

3. De outra parte, entendo que o Projeto de Lei em exame não fere o art. 57, n.º II, da Constituição Federal, que estabelece como da exclusiva competência do Presidente da República a iniciativa de leis que criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública.

O Projeto não incide em qualquer das restrições estabelecidas, especialmente na parte relativa a aumento de vencimentos, mas apenas distribui de maneira diferente a pensão deixada pelo servidor, quando desquitado ou separado, de fato, da esposa.

4. Não compete a esta Comissão o exame do mérito da proposição. Assim, o parecer é pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei n.º 181, de 1975.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1975. — Accioly Filho, Presidente — Helvídio Nunes, Relator — José Lindoso — Nelson Carneiro — Leite Chaves — Itálio Coelho — Henrique de La Rocque.

## **PARECER N.º 325, DE 1976** (Da Comissão de Serviço Público Civil)

**Relator: Senador Itamar Franco**

O Projeto de Lei do Senado n.º 181, de 1975, de autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, reivindica a extensão do que dispõe a Lei Orgânica da Previdência Social, no parágrafo 2º do seu art. 38, aos servidores civis, militares, autárquicos e de sociedades de economia mista da União.

Em suma, quer que se aplique a tais servidores da União a seguinte disposição da referida Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973:

"No caso de cônjuge estar no gozo de prestação de alimentos, haja ou não desquite, ser-lhe-á assegurado o valor da pensão alimentícia judicialmente arbitrado, destinando-se o restante à companheira ou ao dependente designado."

Na Comissão de Constituição e Justiça, deu-se ampla guarida ao Projeto, constando do brilhante Parecer do Relator o seguinte trecho:

"De outra parte, entendo que o Projeto de Lei em exame não fere o art. 57, n.º II, da Constituição Federal, que estabelece como da exclusiva competência do Presidente da República a iniciativa de leis que criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública.

O Projeto não incide em qualquer das restrições estabelecidas, especialmente na parte relativa a aumento de vencimentos, mas apenas distribui de maneira diferente a pensão deixada pelo servidor, quando desquitado ou separado, de fato, da esposa.

Não compete a esta Comissão o exame do mérito da proposição. Assim, o parecer é pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei n.º 181, de 1975."

Na verdade, não se pode negar procedência a qualquer medida, em qualquer ramo do Direito, que vise o equilíbrio social, através da correção e reparação das injustiças.

Dentro de uma comunidade, sempre será absurdo, e, portanto, contrário ao interesse público, que se tratem diferentemente parcelas do seu contingente. O legislador precisa perseverar na missão de buscar execução para o primeiro dispositivo inscrito entre os direitos e as garantias individuais do artigo 153 da Constituição Federal, que conceitua:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça."

Não se justificam, assim, as leis que, elaboradas por consenso para regerem uma mesma sociedade, tratem de modo diverso situações equivalentes.

Na proposição sob nosso exame, verifica-se que se pretende estender, para os servidores da União, disposições relativas a pensões alimentícias, plenamente vigentes para as demais categorias profissionais de assalariados.

Tais disposições foram harmoniosamente absorvidas pela sociedade brasileira e argamassadas pelos bons frutos da sua execução: amparam o cônjuge, dentro de medidas irreparavelmente justas, sem desampararem a companheira ou o dependente designado.

Faz-se, então, a boa justiça, sob cuja égide todos procuramos viver e conviver.

Ora, não se compreende, em consequência, por que a aplicação do bom conceito já não se estende a todos indiscriminadamente. Ao invés, estreita-se a norma ao ponto de impedi-la de chegar até os servidores da União, civis ou militares.

Dai a oportunidade do Projeto n.º 181, de 1975, já enaltecido pela aprovação da douta Comissão de Constituição e Justiça, pois que oferece ao Congresso Nacional a feliz oportunidade de dar uma nova contribuição ao aprimoramento das Leis, tão urgentemente necessária ao objetivo do equilíbrio social, fonte inspiradora da ação parlamentar do Poder Legislativo.

Isto posto, opinamos favoravelmente ao Projeto sob nossa apreciação, recomendando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1976. — Lázaro Barboza, Presidente — Itamar Franco, Relator — Augusto Franco — Accioly Filho.

## **PARECER N.º 326, DE 1976** (Da Comissão de Finanças)

**Relator: Senador Roberto Saturnino**

O presente Projeto de Lei do Senado estende o disposto no § 2º do artigo 38 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973, e dá outras providências.

A proposição é de autoria do eminente Senador Nelson Carneiro e objetiva estender a aplicação do disposto no § 2º do art. 38 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, à pensão deixada por servidores civis, militares, autárquicos e de sociedades de economia mista da União.

Justificando seu projeto, afirma o Autor:

"... a pensão deixada pelos servidores civis e autárquicos da União está regulada pelo art. 5º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e a dos militares pelo art. 78 da Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971. E em tais estatutos legais não se contempla a hipótese da Lei de 1960, modificada em 1963, criando assim, dentro do Estado, distinção que ao legislador cumpre sanar.

Vale acentuar, desde logo, que a proposição não aumenta despesa. Apenas, distribui de forma diversa a pensão deixada pelo servidor, quando ele é desquitado ou está separado, de fato, da esposa. Não se inclui, consequentemente, entre as leis cuja iniciativa cabe exclusivamente ao Sr. Presidente da República (art. 57, II, da Constituição). Por outro lado, o Inciso V do mesmo dispositivo constitucional não se refere à pensão, na enumeração que faz, e não deve ser interpretada de modo a incluir hipóteses não previstas ou imaginadas. Ensina a hermenêutica que a lei que abre exceção à regra geral só alcança os casos que especifica."

A douta Comissão de Constituição e Justiça, acolhendo parecer do Ilustre Senador Helvídio Nunes, opinou pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Tramitando na Comissão de Serviço Público Civil, a matéria recebeu parecer favorável, recomendando sua aprovação. Foi relator o nobre Senador Itamar Franco.

Distribuindo de forma diversa a pensão deixada pelo servidor, quando desquitado ou separado, de fato, da esposa, a propositura não vem implicar em aumento de despesa aos Cofres Públicos.

Visa o Projeto aplicar aos Servidores da União, dispositivos referentes a pensões alimentícias já consolidadas e vigentes para as outras categorias assalariadas. Esses dispositivos promovem o equilíbrio social, de forma a amparar o cônjuge sem descuidar da companheira ou do dependente designado.

Trata-se de uniformizar o tratamento legal dispensado aos assalariados, incluindo-se os servidores civis e militares da União, ao pessoal autárquico e das sociedades de economia mista da União.

A medida proposta é conveniente, aperfeiçoando a Legislação que rege a distribuição da pensão alimentícia.

Sobre o aspecto financeiro, cabe destacar que não há aumento de despesa para a União Federal, suas autarquias e sociedades de economia mista.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1975.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1976. — Amaral Peixoto, Presidente — Roberto Saturnino, Relator — Saldanha Derzi — Matos Leão — Henrique de La Rocque — Jessé Freire — Leite Chaves — Dirceu Cardoso — Mauro Benevides.

#### PARECER Nº 327, DE 1976

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1976 (nº 1.714-C, de 1973, na origem), que "torna obrigatória a utilização do "Relatório Padrão de Acidentes de Trânsito", a ser preenchido após cada ocorrência de trânsito, e determina outras providências".

Relator: Senador Paulo Guerra.

O presente projeto institui a obrigatoriedade do preenchimento, pelo patrulheiro ou guarda de trânsito, do "Relatório Padrão de Acidentes de Trânsito", após cada ocorrência com veículo automotor (art. 1º).

O parágrafo 1º desse artigo 1º diz que o aludido relatório será estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito.

2. Na justificação do projeto, a Comissão Especial de Segurança de Veículos Automotores e de Tráfego, da Câmara dos Deputados, esclarece que a proposição visa a atender "duas funções primordiais: (1) fornecer dados estatísticos completos sobre as ocorrências de trânsito no País e (2) desimpedir, em poucos minutos, as vias de engarrafamento consequente de cada acidente verificado".

Diz ainda, o aludido documento:

"A iniciativa deste projeto de lei origina-se em tese apresentada e aprovada pelo Simpósio Nacional de Trânsito, levado a efeito por esta Comissão Especial, em setembro último, elaborada pelo engenheiro Isaac Blay, do DSV de São Paulo, e apresentada aos participantes do Simpósio pelo Sr. Loredano Cássio da Silva.

O "Relatório Padrão de Acidentes de Trânsito" contém três folhas em tamanho ofício, contendo "croquis" para a localização do acidente com quatorze possíveis pontos de impacto e todos os dados da colisão já impressos, com um quadrinho em branco na frente para o guarda ou patrulheiro preencher com um X. Além do mais, os dados levantados pelo guarda podem ser processados por computação eletrônica."

3. Do ponto de vista da política nacional de trânsito, cumpre lembrar que, em 1974, foi aprovada a Lei nº 6.194, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

No exame do projeto (PLC nº 184, de 1974) que se transformou na citada lei, esta Comissão salientou que as proteções no pagamento de indenizações estavam indicando a alteração da legislação específica (Decreto-lei nº 814, de 1969), com o fim de pagar danos corporais, "sem se cogitar da culpa ou responsabilidade do motorista causador do acidente" (DCN de 6-12-74 - pág. 6042).

Na legislação de trânsito, por conseguinte, há um sentido de reduzir a demora na apuração da culpa de danos materiais propiciados por acidentes. Além disso, convém ressaltar que o procedimento ora proposto, a par das vantagens estatísticas e de remover pontos de estrangulamento, irá simplificar ações judiciais, porquanto, como se sabe, qualquer relatório sempre reduz julgamentos subjetivos de valor e, também, porque a culpa é a figura jurídica que mais suscita controvérsias, até mesmo doutrinárias, uma vez que podem ser sustentadas teses ora envolvendo culpa objetiva, ora subjetiva. Em outras palavras, a proposição, se aprovada, irá beneficiar a categoria de motoristas profissionais, sobretudo os de baixa renda.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1976. — Alexandre Costa — Presidente — Paulo Guerra — Relator — Luiz Cavalcante — Roberto Saturnino — Lázaro Barboza.

#### PARECER Nº 328, DE 1976

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1976 (nº 56-D, de 1975, na origem), que "acrescenta parágrafo ao artigo 135 do Código Eleitoral, dispondo sobre Seções eleitorais em propriedades rurais".

Relator: Senador José Lindoso

Esta Comissão de Constituição e Justiça é chamada a se pronunciar sobre o PL nº 11, de 1976, originário da Câmara dos Deputados, onde tramitou sob o nº 56-D, de 1975, o qual acrescenta parágrafo ao art. 135 do Código Eleitoral, dispondo sobre Seções eleitorais em propriedades rurais.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara deu pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, não cabendo, regimentalmente, o reestudo da matéria sob esses aspectos.

Considerando que 60 (sessenta) dias antes da eleição constituem-se as mesas receptoras, nos lugares designados pelos Juizes Eleitorais (art. 135 do Código Eleitoral) e que dessa designação os Partidos poderão reclamar ao Juiz Eleitoral e, ainda, que da decisão deste cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, visa o Projeto pôr termo a alegações sobre essa matéria, no processo eleitoral, esgotada a via recursal.

O Parágrafo acrescentado ao referido art. 135 estabelece, portanto, o instituto da preclusão, que é norteador da processualística eleitoral, não afetando o sistema de cautelas para garantia de liberdade de votar e autenticidade das eleições.

O Projeto quer evitar que os derrotados em eleições estejam, a destempo, levantando problemas que tiveram oportunidade de serem saneados e que não foram, na aventura de qualquer dos Partidos em recolher frutos com a localização de mesas receptoras em lugares possivelmente indevidos.

Acolhemos o Projeto, por constitucional, jurídico e conveniente, pois, em suma, trata de técnica de processo eleitoral.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1976. — Accioly Filho, Presidente — José Lindoso, Relator — Helvídio Nunes — Henrique de La Rocque — Otto Lehmann — Heitor Dias — Leite Chaves — Nelson Carneiro.

#### PARECERES N<sup>os</sup> 329 E 330, DE 1976

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 13, de 1976, que "aprova o texto do Acordo de Comércio, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular de Bangladesh, em Brasília, a 13 de fevereiro de 1976".

#### PARECER N<sup>o</sup> 329, DE 1976

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Senador Itamar Franco

O Congresso Nacional é chamado a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 13, de 1976, que aprova o texto do Acordo de Comércio firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular de Bangladesh, firmado em Brasília, no dia 13 de fevereiro de 1976.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada, após receber pareceres favoráveis das Comissões Técnicas competentes.

A Mensagem Presidencial que encaminha o texto se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na qual S. Ex<sup>a</sup> esclarece que o objetivo dos dois Países é criar um instrumento legal capaz de disciplinar e orientar a cooperação entre o Brasil e Bangladesh, nos domínios comercial e econômico.

Finaliza o Chanceler brasileiro, dizendo:

"O Acordo de Comércio prevê o tratamento recíproco de nação mais favorecida, facilidades para ampliar o volume do intercâmbio das mercadorias relacionadas em listas a ele anexas, concessão recíproca de facilidades para a organização de feiras e exposições comerciais em seus territórios, além de troca de informações técnicas e industriais."

Os dois primeiros artigos do ato internacional em pauta estabelecem os princípios gerais que deverão nortear as relações econômicas bilaterais:

a) cooperação recíproca no sentido de facilitar exportação e importação de mercadorias; e

b) proibição de reexportar as mercadorias.

Seguindo a praxe consagrada em acordos desta espécie, as Partes Contratantes concordam em conceder-se o tratamento de nação mais favorecida no que tange o comércio bilateral. Estão, entretanto, excluídos de tal tratamento:

"a) as vantagens e facilidades que uma das Partes Contratantes conceda ou venha a conceder a países limítrofes com a finalidade de facilitar o comércio fronteiriço;

b) as vantagens e facilidades decorrentes de união aduaneira, de zona de livre comércio ou de acordo regional que uma das Partes Contratantes integre ou venha a integrar;

c) as vantagens concedidas em virtude de acordo econômico - multilateral, que concorra para liberalizar o comércio internacional;

d) as preferências concedidas por uma Parte Contratante a produtos e mercadorias que sejam importados dentro de programa de ajuda estabelecido pela referida Parte com Governo, sociedade ou entidade de terceiro país, ou com as Nações Unidas ou suas Agências especializadas;

e) as proibições ou restrições impostas para proteger a saúde pública, preservar os bons costumes, e proteger a fauna e flora contra doenças, degeneração ou extinção;

f) as vantagens concedidas a países com os quais uma das Partes Contratantes tenha Acordo de Troca (Barter Agreement)."

Para facilitar a execução do Acordo, são previstas consultas periódicas entre as duas chancelarias bem como a conclusão de protocolos adicionais.

No que tange aos pagamentos a serem efetuados entre os dois países, dispõe o artigo VII que deverão ser feitos em moeda conversível.

Do ponto de vista do interesse nacional, o Acordo em exame é da maior relevância, pois permitirá abrir uma nova frente de comércio exterior numa região do globo terrestre com a qual temos, até o presente, pouco intercâmbio.

Diante do exposto, e tendo em vista a competência regimental desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria na forma do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1976. — Luiz Viana, Presidente — Itamar Franco, Relator — Nelson Carneiro — Leite Chaves — Helvídio Nunes — José Lindoso — Roberto Saturnino — Mauro Benevides — Danton Jobim — João Calmon — Saldanha Derzi — Jessé Freire.

#### PARECER N<sup>o</sup> 330, DE 1976

Da Comissão de Economia

Relator: Senador Ruy Santos

Nos termos da legislação vigente, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, com Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Comércio, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Bangladesh, em Brasília, a 13 de fevereiro de 1976.

2. A negociação do Acordo — o primeiro que o Brasil firma com a nova República asiática — foi conduzida pelo Itamarati, com a participação dos Ministérios da Indústria e do Comércio, da Fazenda, do Banco Central e da CACEX.

3. O objetivo visado é a criação de um instrumento legal que estimule, discipline e oriente a cooperação entre o Brasil e Bangladesh, nos domínios comercial e econômico.

4. Está previsto no Convênio o tratamento recíproco de nação mais favorecida, facilidades para expandir o intercâmbio de mercadorias relacionadas em listas a ele anexas, mútuas facilidades para a organização de exposições comerciais nos respectivos territórios e permuta de informações técnicas e industriais.

5. Trata o Acordo, também, da utilização de moeda conversível para os pagamentos relacionados com as transações comerciais, além de prever consulta entre os dois Países para dirimir dúvidas ou problemas que venham a surgir na área do comércio bilateral.

6. Brasil e Bangladesh apresentam, numa certa faixa de suas economias, relativa semelhança. Isso é constatável, justamente, nas listas de produtos que acompanham o Acordo, nas quais são indicados os artigos disponíveis para exportação de cada um dos dois Países. Há produtos primários em ambas as listas. Verifica-se, não

obstante, que o Brasil pode oferecer à exportação maior elenco de produtos industrializados em geral e dos chamados bens de capital, em particular.

7. A negociação deste Acordo inclui-se no diversificado esforço que vimos fazendo para abrir ou alargar mercados, através do mundo.

8. Do ângulo de análise deste Órgão Técnico, cabe ressaltar a existência de óbvias vantagens para nosso País, se o Acordo vier a constituir, de fato, o instrumento de aproximação comercial dos dois Países signatários, considerado o fato de que entre eles o intercâmbio é, até agora, insignificativo.

9. Sobre as condições gerais estabelecidas no texto do Convênio — as mesmas usadas em outros documentos do gênero — nada existe a focalizar de uma forma especial. Se o Acordo não gerar os resultados positivos que, através dele, os dois Países objetivam atingir, não existem, também, prejuízos a temer.

10. O único risco a evitar, e isso estaria mais na área de competência de nossas autoridades fazendárias, incumbidas do controle cambial, consistiria, talvez, na eventual formação de um desequilíbrio na balança de pagamentos Brasil—Bangladesh, pois, a configuração desse desequilíbrio, seja ele **positivo** ou **negativo** para nós, traria, inevitavelmente, problemas de trabalhosa solução e que, por isso mesmo, devem ser evitados.

Formulado o reparo, que não é objeção, opinamos pela aprovação do texto do Acordo de Comércio Brasil—Bangladesh, firmado em Brasília, a 13 de fevereiro de 1976, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados que acabamos de examinar.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1976. — **Renato Franco**, Presidente em exercício — **Ruy Santos**, Relator — **Roberto Saturnino** — **Jessé Freire** — **Jarbas Passarinho** — **Franco Montoro** — **Paulo Guerra**.

#### PARECER Nº 331, DE 1976

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1976, que “**altera a redação do § 3º do art. 5º, da Lei Orgânica da Previdência Social**”.

Relator: Senador Henrique de La Rocque

Propõe o Senhor Senador Orestes Quêrcia, com o Projeto sob exame, modificação redacional ao § 3º do art. 5º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação de Previdência Social.

Estabelece o dispositivo modificando, que o maior de 60 (sessenta) anos de idade que venha a se filiar à Previdência Social, “terá assegurado, para si ou seus dependentes, em caso de afastamento ou morte, um pecúlio em correspondência com as contribuições vertidas, não fazendo jus a quaisquer outros benefícios”.

Pretende o Autor estender-lhes os favores enumerados no art. 22 da mesma Lei, ressalvado, unicamente, o direito à aposentadoria por velhice, pois como entende, “não é concebível que se exclua do direito aos benefícios decorrentes da incapacidade para o trabalho e aqueles outros que vivem na sua dependência econômica, na ocorrência de sua morte, da respectiva pensão”.

Informa, ainda, que a despesa decorrente dessa prestação correria à conta das contribuições recolhidas àqueles mesmos beneficiários, fato que atenderia à recomendação do parágrafo único do art. 165 da Constituição.

A matéria, do ponto de vista do interesse social, deverá ser apreciada pela comissão competente, cabendo-nos analisar seus aspectos jurídicos e constitucional e, justamente, sob estes, não nos parece convincente o argumento expendido pelo Autor, em sua justificação porquanto as restrições existentes quanto à prestação do elenco de benefícios e serviços de que trata o art. 22 da Lei, correspondem à expectativa de recursos cuja fonte é a própria contribuição do segurado, e esta, é evidente, limita-se pelo fator etário.

Ademais, o que requer a norma constitucional é a indicação da “correspondente fonte de custeio total”, e não apenas a vaga referência às origens de tais recursos, até porque, como vimos, já estavam eles comprometidos com o fornecimento do pecúlio, em razão do lapso em que são arrecadados ao contribuinte.

Diante do exposto, e embora reconhecendo os elevados propósitos do seu autor, somos pela rejeição do projeto, por inconstitucional.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1976. — **Accloty Filho**, Presidente — **Henrique de La Rocque**, Relator — **Helvídio Nunes** — **Nelson Carneiro** — **Leite Chaves** — **José Lindoso** — **Otto Lehmann**.

#### PARECER Nº 332, DE 1976

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 1975, que “**estabelece horário especial para o funcionamento de Shopping Centers, e dá outras providências**”.

Relator: Senador Jessé Freire

O Projeto de Lei do Senado nº 120/75, que estabelece horário especial para o funcionamento de Shopping Centers, é de autoria do ilustre Senador Leite Chaves.

Segundo o projeto, aos Shopping Centers, instalados ou que venham a instalar-se no País, desde que estejam registrados na Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, fica assegurado o funcionamento aos domingos e feriados.

Cabe ressaltar que a justificação apresentada pelo Autor evidencia a conotação especial adquirida pelos Shopping Centers, que é a de se terem tornado **centros de turismo** e, conseqüentemente, o ponto mais importante nessa nova indústria. Sob esse enfoque, o Autor justificando o projeto, resalta o seguinte:

“Em razão disso impõe-se uma regulamentação especial, já que essa nova atividade mercadológica, como centro integrado de comércio e turismo, está a reclamar tratamento diferenciado.

Tratando-se de unidades de vocação turística, o seu funcionamento é reclamado precisamente aos domingos e feriados quando pela paralisação das demais atividades comerciais, industriais e do serviço público, a população necessita de centros de atração a que acorrer.”

Para evitar possíveis “abusos e desvios” a proposição prevê que a lei ficará condicionada a dois pontos relevantes: “à sua regulamentação pelo Poder público e ao pré-requisito de estar o Shopping Center registrado na EMBRATUR”.

Esta Comissão, em parecer nº 621/75, manifestou-se favoravelmente à proposição ora em reexame, concluindo como se segue:

“Reconhecemos, em toda linha, a procedência e a clareza da argumentação de apoio à medida proposta. Nada há, nela, a contestar e pode-se, dizer, ainda, que ela traz à evidência a importância especialíssima de um assunto que, de fato, está passando algo despercebido e que bem comportaria o tratamento especial que o projeto deseja dispensar.

Observamos, apenas, sem que isso vise a invalidar os méritos intrínsecos da proposição, que a questão de que ela trata encontraria, talvez, e de certo modo está encontrando, uma solução adequada, flexível, oportuna, no próprio funcionamento desses centros aos domingos e feriados (em Brasília temos exemplo disso), mediante correta observância das normas da legislação trabalhista atinentes ao trabalho extraordinário dos respectivos empregados nesses dias e horas e, de outro lado, nas próprias posturas municipais, locais, que permitem, na maioria dos Municípios, como ninguém ignora, o funcionamento de determinado tipo de comércio nos dias da semana ou nas datas especiais em que o comércio e a indústria em geral, os escritórios de

profissionais liberais e os serviços públicos deixam de funcionar."

Como se depreende da transcrição acima, apesar de manifestar-me favorável a uma regulamentação especial dessa nova atividade comércio-turismo, coube-me observar a permissibilidade, na maioria dos municípios, de funcionamento de algumas modalidades de atividades comerciais em dias especiais, nos quais as demais permanecem sem funcionar.

Esse aspecto, teve o ápice de seu amadurecimento através do parecer da Comissão de Legislação Social nº 662/75, o qual tive a honra de relatar, concluindo:

"Se estabelecer horário para funcionamento do comércio fosse matéria incluída na competência da União, daríamos nosso voto favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 120/75, eis que nos parece necessário regular o assunto em termos de facultar, aos Shopping Centers, através da lei, o direito ao funcionamento em período compatível com suas necessidades específicas e singulares.

Entretanto, como se trata de atribuição municipal, nosso parecer é pela rejeição do projeto, para o declarado fim de preservar o princípio angular da intangibilidade das áreas de competência constitucionalmente partilhadas, em desacordo, aliás, com nosso parecer emitido na Comissão de Economia: é que me impressionaram profundamente as restrições ali formuladas pelo nobre Senador Ruy Santos, nesse sentido. Mantemos, portanto, este nosso parecer contrário, reservando-nos, ainda, solicitar ao Plenário da Casa, na forma regimental, o retorno do Projeto à Comissão de Economia para reexame."

Não sendo competência específica da União legislar com relação ao horário de determinadas atividades comerciais, transferir para sua alçada, seria ferir a autonomia municipal no que concerne ao seu peculiar interesse, na medida em que a regulamentação especial dos horários dos Shopping Centers interferir na administração própria e diferenciada dos municípios.

Do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 120/75.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1976. — Renato Franco, Presidente em exercício — Jessé Freire, Relator — Ruy Santos — Roberto Saturnino — Jarbas Passarinho — Paulo Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1975, do Sr. Senador Osires Teixeira, que declara de utilidade pública as Associações Comerciais e Industriais existentes em Goiás, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 1976

Acrescenta alínea ao art. 407, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É acrescentada, ao art. 407, do Regimento Interno, a seguinte alínea:

"f) parecer do órgão federal competente, no setor, sobre o projeto a ser executado na área objeto da transação, observados, principalmente, os aspectos econômico, social e de avaliação da gleba em relação ao mercado."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor, na data da sua publicação.

#### Justificação

Feita oralmente na sessão anterior.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1976. — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante três sessões, a fim de receber emendas, de acordo com o § 1º, do art. 442, do Regimento Interno. Findo este prazo, será despachado às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 195, DE 1976

Com fundamento no artigo 241 do Regimento Interno e tendo em vista estar em trâmite o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1976, de nossa autoria, que "dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973".

Requeremos sejam solicitadas ao Poder Executivo as seguintes informações:

- a) qual o acréscimo anual de encargos do INPS com a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1976?
- b) qual o superávit apresentado pela autarquia nos três últimos exercícios e qual o previsto para o ano em curso?

#### Justificação

Ao apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1976, houve por bem a douta Comissão de Constituição e Justiça aprovar o parecer do ilustre Relator, Senador Henrique de La Rocque cuja conclusão está concebida nestes termos:

"Ademais, a referência à origem dos recursos para suporte dos encargos decorrentes do projeto não satisfaz ao requisito do artigo 165, parágrafo único, da Constituição que estabelece a indicação precisa da "correspondente fonte de custeio total."

De fato, o dispositivo, referido do texto constitucional tem a seguinte redação:

"Parágrafo único. Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total."

O entendimento que tem prevalecido é o de ser indispensável a existência da fonte de custeio, por que sem ela os serviços e benefícios previdenciários não podem ser criados, majorados ou estendidos. Desse modo, tal fonte pode, quando necessária, ser criada pela mesma proposição que institua encargo, mas não haverá de sê-lo quando fontes de custeio pré-existentes sejam consideradas suficientes para seu atendimento pleno.

Nosso direito positivo consagra tal inteligência do requisito constitucional em causa, merecendo referência, exemplificativamente, a Lei nº 5.440-A, de 23 de maio de 1968, que concedeu aposentadoria com trinta anos de serviço à mulher segurada do INPS e eliminou a exigência de idade mínima de 50 anos para obtenção da aposentadoria especial e, mais recentemente, a Lei nº 6.136, de 7 de novembro de 1974, que incluiu o salário-maternidade, anteriormente a cargo das empresas, entre as prestações da Previdência Social e o fez sem aumento das contribuições existentes, o mesmo tendo ocorrido com a instituição do amparo previdenciário para os maiores de setenta anos de idade e para os inválidos.

Se assim, inegavelmente, é, inferimos do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ter ela considerado insuficiente a fonte de



custeio textualmente mencionada, nestes termos, no art. 2º da proposição:

"Art. 2º Serão os encargos decorrentes desta lei atendidos com as receitas referidas no Capítulo I, do Título IV da Lei Orgânica da Previdência Social."

Objetiva, portanto, o presente requerimento de informações proporcionar subsídios para decisão definitiva sobre a matéria, como nos parece da maior conveniência e oportunidade.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1976. — Franco Montoro.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Serão solicitadas as informações requeridas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

"Nova Iorque, 12 de maio de 1976.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José de Magalhães Pinto  
DD. Presidente do Senado Federal  
Brasília (DF)  
Brasil

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Venho pela presente, em meu nome pessoal e no dos demais Diretores da Brazilian-American Chamber of Commerce agradecer a elevada honra com que Vossa Excelência nos distinguiu ao designar o ilustre Senador Lourival Baptista para representá-lo, ao ensejo da solenidade de agraciamento do título de *Homem do Ano* de 1976.

Tenha Vossa Excelência a certeza de que a tradicional cerimônia revestiu-se de um brilho todo especial, ao contar, dentre seus ilustres convidados, como representante do Senado Federal, com a figura nobre e honrada do insigne Senador pelo Estado de Sergipe.

Nesta oportunidade, cumpro-me reiterar nossa gratidão a Vossa Excelência, líder incontestado, que demonstrou alto apreço ao organismo a que tenho a honra de presidir, máxime pelo muito que pôde redundar em proveito do estreitamento das relações comerciais entre nosso País e os Estados Unidos da América.

Aproveito o momento para apresentar a Vossa Excelência os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração. — Lino Otto Bohn, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — O ofício lido vai à publicação. (Pausa.)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, por cessão.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente; Srs. Senadores:

Estou de regresso de New York, onde acabei de desincumbir-me da missão muito honrosa e muito grata que me foi confiada, de representar o eminente Presidente desta Casa, Senador Magalhães Pinto, na solenidade de agradecimento ao Dr. José Papa Júnior, Presidente da Federação do Comércio e do Centro de Comércio do Estado de São Paulo com o título de *Homem do Ano*, pela Câmara de Comércio Brasil — Estados Unidos.

É sempre uma honra insigne ter a oportunidade de representá-lo e me foi sobretudo muito grato, no caso em apreço, fazê-lo numa cerimônia para a qual fui também convidado e que se revestiu de caráter tão significativo para o estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

É que nessa cerimônia homenageou a Câmara de Comércio, como o tem feito desde 1970, um ilustre brasileiro e um ilustre americano, que contribuíram, durante o ano, de maneira decisiva para o progresso das relações entre as comunidades econômicas do Brasil e dos Estados Unidos.

Este ano foram escolhidos o Dr. José Papa Júnior, jovem, dinâmico e progressista exemplo do empresariado nacional e o Sr. William L. Naumann, Presidente da Caterpillar Tractor Company Inc., líder de empresa americana cujas atividades vêm-se expandindo construtivamente em nosso País já durante um bom período de anos.

A solenidade, sob os auspícios da Câmara de Comércio, que tem prestado uma contribuição tão importante para o intercâmbio entre o Brasil e os Estados Unidos, na base de interesses mútuos, foi honrada com a presença do Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Arnaldo Prieto; dos ilustres Senadores Jessé Pinto Freire e José Sarney; dos Deputados Federais Antônio Henrique da Cunha Bueno e João Paulo Arruda; do Cônsul-Geral do Brasil, Dr. Lauro Soutello Alves; do ex-Ministro Hélio Beltrão; Secretário Ronaldo de Campos Veras, Vice-Diretor do Trade Bureau de nosso Governo em New York; dos Secretários da Fazenda e Trabalho do Estado de São Paulo, Srs. Nelson Gomes Teixeira e Jorge Maluly Neto; de ilustres membros do empresariado brasileiro, dentre eles o Dr. Eduardo Magalhães Pinto, Presidente do Banco Nacional. Dr. Frank Calmon de Sá, Presidente do Banco Econômico; Dr. Murilo Macêdo, Presidente do Banco do Estado de São Paulo; Dr. Flávio Musa de Freitas Guimarães, Presidente da VASP; Dr. Paulo Maluf, Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Dr. Teobaldo de Nigris, Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo; Dr. Caio de Alcântara Machado e de um grupo representativo do empresariado americano.

Foi uma solenidade expressiva, à qual estiveram presentes mais de 800 participantes, sendo que mais da metade brasileiros.

Presidência atualmente por um ilustre brasileiro, Dr. Lino Otto Bohn, Gerente do Banco do Brasil em New York, a Câmara de Comércio Brasil — Estados Unidos alcançou um nível de sucesso e de prestígio que muito honram o esforço, a dedicação e o trabalho incansável do Dr. Lino Otto Bohn, a quem apresento minhas felicitações mais calorosas pela sua liderança séria, efetiva e esclarecida, que tanto tem contribuído para benefício do nosso País.

Quando, no dia 24 de novembro, falei perante esta Casa, após meu retorno da XXX Assembleia-Geral das Nações Unidas, da qual participei como Observador Parlamentar junto à Delegação do Brasil, afirmei que "o atual Presidente da Câmara de Comércio Brasil - Estados Unidos desenvolve uma atividade renovadora muito útil ao interesse do nosso País". Aquela observação foi plenamente confirmada com as atividades posteriores que se desenvolvem sob sua liderança na Câmara de Comércio.

Devo, nesta oportunidade, ressaltar também a ação eficiente desenvolvida pelo Sr. Vicente Bonnard, Vice-Presidente da Câmara de Comércio, que, desde a sua fundação, muito tem contribuído para o seu efetivo funcionamento.

Sr. Presidente, é com viva satisfação que aproveito a oportunidade para registrar, nos Anais desta Casa, esse evento em New York, no qual tive a honra de representar o Presidente desta egrégia Casa, e que não somente ensejou o justo reconhecimento a dois ilustres homenageados, mas teve também um significado importante no que diz respeito ao desenvolvimento das relações amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos da América. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Guerra.

**O SR. PAULO GUERRA** (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Quarta-feira última, o eminente Senador Jarbas Passarinho solicitou da tribuna desta Casa, com o brilho de sua inteligência, amparo do Governo para a indústria da essência de pau-rosa, de grande significação para a economia paraense.

Na oportunidade, em aparte que permitiu inserir no seu oportuno e brilhante discurso, declarei que o meu Estado — Pernambuco, tinha situação ainda menos privilegiada, em face do preço político do açúcar, produto que responde direta e indiretamente por 50% de sua carga econômica.



Hoje, desejo fazer apelo ao eminente Presidente Ernesto Geisel, pedindo que, através do Banco Central da República e do Ministério da Indústria e do Comércio, seja dispensado a Pernambuco o tratamento já adotado no ano passado, com o objetivo de atenuar os prejuízos dos canavieiros atingidos por fatores climáticos adversos, ocorridos durante o ano de 1975, notadamente por secas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, ainda, por fortes geadas em julho do mesmo ano, em algumas regiões do Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Sul de Minas Gerais, consequentemente aplicáveis aos produtores da Região Centro-Sul, que receberam os seguintes benefícios:

1. (a) recolhimento à conta gráfica das operações de aquisição de insumos e custeio de lavouras de cana-de-açúcar, dos percentuais abaixo indicados, incidentes sobre o valor da produção obtida:

- de 30% no caso das usinas;
- de 40% no caso de fornecedores de cana-de-açúcar;

1. (b) escalonamento do saldo devedor remanescente, para liquidação em duas parcelas iguais, a serem amortizadas com o resultado das duas próximas safras do produto.

2. As operações que tenham sido refinanciadas pelo Banco Central do Brasil, serão prorrogadas, observados os mesmos prazos concedidos.

Desejo, ainda, transcrever parte da solicitação feita pelo Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, dirigida ao ilustre General Tavares do Carmo — Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool em que afirma: "é fato notório, envolvendo conseqüências calamitosas, o Estado de Pernambuco foi atingido por enchentes de vulto sem precedente, acarretando prejuízos nos centros urbanos e rurais e graves danos e conseqüências. Além disso, a região Norte do Estado foi depois atingida por uma prolongada seca, igualmente prejudicial.

No caso particular da agroindústria canavieira, os danos sofridos se tornaram evidentes, podendo mesmo ser quantificados, tendo-se presente a estimativa inicial da safra e o seu desenvolvimento, expressos através dos números a seguir:

#### Sacas

a) Estimativa inicial da safra 75/76 .....	22.000.000
b) Estimativa revista em outubro/1975 .....	16.500.000
c) Produção realizada até 23-3-1976 .....	14.800.000

Os números apresentados evidenciam que já se registrou e continua a se verificar acentuada queda na produção, decorrente, certamente, daqueles fatores climáticos, tendo-se em conta mesmo a estimativa inicial de produção, no montante de 22,0 milhões de sacas, correspondente precisamente à previsão levantada e adotada pelo IAA, tal como se vê da Resolução nº 2.092, de 30-3-1975, que aprovou o Plano da Safra de 1975/76.

Nessas condições, a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco encarece ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool o estudo, através dos órgãos próprios do IAA, e a consequente promoção das medidas cabíveis em colaboração com as Autoridades Monetárias, no sentido de serem estendidas aos produtores de cana do Estado de Pernambuco às medidas de assistência financeira previstas na mencionada Circular nº 293, do Banco Central do Brasil, com a necessária brevidade, tendo-se em vista a preservação dos interesses dos fornecedores de cana do Estado, que, em grande número, já concluíram suas colheitas reduzidas, ficando, assim, impossibilitados por não saldarem a totalidade de seus financiamentos de entressafra e insumos, de contraírem novos empréstimos para continuidade dos trabalhos.

Reforçando o pedido do Presidente da Associação de Fornecedores de Cana de Pernambuco, passo a ler declaração do Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, saída hoje no Correio Braziliense:

### "AÇÚCAR DARÁ PREJUÍZO DE CR\$ 15 BILHÕES

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, general Álvaro Tavares Carmo, afirmou ontem, em Belo Horizonte, que o Brasil terá um prejuízo de Cr\$ 15 bilhões com a safra açucareira de 1975/76, em virtude da queda de 25 por cento no volume das exportações.

— Só na região Centro-Oeste, explicou o Presidente do IAA, haverá um prejuízo de Cr\$ 6 bilhões, provocados pela queda de mais de 50 por cento no volume de exportações do produto; dos 20 milhões de sacas previstos para exportação, a região só exportou 9 milhões e 800 mil.

Segundo o general Tavares Carmo, que veio a Belo Horizonte para uma reunião com a diretoria do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, o setor açucareiro está vivendo um de seus piores momentos de toda a sua história, com o IAA sendo obrigado, inclusive, a adiar a cobrança dos juros dos empréstimos feitos aos empresários.

Explicou o Presidente do IAA que a baixa no volume das exportações foi causada, principalmente, pelo aumento do consumo interno de açúcar, que subiu 15 por cento. E pela queda de produção de um quarto (1/4) inferior à da última safra.

O IAA vem fazendo verdadeiras acrobacias para atender a todas as regiões, atingidas pela seca, pelas geadas e pelas chuvas.

A produção brasileira de açúcar em 1976/77 (moenda que começa em junho), segundo Tavares Carmo, será de 8 milhões de toneladas e cerca de dois milhões desse total serão exportados.

Até o final de abril, de acordo com dados do IAA, o açúcar rendeu ao País o equivalente a US\$ 92 milhões, pela comercialização externa de 287 mil toneladas.

Quanto às reivindicações dos plantadores de cana de Ponte Nova, em Minas, para os quais o preço ideal da tonelada seria de Cr\$ 152,00 e não de Cr\$ 92,00, explicou que o IAA nada pode fazer:

— o preço do açúcar é estabelecido nas vésperas de cada safra, conforme os subsídios técnicos fornecidos pelo Conselho Monetário Nacional, que se baseia no aumento do custo de vida. O general Tavares Carmo disse, ainda, que o IAA assinou um convênio em todas as áreas açucareiras do País com o objetivo de igualar a política de preços, atualmente desnivelada de região para região.

Durante a reunião com os técnicos do Banco de Desenvolvimento, o Presidente do IAA tomou conhecimento dos planos para o setor açucareiro no Estado para os próximos quatro anos, quando Minas estará produzindo cerca de 11 milhões de sacas de açúcar."

Confio, Srs. Senadores, no espírito de justiça do eminente Presidente Ernesto Geisel, que por certo mandará adotar, por equidade, medidas em favor dos canavieiros de Pernambuco e Alagoas, patrioticamente defendidas em memorial assinado em conjunto pelos eminentes Governadores Moura Cavalcanti, Divaldo Suruagy, administradores preocupados e sensíveis às problemáticas açucareira regional.

Ainda, faço apelo ao eminente Chefe da Nação, na oportunidade em que se aproxima a fixação do preço da tonelada de cana para a próxima safra 76/77, que seja adotado conforme pronunciamento feito nesta Casa, pelo eminente Senador Luiz Cavalcante, o preço do custo de produção encontrado pela Fundação Getúlio Vargas.

Não desejamos, Sr. Presidente, a fixação real do preço do custo de produção da cana, o que seria da maior justiça, e sim, o preço de custo de produção oficial encontrado pela Fundação Getúlio Vargas, e mantido até hoje em sigilo como se fosse segredo de Estado.

Não conheço, Sr. Presidente, coisa mais amarga para se produzir no Nordeste do que o açúcar. Economia controlada pelo Governo Federal, raramente teve o seu preço oficial de maneira justa.

Há dois anos passados, quando o preço do mercado internacional atingiu a importância de 1.500 dólares por tonelada de açúcar, receberam os produtores de cana o preço de pouco mais de 200 dólares por tonelada, para serem partilhados entre usineiros, fornecedores de cana e trabalhadores dos campos e das indústrias.

O Ministro, numa tentativa de justificação de tão escorchante confisco, declarou que o custo teria que ser baseado no preço interno do produto e não no valor atingido no mercado internacional. Hoje, quando o preço do mercado internacional é baixo e mais elevado o preço interno, vem a mesma autoridade e diz o contrário, que o preço terá que ser feito com base no preço do mercado internacional.

Assim, Sr. Presidente, fica sempre prejudicada a laboriosa classe de canavieiros de Pernambuco e de toda região Nordeste.

E ainda mais, Sr. Presidente, tenho aqui recorte do mesmo jornal Correio Braziliense, que diz:

"O Presidente da Comissão de Cana-de-Açúcar da Federação da Agricultura de Minas (FAEMG), Ernesto Trivelato, previu em Belo Horizonte, sérias dificuldades para mais de 100 mil pessoas que dependem do setor na Zona da Mata, se o Governo Federal não aplicar com urgência uma política de preços justos para os produtos rurais.

— Estamos pressentindo — disse Ernesto Trivelato — que os 1.200 plantadores mineiros de cana estão a ponto de abandonar essa cultura, para se dedicar ao plantio de soja ou do café, deixando em situação difícil diversas comunidades que dependem da industrialização do açúcar para sobreviver.

O desânimo entre os plantadores de cana da Zona da Mata, segundo Ernesto Trivelato, pode ser explicado pelo preço da tonelada do produto (fixada em Cr\$ 92,00) quando o mínimo indispensável, segundo estudos feitos pela Associação dos Plantadores de Cana de Ponte Nova, seria Cr\$ 150,00 a tonelada.

Fora desse preço não há a menor condição de sobrevivência para os produtores rurais, atormentados por dívidas e pelos altos preços de insumos. Ou o Governo Federal revê sua política de preços ou a cana-de-açúcar será inteiramente erradicada da Zona da Mata nos próximos cinco anos, observou.

Este ano os plantadores de cana cultivaram 3.300 hectares na região de Ponte Nova e esperam colher 800 mil sacas. A produção vai fazer com que as usinas da região funcionem com metade de sua capacidade e este é o primeiro sinal de que poderá haver rápidas mudanças na agricultura da região. "Afim, não se pode perder dinheiro à espera de cumprimento de promessas oficiais" — disse Trivelato.

Todo o açúcar que os armazéns de Ponte Nova vinham mantendo em estoque há vários meses — cerca de 600 mil sacas — foi inteiramente comercializado nas últimas semanas. Segundo Ernesto Trivelato, a crise no fornecimento poderá aumentar nos próximos meses "porque não existe matéria-prima."

Ora, Sr. Presidente, se, em Minas Gerais, com mil pessoas serão atingidas, e ficarão em dificuldades na zona canavieira, em consequência do preço político do açúcar, posso afirmar que, em Pernambuco, Alagoas e todo o Nordeste, esse número chegará a quase cinco milhões de pessoas prejudicadas com esse preço político do açúcar, adotado por orientação do Governo.

Por tudo isso, Srs. Senadores, apelamos para o eminente Chefe da Nação, em quem confiamos plenamente, na certeza de que determinará que se faça justiça àqueles que, no passado ou no presente, tanto contribuíram para o desenvolvimento nacional.

Nesta oportunidade, antes de encerrar estas palavras, desejo, ainda, apelar para o dinâmico Presidente do Banco do Brasil, Dr.

Ângelo Calmon de Sá, magnífica vocação de estadista, que, em pouco tempo — dois anos — à frente do nosso principal estabelecimento de crédito, já se afirmou pela permanente preocupação de acelerar o nosso desenvolvimento e, dia-a-dia, vem projetando o Banco do Brasil nos meios financeiros internacionais, e, igualmente, ao mesmo tempo, capaz e dinâmico Diretor da 2ª Região — Dr. José Aristophanes Pereira, no sentido de se apressarem os financiamentos de entressafra da agroindústria do açúcar de Pernambuco. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Um dos maiores sacrifícios sofridos pelo trabalhador brasileiro nos seus direitos, nestes últimos anos, foi a perda da estabilidade na empresa. Quando se criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no Brasil, com sacrifício da estabilidade do trabalhador já há tempos inscrita na legislação social brasileira, perpetrou-se contra ele uma violência enorme, não apenas no que diz respeito à retirada de expressão financeira do seu dinheiro, e sim, a uma situação psíquica do homem que vive do seu salário. Retirou-se-lhe a substância moral, deixando-se, em lugar da estabilidade, uma miséria, ou seja, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O FGTS é uma ficção, uma mentira; não valeu para o trabalhador, tão-somente para o Banco Nacional da Habitação, que, por sinal, está aplicando os recursos dele retirados em outros setores, que não servem aos interesses, do trabalhador, a sua necessidade de construção de casa.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer, Excelência.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — Tenho a impressão de que V. Exª está fazendo umas colocações que fogem, assim, da realidade da política do Governo. Criticar a política do Governo é, realmente, um dever e, até mesmo, uma colaboração da Oposição, mas distorcer os propósitos e os fatos penso não ser construtivo. V. Exª sabe que o instituto da estabilidade não foi removido da legislação brasileira, e sim criou-se o processo de opção. Há muitos trabalhadores que continuam sob o regime do instituto da estabilidade, ao passo que outros a entenderam válida, fazendo jus aos benefícios do Fundo de Garantia. O que V. Exª sustenta não se reveste de significação. Bem sabe V. Exª que a significação monetária das coisas está exatamente em função dos valores que cada um possui. Para quem ganha salário mínimo, duzentos cruzeiros têm significação financeira expressiva, mas nada representam para o milionário. É preciso dizer a V. Exª que, dentro da realidade da vida do trabalhador brasileiro, o Fundo de Garantia — atualizado pela correção monetária de três em três meses e objeto de resgate toda a vez que o trabalhador busca uma nova situação de trabalho — é um instrumento importantíssimo para economia do trabalhador. Tanto é assim que o trabalhador faz a livre opção, para se inserir neste sistema.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Lamento que V. Exª tenha ficado, apenas, na superficialidade da problemática. Parece que V. Exª não viveu ou não estudou concretamente o resultado do Fundo de Garantia ou a supressão da estabilidade na vida do trabalhador, do setor laboral brasileiro. Na realidade, não se acabou de vez, mas se determinou a condenação definitiva, da estabilidade porque, digamos, a estabilidade opcional mas, hoje, as empresas forçam, a que eles optem de imediato, pelo Fundo de Garantia; forçam o trabalhador a renunciá-la quando ele, à época, já dispunha de estabilidade, inclusive em órgãos oficiais, a exemplo do que vem ocorrendo na Rede Ferroviária Nacional. Mas o pior, o trabalhador antigamente tinha o seguinte regime: quando chegava aos 10 anos, ele não

podia ser demitido da empresa — a menos que fosse por falta grave. Se de uma certa forma o contrato era pelo empregador violado ele podia rescindir o contrato, recebendo a indenização, em dobro. Hoje, ele não tem garantia nenhuma. O Fundo lhe é descontado, mas por qualquer pretexto, ele pode ser despedido, então ele não tem dignidade, ele não tem segurança, mesmo para aqueles trabalhadores envelhecidos; aos 10 anos, aos 15 anos de casa por um capricho do filho do patrão ele pode ser jogado na rua, sem contemplação alguma pela sua condição de ter servido anos e anos com dedicação, com respeitabilidade e eficiência.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — Permite V. Ex<sup>a</sup> outro aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer, Senador.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — O problema é simplesmente uma correção de expressão. Eu não vou me engajar nessa discussão, que é inteiramente despropositada de V. Ex<sup>a</sup>, a esta altura, em pretender julgar da oportunidade do Fundo de Garantia com os benefícios que este Fundo de Garantia proporcionou ao trabalhador, contemplando-o sob uma dimensão de altivez, perante os empregadores. Não ficaria mais sujeito, realmente, às injunções em face do instituto da estabilidade, em que o trabalhador era, muitas vezes, espezinhado pela empresa, porque já tinha estabilidade, ou era espezinhado na perspectiva de garantir o status dessa estabilidade, para, exatamente, ser como que expulso da área da empresa. Todos esses ingredientes negativos V. Ex<sup>a</sup> omite, a serviço da sua tese, mas todos foram supridos com o instituto do Fundo de Garantia. O reparo que desejava registrar é que ele não é debitado ao trabalhador, mas lhe é creditado na sua conta específica. Esta, a retificação. É ônus empresarial creditado ao trabalhador, nobre Senador.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Respondo a V. Ex<sup>a</sup>. Mas a que equivale esse crédito? E a maioria dos riscos? Muitas vezes ele é despedido, o patrão não fez sequer o depósito, e ele não tem o que receber.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: examinando a etiologia do Fundo de Garantia, sabe qual foi a sua causa determinante? Que razões levaram o Governo a introduzi-lo na legislação brasileira? Não foram causas, evidentemente, que visassem em benefício do trabalhador, mas outras completamente diversas.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Desejava, apenas, terminar a informação devida ao Senador José Lindoso, para, em seguida, dar o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

Logo, em 1964, depois daquelas falências em massa, que se verificaram no Brasil, o Governo entendeu e achou que uma grande alternativa nacional para o Brasil seria a entrada do capital estrangeiro. Mas depois que o capital estrangeiro comprou as primeiras empresas nacionais, em situação falimentar, pelo preço que queria, estabelece-se ainda uma condição: só efetivaria o negócio se se eliminasse a estabilidade. O estrangeiro, sobretudo o americano, não compra uma firma, não adquire o seu controle acionário sem que se elimine a estabilidade funcional. Há de sua parte verdadeira alergia em relação a ela. Então, o próprio Governo foi levado a quebrar a estabilidade; mas para não fazê-lo de maneira abrupta, violenta, deu, em seu lugar, essa miragem que é o percentual de 8% mensal sobre o salário, que não tem significação nenhuma para o trabalhador. Se V. Ex<sup>a</sup> procurar, com a sua argúcia e a sua grande qualificação, examinar na realidade o que é o Fundo de Garantia verá que é uma miragem, uma ofensa, uma humilhação ao trabalhador nacional, sobretudo em relação àqueles que nem sequer, no final da vida, se podem dar ao luxo de ter uma tranquilidade em relação ao seu

emprego, porque basta perder um pouco da sua capacidade funcional, para ser jogado na rua. E o emprego que ele consegue, logo depois, é sempre inferior ao que ele tinha, porque já está mais envelhecido, mais comprometido na sua capacidade laboral.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Concedo o aparte ao ilustre Senador Lázaro Barboza e depois a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Senador Leite Chaves, é apenas para complementar o raciocínio do ilustre Líder do Governo quando afirmou que hoje os trabalhadores não são mais espezinhados. Realmente, eles não são mais espezinhados, quando entram em desacordo com o patrão. São jogados para fora.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, porque é o testemunho de uma realidade que, em todo local, em todos os momentos, se pode constatar.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Senador Leite Chaves, V. Ex<sup>a</sup>, no curso do seu pronunciamento, mostrando as modalidades de pressão para que o servidor se incline pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mencionou a situação dos ferroviários, e aqueles ferroviários que não optaram pelo FGTS estão realmente numa situação angustiante porque nem os benefícios da reclassificação lhes foram assegurados até hoje e outras desvantagens que já têm surgido para, exatamente, obrigá-los a realizar essa opção para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Era o testemunho que queria dar, V. Ex<sup>a</sup>, no instante em que V. Ex<sup>a</sup>, apresentando o seu projeto, tece considerações em torno da matéria.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço-lhe a interferência, que é válida e fortalece os postulados da minha sustentação.

Todas essas razões vêm a propósito de justificar um projeto que foi apresentado aqui nesta Casa. Convencidos, hoje, da inutilidade dos nossos pronunciamentos aqui no Senado Federal, do seu vazio, temos procurado dar uma consequência às nossas idéias. Para cada discurso, um projeto. Nem sempre os projetos passam, não porque não sejam jurídicos ou constitucionais — e jamais os apresentaremos aqui no Senado Federal sem que obedeçam a esses parâmetros — mas que podem representar, para o Executivo, sugestões concretas, sugestões válidas. Eles são buscados na realidade, em todas estas viagens ao nosso Estado. Conhecendo o meu povo, sentindo as suas necessidades, vendo os seus problemas, através das malhas da lei, procuramos enquadrar aquelas necessidades que nos parecem justificáveis, justas e atendíveis, numa proposição legal.

O projeto ontem apresentado à Casa diz expressamente o seguinte:

"Altera a redação do artigo 6º da Lei nº 5.107, de 13-9-66 (FGTS), para assegurar aos empregados optantes, com dois ou mais anos de serviço, um adicional correspondente ao valor dos depósitos feitos em sua conta vinculada, em razão de despedida sem justa causa."

O dispositivo que se adita à Lei do FGTS tem esta redação:

"Art. 6º .....

Parágrafo único — Aos empregados que tenham prestado dois ou mais anos de serviço à empresa será assegurado um adicional correspondente à totalidade dos depósitos por ela feitos em sua conta vinculada."

Mas jamais repara o prejuízo sofrido com a quase coarctação da estabilidade. É uma tentativa de levar o patrão a pensar duas vezes antes de despedir o empregado, porque se ele deposita na sua conta aqueles miseráveis 8%, que também são ônus para o patrão, pode demitir ou não o empregado, com justa ou sem justa causa, fatos que

são irrelevantes para a empresa, por não haver consequência financeira. Então, neste caso, ele vai ponderar duas vezes, vai ver que é um risco, pelo menos. E o risco, Sr. Presidente, é algo muito pequeno. O que pretendemos nesse projeto é estabelecer a obrigatoriedade de o empregador depositar o valor correspondente ao da conta vinculada do empregado durante o tempo em que ele serviu na empresa. Muitas vezes, o empregado conta com 5 ou 6 anos, em outras empresas, mas está há dois anos em determinada empresa. Assim, para ser demitido, o empregador não vai ser obrigado a pagar tudo, mas, pelo menos, o quanto a que ele fez jus pelo Fundo de Garantia, correspondente ao período de trabalho nesta empresa a que está servindo.

É um meio de restringir as despedidas em massa, sobretudo criando, para pessoas na faixa de 45 anos de idade, um grande percentual de desemprego.

Sr. Presidente, o projeto, parece-nos muito justo, jurídico, constitucional. O ideal seria que o empregador fosse obrigado a pagar todo o valor da conta vinculada, mas, se isso ocorresse iríamos agravar o surgimento dos índices de desemprego que afligem os trabalhadores. Se um trabalhador já vem com 5 anos de outras empresas, encontraria dificuldades em arranjar novo serviço.

Neste caso, o ônus não será tão elevado, a ponto de um empregado deixar de ser aceito em nova empresa já depois de ter servido em outras firmas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Peço a atenção de V. Ex<sup>ts</sup> para este projeto que, embora modesto, é de grande alcance e importância para os trabalhadores brasileiros. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No próximo dia 23 do corrente, a Desembargadora Auri Moura Costa verá encerrar-se o seu período como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, após três anos de profícua gestão à frente daquela Corte Especializada.

Magistrada integérrima, com judicatura das mais brilhantes, pertence, desde 1968, ao Tribunal de Justiça do meu Estado, ao qual foi alçada depois de ocupar, com a maior dignidade, várias comarcas interioranas.

A sua linha de conduta como membro do Poder Judiciário fê-la credora da admiração dos cearenses, mercê, sobretudo, de suas sentenças abalizadas, inspiradas inflexivelmente no respeito ao Direito e à Justiça.

Como primeira mulher a ser guindada àquela instância da vida judiciária estadual, as suas atividades foram acompanhadas com atenção pelos seus colegas, pelos círculos jurídicos e a própria opinião pública, possibilitando-lhe uma projeção merecida que se ampliou até à consagração indiscrepante de seu valor cultural, do seu caráter sem jaca, da sua probidade funcional.

Eleita, em 27 de maio de 1974, para dirigir o TRE, as suas primeiras providências assinalaram o elogiável propósito de atuar com o maior dinamismo e energia, para o que contou com o concurso decidido dos demais componentes daquela Casa e de todo o seu funcionalismo.

No campo das realizações administrativas, vale ressaltar a instalação dos Cartórios de Fortaleza em prédio próprio, localizado à rua Nogueira Acioly, cuja aquisição representou o dispêndio de dois milhões e cem mil cruzeiros, consignados no vigente Orçamento da União.

Ali, os que pretendem qualificar-se para o exercício do voto encontram razoáveis condições de conforto, bem melhores do que as propiciadas pelas antigas dependências da avenida Tristão Gonçalves,

quando os alistandos se comprimiam em espaços fisicamente inadequados, gerando, em consequência, evidente desestímulo e constantes reclamações.

Mencione-se, além disso, a sua disposição de descentralizar o movimento de inscrição eleitoral, fazendo com que nos distritos de Fortaleza pudessem ser instaladas unidades de atendimento, impedindo, com isso, o deslocamento do futuro eleitor para o centro da cidade.

Durante o pleito de 15 de novembro de 1974, a inabalável firmeza de que se revestiu o comportamento da Desembargadora Auri Moura Costa concorreu para a lisura da memorável competição cujos resultados refletiram inequivocamente a soberana vontade popular.

Nos seis meses que antecederam o prélio, a Presidente do TRE percorreu as várias zonas do Estado, efetuando encontros regionais, durante os quais eram feitas por ela, e os seus ilustres pares, amplas exposições sobre as medidas assecuratórias da normalidade eleitoral.

Na intenção de impedir a influência do poder econômico e do político, empregados habitualmente para desvirtuar a preferência da massa de votantes, a desembargadora Auri Costa esquematizou um plano de ação, para cuja observância encareceu a colaboração das próprias lideranças partidárias, das autoridades constituídas, da valorosa imprensa e de todos quantos estivessem interessados em preservar o veredictum das urnas daqueles vícios tradicionais, que antes o maculavam irremediavelmente.

Em sucessivas proclamações pelas emissoras de rádio e televisão, conclamou o povo a cumprir o imperativo cívico de votar e, com isso, evitou que os índices de abstenção se elevassem em todo o território cearense.

Ao tomar conhecimento, às primeiras horas do dia 15 de novembro, de que fora arquetizada criminosamente a substancial redução do número de coletivos em tráfego na cidade de Fortaleza, como meio de obstaculizar a presença do eleitorado independente nas várias seções, a Desembargadora Auri Moura Costa, com presteza e coragem inigualáveis, notificou as empresas, para, em prazo não superior a uma hora, restabelecerem a normalidade, pondo os ônibus novamente em circulação.

Nas apurações, a sua presença era notada com frequência no "Ginásium Paulo Sarazate", junto às mesas apuradoras, dando aos candidatos a certeza de que os sufrágios seriam computados corretamente e os trabalhos continuariam a se processar com a maior celeridade.

Proclamados os resultados, até mesmo os que não lograram a vitória tiveram a grandeza de reconhecer, abertamente, a conduta exemplar daquela magistrada, que honra e enobrece o Poder Judiciário do Ceará.

A Câmara Municipal de Fortaleza, no ano passado, conferiu-lhe, em imponente solenidade realizada no auditório da Faculdade de Direito, a cidadania honorária, interpretando, desta forma, o reconhecimento da comunidade fortalezense àquela mulher realmente extraordinária, cujo imenso prestígio em todas as áreas representa hoje o coroamento de uma vida digna, voltada abnegadamente para o exato cumprimento do dever.

Prestes a deixar o Tribunal Regional Eleitoral, em razão do término de seu mandato, a Desembargadora Auri Moura Costa tem sido alvo de significativas manifestações, todas elas indiscutivelmente espontâneas, como a que lhe presto neste instante, na tribuna do Senado, num testemunho público de respeito às suas notáveis virtudes e de enaltecimento à sua atuação irrepreensível como juíza criteriosa, dotada de comprovado senso jurídico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Esteves — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Virgílio Távora — Jessé Freire — Arnon de Mello — João Calmon — Amaral Peixoto — Ro-

berto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 1976

**Revoga o § 1º, do artigo 8º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que "disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento."**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É revogado o § 1º, do art. 8º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, sendo renumerados os parágrafos seguintes ao mencionado neste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

A Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que "disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento", determina o seguinte, quanto às sociedades corretoras membros de Bolsa de Valores:

"Art. 8º A intermediação dos negócios nas Bolsas de Valores será exercida por sociedades corretoras membros da Bolsa, cujo capital mínimo será fixado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º A participação societária conjunta dos administradores das sociedades corretoras não poderá ser inferior à metade do capital votante."

O estudo proposto objetiva retirar do texto legal esta última exigência, qual seja a de que a participação societária conjunta dos administradores das sociedades corretoras represente, no mínimo, metade do capital votante da empresa.

Em primeiro lugar cabe estabelecer a causa de ter sido dada ao dispositivo redação em que ressalta o aspecto restritivo, diverso do comum aos demais tipos de empresa.

O dispositivo legal ora sob exame situa os administradores das sociedades corretoras na condição obrigatória de proprietários também dessas empresas, pela posse de metade, pelo menos, do capital votante.

Dessa forma, a atribuição de responsabilidade aos administradores das sociedades corretoras — embasada na posse de metade do capital votante — é um mecanismo garantidor dos investidores. Assim, a vinculação da administração à propriedade, em certa medida, e em termos, significaria estabelecer uma proporcionalidade entre o vínculo antes mencionado e o volume de negócios realizados pelas sociedades corretoras.

É certo que a legislação brasileira, relativa ao mercado de capitais, no seu conjunto, conscientemente objetiva cercar o investidor do máximo de garantias. Isto se explica, em primeiro lugar, pela pouca experiência brasileira nesse campo. Quando da organização do mercado de capitais, apesar de existirem consensos sobre determinadas práticas, a legislação ainda não refletia o que era então originado no próprio desenvolvimento econômico. A aplicação de poupanças no mercado de capitais rapidamente foi sendo ampliada, parte devido ao ritmo acelerado de crescimento, mas parcela importante deve ser atribuída à defesa legal existente, garantindo o investidor.

É possível identificar no art. 8º, § 1º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, pois, um acatamento quanto a possíveis riscos do investidor, obrigando as sociedades corretoras a partilhá-los, na medida em que fossem encarregadas de maneira os recursos do público.

Não resta dúvida, porém, sobre um outro aspecto, também essencial à questão, o de que a legislação tem sido aprimorada, em função do ritmo de crescimento econômico do País, que suscitou transformações de diversos mecanismos institucionais manipuladores das poupanças populares.

Não só, cabe reconhecer também que aprisionar o dinamismo do setor financeiro, quando a política governamental tem sido deslocada no sentido de facilitar o surgimento de conglomerados capitaneados pelos bancos comerciais, é, no mínimo, querer inflétir o curso do desenvolvimento econômico, dificultando iniciativas e, muito pior, incentivando o encontro de fórmulas sutis de contornar a legislação.

Em meio a este raciocínio está compreendida a necessidade de retirar a exigência estabelecida no § 1º, do art. 8º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

O dispositivo legal referido está largamente ultrapassado pelo volume de recursos manejados, hoje, pelas sociedades corretoras, respondendo, na verdade, ainda que nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, especialmente o seu art. 40 ("Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências"), por uma parcela bastante restrita das atividades dessas empresas.

À vista de todas essas razões, por considerar, principalmente, que, ainda que ultrapassado, o § 1º do art. 8º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1974, dificulta a organização de novas sociedades corretoras, quando não impossibilita, é que propomos este projeto de lei, revogando-o.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1976. — **Itálio Coelho.**

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — O projeto será publicado e remetido às comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 138, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial intitulado "A Visita à França", publicado no jornal *O Globo*, em 28 de abril de 1976.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

#### É O SEGUINTE O EDITORIAL CUJA TRANSCRIÇÃO É SOLICITADA:

##### "A VISITA À FRANÇA

A visita do Presidente Geisel à França tem um significado e um alcance que transcendem os entendimentos financeiros e comerciais. É evidente que muito interessam a ambos os países as negociações em curso, em diversas áreas, e que, a partir de agora, os laços de natureza econômica, que já aproximam Brasil e França, tendem a se estreitar cada vez mais.

No entanto, o que importa destacar neste momento, é o fato de que os dois convites aceitos pelo Presidente Geisel, dos Governos da França e da Inglaterra, demonstram que a Europa — isto é, a comunidade das nações desenvolvidas — está convencida de que o

Brasil tem hoje uma estatura e uma importância que não podem ser ignoradas. Como disse o Chefe do Governo brasileiro, ao responder, no aeroporto de Orly, à saudação do Presidente Giscard d'Estaing: "Os êxitos alcançados pelo Brasil valem-lhe o reconhecimento de uma dimensão no cenário das nações. E é com integral senso de responsabilidade que assumimos esta presença ampliada".

A nova dimensão a que se referiu o Presidente Geisel é exatamente aquela que lhe dá autoridade para condenar com energia, como fez em seu discurso no banquete do Palácio Triánon, o comportamento de nações desenvolvidas, interpondo "obstáculos de natureza artificial ao crescimento econômico de outras nações".

Por seu turno, o Presidente Giscard d'Estaing, em seus pronunciamentos públicos dos últimos dois dias, em nenhum momento deixou de evidenciar o reconhecimento da importância adquirida pelo Brasil no contexto internacional. Não poderia, inclusive, ser mais eloquente do que quando afirmou: "Mais do que nunca, o nome do Brasil é sinônimo de audácia, de energia e de confiança".

Homenagens como essa, que ultrapassam em muito as exigências formais da hospitalidade, marcam o êxito da viagem da Presidente Geisel de forma tão indelével quanto os mais proveitosos entendimentos comerciais.

O Brasil de hoje é, por seu próprio esforço, uma nação que fala de igual para igual — sem arrogância mas com total franqueza — com todos os países. E é exatamente isso que ocorre, na festa de amizade e calor humano que está sendo a visita do Presidente Geisel à França."

#### O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

(Tramita em conjunto com o de nº 158, de 1976.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 151, de 1976, do Senhor Senador Petrônio Portella, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel, em Volta Redonda, no dia 1º de maio de 1976, por ocasião das solenidades oficiais do Dia do Trabalho.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada, ficando prejudicado o Item 3 da pauta, que versa sobre matéria idêntica:

#### É O SEGUINTE O DISCURSO DO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL:

"Trabalhadores de Volta Redonda. Trabalhadores do Brasil.

Interrompendo viagem ao exterior, aqui vim especialmente para saudar-vos neste Dia Universal do Trabalho, à sombra dos altos-fornos e das chaminés de Volta Redonda, símbolo, já tradicional, do Brasil industrializado e dinâmico de hoje.

Ressoam aqui, ainda, os ecos de outras muitas comemorações idênticas, em data igual, quando a voz do Presidente Vargas reclamava vosso apoio incansável ao progresso do País e vos prometia dias melhores no futuro.

Falava ele, mesmo muitos anos depois, em nome sempre da Revolução de 1930 que o trouxera ao Governo da Nação, numa arrancada heróica que despertara o povo do Brasil, desde as coxilhas gaúchas às montanhas alterosas de Minas Gerais e aos sertões nordestinos onde a Paraíba chegou a ser um grande e inesquecível fanal.

Falo-vos eu, agora, em nome da Revolução redentora de 1964 que salvou o País da anarquia e da desordem sem freios que o comunismo arquitetara e impulsionava sem descanso, nem escrúpulos de qualquer ordem.

Esta não é, em verdade, uma simples coincidência histórica. Muitos de nós, os mais velhos, que fizemos a alvorada de 64, havíamos militado nas hostes revolucionárias de 1930. Ambos esses movi-

mentos cívicos brotaram das mesmas genuínas aspirações do povo e se propuseram a melhorar a qualidade da vida para cada família, nas metrópoles, nas cidades, nos vilarejos do interior e nos mais distantes rincões sertanejos. E, em ambos, visava-se à criação de um Brasil maior, mais forte, mais justo e mais democrático, pelo trabalho ordeiro e fecundo de todos os dias que ainda mais dignificasse o homem brasileiro, libertando-o dos grilhões da miséria e da ignorância, da prepotência dos mais ricos e da violência aos mais poderosos.

A Revolução de 30 encerrou já todo o seu ciclo histórico, enfrentando vicissitudes várias e sofrendo naturais descaminhos, mas não faltou à sua destinação maior quando, na senda do desenvolvimento nacional, criou as bases iniciais da industrialização do País de que Volta Redonda é um marco indiscutível.

É, a partir dessas bases, que o Movimento Revolucionário de 1964 está construindo um Brasil novo, à altura de nossos sonhos de grandeza, muito mais ambiciosos agora que somos tantos mais brasileiros a fazer jus, todos igualmente, aos benefícios de nosso progresso incessante.

Para tanto, o Governo precisa de vós, trabalhadores do Brasil, não só do esforço continuado de vossos braços criadores, mas sobretudo do apoio de vontades rijas e indomáveis, confiantes de fato no elevado propósito que nos anima — o da redenção do homem brasileiro das cidades e dos campos.

#### Trabalhadores!

Em meio a um panorama internacional eivado de complexos problemas, o Brasil enfrenta hoje desafios novos num clima de ordem e de paz, de segurança e de desenvolvimento, de trabalho e pleno emprego, o que nos enche de justo orgulho e nos traz a certeza de êxito pleno num futuro melhor. A cada desafio novo, anteporemos criatividade nova e a energia redobrada de nossas vontades.

Notórias já se tornaram as prioridades que meu Governo vem dando ao desenvolvimento social, procurando estender, à população toda do País, os bens do progresso.

Ainda recentemente, em ato comemorativo do aniversário da Revolução de 1964, assinei decreto criando o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR, com o objetivo de disseminar treinamento, aperfeiçoamento e qualificação a milhões de brasileiros que, no campo, hoje quase desassistidos, participam da força de trabalho da Nação.

Com a criação desse serviço, preenche o Governo antiga lacuna existente no sistema de formação de recursos humanos a que os setores secundário e terciário, a indústria e o comércio em particular, eram, há muito tempo, atendidos pelo SENAI e pelo SENAC.

Outra medida importante que merece ser citada neste momento, e visa à melhoria gradativa da qualidade de mão-de-obra especializada no Brasil, é a regulamentação da lei, aprovada pelo Congresso Nacional, sobre Incentivos Fiscais para Treinamento.

Este instrumento legal possibilita para empresas que tenham projetos de treinamento de seu pessoal aprovados pelo Ministério do Trabalho, descontarem em dobro, do Imposto de Renda, os gastos que tiverem com este treinamento.

Incorpora-se, com o apoio financeiro do Governo, o potencial pedagógico das empresas ao esforço nacional de preparação dos recursos humanos, de tal forma que cada empresa se converterá aos poucos, também, numa agência de formação e adestramento. Concretiza o Brasil, assim, o ideal, tantas vezes universalmente anunciado e tão poucas vezes cumprido, da chamada educação permanente.

Esta cerimônia seria bem ocasião adequada para o descortinado do rol de medidas tomadas pelo Governo nos últimos dois anos, em favor do desenvolvimento social de nosso povo, e que vão desde a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a renovação do Ministério do Trabalho e a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, até a nova legislação abrangendo diretrizes sobre aposentadoria, regulamentação de profissões, auxílio-maternidade,

bolsas de estudo, alteração da fórmula da política salarial e tantas outras que atestam cabalmente o interesse de meu Governo pelos problemas trabalhistas.

Ater-me-ei, no entanto, apenas a dois destes, objeto de iniciativas especiais nos últimos dias: o da distribuição de renda, isto é, a política salarial em seu contexto amplo, e o da atualização da legislação do trabalho.

Um dos problemas que estamos enfrentando com vigor, mas com a maturidade das soluções definitivas, é o da melhor distribuição de renda. Tenho lido e ouvido declarações aconselhando o Governo a realizar, por decreto, alterações bruscas nos níveis de salário mínimo e nos índices de reajustamento salarial. Felizes seriam os Governos que pudessem resolver matéria tão complexa com um simples decreto. O comportamento das leis econômicas e sociais não obedece a formulações a tal ponto simplistas.

Já disse, em outra ocasião, que "um exame detido do problema revela que a melhoria da distribuição de renda, para compatibilizar-se com altas taxas de crescimento econômico, é processo que demanda tempo e racionalidade. O distributivismo fácil, que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e desenvolvimento. Nossa experiência, anterior à Revolução de 1964, e experiências semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional."

O pensamento do Governo continua o mesmo sobre tal assunto. "A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social".

Quanto à legislação no quadro da Justiça do Trabalho cuja composição será mantida, impõe-se ressaltar que ultimaremos, ainda no corrente ano, a modernização da Consolidação das Leis do Trabalho, adequando-a à realidade do tempo presente com a incorporação de legislação recente e simplificação de seu texto, para que qualquer trabalhador, mesmo o mais humilde, possa entendê-la e interpretá-la, conhecendo seus direitos e seus deveres.

E, ainda que o texto final consolidado deva ser considerado em bloco, nada impede que uma ou outra medida julgada oportuna pelo Governo seja destacada do conjunto e examinada com antecipação, pelo Congresso Nacional.

Convém lembrar, que, com o apoio a grandes projetos em áreas metropolitanas, com a melhoria dos transportes no meio urbano, a construção de 600 Centros Sociais em todo o País, com o combate continuado à inflação, com providências concretas visando à defesa do consumidor, com o fortalecimento dos sindicatos e da sindicalização, enfim, com todo um conjunto de medidas, inclusive na área econômica e financeira, objetivamente adotadas, o Governo tem tido sempre em mente a promoção social de nosso povo. Não me canso de repetir que o Homem é o objetivo central do desenvolvimento nacional.

E porque assim, é, a Assistência e Previdência Social expande-se em ritmo acelerado, com vistas à universalização de seus serviços. Alguns algarismos bastam para demonstrá-lo.

Em 1963, o número de segurados da previdência social era de 5.300.000, distribuídos pelos diversos Institutos, o que configurava uma cobertura apenas parcial da área urbana.

A população do País era então de 76 milhões e meio de habitantes, de modo que a tão propalada proteção social atingia apenas a 7% da população na condição de segurados e 21% na de segurados e dependentes.

Em 1976, para uma população de 110 milhões de habitantes, com a ampliação da previdência urbana aos empregados domésticos,

a filiação maciça de autônomos e empregadores, a instituição do PRORURAL e o rol de medidas adotadas já no atual Governo, a previdência em geral registra um total de 30.130.000 segurados, representando 27,2% da população, o que faz com que a soma de segurados e dependentes atinja a quase totalidade dos habitantes do País.

Em 1963, os antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões mantinham apenas 588.000 aposentados e 588.700 pensionistas. Hoje, o número de aposentados do INPS e do FUNRURAL se eleva a 2.890.000, aos quais devem ser somados 2.060.000 pensionistas.

Somente o benefício especial para velhos e inválidos, implantado há menos de um ano, já está sendo pago a cerca de 500.000 pessoas.

A par dessa ampliação da área, introduziram-se diversas modificações na legislação, entre 1964 e 1976, no sentido de melhorar o valor dos benefícios, notadamente no que se refere à elevação dos valores mínimos e ao estabelecimento de um sistema adequado e oportuno de reajustamento automático das mensalidades em manutenção.

Quanto aos serviços de assistência médica atualmente prestados pela previdência social, são a bem dizer resultado da ação revolucionária pois o que existia antes de 1964 eram providências isoladas, dispersas, tomadas ao sabor de interesses políticos e que atendiam a grupos privilegiados à custa da coletividade de contribuintes.

É importante salientar que essa enorme ampliação do plano de benefícios e da área de atendimento médico não se deveu a nenhum aumento da taxa de contribuição, e sim à adoção de medidas moralizadoras, racionalizantes e isentas de cunho demagógico.

O que antes de 1964 caracterizava os Institutos de Aposentadoria e Pensões era o empreguismo, a sonegação sistemática de contribuições, a dívida do Governo e a utilização indevida dos recursos previdenciários.

A unificação desses Institutos, a adoção de medidas objetivas para assegurar o recolhimento das contribuições, como a correção monetária, o sistema de multas e a instituição dos certificados de regularidade de situação, bem como a utilização de modernos instrumentos de gestão, entre os quais os computadores eletrônicos, operaram verdadeira revolução no sistema, bastando assinalar que a expressiva melhoria havida na prestação dos serviços foi acompanhada de uma redução de 30.000 funcionários administrativos.

Trabalhadores brasileiros,

Em nossas próprias mãos repousa tanto nosso presente como nosso futuro.

Participante de uma história pacífica, o brasileiro constrói o seu mundo com ordem e em paz.

Dotado de personalidade altiva, amadurecido pelos desafios de sua imensidão, o Brasil dedica-se, diuturnamente, a construir as bases de uma grande Nação. Todos somos trabalhadores nesta obra portentosa.

A todos que assim labutam em vossa pátria, rendo aqui, pois, minha homenagem pessoal e a do Governo da Revolução, no Dia Universal do Trabalho."

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 4:**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1975, do Senhor Senador José Esteves, que dispõe sobre honorários de advogado, sua estipulação e cobrança e dá outras providências, tendo

**PARECER**, sob nº 284, de 1976, da Comissão:

— **de Redação**, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão, sem emendas nem requerimento para que seja submetido a votos, o projeto é dado como definitivamente



aprovado, independentemente de votação, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado

**Redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1975, que dispõe sobre honorários de Advogado, sua estipulação e cobrança, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A estipulação e cobrança de honorários de Advogado regular-se-ão pelas disposições do Código de Processo Civil, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e desta lei.

Art. 2º Os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil elaborarão, anualmente, as tabelas obrigatórias de honorários mínimos que vigorarão no território da Seção, depois de homologadas pelo Conselho Federal.

§ 1º É nula toda estipulação de honorários de Advogado em bases inferiores às estabelecidas nas tabelas a que se refere este artigo.

§ 2º Será nulo o contrato de honorários com subordinação preponderante ao tempo de duração da demanda.

Art. 3º Poderá ser revisto o contrato de honorários que, após 2 (dois) anos de vigência ou por outras circunstâncias imprevisíveis ao tempo da assinatura, se torne excessivamente oneroso para o Advogado.

Art. 4º Os honorários poderão ser reduzidos, quando verificada notável desproporção com os serviços prestados.

Art. 5º Qualquer controvérsia sobre honorários advocatícios poderá ser submetida ao Presidente da Seção ou Subseção da Ordem onde esteja inscrito o Advogado interessado.

§ 1º O Presidente intimará as partes com o objetivo de conciliá-las, lavrando-se o respectivo termo de comparecimento, nele incluídas, se for o caso, as condições do acordo, considerando-se revel a parte ausente.

§ 2º Não chegando as partes à conciliação, o Presidente, no prazo de 60 (sessenta) dias, decidirá sobre a controvérsia, sendo-lhe facultado determinar todos os meios de prova, inclusive a requisição de processos, administrativos ou judiciais, findos ou em curso.

§ 3º A decisão do Presidente será comunicada às partes, pelo correio, com as cautelas previstas no art. 223, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil.

§ 4º No prazo de 5 (cinco) dias da decisão, a Secretaria da Seção ou Subseção remeterá o processo ao distribuidor da Justiça local, para os fins previstos nos arts. 1.097 e seguintes do Código de Processo Civil, que passarão a reger o processo.

§ 5º Se a decisão for impugnada por injusta, o juiz dará ao processo o rito sumaríssimo.

Art. 6º Os honorários da sucumbência serão fixados em conformidade com as tabelas a que se refere o art. 2º, atendidas as disposições pertinentes do Código de Processo Civil.

Art. 7º Nos processos de competência da Justiça do Trabalho, os honorários de sucumbência serão divididos:

I — nas ações em que o empregado é assistido pelo Sindicato de sua categoria, cabendo a este satisfazer a condenação, quando o vencido for seu assistido;

II — na hipótese do art. 18 do Código de Processo Civil, justificando a sentença os motivos da condenação.

Art. 8º O juiz ou câmara julgadora fixará, nos termos das tabelas, os honorários do Advogado da parte vencida, desde que ele, no prazo destinado a recurso ou antes da baixa do processo à instância de origem, fundamente o pedido na inexistência de contrato escrito ou na omissão deste em relação ao desfecho do litígio ou, ainda, de relação de emprego.

§ 1º A faculdade de requerer a fixação dos honorários na forma deste artigo estender-se-á a qualquer juízo ou tribunal, nos procedimentos de natureza voluntária ou contenciosa.

§ 2º Nos processos criminais e trabalhistas e nos cíveis que não tiverem valor patrimonial, o Advogado deverá provar, de plano, a capacidade econômico-financeira do cliente para atender aos honorários, salvo quando for Advogado do empregador no processo trabalhista.

§ 3º Contra o despacho que fixar honorários, na instância originária, caberá agravo de instrumento e embargos de nulidade, se for o caso, contra a decisão da câmara isolada.

§ 4º No despacho ou decisão, o julgamento explicitará as condições para o seu cumprimento.

Art. 9º A execução de sentença constituirá, para efeito de fixação de honorários, um novo juízo.

§ 1º Os honorários da sucumbência e os que tiverem sido fixados a requerimento do Advogado da parte vencida serão acrescidos de 1/3 (um terço).

§ 2º O preceito deste artigo aplica-se, igualmente, aos incidentes, embargos de terceiros e medidas cautelares em relação à causa principal.

Art. 10. Nos processos de falência, o juiz fixará os honorários dos Advogados do síndico e do falido antes de assinar o quadro geral dos credores, constituindo encargos da massa.

Art. 11. Nas concordatas ou nos procedimentos de insolvência civil, os honorários dos Advogados do comissário e do administrador serão fixados pelo juiz quando arbitrar a remuneração dos seus respectivos constituintes, e terão a mesma natureza desta.

Art. 12. Ao Advogado é facultado impugnar o valor da causa e pedir a avaliação judicial dos bens, para efeito de fixação dos honorários que lhe são devidos.

Art. 13. A parte terá direito de sub-rogação sobre os honorários da sucumbência que excederem a remuneração ajustada e por ela já paga.

Parágrafo único. A existência de relação de emprego não ilide o direito autônomo do Advogado sobre os honorários da sucumbência, na forma do disposto no art. 99, § 1º da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

Art. 14. Quando as tabelas forem omissas, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, tendo em vista sempre constituir exigência do bem comum a valorização da advocacia.

Art. 15. A requerimento do Advogado de qualquer das partes, os tribunais de última instância ordinária e o Supremo Tribunal Federal, este em decisão irrecorrível, fixarão os honorários correspondentes aos serviços por ele prestados no tribunal, quer nos processos da competência originária, quer nos recursos.

Parágrafo único. No caso deste artigo, os honorários serão considerados adicionais aos que tiverem sido fixados na decisão proferida na instância a quo.

Art. 16. Nos casos de cumprimento de cartas precatórias ou rogatórias, o juiz deprecado ou rogado poderá, a requerimento do Advogado interessado, fixar os honorários correspondentes aos serviços prestados no seu juízo.

Art. 17. Havendo intervenção de vários Advogados na defesa de uma mesma parte, a representação será considerada como única. Se a atuação for sucessiva, os honorários serão fixados em proporção à importância jurídica da respectiva intervenção e ao trabalho que cada um tiver desenvolvido.

Art. 18. O Advogado em causa própria terá direito aos honorários da sucumbência, reduzidos à metade.

Art. 19. O pacto de quota litis será permitido apenas nas demandas que tiverem por objeto bem de valor patrimonial, excluída essa forma de remuneração nos processos de direito das sucessões, de família, nos procedimentos voluntários de qualquer natureza, nos acidentes do trabalho e na Justiça do Trabalho.

§ 1º O pacto será, obrigatoriamente, ajustado por escrito.

§ 2º Em nenhuma hipótese os honorários poderão ultrapassar a metade do valor patrimonial obtido pela parte.



Art. 20. A cobrança dos honorários contratados por escrito e dos fixados em despacho ou decisão, obedecerá à disciplina do Livro II do Código de Processo Civil.

Parágrafo único. O contrato de honorários terá força de título executivo extrajudicial.

Art. 21. A renúncia imotivada do Advogado ou a cessão do mandato por culpa do procurador, antes do fim de demanda, opera a rescisão do contrato de honorários.

Art. 22. A revogação do mandato não prejudicará o direito à remuneração ajustada, salvo quando fundada na culpa do procurador.

Art. 23. O Advogado poderá requerer, em qualquer fase da demanda, a fixação dos honorários pelos trabalhos executados, com a extinção do contrato de honorários.

Parágrafo único. Diante das alegações das partes, o juiz decidirá sobre o direito do Advogado de perceber honorários suplementares decorrentes da solução que vier a ser dada ao litígio.

Art. 24. Os honorários da sucumbência, fixados nas causas em que tiverem sido vencedores os órgãos da administração indireta da União, dos Estados e Municípios, serão levados, juntamente com os honorários da mesma natureza por eles satisfeitos, a uma conta especial de compensação. No fim do exercício fiscal, o saldo que houver será distribuído entre os Advogados do quadro, recebendo, os que contarem mais de 10 (dez) anos de função, o rateio de 60% (sessenta por cento) do saldo, e os de menor tempo, o da diferença.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se a toda empresa privada que possuir quadro de Advogados organizado em carreira.

§ 2º A remuneração percebida em decorrência do rateio de que trata este artigo, incorporar-se-á aos salários do empregado, para todos os efeitos de direito.

Art. 25. Para os Advogados dos respectivos quadros, que contarem com mais de 5 (cinco) anos de prática profissional, fica expressamente vedada, aos órgãos da administração indireta da União, dos Estados e Municípios, a fixação de níveis de remuneração inferiores à metade dos vencimentos e vantagens atribuídos ao cargo de juiz de direito de primeira entrância dos Estados, Territórios e Distrito Federal, onde tiver sede o respectivo serviço. A equivalência será mantida nos acessos.

Art. 26. Ao Sindicato dos Advogados compete, também, celebrar convenções e acordos coletivos de trabalho, bem como instaurar dissídios coletivos de natureza jurídica ou econômica, nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da legislação complementar reguladora dos reajustamentos salariais.

Art. 27. As custas contadas aos Advogados, em qualquer procedimento, serão recolhidas à Caixa de Assistência dos Advogados da Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ou ao Conselho Seccional, se este mantiver serviço de assistência aos Advogados nele inscritos.

§ 1º Em toda e qualquer ação trabalhista, inclusive em execução, sempre que a parte pagadora estiver assistida por Advogado, será acrescido, ao total das custas calculadas, o valor correspondente a 5% (cinco por cento), destinado à entidade a que se refere este artigo.

§ 2º O recolhimento de que trata este artigo não poderá, em qualquer caso, ser inferior a 5% (cinco por cento) do valor total da conta.

Art. 28. Os juízes e tribunais não poderão encerrar nenhum processo, determinar o seu arquivamento, homologar transação, deferir desistência, sub-rogação ou cessão, ordenar o levantamento de embargos ou medida cautelar, bem como de fundos, valores e documentos, sem que a parte interessada tenha depositado a quantia previamente fixada para atender aos honorários de Advogado, ou garantido o cumprimento dessa obrigação, como suficiente garantia real ou fidejussória.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

## O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 1975, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que dá nova redação ao § 4º do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a legislação de Previdência Social, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 230, de 1976, da Comissão:  
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 1975

Dá nova redação ao § 4º do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a legislação de Previdência Social, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, a seguinte redação:

“§ 4º Todo segurado que, com direito ao gozo da aposentadoria de que trata este artigo, optar pelo prosseguimento no emprego ou na atividade fará jus a um abono mensal, que não se incorporará à aposentadoria ou pensão, calculado da seguinte forma:

I — 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, para o segurado que contar 35 (trinta e cinco) ou mais anos de atividade;

II — 40% (quarenta por cento) do salário-de-benefício, para o segurado que tiver entre 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de atividade.”

Art. 2º Entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

## O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 6:

### MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 125, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista e outros Senhores Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da saudação do Presidente Giscard d'Estaing e do agradecimento do Presidente Geisel, quando de sua chegada em Paris.

A Presidência, nos termos regimentais, declara prejudicado o Requerimento nº 125, de 1976, em face de aprovação, pelo Senado, do Requerimento do Sr. Senador Petrônio Portella, que versa sobre matéria idêntica.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itálio Coelho, em nome da Liderança da ARENA.

O SR. ITÁLIO COELHO (ARENA — MT. Em nome da Liderança, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nos últimos dias a agricultura brasileira e, por via de consequência, o Ministério da Agricultura, e o Exmº Sr. Ministro da Agri-

cultura, têm estado muito presentes na Imprensa, já que nos encontramos em plena safra agrícola: colhe-se arroz, colhe-se soja, colhe-se algodão, e surgem os problemas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) — E o agricultor colhe também desilusão.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Muito bem.

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) — O agricultor muitas vezes planta ilusões, planta esperanças, e nem sempre realiza todos os sonhos desejados.

Vimos, na imprensa, há poucos dias, comentários sobre declaração atribuída ao Sr. Ministro da Agricultura, Allyson Paulinelli, com referência aos Rizicultores do meu Estado, o Estado de Mato Grosso. E me considero, Sr. Presidente, um representante da agricultura, da economia rural, do trabalhador rural, da indústria, do comércio urbano, do trabalhador urbano, do povo mato-grossense. E fui buscar na fonte as palavras atribuídas ao Sr. Ministro da Agricultura, para que eu pudesse colocar o pensamento do Sr. Ministro da Agricultura de acordo com os anseios do povo mato-grossense.

Sr. Presidente, eu vou ler a tradução da gravação da palestra proferida pelo Ministro Allyson Paulinelli, dia 11 do corrente, na EMBRATER, para os extensionistas rurais especializados em milho, trigo, soja e arroz.

Declarou o Sr. Ministro de acordo com a gravação que me foi oferecida:

O Senhor Ministro

"O Governo também continua demonstrando que está dando preferência aos investimentos nos chamados corredores de exportação, na tentativa de racionalizar, de baixar os custos, investimentos no setor público estão sendo cumpridos absolutamente a risca dentro do que foi programado no II PND na área destes corredores, e mais, estamos hoje contando com investimentos da iniciativa privada nesta área, especialmente nas facilidades portuárias, isto vem nos ajudar também no setor de armazenamento, também onde a iniciativa privada está demandando com intensidade os recursos que foram colocados extra à disposição e acho que isto virá contribuir para baixar também custos de comercialização. Por outro lado, o Governo bastante preocupado com as dificuldades em termos de produtos agrícolas tem estudado individualmente e também coletivamente formas de poder desonerar produtos agrícolas na comercialização no sentido de que isto venha contribuir a longo prazo um estímulo aos produtores, sabendo que o Governo se dispõe a manter a capacidade competitiva, se necessário, retirando taxações que hoje ainda existam no produto agrícola.

Por outro lado, esta reunião irá contribuir para os nossos estudos preliminares que estão sendo feitos na adoção dos preços garantia do Governo, chamados preços mínimos. A nossa política de preços mínimos, tem procurado ser realista e às vezes agressiva como foi no caso de alguns produtos aqui anunciados; eu citaria o caso específico do algodão, onde chegamos inclusive a colocar preços mínimos acima de preços internacionais. Sabemos que desses produtos nesse ano com as safras abundantes, alguns vão nos trazer certos problemas de estímulo, o caso específico do arroz em que precisamos não só manter um sistema de garantia de produção ou de comercialização melhor, que estamos nos esforçando, nos inovamos e, bastante neste sistema, além de procurar

ampliar a nossa capacidade armazenadora pela construção em regime de emergência, em áreas pioneiras de armazéns de ensacados ou graneleiros de montagem de armazéns infláveis. Também procuramos viabilizar um uso de armazéns de outros produtos, como exemplo do café, que nos dá de uma hora para outra uma ampliação de nossa capacidade armazenadora e mesmo assim reconhecendo o alto volume da safra, nos inovamos na nossa política de sustentação de preços, através dos chamados pool de transportes, em que contratamos firmas especializadas para retirada do produto das chamadas regiões pioneiras. Isto está nos ajudando. Hoje temos um sistema de informação em qualquer região do País, por mais pioneira que seja. Quando a nossa capacidade armazenadora tende a atingir o seu limite, nós imediatamente colocamos grupos de transporte para a retirada no caso do arroz destas regiões, transportando para junto aos centros consumidores, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, região de Vitória, como também para as regiões armazenadoras do Paraná, os chamados armazéns do IBC com grande capacidade ainda viável. E mesmo assim reconhecendo uma certa precariedade uma vez que os produtores nestes dois últimos anos se tornaram muito afoitos..."

Neste ponto, quero ler, no dicionário onde se inspira o Sr. Ministro da Agricultura, o significado do adjetivo "afoito". Afoito significa: destemido, corajoso, arrojado, audaz, impetuoso. Define bem o estado de espírito do rurícola brasileiro. Vide Dicionário Ilustrado Verbo de Língua Portuguesa.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Senador, antes que V. Ex<sup>a</sup> concluisse a citação, ou terminasse de ler a declaração do Ministro, eu gostaria de apartear V. Ex<sup>a</sup> se me fosse dado fazê-lo.

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) — Estou procedendo a uma leitura, mas, se V. Ex<sup>a</sup> desejar, ouvirei a opinião de V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — O assunto que V. Ex<sup>a</sup> está focalizando é, a meu ver, dos mais importantes. Porque nós estamos este ano sem café, as geadas fizeram-nos dispor dos grandes cafezais no Brasil e o grande problema nacional não vem este ano, virá a partir do ano que vem. Então, a soja surge, no País, como uma grande alternativa nacional.

O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) — O problema, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, do Brasil ou do agricultor?

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Eu não consigo distinguir entre o Brasil e o agricultor, porque eu acho que os dois estão numa situação muito difícil. Estou achando que o problema do agricultor e do Brasil são problemas comuns, sobretudo, nesse setor. E, veja V. Ex<sup>a</sup>, a soja pode surgir como uma grande alternativa nacional. Somos, no mundo, o único País que tem terra em extensão e qualidade para produzir soja em condições competitivas inimagináveis. Os Estados Unidos estão com suas reservas de terras limitadas para a soja. E o Brasil tem amplas possibilidades, sendo que o Paraná alcança níveis admiráveis de produção, e no seu Estado. Inclusive, no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o município de Maracaju, é no mundo, o município que mais produz soja por área quadrada. Mas, está havendo um problema: a soja, mesmo com essas dificuldades e com esses preços excessivos do adubo e de insumo, é o único produto brasileiro que se nivela, em produtividade, aos produtos agrícolas americanos. Mas, a produtividade se torna onerosa, ou o produto se torna oneroso, quer dizer, o atrito econômico incide sobre ele, no momento em que sai da mão do lavrador, exatamente por isso: pela falta de armazéns e de escoamento. Escoam-se os sacos aqui, através de caminhões, com dificuldades enormes, e isso sob uma pressão muito grande, porque se o lavrador imediatamente não coloca na mão do comprador a sua soja, ele não tem como armazená-la na fazenda, e quando faz, —

quando ele tem armazém — ele não faz com pressa, porque ele já carece depois para o trigo. E veja V. Ex<sup>a</sup>, os corredores de exportação, objeto de tanta proclamação no País, não chegaram a funcionar razoavelmente, aliás não se cogita mais nem disso. Então, essa palavra V. Ex<sup>a</sup> a traz para reavivar declarações anteriores. O Paraná, por exemplo, um grande Estado produtor de soja, foi contemplado com corredor de exportação e esse corredor de exportação não funcionou. Concluíram, é bem verdade, no ano passado a linha de ferro que vai de Apucarana até Ponta Grossa seria um grande escoa-douro. Essa linha de ferro, entretanto, começou há trinta anos a ser feita; o Presidente da República, no ano passado, lá esteve mas, a estrada é em forma de serpentina. Os trilhos são em zigzague, o trem não pode desenvolver determinada velocidade e foram tantos os descarrilhamentos já havidos entre Apucarana e Ponta Grossa, a despeito de a linha de ferro não ter sido inaugurada há mais de um ano, que ela tornou-se inteiramente impréstável, não oferece segurança e muito menos condições de escoamento. De maneira que a questão aí suscitada por V. Ex<sup>a</sup> e lembrada pelo Ministro é de importância: o corredor de importação, mas que seja corredor eficiente. E não creio que seja a atividade privada que deva resolver isso, mas o Governo, porque o lavrador nacional, pelo menos no setor da soja, está cumprindo admiravelmente bem a sua missão. A despeito de comprar adubo pela hora da morte, o adubo mais caro do mundo, onde as companhias no Brasil têm o maior lucro do mundo — o Sr. Senador Paulo Brossard mostrou, aqui, que os lucros chegam a 640%, — e além de comprar os tratores aos preços mais caros do mundo, nós ainda estamos produzindo soja, até ao limite da safra da fazenda, em preços internacionais competitivos, mas o corredor de exportação... (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) ... viria elevar a nossa soja a nível de competições internacionais. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> e desculpe o prolongamento do aparte.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Tão logo responda ao ilustre Senador pelo Paraná, concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Leite Chaves, referiu-se a um dos corredores de exportação que é aquele que constituirá um traço de união entre o Estado de V. Ex<sup>a</sup> e o meu. Foi inaugurado, e V. Ex<sup>a</sup> bem o disse, um trecho da Ferrovia Central do Paraná, que demanda o Oeste brasileiro, ou seja, demanda o sul de Mato Grosso. Quero informar a V. Ex<sup>a</sup> — e vou fazer pronunciamento a esse respeito — que o GEIPOT já concluiu os estudos da ligação ferroviária da Bolívia, cruzando o sul de Mato Grosso, com o Porto de Paranaguá, exatamente complementando este corredor de exportação. Evidentemente, não é só enunciar os propósitos de se organizar um corredor de exportação, e ver, no outro dia, tudo funcionando. V. Ex<sup>a</sup> mesmo sabe que, na sua Bancada, tem havido reiterados pronunciamentos contra o asfaltamento de estradas de rodagem. Imagine V. Ex<sup>a</sup> se em Mato Grosso não se asfaltassem as estradas para escoamento em direção aos corredores de exportação, como é que os produtores iriam trabalhar? Nesse ponto lamento dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não concordo com a orientação dada pelo Partido de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Pois não!

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** V. Ex<sup>a</sup> recorreu ao dicionário em procura de adjetivo que correspondesse à afoiteza. Afoito foi realmente a palavra pronunciada pelo Ministro da Agricultura em relação aos agricultores do Brasil. Na verdade, a

safra de cereais do sul do País, principalmente a de milho, soja, feijão e a de arroz é bem grande e realizada sem nenhum amparo do Ministério da Agricultura e tão-somente graças ao financiamento do Banco do Brasil, que esses agricultores são, realmente, afoitos.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Afoitos no sentido de corajosos, meu digno Senador. Realmente, o agricultor sempre foi muito corajoso e bem protegido pelo Ministério da Agricultura, porque o Programa de Financiamento do Banco do Brasil é organizado de acordo com estudos realizados com o Ministério da Agricultura na primeira fase, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional.

O Ministério da Agricultura está presente quando orienta a classificação das sementes e fiscaliza a qualidade das mesmas. Está presente, também, no momento da comercialização, quando realiza a classificação do produto.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** Para atrapalhar.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** O Ministério da Agricultura está presente no Brasil todo, mais ou menos acertadamente, mas, sempre esforçadamente presente.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** Permita-me V. Ex<sup>a</sup>. Se se fechar o Ministério da Agricultura, sem anúncios nos jornais, ninguém tomará conhecimento do fato. Se V. Ex<sup>a</sup>, sair em minha companhia, em busca dos verdadeiros agricultores, deste País, quer do Nordeste quer do Centro-Sul, não encontrará uma palavra de apoio em relação à ação atuação do Ministério da Agricultura. Ele interfere sempre, atrapalhando a comercialização, a classificação. Quanto aos benefícios, deve-se sim, à Carteira especializada do Banco do Brasil, que orienta toda aplicação do crédito rural do nosso principal estabelecimento de crédito, em conotação é evidente, com o Banco Central da República, através de sua carteira rural. Desconheço qualquer participação decisiva do Ministro da Agricultura nesse setor de fomento, de ampliação e de aplicação do crédito rural em nosso País. Tanto assim, que por ocasião das comemorações do aniversário da Revolução de Março, o Sr. Ministro da Agricultura não tendo nenhuma novidade para apresentar a respeito da atuação do seu Ministério, falou apenas na ampliação das fronteiras agrícolas do País, quando todos nós sabemos que essas fronteiras agrícolas foram aumentadas graças ao arrojo, à capacidade e à determinação dos agricultores e dos pecuaristas brasileiros. O Sr. Ministro da Agricultura é um homem inteligente, mas é um supersônico sem trem de aterrisagem. Tenho muito receio de que no dia em que ele descer à realidade, acabe numa explosão, com o resto da agricultura brasileira.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** V. Ex<sup>a</sup> falou com veemência, mas não me convenceu.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Italívio?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Depois de concluída a minha resposta ao ilustre Senador pelo Estado de Pernambuco.

Senador Paulo Guerra, o Ministério da Agricultura é que estabelece o preço mínimo, preço mínimo que, neste ano de 1976, quando a produção foi abundante, está servindo de respaldo à atividade econômica do agricultor.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** O preço mínimo está estabelecido, agora, pelo Ministério da Fazenda.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Foi o Sr. Ministro da Agricultura que recebeu, também, o Sr. Ministro da Agricultura da América do Norte, há poucos meses, que veio aqui preocupado com a presença do Brasil na produção de soja e eu não concordo com V. Ex<sup>a</sup>, em que o Ministro da Agricultura norte-americano seja melhor do que o brasileiro, porque não é.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — Para receber Ministros de outros países ele é ótimo, mas para incentivar e fomentar a agricultura e a pecuária do Brasil, tenho grandes dúvidas. E não sou eu apenas. Pode V. Ex<sup>a</sup> fazer uma pesquisa na opinião pública dos meios rurais brasileiros. Reconheço o esforço do eminente Presidente Geisel que pretende fazer da agropecuária uma das metas principais do seu patriótico Governo. O Ministro Alysson Paulinelli é um homem intelectualmente capaz, professor, de palavra fácil e fluente, porém jamais será um homem executivo. Tanto assim, se o eminente Chefe da Nação entendesse de criar uma Universidade Holding, que congregasse todas as universidades brasileiras e, se me dessem oportunidade de sugerir nomes, eu, de olhos fechados, escolheria o Ministro Alysson Paulinelli, mas, se me nomeasse Governador de Roraima sob a condição de tê-lo como Secretário de Agricultura, eu renunciaria ao cargo.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — Com referência às simpatias de V. Ex<sup>a</sup> para com o Sr. Ministro, foge à minha competência discuti-las.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — Permita que eu complete. Não tenho antipatia nem simpatia; respondo a V. Ex<sup>a</sup> com a quadra de um poeta pernambucano: "Parece troça, parece, mas é verdade patente, a gente nunca se esquece de quem se esquece da gente." Eu não esqueço, neste Plenário, o Ministro Alysson Paulinelli, porque ele está constantemente esquecendo a agropecuária do Brasil.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — Vou esclarecer para que V. Ex<sup>a</sup> veja que a estrutura da agricultura brasileira é alicerçada na orientação e na atuação do Ministério da Agricultura.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — Permita-me V. Ex<sup>a</sup> concluir.

Foi o Ministério da Agricultura que, respondendo, aliás, às preocupações de V. Ex<sup>a</sup>, lançou o primeiro programa, o PRONAP, para substituir o CONDEPE que tanto preocupava V. Ex<sup>a</sup> há alguns anos lembro-me bem com a taxa de juros nacionais considerados subsidiados de 7 e 15%.

Foi o Ministério da Agricultura o autor desses estudos e quem o encaminhou às autoridades financeiras, para que se tornasse numa grande realidade, hoje, em todo o Brasil: o PRONAP. V. Ex<sup>a</sup> bem sabe.

Quero esclarecer...

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — Um momento, por favor.

Quero esclarecer ainda a V. Ex<sup>a</sup>, que foi o Ministério da Agricultura que, nestes dias, conseguiu exportar 654 mil sacas de arroz para a Polônia e para Angola, e que é o Ministério da Agricultura que está, esforçadamente, negociando exportação de mais arroz, além de soja, para colocação e normalização da safra brasileira.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — Esse trabalho de exportação de arroz para Angola tem sido feito através da COBEC e uma *trade company* subsidiada da PETROBRÁS. O Ministério da Agricultura é hoje unicamente normativo, não tem nenhuma participação nessas exportações, e sim, a COBEC, o Banco do Brasil, a subsidiária da PETROBRÁS e, também, o Itamaraty.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, não tem informações completas a respeito. Os contatos no exterior, sim, podem ter sido feitos por essa firma mas, as condições melhores a serem negociadas são estabelecidas pelo Ministério da Agricultura.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — Ainda falando na estrutura do Ministério da Agricultura, com referência à produção agrícola, quero esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que o preço mínimo, no início da safra, o volume global e regional de financiamento a ser concedido pelo Banco do Brasil e pelos bancos particulares para a plantação agrícola e os volumes de recursos para a comercialização — antes disso, para a estocagem e, depois, para a comercialização e para a aquisição de sacaria — todos esses volumes são estudados, encaminhados e sugeridos pelo Ministério da Agricultura.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE)** — V. Ex<sup>a</sup>, que é banqueiro, sabe perfeitamente que todo esse trabalho é do Banco Central e do Banco do Brasil. V. Ex<sup>a</sup> é muito simpático ao Ministério da Agricultura, mas não irá modificar a imagem dele perante os agricultores do País.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — Concedo o aparte ao nobre Senador por Goiás.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Senador Italívio Coelho, realmente eu estou com o Senador Paulo Guerra, quando S. Ex<sup>a</sup> diz que a COBEC e o Banco do Brasil têm desempenhado muito bem o trabalho de exportação dos nossos excedentes agrícolas. Quanto ao Ministério da Agricultura, o que conhecemos bem é que S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro, no ano passado, em plena safra rizícola do Estado de V. Ex<sup>a</sup> e do meu Estado, precisamente, no mês de abril, quando já não havia mais falta do produto na praça, importou a chamada "papa italiana" que chegou aqui e não encontrou consumidores entre o povo brasileiro.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — V. Ex<sup>a</sup> está tratando da importação e eu, da produção.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Relacionado com o mesmo tema.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — V. Ex<sup>a</sup> bem sabe e a Bancada de V. Ex<sup>a</sup> não perde a oportunidade...

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — E a produção agrícola brasileira vai muito bem, apesar da atuação do Ministro da Agricultura.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — V. Ex<sup>a</sup> bem sabe do esforço, total e global, que o Governo brasileiro como um todo: Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, todos os Ministérios e o Senhor Presidente da República, emprega no combate à inflação. E não é fácil deixar o preço de um produto subir, num determinado momento, especulativamente, sem tomar providências.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Permita-me que, rapidamente, relembre a V. Ex<sup>a</sup> o tirocínio do Sr. Ministro da Agricultura à frente daquela Pasta? (Assentimento do orador.) Há dois anos tive a oportunidade de denunciar isso, aqui no Senado; um grande produtor goiano, do Município de Goiatuba, que havia produzido enorme quantidade de soja e de algodão, tinha também pesado os financiamentos a saldar. A soja tinha preço baixo e o algodão, na época, também não tinha preço compensador. Aquele grande agricultor foi, então, ao gabinete do Ministro da Agricultura, e quis ouvir o Ministro, pessoalmente, receber dele uma informação, uma orientação de como deveria conduzir-se. Disse ao Ministro da sua impossibilidade de vender a soja pelo preço reinante. Queria uma orientação se deveria armazenar o algodão e vender a soja ou armazenar a soja e vender parte do algodão. O Ministro da Agricultura disse-lhe que deveria vender a soja, porque era um produto perecível a curto prazo...

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Muito bem!

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) —** ... e que guardasse, então, o algodão, porque este era passível de obter um preço melhor. Mas o agricultor, seriamente desconfiado com o Ministério da Agricultura, fez, exatamente, o contrário. Vendeu o algodão, e guardou a soja; 60 dias depois, a soja, praticamente, dobrou o seu preço no mercado internacional, e assim, por não ter seguido o conselho do Ministério da Agricultura, ele pôde saldar as suas dívidas e continuar produzindo para o Brasil.

**O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR) —** Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> nobre Senador?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Responderei a V. Ex.<sup>a</sup>, dentro de dois minutos, nobre Senador Lázaro Barboza.

**O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR) —** Senador Itálvio Coelho, ouvimos, com atenção, os apartes dos eminentes Senadores Paulo Guerra, Leite Chaves, e, agora, Lázaro Barboza. Tenho a certeza de que se está cometendo uma grande injustiça com o Ministro Alysson Paulinelli. Na verdade o Ministro tem trabalhado, e trabalhado muito! Esse problema da exportação de soja abordado, pelo Senador Lázaro Barboza, já foi aqui discutido, por diversas vezes — e se não me engano —, pela primeira vez, num discurso do Senador Paulo Brossard. Há dois anos, houve um ano atípico na exportação de soja. Como todos sabem, a exportação da soja é controlada pela famosa Bolsa de Chicago. Faltou a soja no mercado internacional e houve uma grande alta nos preços. Então, todos os agricultores brasileiros e, evidentemente, americanos, porque a América é a maior produtora de soja, tiveram lucros fabulosos que vieram, naturalmente, incentivar ainda mais a plantação de soja no Brasil. O ano retrasado foi um ano difícil para a soja, com preços baixos no mercado internacional.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** A soja e o açúcar.

**O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR) —** A soja e o açúcar. No ano passado, a exportação de soja, no Brasil, foi normalizada, foi orientada pelo Ministério da Agricultura e por outros órgãos do setor como bem citou o Sr. Senador Paulo Guerra e os agricultores produtores de soja, principalmente dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul — que são os maiores Estados produtores de soja no Brasil —, ficaram satisfeitos com a comercialização, com a garantia, inclusive, de preço mínimo, como bem citou V. Ex.<sup>a</sup> No presente ano estamos iniciando a comercialização da soja, e antes do início dessa comercialização, o Governo tomou providências, especialmente por intermédio do Ministério da Agricultura, que garantiu um preço mínimo, se não me engano de oitenta cruzeiros a saca, valor este superior ao do mercado internacional. Garantiu, pois, o produtor brasileiro. E, felizmente, na semana passada, houve já uma alta da soja na Bolsa de Chicago. Evidentemente, com isso ganham os produtores e ganha o Brasil. Quanto aos Corredores de Exportação, especialmente sobre o aparte do Sr. Senador Leite Chaves, acho que há uma enorme injustiça do eminente colega do Paraná. O que o Governo Federal está fazendo no Corredor de Exportação do Paraná é algo de extraordinário. São exemplos inofismáveis a duplicação da Rodovia Ponta Grossa—Curitiba, a construção da ferrovia Curitiba—Paranaguá, a duplicação da rodovia Curitiba—Paranaguá e a construção da ferrovia Guarapuava—Cascavel que, como sabe o Senador Leite Chaves, transportará toda a fabulosa produção de soja do Oeste do nosso Estado. Concomitantemente, silos e armazéns estão sendo construídos em todo o Estado. A CIBRAZEM está presente, de maneira atuante, para armazenar a safra recorde de soja deste ano. São, pois, Senador Itálvio Coelho, totalmente injustas as acusações que fazem ao Ministro Alysson Paulinelli. Posso afirmar a V. Ex.<sup>a</sup> que os agricultores estão satisfeitos com o trabalho que S. Ex.<sup>a</sup> vem desenvolvendo à frente do Ministério da Agricultura.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Permita-me responder primeiro ao aparte do nobre Senador Mattos Leão.

Agradeço a solidariedade de V. Ex.<sup>a</sup> às minhas palavras, que são de apoio à atuação do Sr. Ministro da Agricultura.

Quando eu disse que o Ministério da Agricultura estava na base da estrutura que sustenta a atividade agrícola, sobretudo, no setor de financiamento técnico de comercialização e de estocagem; quando eu disse que o Ministério da Agricultura é que estudava as necessidades de crédito, evidentemente que eu não podia excluir, pois não seria razoável, o Banco Central e o Ministério da Fazenda, que viabilizam e executam o processo, inclusive, distribuindo as verbas ao Banco do Brasil e à rede de bancos particulares.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** Permite V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Poderia acrescentar mais: que a CIBRAZEM, além dos armazéns públicos que administra, por sua conta própria ou em convênio com as Secretarias de Agricultura, sustenta, também, junto à rede bancária, seja oficial ou seja particular, um programa de financiamentos para construção de armazéns e silos, a nível de fazenda, a nível de produtor, a juros de 7 a 8%, se não me engano; sustenta, também, o financiamento para a eletrificação rural, também a nível de produtor e a juros na mesma base, dentro do Programa PRONAP a que me referi em resposta ao Sr. Senador Paulo Guerra.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** V. Ex.<sup>a</sup> me permitiria ...

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) —** Lembro ao nobre Senador que o seu tempo está esgotado e pediria que terminasse o seu discurso.

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT) —** Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite, concluirei, rapidamente, mesmo porque tive o prazer de utilizar apenas a metade do meu tempo.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** Pediria a benevolência da Mesa para que-me fosse concedido o último aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) —** Com prazer.

**O Sr. Paulo Guerra (ARENA — PE) —** Senador Itálvio Coelho, não tenho nenhuma preocupação e nenhuma má vontade com o Ministro Alysson Paulinelli, tenho é decepção de sua capacidade executiva. Tanto assim que na oportunidade de sua posse, eu exercia o cargo de Presidente da Comissão de Agricultura do Senado. Na oportunidade, promovi a visita de S. Ex.<sup>a</sup> à referida Comissão Técnica. Meses depois vieram as decepções, inclusive quando Sua Excelência, em visita ao Ceará, num total desenvolvimento da ecologia regional, onde a lavoura de algodão arbóreo é o principal embasamento da economia daquele Estado, e de quase todo o Nordeste, S. Ex.<sup>a</sup> recomendou que fosse substituída a cultura do algodão mocó, que uma vez plantado, dá oito, dez ou mais safras, pela cultura da soja, isto numa região semi-árida. Está nos jornais e, se V. Ex.<sup>a</sup> duvida mandarei tirar uma fotocópia dessa declaração. Outro fato, sei que V. Ex.<sup>a</sup> é de um Estado produtor de gado. Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Senador Itálvio Coelho, que existe um aparente excedente de reprodutores zebus, selecionados no Brasil. Digo aparente, porque existe no mercado interno além de grandes possibilidades no mercado internacional, nos países tropicais, especialmente no continente africano. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>, qual foi a providência tomada pelo Ministério da Agricultura para dar solução à crise? Sabemos que há dias passados a Associação Brasileira de Criadores de Zebus, sediada no Estado de Minas Gerais, Uberaba, levou o fato ao conhecimento do eminente Presidente da República, a quem solicitou solução. O terceiro ponto do meu aparte, é para externar o meu receio, pois, amigo de V. Ex.<sup>a</sup> e admirador, e também do eminente Senador Mattos Leão, verifico que se continuam divorciados dos interesses dos agricultores dos

dois Estados que tão bem representam nesta Casa, dificilmente poderão ter êxito nas eleições de 1978, pois, defender a política do atual Ministro da Agricultura é suicídio eleitoral.

**O Sr. Leite Chaves (MDB — PR)** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece-me que o ilustre Senador Italívio Coelho é o último orador inscrito. Se assim é, solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> que me considerasse inscrito, porque eu cederia a S. Ex<sup>a</sup> o meu tempo, a fim de concluirmos debate tão importante para o nosso Estado e para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — O Regimento Interno não permite que a proposta de V. Ex<sup>a</sup> seja atendida. O Senador Italívio Coelho está falando em nome da Liderança. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos; já falou durante trinta e dois minutos.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ITALÍVIO COELHO (ARENA — MT)** — Sr. Presidente, agradeço a atenção e a paciência de V. Ex<sup>a</sup>.  
Concluo, Sr. Presidente:

No caso do arroz chegaram a plantá-lo onde praticamente não existe nenhuma estrutura de comercialização porque nos dois anos anteriores bastava que se soubesse onde existia um saco de arroz que haveria um comprador à porta esperando a colheita.

Esta é a grande realidade. Em 1975 colheram-se, no Brasil, 7 milhões e 800 mil toneladas de arroz. Neste ano, a produção prevista é de 10 milhões e 100 mil toneladas. É a colheita prevista de arroz. A extraordinária produção de caminhões no Brasil; o aumento estatisticamente formidável da fabricação de tratores para o trabalho rural; a construção de quase cem mil quilômetros de estradas vicinais, permitindo que os brasileiros de qualquer recanto saíssem daquele antigo isolamento e desânimo para plantar na sua terra, cheios de esperanças, provocassem um grande surto na produção agrícola do Brasil, e esse grande surto, além da capacidade de armazenamento que o País tinha há dois anos, muito além, porque a produção extraordinariamente maior traz, evidentemente, problemas. Mas, o Governo está presente, tomando as providências adequadas e graças a Deus o Brasil, hoje, tem alguns problemas com o volume da produção, mas tem também a tranquilidade de saber que os armazéns estão repletos para a alimentação do povo brasileiro.

Continuo a leitura — Sr. Presidente:

Para evitar que se perdesse nestas áreas pioneiras os arrozes ali produzidos, nós inclusive lançamos um sistema ainda considerado mais agressivo em que nós permitimos que o produtor, por ele mesmo, transporte a mercadoria daquele centro, daquela região pioneira, para um centro de convergência onde nós recebemos esse arroz. Em EGF neste caso nós financiamos totalmente o custo do transporte ao produtor; ou se ele assim o desejar nós podemos comprar o arroz e pagamos até 70% do preço pago na concorrência que fizemos para os pools de transporte que contratamos que evidentemente é um preço que sabemos remunerador ao transporte daquele produto pelo próprio produtor. Foi uma emergência que adotamos e que eu estou procurando comentar isso aqui porque nós ainda estamos em franca época da comercialização e algumas dificuldades estão sendo detectadas e o problema que temos hoje é apenas de informação, porque temos uma infra-estrutura para atacar este problema de imediato. Só não vai colher o arroz quem efetivamente não quiser ou não tiver condição, porque muitos plantaram com pouca condição de colher se a safra fosse grande. Eu estou mostrando com isto que nós temos tido uma flexibilidade, eu diria até uma coragem porque isto nos exige muito esforço do Governo mais agressivo, mais versátil. É para o produtor uma garantia que o estimulará a não redu-

zir plantios ou pelo menos não reduzir muito nos anos sucessivos porque nós estamos demonstrando uma capacidade de mobilização de safras e de estocagem e pretendemos conquistar mercados inclusive em arroz que não temos e especialmente tenho certeza o agricultor estará imaginando ou estará podendo deduzir que em outras culturas, se necessário, nós adotaremos o mesmo sistema como fizemos o ano passado com o milho, deu certo em 1974 e 75 nas regiões pioneiras. Deu certo, os produtores produziram mais milho o que foi muito bom para a economia do País. Eu acho que a esta altura os senhores é quem devem dizer mais para isto que foi marcado este encontro que sob forma de painel os senhores vão analisar e discutir e sugerir em problemas específicos de política de assistência técnica, de pesquisa de crédito, de comercialização e nós queremos isto. Estamos com as nossas assessorias diretas acompanhando esta reunião, também, aqueles que têm nos ajudado indiretamente aqui estão, a própria EMBRATER deve nos dar um relatório final deste encontro que eu espero seja o mais profícuo para todos nós. Todos nós temos os mesmos objetivos e acredito que trocando idéias, discutindo problemas específicos e, enfim, dialogando que nós vamos poder encontrar as melhores soluções para esses problemas. Eu quero agradecer esta oportunidade e desejar que os senhores realmente tragam as suas sugestões porque elas nos serão evidentemente muito úteis para esta próxima jornada nessas culturas da próxima safra 76/77.

O Ministério da Agricultura, através da Comissão de Financiamento da Produção, acaba de autorizar a remoção inicial de 1,3 milhão de sacas de arroz do norte de Mato Grosso e de 500 mil sacas do sul do Estado, com o objetivo de superar o problema de comercialização do produto existente na região. Além disso, a CFP indenizará 70% dos fretes pagos pelos produtores de Mato Grosso que transportarem o arroz para outras áreas fora do Estado, onde existam melhores condições de sacagem, armazenagem e venda do produto.

Esse esquema é válido para as próximas operações de compra do arroz (AGF), pelo preço mínimo — que é de Cr\$ 71,50 a saca de 50 quilos — através das agências do Banco do Brasil e tem como objetivo normalizar a comercialização nas áreas produtoras onde a infra-estrutura de apoio (transporte, armazéns e secadores) deverá ficar sobrecarregada.

Para a outra área de produção de arroz que apresenta problemas semelhantes — o norte de Goiás — a CFP vai autorizar também na próxima semana o transporte de arroz, embora não saiba ainda qual a quantidade exata a ser escoada. Tanto o arroz de Mato Grosso, quanto o de Goiás, adquirido dentro desse esquema de emergência elaborado pela CFP, será deslocado para áreas de Minas Gerais e, São Paulo e Espírito Santo, onde há disponibilidade de armazéns.

Segundo informaram em Brasília técnicos da CFP, o importante é esclarecer que o Governo está disposto a adquirir todo o arroz disponível nessas áreas a Cr\$ 71,50, em média. Esse preço — esclarecem — pode variar de acordo com a qualidade do produto e sua localização, mas há a garantia para compra de quaisquer quantidades.

Outro esclarecimento diz respeito às operações de EGF (Empréstimo do Governo Federal) em que o produtor armazena o arroz, com garantia de preço mínimo por parte do Governo, e pode aguardar 180 dias para tentar comercializá-lo a um preço melhor de mercado. Esse tipo de operação nas áreas de Mato Grosso e Goiás deve ser suspenso pois exige uma disponibilidade de armazenagem que efetivamente não há mais ali.

Assim, o Governo já reservou parte dos armazéns nessas regiões para as operações em AGF — aquisição imediata do produto que seria logo deslocado para áreas de Minas, São Paulo e Espírito Santo, o que permite superar o problema de comercialização e manter sempre alguma disponibilidade em armazenagem para novas compras.

O transporte do arroz do sul de Mato Grosso deverá ser basicamente feito por ferrovias, mas o produto do norte do Estado e também do norte de Goiás escoará pelo sistema rodoviário. Para tanto, o Governo manterá um verdadeiro pool de caminhões contra-

tados pela CFP, já estando nesse esquema duas companhias em Mato Grosso e cinco em Goiás.

Lembra a CFP que os produtores que não tiverem condições de secar o arroz na região de produção poderão levá-lo a outras áreas, onde receberão o preço mínimo líquido fixado para a zona geoeconômica de origem, acrescido do valor correspondente às despesas de transporte e do ICM, se houver sido recolhido:

Foi prevendo problemas nessas áreas que a CONAB já havia autorizado a COBAL a realizar, em praças especialmente designadas, aquisições de arroz acima do preço mínimo, de forma a estimular os fluxos naturais de escoamento da produção. Com o sistema de indenização de fretes, a CFP praticará, em outras localidades, preços equivalentes aos estabelecidos pelo CONAB para as operações de compra da COBAL. Isto ocorrerá sempre que a indenização for igual a Cr\$ 290,00/t — valor máximo a ser admitido — que corresponde à diferença entre o preço mínimo (Cr\$ 71,50) e o de compra da COBAL (Cr\$ 85,50).

As cidades para onde deverá ser destinado o arroz são: em Minas Gerais — Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Araguari, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Lavras, Perdões, S. Sebastião Paraíso e Paracatu; em São Paulo — Cruzeiro, Araçatuba, Promissão, Lins, Pirajui, Bauru, Garça, Tupã, Adamantina, Lucélia, Osvaldo Cruz, Pedreiras, São Manoel, Marília e Rubião Jr.; no Espírito Santo — Vitória, Colatina e C. do Itapemirim; em Goiás — Anápolis, Goiânia e Ceres. O arroz será indenizado no frete se recebido ainda em Brasília e em Imperatriz, no Maranhão.

### AS RAZÕES

A produção de arroz no País cresceu de 1975 para este ano cerca de 34%. E esse crescimento foi maior exatamente nessas áreas de Goiás e Mato Grosso que, sem infra-estrutura de transporte, secagem e armazenagem, se defrontam agora com problemas de comercialização. Em 1975 foram colhidas 7.800.000 toneladas. Neste ano estima-se a produção em 10.100.000 toneladas.

Uma das razões apontadas para o crescimento da produção de arroz no País foi o preço alto do produto alcançado em 1975. Outra forte razão, aí especificamente para Mato Grosso e Goiás, está relacionada com os projetos de pecuária estimulados ali por programas especiais, como o POLOCENTRO e POLAMAZÔNIA: além da natural formação das pastagens, os pecuaristas iniciaram lavouras de arroz, como forma de baratear os custos de seus projetos.

Isto contribuiu para que a produção estimada de arroz em Mato Grosso este ano seja de 30 milhões de sacas e a de Goiás de 22 milhões de sacas. Mas o problema se tornou mais grave na medida em que não havia uma infra-estrutura de produção capaz de permitir uma comercialização normal do produto nessas áreas pioneiras.

Mesmo porque — como esclarecem os técnicos da CFP — os futuros pecuaristas dessas áreas não se interessaram logicamente em investir nessa infra-estrutura, uma vez que muitos deles não tencionam se tornar produtores tradicionais de arroz. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Não há mais orador inscrito. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão de segunda-feira, dia 17, a seguinte

### ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 152, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do comunicado conjunto, assinado em Paris, em 27 de abril de 1976, pelos Presidentes Ernesto Geisel e Giscard d'Estaing.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 153, de 1976, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Almirante Faria Lima, pronunciado por ocasião da visita do Presidente da República a Volta Redonda.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 183, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1976, de sua autoria, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, e dá outras providências.

— 4 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 283, de 1976) do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que altera a alínea e do parágrafo 1º do art. 8º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Parecer nº 162, de 1976, da Comissão de Constituição e Justiça, concluindo pela improcedência da questão de ordem levantada pelo Senhor Senador Dirceu Cardoso sobre a validade da Lei Interna do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 55 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALEXANDRE COSTA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 12-5-76 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Na ausência do eminente Senador Mattos Leão, que, em vários discursos nesta Casa, acompanhou, desde o início, os estudos e démarches que culminaram na "solução Itaipu", designou-me a Liderança, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para a tarefa difícil de falar sobre o assunto, objetivando desfazer equívocos, paixões e incompreensões, constantes do discurso aqui pronunciado pelo eminente Senador Paulo Brossard, cuja ausência lamento neste instante.

Julguei que uma sucinta resposta não estaria nem à altura do orador, sempre brilhante nos pronunciamentos, nem da conferência do grande técnico brasileiro Marcondes Ferraz, fulcro do discurso do ilustre Representante do Rio Grande do Sul.

A obra criticada, pela sua importância e grandiosidade, é uma das maiores hidrelétricas do mundo. Daí o drama de consciência do representante dos Pampas, que, "sem dobrar o jornal após a leitura, sem mudar de assunto", trouxe à Câmara Alta os receios do renomado Engenheiro nacional.

Li e reli o estudo do eminente Engenheiro, ouvi atentamente a oração do ínclito Parlamentar gaúcho, e trago à Casa, e especialmente ao Senador Paulo Brossard, argumentos sérios, justificativas convincentes, estudos e decisões idôneas, ducha fria para apagar o calor das justificadas apreensões do ilustre representante riograndense, quanto ao acerto e sucesso da "solução Itaipu", já cognominada "a obra do século".

Por maior respeito e admiração que tenho a um e a outro — ao conferencista, Engenheiro Marcondes Ferraz, e ao eminente colega, Senador Paulo Brossard, eu me permito contestar os argumentos do primeiro e lamentar as agruras mentais do segundo.



Surpreendeu-me, confesso, o discurso do Senador Brossard, brilhante, cuidadoso e prudente nos atos e opiniões. E lastimo que haja S. Ex<sup>a</sup> tomado partido, tão açodadamente, por opinião unilateral, quando, no seu pronunciamento, afirmou, textualmente, "proferir uma solução bilateral à solução Itaipu, delira do senso comum e, para nós outros, simples mortais, chega a configurar-se como um mistério".

Se mistério significa tudo que é inacessível à razão humana, o que há de obscuro, de enigmático, de secreto, o que é imperceptível, escondido, enfim, o que é inexplicável, não consegui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por maior que tenha sido o meu esforço em fazê-lo, configurá-lo na "solução Itaipu", na opção que foi feita quanto à sua localização.

Não tenho conhecimento de projeto que haja sido tão discutido e de solução final tão acessível à razão humana, tão explicada, sem segredos, sem enigmas, de clareza tão meridiana. Debates, conferências, entrevistas, opiniões e estudos técnico, político e administrativo, até livro foi editado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, focalizando opiniões das diversas correntes, para conhecimento de todos os brasileiros.

Respeito e admiro os notórios títulos e os muitos méritos de que é possuidor o Engenheiro Marcondes Ferraz, que se opõe à "solução Itaipu". Mas o senso comum também me conduz a respeitar e admirar os não menos notórios títulos e méritos de eminentes técnicos e autoridades que se opuseram à solução Marcondes Ferraz e defendem "a solução Itaipu", como o ex-Ministro Dias Leite, o ex-Governador de São Paulo, Lucas Garcês, Mário Bhering, Gen. Amyr Borges Fortes, Arturo Andreoli, João Camilo Penna e muitos outros técnicos de renome no País.

Qualificar-se, portanto, de "mistério" a escolha de uma das dez alternativas, estudadas para o aproveitamento energético do Rio Paraná, contrapondo-se opinião contrária de um técnico ilustre, a opiniões não menos respeitáveis de uma gama de tantas não menos ilustres autoridades na especialidade, sinceramente, nobre Senador Paulo Brossard, é não acreditar na inteligência e progresso da Engenharia Brasileira, hoje, no setor, com nomes do nível do notável Marcondes Ferraz.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Veja V. Ex<sup>a</sup> a ironia do destino. Há algumas dezenas de anos atrás, quando discutida a construção da Usina de Paulo Afonso e vitoriosa a solução Marcondes Ferraz, escolhida entre tantas outras, os argumentos apresentados contra a ação governamental são praticamente esses que hoje, com tanto brilho, V. Ex<sup>a</sup> contesta. Apenas, mudaram as posições; quem hoje critica, naquele tempo era criticado.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> nobre Senador.

Se a indignação do Eng<sup>o</sup> Marcondes Ferraz é tão grande, por não ter sido aproveitada a solução que apresentou, muito embora tenha sido pesada, medida e aferida, em virtude do respeito à reconhecida autoridade do autor, que, numa entrevista com S. Ex<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República, dissera que não era "candidato nem mesmo ao cargo de terceiro suplente de Juiz de Paz do bairro em que reside"; o problema que não é nosso, não creio seja do Presidente da República, tampouco da "solução Itaipu". Concordo, entretanto, com o orador, quando disse: "é uma pena, pois qualidades, méritos e competência não lhe faltam para ocupar os mais altos postos da República".

Se sua indignação é tão grande, repito, a ponto de dizer na sua Conferência: "nunca imaginei que um projeto desse porte fosse adotado em segredo de estudo e de Estado", e, mais: "os dados que

se têm sobre a solução adotada são esparsos e, de qualquer modo, absolutamente insuficientes e pouco contraditórios", — aí então nobre Senador Paulo Brossard, isto sim, "delira do senso comum e chega a configurar-se" como paixão obstinada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, que mistério, que segredo é esse "de estudo e de Estado", que só o Engenheiro Marcondes Ferraz, — e é ele quem declara — teve oportunidade de falar a dois Presidentes da República sobre o assunto, ao Presidente da ELETROBRÁS, ao Embaixador, em debate perante a Comissão de Minas e Energia, na Câmara dos Deputados, em Exposição do Ministro de Minas e Energia, em longa entrevista concedida ao O Estado de S. Paulo, em conferência no Clube de Engenharia?

Se os dados que se têm sobre a solução adotada, como disse, "são esparsos e de qualquer modo absolutamente insuficientes e pouco contraditórios", agora sou eu quem pergunta, nobre Senador Paulo Brossard, como foi possível ao técnico Marcondes Ferraz, debater e tomar posição contrária à "solução Itaipu", sem conhecê-la no todo, e, como pôde descrevê-la em "síntese das Obras", com tanta precisão? Só, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se se admitir premonição.

Se diz que não está a defender o esquema apresentado pela sua equipe, mas tão-somente princípios que a seu ver foram abandonados e que tumultuaram a problemática do aproveitamento energético no Baixo Paraná brasileiro, e, mais, que existem outras soluções técnicas e formais, sem os inconvenientes que apontou, mais uma vez, é de se perguntar, nobre Senador Paulo Brossard, por que não os apresentou? Como foi possível criticar técnica, política e, administrativamente, com detalhes a solução adotada?

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador José Sarney.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Senador Alexandre Costa, a Casa, mais uma vez, tem oportunidade de receber o brilho de sua inteligência, de sua capacidade de técnico e de grande político ao examinar o problema de Itaipu. Que o engenheiro Marcondes Ferraz, como técnico, tenha defendido uma posição, é justificável. Agora, que o Senador Paulo Brossard, cinco anos depois da exposição desta posição, venha ao Congresso Nacional para dar notícia de uma idéia exposta na Câmara dos Deputados, há muitos anos é realmente uma coisa que merece uma certa interrogação. Primeiro, ou o Senador Paulo Brossard estava tão desatualizado e tão fora das coisas brasileiras que pudesse esquecer, durante tantos anos, um documento dessa natureza para somente agora, vir trazê-lo a debate no Congresso Nacional? Ou, então, o Senador Paulo Brossard não estava desatualizado, e conhecia a conferência, mas não teve oportunidade de levantar esse tema, nem na sua campanha de Senador, nem, também, ao chegar a esta Casa. Somente, agora, o faz. Quando? Quando a obra está demorada, quando constitui um dos orgulhos do Governo brasileiro, quando constitui um dos orgulhos da engenharia mundial, quando representa um pólo de libertação no setor energético do País, e foi sobretudo uma decisão excepcional, numa hora difícil, de um grande Presidente, que foi o Presidente Emílio Garrastazu Médici. E ele não o fez de maneira leviana, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo diz. Examinou todas as hipóteses, foi um debate aberto no País inteiro. E agora o Senador Paulo Brossard vem, depois de tantos anos, trazer esse assunto, aqui ao Senado. Será que o Senador Paulo Brossard acha que nós não sabíamos que foi debatido esse assunto, que existia essa posição do Engenheiro Marcondes Ferraz? Ou muito pior ainda: será que o Senador Paulo Brossard não teve a confiança necessária no seu Partido para saber se essa solução tinha sido errada? O seu Partido silenciou e só ele descobre, agora, o mistério de uma decisão que todo o Brasil acha que não tem nenhum mistério, só grandeza.



**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Agradeço o aparte de V. Exª e mais a frente terei oportunidade de abordar tudo isso que V. Exª acaba de dizer.

E com muita honra concedo um aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Nobre Senador Alexandre Costa, lastimo a retirada temporária do Líder do MDB, porque há momentos...

**O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ)** — Involuntária.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — Involuntária, eu sei. Porque há momentos S. Exª falava, com orgulho contagiante, que, pela primeira vez na história dos Partidos, o Partido dele ia fazer uma convenção nacional para aprovar uma política energética. Então, nós vamos esperar, para verificar se nesta política energética vai prevalecer o ponto de vista do Senador Brossard, que é um constitucionista, ou se vai prevalecer o ponto de vista que realmente me parece mais adequado, que foi o adotado, à época, para a escolha de Itaipu. Ora, veja V. Exª, se me permite que lhe lembre estes fatos. Em primeiro lugar, eu conheço um dos redatores da chamada *Ata das Cataratas* e, como V. Exª disse, se isto foi um mistério, foi o mistério mais antimisterioso que já houve, neste País, na face deste Brasil. Foi discutido "coram populo", foi discutido à luz pública. Quando se chegou à escolha, fatos que determinaram o local onde agora se está construindo, são de alguma natureza: Por exemplo, a escolha do local impediu que nós tivéssemos a eternização de um problema de discussão de limites com o Paraguai. Só isso representaria uma grande contribuição. Segundo a suposta decisão de construir Itaipu, exclusivamente em Território Nacional, seria possível do ponto de vista técnico, tese que defende o Engenheiro Marcondes Ferraz. Entretanto, seria extremamente mais cara, do ponto de vista econômico seria extremamente mais cara. V. Exª sabe, como engenheiro, que as barragens seriam muito mais extensas. Ainda que o engenheiro Marcondes Ferraz defendesse que valia a pena pagar mais caro para construir, note-se agora que tipo de explicação daria no sentido político. No momento em que se construísse uma usina dessa natureza, desse vulto, exclusivamente no Território Brasileiro, com problemas pendentes de lutas e discussão de demarcação limítrofe, nós não teríamos um adversário só, como tivemos na Argentina; teríamos dois, o Paraguai e a Argentina, porque estariam ambos contra a construção da barragem Itaipu. De maneira que a solução não teve nada de misteriosa, ela foi, no nosso entender, extremamente feliz e combinou, o que é raro, duas grandes vantagens: uma de natureza política, que eu colocaria em primeiro lugar, e uma de natureza econômica.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Agradeço o aparte do nobre Senador Jarbas Passarinho, que, sem dúvida nenhuma, veio complementar e enriquecer o meu discurso.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Nobre Senador, dá licença para um aparte?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Com muito prazer.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Para lembrar as discussões havidas, inclusive, aqui, nas comissões técnicas do Senado, quando do depoimento que a respeito deram os responsáveis maiores da ELETROBRÁS. Far-se-ia isso em território brasileiro? Ótimo. Como se executa uma barragem dessa? Desviando o rio? Haveríamos que dizer ao Paraguai: "Tenha paciência, espere um pouco, que vamos desviar o rio em nosso território, que depois voltará para seu território", esquecidos nós de que o rio é tanto deles como é nosso. Pequeno detalhe, apenas.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — V. Exª coloca muito bem e eu agradeço.

Se como declarou, continuando, "nunca imaginei que um projeto desse porte fosse adotado em segredo de estudo e de Estado", volto a perguntar, e peço desculpa, nobre Senador Paulo Brossard: como foi possível ao engenheiro Marcondes Ferraz saber que, na solução adotada, a seu ver, foram abandonados princípios que tumultuaram a problemática do aproveitamento da energia hidráulica no Rio Paraná?

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Concederei o aparte a V. Exª imediatamente após terminar a última pergunta, porque no discurso do Senador Paulo Brossard nós fomos muito perguntados.

Finalmente, como foi possível discutir, debater, criticar e fazer oposição ao inacessível, ao obscuro, ao enigmático, ao secreto, ao escondido, ao inexplicável, ao "mistério" e ao "segredo de estudo e de Estado"?

Concedo o aparte ao nobre Senador Lázaro Barboza.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Senador Alexandre Costa, ao pedir a V. Exª permissão para penetrar no monopólio de Itaipu, porque V. Exª e seus ilustres pares querem deter, nesta Casa, o monopólio de Itaipu, queria apenas fazer um reparo: V. Exªs cometem uma injustiça contra o eminente Senador Paulo Brossard. S. Exª, que infelizmente não está, e se estivesse por certo não precisariam pedir a V. Exª um aparte para proferir este reparo, S. Exª não pretendeu fazer uma condenação formal ao ponto de vista do governo brasileiro de construir Itaipu...

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Nem estou dizendo isto. V. Exª reflita, porque, em momento algum disse isto.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — ... na forma que foi planejada. As condenações são formais, partidas de V. Exª ao Senador Paulo Brossard, como também do Senador Jarbas Passarinho e, parece-me, do seu eminente companheiro do Maranhão, Senador José Sarney. V. Exª também esposou o mesmo ponto de vista. Não faz em justiça ao Senador Paulo Brossard. S. Exª, ao trazer o problema a debate nesta Casa, o fez naturalmente, com a melhor das intenções.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Mas ninguém está negando isto.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Ele o fez calçado não numa conferência feita pelo engenheiro Marcondes Ferraz há cinco anos, como afirmou aqui o nobre Senador, mas recentemente, no Clube de Engenharia.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — É a mesma de três anos atrás.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — V. Exª está fazendo uma acusação ao Senador Paulo Brossard, a de que não conhecia a posição do engenheiro Marcondes Ferraz, exposta há anos e em várias outras vezes.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Ela voltou, então, a ser repetida e diante de um auditório altamente qualificado.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — E várias vezes. V. Exª não faça injustiça ao seu colega Paulo Brossard, que ele não conhecia o ponto de vista do engenheiro Marcondes Ferraz.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Esperarei que V. Exª descarregue a sua veia cívica para que eu possa concluir o meu aparte.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — E que, só há quinze dias, ele descobriu. V. Exª não faça esta injustiça ao Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Benjamim Farah. Fazendo soar a campainha.) — Peço aos nobres Senadores para não darem apartes simultâneos. Peço que cada um intervenha, desde que o orador na tribuna permita. Muito obrigado.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Justiça nós faremos ao Senador Paulo Brossard, mas não faremos à Oposição, ao Movimento Democrático Brasileiro.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> que eu complete o meu aparte?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Concedo o aparte.

**O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO)** — O eminente Senador pelo Rio Grande do Sul se ateve ao resultado de uma conferência feita recentemente e não há cinco anos atrás. E ele a trouxe à consideração do Senado, principalmente pela alta qualificação de quem a fazia e do auditório que estava presente. Ele então trouxe o problema para a reflexão do Senado, mas não pretendeu uma condenação formal. E nisso V. Ex<sup>a</sup> comete uma injustiça gritante contra o eminente Senador Paulo Brossard, e que não pode passar, naturalmente, sem o nosso protesto. Era o registro que eu queria fazer.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Pois bem, nobre Senador Lázaro Barboza.

A história é bem outra, muito parecida, mas bem diferente.

Falar-se em monólogo, e não em diálogo, em solução tão debatida, não me parece correto.

Só no Senado Federal, o eminente Senador pelo Paraná, Mattos Leão, pronunciou precisamente sete discursos sobre o assunto, sob os títulos: "Sete Quedas — A Hidrelétrica do Século", em 19-7-71. "V Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata", em 22-5-72. "Ênfase a Sete Quedas, a Hidrelétrica do Século", em 4-9-72. "De Sete Quedas a Itaipu", em 12-4-73. "Itaipu desponta como Realidade", em 22-8-73. "Ata da Instalação da Itaipu Binacional", em 12-8-74, e "Itaipu Refutando Críticas", em 14-4-75.

De todos esses sérios e brilhantes pronunciamentos, proferidos nesta Casa pelo Senador Mattos Leão, um único aparte foi dado pela honrada Oposição, na pessoa do Senador Leite Chaves, e, note-se bem, no último deles, em 14-4-75.

Faz críticas a Itaipu, mistura com a ponte Rio—Niterói, mistura com a Transamazônica e, após argumentos que lamentavelmente não são os mesmos argüídos pelo eminente Engenheiro Marcondes Ferraz, conclui dizendo: "Não tenho ainda — e são palavras do Senador Leite Chaves" — consciência formada a respeito. Estou fazendo um estudo e possivelmente voltarei a me pronunciar sobre o assunto; talvez até concorde com V. Ex<sup>a</sup> "Felizmente S. Ex<sup>a</sup> disse "possivelmente". Até hoje, o Senador Mattos Leão aguarda o possível pronunciamento.

**O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR)** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — ... o que seria a única colaboração da Oposição, no Senado, e, se Itaipu estivesse na dependência da anunciada colaboração oposicionista, certamente estaria parada.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Sr. Senador Mattos Leão.

**O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR)** — Nobre Senador Alexandre Costa, inicialmente os nossos sinceros agradecimentos pela citação dos nossos modestos pronunciamentos, nesta Casa. Na verdade, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Desde 19 de julho de 1971, logo após a nossa posse como Senador da República, fizemos diversos discursos sobre o problema da construção que chamamos, na época, "A Hidrelétrica de Sete Quedas — a Hidrelétrica do Século", porque, como todos sabem, será a maior hidrelétrica do mundo. Na ocasião, tivemos e obtivemos, Sr. Senador Alexandre Costa, diversos apartes, tanto do nosso Partido — a ARENA, como do Partido da Oposição,

e todos de aplausos pelo início do estudo da construção da Usina, hoje denominada Itaipu. Em seguida, quando refutamos o aparte do Sr. Senador Leite Chaves, S. Ex<sup>a</sup> ficou de nos responder, mas não o fez. Na verdade Itaipu, hoje, é irreversível. Ela é o orgulho de todo o povo brasileiro, e representa a maior hidrelétrica do mundo e significa para o Brasil um fornecimento de energia elétrica desde o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, até aqui no Planalto Central — Brasília. Poderíamos falar, Senador Alexandre Costa, pedindo permissão a V. Ex<sup>a</sup>, sobre este pronunciamento do nobre Senador Paulo Brossard que, lamentavelmente, na ocasião não me encontrava presente nesta Casa. S. Ex<sup>a</sup> analisou a Conferência do engenheiro Marcondes Ferraz, realizada no Clube de Engenharia, no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, poderíamos mencionar a Conferência do eminente ex-Ministro de Minas e Energia, Dias Leite, quando fala dos estudos para a localização de Itaipu — Conferência esta realizada na Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal — quando diz o seguinte: "Para realizar o estudo de projetos de Itaipu, a ELETROBRÁS se colocou, apesar do seu corpo técnico de alta experiência no setor, posição de extrema humildade diante da grandeza da obra. A ELETROBRÁS não optou sozinha a montar uma equipe com capacidade suficiente para abranger todos os aspectos de uma obra destinada a ser a maior usina de energia hidrelétrica do mundo. Foi feito, então, um convite a vários consórcios internacionais e se formou um grupo que acabou sendo composto de uma firma americana e uma firma italiana que, em conjunto, com a engenharia nacional passou a dirigir a obra". Veja V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alexandre Costa, que a ELETROBRÁS, cuidadosa, zelosa, o Governo brasileiro, cuidadoso, zeloso, além dos técnicos nacionais de alto gabarito, como V. Ex<sup>a</sup> bem citou, como: Mário Behring, Lucas Nogueira Garcez, Paulino Andreoli que, hoje, é o Diretor da COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica — ainda consultou e colocou no estudo do projeto, empresas de porte como essas mencionadas pelo Ministro Dias Leite. Logo em seguida, em sua conferência — pediria permissão para citar mais esse tópico da conferência do Ministro Dias Leite: "Uma coincidência feliz nesta comparação é que os projetos que envolviam problemas políticos mais graves foram também os mais inconvenientes, sob o ponto de vista econômico. Então, não houve nenhuma contradição entre os objetivos técnicos, econômicos e políticos. Poderíamos ter ficado em dificuldades da escolha, pelas contradições entre os dois critérios: um projeto ser melhor sob o ponto de vista técnico-econômico e, o outro, mais aceitável, sob o ponto de vista político. Felizmente, os dois critérios coincidiram. O mais aceitável sob o ponto de vista político foi também o mais indicado do ângulo técnico e o mais discutível sob o ponto de vista político, foi também mais oneroso em termos de perspectiva técnica-econômica. Isso evitou um drama de consciência para a nossa decisão". Veja, eminente Senador Alexandre Costa, há mais de um século se estuda esta fabulosa usina de Itaipu. Hoje, graças a Deus, mercê do Governo ainda Médico, porque o primeiro encontro entre um Presidente da República do Brasil e o Presidente da República do Paraguai, foi realizado em Bela Vista pelo Presidente Médici e pelo Presidente Alfredo Stroessner, mercê do atual Governo do Presidente Ernesto Geisel, mercê dos técnicos brasileiros de grande envergadura e das firmas internacionais que participaram desse estudo e mercê da amizade que o Brasil tem pela República vizinha e amiga, que é o Paraguai, é uma realidade. E nós estranhamos profundamente, com tristeza que o Senador Paulo Brossard, usando a conferência do eminente Engenheiro Marcondes Ferraz, venha, com uma série de indagações, colocar dúvidas sobre essa construção de Itaipu que representa, repito, para nós, orgulho para todos os brasileiros. Grato a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Mattos Leão, e direi que os discursos de V. Ex<sup>a</sup> me serviram de subsídio ao pronunciamento que hoje faço, nesta Casa.

Pois bem, Srs. Senadores, e peço a maior atenção:

Agora, no ano 76, quando tudo resolvido e as obras em plena execução, é a honrada Oposição quem sugere, pelo seu Líder, o eminente Senador Franco Montoro, que, ao que parece, só agora reconhece em Itaipu problema de interesse nacional, quem sugere, repito, em aparte ao Senador Paulo Brossard, a aplicação do Regimento Interno no que se refere, no Capítulo das Comissões, art. 74, ao meio processual para atender à solução do problema.

Vejamos a íntegra do aparte:

"O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — ...eu me permitira fazer uma sugestão, dentro do processo legislativo, para dar prosseguimento regimental ao esclarecimento desta matéria. Tenho em mãos o Regimento Interno que se refere, no capítulo Das Comissões, art. 74, ao meio processual para atender à solução do problema. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> concluiria com alguma sugestão neste sentido, mas apresento-a a título de colaboração, que, talvez seja acolhida por V. Ex<sup>a</sup>, pelo próprio Plenário, ou pela comissão competente.

O Sr. Amaral Peixoto (MDB — RJ) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Concederei já o aparte e com muita honra eminente Senador Amaral Peixoto.

"Dispõe o Regimento:

"As Comissões Permanentes têm por finalidade estudar os assuntos submetidos a seu exame, sobre eles manifestando-se na forma prevista neste Regimento, assim como exercer, no âmbito das respectivas competências, a fiscalização dos atos do Poder Executivo e da administração descentralizada prevista no art. 45, da Constituição."

E aí, então, diz S. Ex<sup>a</sup>:

"Ora, temos uma Comissão de Minas e Energia, prevista no Regimento Interno. Este é um assunto evidentemente submetido à fiscalização do Congresso e há outras disposições que se referem, inclusive, à possibilidade de criação de Subcomissões para o exame de matéria, senão vejamos:

"§ 1º — Mediante delegação tácita do Plenário, compete ainda às Comissões Permanentes realizar estudos e levantamentos sobre os problemas de interesse nacional, compreendidos no âmbito de suas atribuições, acompanhando a execução dos planos e programas administrativos adotados pelo Poder Executivo em todo o território nacional."

V. Ex<sup>a</sup>, tem aí, dois preceitos do Regimento que dão inteira cobertura ao prosseguimento da comunicação que V. Ex<sup>a</sup> faz, neste momento, ao Plenário. Penso que a Comissão de Minas e Energia poderia recolher esses dados, ouvir o professor Marcondes Ferraz, os representantes do Executivo, que eventualmente possam trazer esclarecimento à matéria, e corrigir, retificar ou modificar o plano, em cuja execução estão ocorrendo os fatos da gravidade que V. Ex<sup>a</sup> aponta ao Senado, neste momento."

Concedo o aparte ao nobre Senador Amaral Peixoto.

O Sr. Amaral Peixoto (MDB RJ) — Ilustre Senador, eu já era membro desta Casa quando se realizou o debate, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, sobre esse problema. O assunto era tão palpitante que para lá eu me deslocava, quase todas as manhãs, para assistir à exposição do ilustre Engenheiro Marcondes Ferraz e dos seus opositores. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que era impossível, dada a escassez de meios que tínhamos naquele momento, formar uma opinião segura sobre o assunto e definir tecnicamente qual a solução mais acertada. No entanto, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que foi magnífica a impressão deixada pelo Engenheiro Marcondes Ferraz — homem ao qual não me liga nenhuma afinidade política, considero S. Ex<sup>a</sup>, homem de bem, mas um terrível reacionário,

indiscutivelmente, um grande técnico e um grande patriota — não obstante os seus opositores — já foram citados alguns, aqui, mas vou lembrar o General Borges Fortes, Diretor da ELETROBRÁS, que desfez, ou pelo menos procurou desfazer, muitas das considerações do Engenheiro Marcondes Ferraz. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, entretanto, que é preciso se faça justiça a um homem que foi o primeiro que, no Brasil, teve coragem de falar no aproveitamento de Sete Quedas. Falou-se aqui, se não me engano o Senador Mattos Leão, que há cem anos já se estudava este assunto. A primeira vez que, realmente, alguém se referiu a isso foi o General Mendonça Lima, Ministro da Viação, no Governo do Presidente Getúlio Vargas, quando numa reunião de Interventores e foi...

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que há quase século, Rebouças, tentou estudar o aproveitamento energético do Rio Paraná.

O Sr. Amaral Peixoto (MDB — RJ) — Quando o General Mendonça Lima fez referência ao aproveitamento de Sete Quedas foi tido como visionário, e S. Ex<sup>a</sup> declarou que, dentro de 20 ou 30 anos, teríamos fatalmente de caminhar para aquele aproveitamento porque os nossos recursos estariam inteiramente esgotados. Agora, quero reafirmar, aqui, sem ter maiores ligações com o Engenheiro Marcondes Ferraz, que S. Ex<sup>a</sup> é tido, em todos os meios técnicos, como homem do mais alto gabarito.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Mas ninguém disse o contrário.

O Sr. Amaral Peixoto (MDB — RJ) — Não estou dizendo que V. Ex<sup>a</sup> tenha feito qualquer acusação. Só estou afirmando meu ponto de vista. É, indiscutivelmente, um homem do mais alto gabarito, um engenheiro de grande valor, um homem que prestou, na construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso, grandes serviços ao nosso País, merece assim o respeito do Senado Federal.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup>, um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Sr. Senador Amaral Peixoto, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Acontece que, em momento algum, ninguém negou as qualidades do ilustre Engenheiro Marcondes Ferraz.

E vou além — V. Ex<sup>a</sup> diz que foi no âmbito da Comissão da Câmara Federal — e eu direi a V. Ex<sup>a</sup>, que ele fará grande figura não apenas no âmbito da Comissão de Minas e Energia, mas em qualquer lugar do mundo.

Mas, como S. Ex<sup>a</sup>, há também outros — V. Ex<sup>a</sup> tem um ilustre Engenheiro ao lado, o Deputado Hêlio de Almeida. Existe o Engenheiro Lucas Garcez, também, do mesmo nível; existe Dias Leite, um técnico da maior competência. Isto foi o que se disse.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup>, um aparte, nobre Senador Alexandre Costa? Serei breve.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Concedo o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Só para retificar uma inclinação da Oposição: Primeiro, pela palavra do nobre Senador por Goiás e, agora, pela palavra do nobre Senador do Rio de Janeiro. Por parte de V. Ex<sup>a</sup>, não há e não houve aqui, de nenhum dos seus colegas de Bancada, qualquer restrição apresentada à idoneidade, ao conhecimento técnico, ao patriotismo do Professor Marcondes Ferraz. É só recorrer à Taquigrafia que se verifica que não houve — ele não foi julgado sob este ângulo.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — É um dos grandes vultos da nossa Engenharia.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Apenas o que nós negamos a S. Ex<sup>a</sup> é ser o dono da verdade. Apenas o que o nobre

Senador Alexandre Costa está mostrando é que, fazendo *pendant* com o conhecimento do Professor Marcondes Ferraz, há inúmeros outros notáveis técnicos brasileiros, também, que optaram por soluções diferentes, e que acabaram sendo aqueles que tiveram a solução adotada pelo Governo. Eu me surpreendi verificando, ainda há pouco, o Senador Lázaro Barboza dizer que eu e outros companheiros tínhamos sido radicais em uma condenação. Eu não condenei ninguém, eu defendi...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Ninguém condenou ninguém.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — ... apenas defendi a localização da barragem no ponto em que se encontra. E dei um acréscimo — que V. Ex<sup>a</sup> teve a generosidade de aceitar — indicando que ouvi de um dos Signatários da Ata da Reunião Internacional de Salto Grande três grandes razões que combinavam política e economia e que V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Coincidiram.

**O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA)** — ... certamente, trata no seu discurso. Então, a nós, o que causou espécie, é que apenas a Oposição se louve na opinião do Professor Marcondes Ferraz, para colocar em dúvida, toda a decisão governamental. Este é o problema. Ainda há pouco falou o Senador Lázaro Barboza em monopólio de Itaipu. Monopólio está querendo a Oposição, através do pensamento de um só técnico. 'Acho que V. Ex<sup>a</sup> não deixou esta impressão e provavelmente é porque o nosso respeitado colega, Senador Amaral Peixoto não acompanhou, talvez, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> desde a origem.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Exato. Eu desejaria terminar o raciocínio da proposta Montoro.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que concluísse e depois me desse o aparte.

**O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA)** — Foi a proposta Montoro a "Solução Itaipu", que agora, no âmbito da Comissão de Minas e Energia do Senado, seria novamente levantada, estudada, para possíveis correções. "E estas palavras são suas, Ex<sup>a</sup>: "retificações e modificações". Foi o que sugeriu o eminente Líder oposicionista para uma obra que, depois de levantada, estudada e debatida, durante mais de ano, teve escolhida uma de suas dez alternativas a "Solução Itaipu", em plena fase de execução, fato consumado, irreversível.

Pensei inicialmente que se pretendia armar um escândalo nacional numa obra tão importante e do mais alto interesse da Nação e insurgi-me contra a sugestão Montoro, em aparte com que me honrou o nobre Senador Paulo Brossard. Foi, quando disse, da honra para mim, nobre Senador Paulo Brossard, em ouvindo com maior atenção o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e até louvo sua iniciativa de trazer ao Senado a conferência que leu — e veja bem, nobre Senador Amaral Peixoto — de um dos mais ilustres engenheiros do País, o Dr. Marcondes Ferraz. Ao mesmo tempo, insurjo-me contra a opinião do meu eminente colega, Líder do MDB, quando pretende, no meu modo de ver, desvirtuando a intenção que V. Ex<sup>a</sup> trouxe para esta tribuna, trazer para a Comissão de Minas e Energia assunto de tamanha importância para a Nação brasileira.

Tenho admiração e respeito pelo Engenheiro Marcondes Ferraz e por suas opiniões mas, também, minha inteligência e meu bom senso aceitam que a Nação brasileira não entregaria, de maneira alguma, obra da maior importância, a maior hidrelétrica do mundo, a quem não fosse portador da mesma competência, da mesma capacidade do Engenheiro Marcondes Ferraz.

Desta forma, a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> é muito justa — dizia eu — porque é da Tribuna do Senado, da Tribuna do Congresso que se devem trazer problemas dessa natureza. Esta preocupação de

V. Ex<sup>a</sup>, estou certo, terminará na próxima semana, quando engenheiros do mesmo gabarito do Dr. Marcondes Ferraz terão oportunidade de mandar para a Liderança desta Casa as razões, os motivos e as causas porque foi escolhido o local onde está se edificando a hidrelétrica de Itaipu.

V. Ex<sup>a</sup> patriota que é, aí se encontra movido das melhores intenções, de chamar a atenção desta Nação para problemas da mais alta magnitude, tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> se convencerá de que Itaipu, projetada, estudada por engenheiros brasileiros do maior gabarito, aliados também à engenharia internacional, está indo muito bem e atendendo a todos os requisitos, da moderna técnica de construção hidrelétrica do mundo.

Volto, após explicações pessoais — e é de justiça dizer que julguei de boa fé — a concordar com a sugestão restrita para o acompanhamento, na Comissão, da execução dos planos e dos programas administrativos adotados. O que sei dever do Congresso Nacional e também o sei desejo da Itaipu binacional, cuja Diretoria Executiva tem como presidente um homem de muitos méritos e notórios títulos, General-de-Exército brasileiro, ex-Ministro das Minas e Energia, e do Interior, Deputado Federal, nosso eminente ex-colega, José da Costa Cavalcanti.

Concedo agora o aparte ao nobre Líder da Oposição, Senador Franco Montoro.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Quero, em primeiro lugar, declarar a V. Ex<sup>a</sup> que o nobre Senador Paulo Brossard, quando presente, dar-lhe-á resposta a algumas das considerações proferidas por S. Ex<sup>a</sup>. Entretanto, quero lembrar, para recolocar a questão nas suas devidas dimensões, que está havendo deformação do problema. Ninguém pretende destruir ou desfazer aquilo que seja de interesse nacional. A proposta feita por mim, que V. Ex<sup>a</sup> leu, numa ênfase de quem considerava absurda...

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Efetivamente.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Considerava, ou considerava?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Considero. Corrigi, no âmbito da Comissão. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> perdoe-me, é o próprio engenheiro...

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Permita dizer que foi V. Ex<sup>a</sup> quem expressamente concordou com a sugestão. Consta do próprio Diário do Congresso Nacional.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Absolutamente! Já disse, aqui, que concordei no acompanhamento e na fiscalização das contas porque a BINACIONAL nem o Governo brasileiro têm medo de ser fiscalizados.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — V. Ex<sup>a</sup> tem medo da verdade?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Não.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Então permita...

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — SP)** — Mas V. Ex<sup>a</sup> está deturpando...

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Como deturpando a verdade?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Porque V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que concordei, quando não concordei.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — O aparte dado por V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Li-o na íntegra.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Não. Este trecho V. Ex<sup>a</sup> não leu: página 2138, do *Diário do Congresso Nacional*. Depois de V. Ex<sup>a</sup> ter discordado, manifestei minha estranheza. Como V. Ex<sup>a</sup> não há de concordar que o assunto trazido a Plenário seja estudado na Comissão? V. Ex<sup>a</sup> disse que se quer escândalo. Mas o escândalo faz-se no Plenário, não na Comissão onde se estuda a questão. E para acompanhar uma denúncia trazida, documentadamente, pelo nobre Senador Paulo Brossard.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Mas eu não...

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — V. Ex<sup>a</sup> fez uma longa exposição, permita-me então que eu leia o que está no "*Diário Oficial*". Comunicado, página 2334 do "*Diário Oficial*": "Assim é que no orçamento apresentado em novembro de 1973, já em junho de 1974 tinha um reajuste de preço global que o aumentava de 23% e, apenas, na parcela juros, durante a construção, 40%. Esses dados extraídos do Relatório da BINACIONAL — continua o texto — representa um absurdo, o que torna impossível continuar nessa marcha." Qual é o remédio para isso? Eu lembrei o Regimento. Lembrei, lembro e lembrarei todas as vezes. E por isso que peço a atenção de V. Ex<sup>a</sup> porque deve estar havendo algum equívoco. Eu não consigo apreender o protesto contra aquilo que não apenas é um direito, mas é um dever nosso. Se na construção de uma obra como essa de interesse nacional, são apontados desvios dessa gravidade, qual o remédio? Foi o que eu disse. O remédio encontra-se no Regimento...

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Mas quem é que julga a gravidade?...

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — "Art. 74: As Comissões Permanentes têm por finalidade entre outras — leio apenas a parte útil — exercer, no âmbito das respectivas competências, a fiscalização dos atos do Poder Executivo e da administração descentralizada, prevista no art. 45 da Constituição." Então, em lugar de nos limitarmos a afirmações eloquentes e contradições veementes, devemos examinar o problema com seriedade. O meio competente, o instrumento processual dentro do processo legislativo é Comissão especializada, a Comissão de Minas e Energia. A ela é que devem ser mandados esses dados para serem examinados.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Que dados?

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Os dados de que está havendo um reajuste de 40% em seis meses, o que parece absurdo. O dado é trazido ao Plenário. Então, na execução dessa matéria, eu procuro ser sereno, mas deveria ser veemente para responder à veemência com que estão afirmando...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Senador Franco Montoro, V. Ex<sup>a</sup> não está sendo real ao texto do discurso pronunciado pelo Senador Paulo Brossard. Ele disse 40% dos juros durante a construção. Faz parte da página 2135. V. Ex<sup>a</sup> diz que é em seis meses.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Não. V. Ex<sup>a</sup> leia adiante, na mesma página.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Durante a construção.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — "Se num período tão curto, de apenas 8 meses, a correção orçamentária foi de 23% — que é a primeira parcela — o que será no oitavo ano, quando se propõe. . . .

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — V. Ex<sup>a</sup> diz que dentro de seis meses, 40%...

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Não. De novembro de 1973 a junho de 1974.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Não. V. Ex<sup>a</sup> leia o Senador Paulo Brossard. Nós aí queremos ouvir o Senador Brossard.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Se num período tão curto... O fato de ser oito meses, ou sete meses...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — V. Ex<sup>a</sup> disse 40% em seis meses...

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Veja V. Ex<sup>a</sup> Essa parcela e juros durante a construção, 40%. Está na primeira...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Durante a construção, Senador Franco Montoro.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — ... primeira parte do relatório de 1974 que se refere ao período de novembro de 1973 a junho de 1974.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — Senador Franco Montoro, é o Senador Paulo Brossard quem diz.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me assegure o aparte e não a intromissão. V. Ex<sup>a</sup> está querendo desviar do problema. O detalhe de ser 6 ou 8 meses, de julho...

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA)** — V. Ex<sup>a</sup> não perca a calma que sempre foi o apanágio do seu raciocínio.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — V. Ex<sup>a</sup> não impedirá que eu prossiga no meu aparte. E V. Ex<sup>a</sup> tem que verificar o essencial... Estou procurando, com a maior calma, mostrar que o que se pretende é verificar a procedência ou não. Se se trata de 6 ou 8 meses. É inteiramente acessório. Se se faz uma denúncia a esta Casa de que, na execução dessa matéria, está havendo um abuso e, neste sentido, qual é a forma de se verificar o abuso? É pedir que a matéria seja examinada na Comissão competente. Esta é a realidade e, portanto, quando se dêem esta explicação — quero responder a V. Ex<sup>a</sup> — mostrando que esse era o caminho normal, o que disse V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alexandre Costa?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Para acompanhar, sim.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — E é para isso que estamos fazendo.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Para acompanhar, sim.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — V. Ex<sup>a</sup> se antecipa, mas me permita que leia.

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Agora, veja o que V. Ex<sup>a</sup> disse.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Então V. Ex<sup>a</sup> concorda, concorda com que?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Para acompanhar, sim; mas não para retificar

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Página 2.148: O Sr. Alexandre Costa: "Compreendi bem agora e estou de pleno acordo."

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Pois é, para acompanhar.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — Então, V. Ex<sup>a</sup> está de acordo e agora protesta?

**O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA)** — Não deturpe, nobre Senador. Para acompanhar.

**O Sr. Franco Montoro (MDB — SP)** — É para acompanhar.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Acompanhar é uma coisa, veja o que V. Exª pede. Mas ouça o que V. Exª diz, confesse se não disse.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — V. Exª não vai me tirar daquilo que está dito expressamente.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Ouça bem, nobre Senador Jarbas Passarinho a proposta Montoro: "Penso que a Comissão de Minas e Energia poderia recolher esses dados, ouvir o Professor Marcondes Ferraz, os representantes do Executivo, que eventualmente possam trazer esclarecimento à matéria, e corrigir, retificar ou modificar o plano."

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Permite V. Exª?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Pois não.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Então, trata-se de corrigir e retificar.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — V. Exª iria contrariar o engenheiro Marcondes Ferraz. V. Exª pode ler o que ele disse no Clube de Engenharia: "Assuntos como este não se discute em ambiente leigo."

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Nobre Senador Alexandre Costa, agora sim estão conseguindo desviar o assunto principal. Não quero saber se a localização da barragem estava certa ou errada; se deveria ser multinacional ou nacional. Agora, estão se desviando.

(Cruzam-se apartes.)

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — É o mistério. É o desvendamento do mistério.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — V. Exª permite um aparte?

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — V. Exª está com esse aparte há várias horas.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — É para esclarecer a matéria.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Darei, logo em seguida.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — V. Exªs não estão com aparte e estão apartando. O que propuzemos é apenas, e, se V. Exªs estão de acordo, concordem em que a matéria vá para a Comissão para fiscalizar, retificar, corrigir o que deveria ser corrigido. O que há de absurdo a esse respeito? V. Exªs, positivamente, se não estão contra, então, concordam com a questão. Não há nenhum absurdo nisto.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Senador Alexandre Costa, peço a V. Exª que me conceda um aparte.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Darei o aparte, imediatamente após a conclusão que deseje chegar. A verdade em tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que...

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Quero que V. Exª me responda: V. Exª concorda com que se fiscalize?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — V. Exª, tenha paciência, que depois darei o aparte. ... é que a Oposição do Senado, àquela época, quando se processavam os levantamentos, estudos e debates, dava maior importância aos problemas institucionais.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Que pouco ou nada, ajudaram o Brasil, esquecendo o que, só agora, considera

relevante e do mais alto interesse nacional, apesar dos reiterados chamamentos ao debate, feitos pelo eminente Senador Mattos Leão, em sete pronunciamentos aqui realizados.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Senador Franco Montoro, V. Exª, agora, há de permitir que eu também tenha o direito de dar o meu aparte.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Peço a V. Exª que dê o aparte, com a mesma calma com que o Senador Franco Montoro o faz.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Tentarei. O Senador Franco Montoro, hoje, está irreconhecível. Talvez, porque ele tenha que defender um *escorregão* de um colega de Bancada. Por isso, é justificável a sua passionalidade neste debate. Acontece, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Senador Paulo Brossard veio a esta Casa, não para esta proposta do Senador Franco Montoro, de fiscalização. São palavras do Senador Brossard: "a gravidade das revelações feitas pelo Sr. Marcondes Ferraz exige um reexame, que pode ainda ser tempestivo...". Assim, o Senador Brossard pediu a esta Casa, que reexaminasse a solução de Itaipu, quando a obra já foi iniciada há 3 anos, e que se mude o local da Barragem. E mais do que isso. O Senador Paulo Brossard fez, de certo modo, uma injustiça ao Senador Amaral Peixoto, ao Senador Franco Montoro, àquela brilhante Oposição dos sete Senadores que tínhamos aqui e que acompanhava o problema, quando ele diz, no final do seu discurso: "Contudo, está lançada a idéia de um estudo do grave problema, com a seriedade e a urgência exigidas pelo interesse nacional. Se ela não vingar e se confirmarem as previsões do eminente cidadão a que me venho referindo, não se diga amanhã que foi por falta de uma voz, já agora, de muitas vozes no Senado da República." Vejam V. Exªs. O Senador Paulo Brossard, agora, é que pede o reexame da solução de Itaipu. É isto que ele pede ao Senado e que não podemos, absolutamente concordar.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — É exatamente o que estou respondendo.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — O que o Engenheiro Marcondes Ferraz fez, o que nós todos só podemos louvar, foi defender um ponto de vista técnico. Ninguém deixou de reconhecer, no Engenheiro Marcondes Ferraz, um grande brasileiro, a quem este País deve muitos serviços. Agora, o que o Senador Paulo Brossard fez foi justamente lançar dúvidas sobre uma solução já encaminhada. O Senador Paulo Brossard está dando armas àqueles que, internacionalmente, condenam a posição do Brasil nos foros internacionais. Faço justiça: não foi com o apoio do seu Partido, nem de V. Exªs que, aqui, concordaram com a solução adotada. O MDB, aqui, já apoiou essa resolução, que é uma grande solução nacional e, mais do que isso: V. Exª acaba de dizer que, em soluções de problemas internacionais, o MDB está de acordo, porque, fora do Brasil, só temos uma política, Itaipu é uma política do Brasil, do Continente Sul-americano. Portanto, o Senador Paulo Brossard, quando levanta, aqui nesta Casa, dúvida e pede o reexame dessa matéria, ele não está servindo aos interesses nacionais. Quanto aos juros, V. Exª há de ver que o que o Senador Paulo Brossard disse são 23%, corrigidos em 8 meses, quando a correção prevista era de 20%. Assim, ele fala em 3% de correção a mais, determinados, evidentemente, pela situação da inflação, que não é só brasileira, mas internacional. Os 40% a que V. Exª aludiu, como coisa acessória, em seis meses, são para oito anos. Assim, eu queria terminar o meu aparte, com um dado mais lírico, dizendo ao Senador Amaral Peixoto que, quando ele fala no pioneirismo, na visão de Itaipu, eu gostaria de, também, lembrar o nome de um poeta. Falo de Simões Lopes Neto, — o grande escritor do Rio Grande do Sul — que falava, também nas suas visões, dos aproveitamentos dos saltos para gerar energia.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Concedo o aparte, agora, ao nobre Senador Saldanha Derzi, com muita honra.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Nobre Senador Alexandre Costa, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante e oportuno discurso que está pronunciando nesta Casa. Realmente, meu nobre amigo, o eminente Senador Paulo Brossard não foi feliz, ao trazer à discussão nesta Casa, uma conferência do Engenheiro Marcondes Ferraz, proferida no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Conferência esta *ipsis litteris* pronunciada por S. S<sup>rs</sup>. Engenheiro Marcondes Ferraz, na Câmara dos Deputados, onde estiveram presentes Deputados e Senadores da ARENA e do MDB. Lá, discutiu-se longamente a sua exposição e, logo depois, esteve, naquela Casa do Congresso Brasileiro, o grande e extraordinário Engenheiro, ex-Presidente da ELETROBRÁS, Mário Bhering, que, realmente, pôs por terra toda a argumentação do eminente Engenheiro Marcondes Ferraz. O fato é que o Engenheiro Marcondes Ferraz foi encarregado pelo Governo Brasileiro de fazer um estudo de viabilidade econômica e possibilidade de construção da Usina de Sete Quedas, encomendado pelo Ministério das Minas e Energia, tendo sido o seu trabalho, que não foi barato àquela ocasião, pago pelo Governo Brasileiro. S. Ex<sup>a</sup> cometeu um grave erro — e talvez até uma falta de ética, como profissional —, porque se o estudo foi encomendado ao Governo Brasileiro deveria ser entregue ao Governo Brasileiro, pois era propriedade sua; só ele tinha o direito de tornar público aquele estudo por ele encomendado e pago. Mas, por sua vaidade excessiva, o Engenheiro Marcondes Ferraz, repito, — e disse-o pessoalmente — convocou a imprensa do País e transmitiu, então, o projeto de construção da Usina de Sete Quedas, que era apenas um simples estudo de viabilidades, dizendo que o Brasil poderia construir aquela usina em território brasileiro, desviando o Rio Paraná 40 quilômetros em nosso território. Além do alto custo daquela obra, pergunto aos Srs. Senadores: como poderia o Brasil construir sozinho a Usina de Sete Quedas, quando o nosso parceiro no condomínio das águas do Rio Paraná é a República vizinha, são os amigos paraguaios? Só poderíamos construir de acordo com o Governo paraguaio, e daí, nesses estudos preliminares, o Engenheiro Marcondes Ferraz penetrou em território paraguaio, sem conhecimento da nação amiga, para fazer aqueles estudos preliminares, e tão-somente preliminares. Af, criou ao Governo Brasileiro um problema sério, diplomático. A oposição paraguaia aproveitou-se daquele deslize do Engenheiro Marcondes Ferraz, em querer construir Sete Quedas só em território brasileiro, e se levantou toda a nação paraguaia contra o Brasil, admitindo que o nosso País iria construir só aquela usina, quando o condomínio das águas é paraguaio-brasileiro. Foi difícil ao Governo Brasileiro sair daquele mal-estar diplomático, mas tivemos a felicidade de o Governo Brasileiro procurar um hábil diplomata patricio nosso, Gibson Barboza, que estava na Embaixada da Áustria, e nomeá-lo Embaixador no Paraguai. Graças ao trabalho tenaz e de grande habilidade daquele nosso patricio é que chegamos às Atas de Itaipu, quando então o Brasil, reafirmou que era sua intenção, depois dos estudos preliminares da viabilidade da construção da Usina de Sete Quedas, convidar o Paraguai para, numa Comissão Mista, paraguaios e brasileiros estudarem a possibilidade da construção de Sete Quedas. Então, através do trabalho extraordinário do Embaixador Gibson Barboza, chegamos à Ata de Itaipu e reconhecemos o direito do Paraguai em 50% da energia ali produzida. E, felizmente para o Brasil, para o Paraguai e para a América, chegamos ao estágio atual de construirmos a Usina de Itaipu. Mas, diz ainda o Engenheiro Marcondes Ferraz que deveria ser construída no topo de Sete Quedas e não de Itaipu. Porém, num estudo preliminar agora, o Governo Brasileiro, com engenheiros do mais alto gabarito e assessoria internacional, decidiu, por um projeto já estudado — não estudo preliminar — que seria mais conveniente ao Brasil e ao Paraguai cons-

truírem Itaipu, porque Sete Quedas nos daria, no máximo, 9 milhões de kilowatts, enquanto que Itaipu nos dará mais de 12 milhões. Isto, para o Brasil, ainda propicia a oportunidade de construir mais duas hidrelétricas: uma no Porto de Caiuá e outra no Porto de Primavera — essa, naturalmente, brasileira em território e águas brasileiras — mas não poderíamos, deixar de construir Itaipu com o nosso parceiro, que é o nosso condômino nas águas do Paraná, a grande República amiga do Paraguai. Está certo que o Brasil irá ter, com a construção da obra do século, um grande desenvolvimento, nesta hora em que o mundo todo clama por energia, pois dela necessita. Então, aí está a grande solução para o Brasil — estejam certos os caros Senadores — pois, ao terminar-se Itaipu, sua energia produzida estará totalmente consumida. Evidentemente, o Brasil necessita procurar em todos os recantos da Pátria mais possibilidades para a construção de hidrelétricas, o que nos livrará do consumo do petróleo. Mas, quando disse que em 6 meses já subiram os preços em 23%, tive oportunidade de, num aparte, dizer que aquilo foi em 1973, fruto da crise do petróleo, do aumento do custo do petróleo, quando houve inflação geral em todo o mundo e o aumento de todas as utilidades para construção daquela hidrelétrica. Então, hoje, para o Brasil e para o Paraguai Itaipu deve ser irreversível, para o bem, o progresso e o desenvolvimento das nossas duas Pátrias.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah) — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está extinto há dez minutos; a Mesa está tolerando, pela importância do assunto.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Vou confiar na tolerância do eminente Presidente para concluir o meu discurso.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Eu dizia que a Oposição, àquela época dos estudos se preocupava com os problemas institucionais da Casa, razão pela qual permitiu que fossem realizados sete discursos por um só Senador, sem que houvesse um único aparte, a não ser do Senador Leite Chaves para misturar Transamazônica com Ponte Rio-Niterói, prometer voltar e não voltar nunca.

O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Alexandre Costa?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> para depois concedê-lo ao nobre Líder da Oposição.

O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR) — Apenas, para uma retificação ao que disse o nosso eminente e querido Senador Amaral Peixoto, quando no aparte anterior. Eu falei que há mais de 100 anos se estudava o aproveitamento da hidrelétrica de Sete Quedas. E o falei com razão, porque no meu primeiro pronunciamento nesta Casa, já mencionado por V. Ex<sup>a</sup>, em 1971, eu citei que há cerca de um século, para sermos precisos, eminentes engenheiros brasileiros, como os Irmãos Rebouças, o Visconde de Mauá e Pereira Passos, ao realizarem estudos para projeto de investimento, no Oeste da então Província do Paraná, conceberam a idéia de aproveitar o potencial hidráulico de Sete Quedas. Veja V. Ex<sup>a</sup> que há um século já se estudava o aproveitamento do potencial hidráulico de Sete Quedas. Depois de todos os estudos, como V. Ex<sup>a</sup> muito bem relatou, com esses pronunciamentos nossos, aqui no Senado, sem qualquer contestação dos nossos opositores, vem agora o Senador Paulo Brossard pôr dúvidas à construção de Itaipu. Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?



O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Já darei aparte a V. Ex<sup>a</sup>

Mas, eu diria aqui que entre as 10 alternativas cuidadosamente estudadas encontrava-se a solução Marcondes Ferraz. Claro que entre as 10 uma teria de ser escolhida, e esta foi a solução Itaipu, por satisfazer mais que as outras os critérios exigidos: técnico, econômico, político e administrativo, mais consentânea, portanto, com os elevados interesses nacionais, o que em nada desmerece a alternativa do Engenheiro Marcondes Ferraz, tão reconhecido e proclamado grande técnico brasileiro. O que desmerece — e essa é a opinião de muitos dos seus admiradores — é a maneira utilizada pelo ilustre técnico, descambiando para a paixão, atirando-se contra tudo e contra todos, o que é lamentável, primeiro por se tratar de um desserviço e de um impatriotismo; segundo, por não contar ponto e tampouco fazer jus à sua luminosa inteligência e consagrada competência.

Concedo o aparte ao nobre Líder da Oposição.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Nobre Senador Alexandre Costa, me parece necessário distinguir duas coisas perfeitamente distintas. No ardor do debate, parece que ficou claro serem V. Ex<sup>s</sup> favoráveis ao exame pelo Comissão, que foi a nossa proposta.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Acompanhamento financeiro e fiscalização. Acompanhamento do projeto técnico não é mais possível.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Evidente. Exatamente essa distinção é que me parece muito clara, que está na proposta feita. Quero dizer, para que não pairam dúvidas, que a construção de Itaipu foi aprovada pela unanimidade do Congresso, inclusive pelo MDB, por motivos de ordem técnica e de política nacional. Seria absurdo considerar-se, agora, o dito pelo não dito e voltar ao marco zero.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Muito bem!

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Isso não representa, a nosso ver, nenhum problema. Há, entretanto, fatos novos. E nesse sentido, falando em nome do Senador Paulo Brossard, que infelizmente não está presente, quero tornar claro que S. Ex<sup>a</sup> não se referiu à conferência feita pelo engenheiro Otávio Ferraz, na Câmara dos Deputados, mas a uma conferência recente, feita no Clube de Engenharia, que não é a mesma, porque se refere a fatos posteriores; refere-se, inclusive, à prestação de contas de 1974. Peço permissão para completar o aparte e tornar claro o meu pensamento. Os fatos novos dizem respeito a erros graves na execução, sob o ponto de vista financeiro, sob o ponto de vista do custo e de suas consequências. Qual o meio cabível ou acessível ao Congresso para verificar a gravidade dos fatos denunciados? E os fatos são graves exatamente pela importância nacional e internacional da obra. O meio é a Comissão de Minas e Energia exercer a sua função fiscalizadora. Alguém é contra a fiscalização? Ninguém. Então, estamos todos de acordo, inclusive V. Ex<sup>a</sup>, com a fiscalização. Torno claro: não com a volta ao marco zero, mas quanto à execução. Quero ler o texto que V. Ex<sup>a</sup> citou no momento em que respondia ao meu aparte. Digo eu à página nº 2.136: "A Comissão que, depois de ouvir representantes do Executivo e o Prof. Marcondes Ferraz, possa ter os dados para eventualmente esclarecida a matéria, corrigir, retificar ou modificar o plano, em cuja execução estão ocorrendo os fatos da gravidade que V. Ex<sup>a</sup> aponta ao Senado neste momento."

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — O eventualmente não consta do aparte de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Não. Está grifado aqui por mim. O "eventualmente" está dito por mim. É no meu aparte. Posso passar às mãos de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Tenho cópia xerox.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — É evidente que se trata de apanhamento taquigráfico, e se refere à fiscalização do que está se passando agora. Nunca passaria pela inteligência de ninguém, que fosse patriota, voltar atrás, destruir toda a importância lá investida para considerar inexistente.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Muito bem!

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Muito bem!

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — V. Ex<sup>a</sup> não sabe com que alegria me satisfazem as palavras de V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Era precisamente isso que o nobre Senador Paulo Brossard deveria ouvir do ilustre Líder da Oposição.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — O Senador Paulo Brossard trará, oportunamente, a defesa do seu ponto de vista, nos seus aspectos particulares. Quanto à importância da gravidade dos fatos aqui trazidos e da conveniência de que a matéria fosse debatida, parece-me que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> é a confirmação disso: o debate no plenário. Mas, parece-me que para se dar uma satisfação cabal aos fatos trazidos ao conhecimento do Senado, será conveniente que a Comissão de Minas e Energia, no exercício da sua função fiscalizadora, acompanhe essa execução, para que se possa confirmar ou infirmar a acusação feita por um homem, cuja idoneidade foi reconhecida por todos. Era o parte que eu queria dar.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Líder da Oposição. Fico alegre com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, que nada mais fazem do que renovar a admiração que tenho por V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — E que constam do Diário do Congresso.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Concedo o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — É para nos congratular com o Líder do MDB. Vê-se que S. Ex<sup>a</sup> equivocou-se de personagem, ainda há pouco. Não era ele...

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — O equívoco não foi meu, porque está no Diário do Congresso.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Não, perdão. Ainda não acabei nem a minha oração principal. V. Ex<sup>a</sup> não sabe o que eu disse.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Presumo que V. Ex<sup>a</sup> esteja falando sobre o assunto que estamos debatendo.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Sobre o assunto, mas ele dá margem a várias conclusões, e uma delas é esta: veja nobre Senador Alexandre Costa, V. Ex<sup>a</sup> se voltava, visivelmente, claramente, meridianamente contra uma colocação, por parte do Senador Paulo Brossard, de ter que revisar a decisão governamental. Esta é a posição que V. Ex<sup>a</sup> trouxe aí. Mais ainda: podemos ler — estou com o próprio Diário do Congresso à mão — diz o Senador Paulo Brossard, depois de responder a um aparte de V. Ex<sup>a</sup>: "É sempre possível corrigir — claro que não posso imitar a voz de S. Ex<sup>a</sup>...

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Mas vê-se que o Senador, agora, não quer a retificação, porque retificou as suas palavras.



O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Eu li o que está no Diário do Congresso. É Comissão de Fiscalização. É outro problema.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — O aparte é meu agora, e pergunto se o nobre Líder do MDB vai me atropelar. (Pausa.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui está o aparte do Senador Paulo Brossard: "É sempre possível corrigir, salvo se a obra estiver acabada. E assim mesmo, obra haverá que, talvez, depois de acabada deva ser destruída". Aqui está o aparte de S. Ex<sup>a</sup> (Risos.) Segundo: o aparte do nobre Senador Itamar Franco. Aqui está: não é fiscalizar coisa alguma, é destruir; "tocar fogo", é dinamitar.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — V. Ex<sup>a</sup>, lê um trecho e leio outro; V. Ex<sup>a</sup> fala de um assunto; falo de outro. São dois personagens, precisamente.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Eu não sei, não pude prestar atenção a V. Ex<sup>a</sup>, infelizmente. Não é desaproço, mas é que eu estava prestando atenção a mim mesmo que estava falando. Mas, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir terminar o aparte, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>. Segundo, temos aqui, imediatamente, contaminado desse entusiasmo que o Senador Paulo Brossard trouxe ao Plenário, o Senador Itamar Franco fez uma jura: Estou lendo aqui, pois eu não estava presente, infelizmente, na sessão. Então, diz S. Ex<sup>a</sup> que: assumia o compromisso de, na próxima reunião da Comissão, quinta-feira, levar ao Presidente desta, Sr. Senador João Calmon, as preocupações de V. Ex<sup>a</sup> sobre a fala do ilustre Engenheiro Marcondes Ferraz, na certeza de que aquela Comissão há de acolher o debate do Engenheiro Marcondes Ferraz, das autoridades governamentais, porque, quando se trata do interesse público — V. Ex<sup>a</sup> já o disse — nada é irreversível neste País". Ora, veja V. Ex<sup>a</sup> que a tônica dessas duas declarações não é a mesma daquela que o nobre Líder do MDB está defendendo. Nós estamos a favor da fiscalização da obra.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — E que fiz na ocasião.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Nós queremos que ela seja acompanhada. Nenhum de nós pretende dar cobertura a qualquer tipo de desvio. De maneira que seria a mesma coisa que, nesta altura, alguém fazer um discurso para tornar a decidir se Brasília deve ser construída ou não, e levar isso à Comissão do Distrito Federal.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Seria o mesmo dizer-se que a solução Marcondes Ferraz para a construção de Paulo Afonso foi errada e deve ser dinamitada.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Tenho a impressão de que o Senador Franco Montoro não é um dinamitador. S. Ex<sup>a</sup> não está a favor dessa tese, que é iconoclástica. Este o aparte que desejava dar.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Nobre Senador Jarbas Passarinho, só para acrescentar: o pedido que faz o nobre Senador da Oposição não agradaria, absolutamente ao Engenheiro Marcondes Ferraz. Se V. Ex<sup>a</sup> ler a conferência que ele pronunciou no Clube de Engenharia, verá suas palavras dizendo que assunto como este não se discute em ambiente de leigos.

O Sr. Franco Montoro (MDB — SP) — Só nas Comissões Técnicas.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Perfeitamente, mas acontece que ela não é técnica. É o tal mistério aqui anunciado.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Pois bem, a impressão que me dá, é a de que antes de apresentar à Casa depoimentos de grandes e renomados técnicos brasileiros e de descrever o resumo do projeto Itaipu, — e aqui está, em cores, o mistério: resu-

mo do projeto Itaipu — onde se contém a Bacia do rio Paraná, a realização do estudo, os antecedentes, a área do projeto, materiais, local, descrição do projeto, aspectos econômicos e conclusões. Tenho a impressão de que o mistério está desvendado e demonstrado à luz dos dados e argumentos desapaixonados que não existe e nunca existiu segredo de estudo e de estado...

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — V. Ex<sup>a</sup> dá licença para um aparte, nobre Senador Alexandre Costa?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — ... numa obra de transcendental importância para a vida do País.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Itaipu é uma obra que não consagra apenas um Governo, mas consagra todo um povo. Sobre o assunto discorreu, com eficiência, o ilustre Ministro Shigeaky Ueki em um dos seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados. Todos os assuntos foram ali ventilados, com a competência e o zelo pela coisa pública, de que é possuidor o ilustre Ministro. Também aqui, agora, os ilustres Senadores que compõem a Bancada da ARENA ventilaram a matéria, sob os seus vários aspectos, não com ilações, mas com afirmativas baseadas em números e fatos concretos. Peço, no particular, atenção para o aparte do nobre Senador Saldanha Derzi, quando S. Ex<sup>a</sup>, depois de fazer um retrospecto de toda a matéria, teve oportunidade de referir-se à conveniência desta obra, examinada sob o interesse, também, de um país vizinho nosso e nosso aliado de hoje. É que, em verdade, Itaipu — que não foi estudada nem projetada apenas por um técnico...

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Muito bem!

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — ... mas por vários técnicos nacionais e estrangeiros — é uma solução. Há duas faces do problema: a face política e a econômica, o que dará ao Brasil, ainda também num outro setor, uma projeção mundial.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — O nobre e atento Senador Alexandre Costa me permite um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Com muita honra, nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Era de se dizer aqui: que País é este? Que Oposição é esta, por via de consequência? O Brasil quando resolveu unir os seus recursos financeiros e técnicos com o Paraguai, para a grande obra de Itaipu, teve dificuldades com a nobre oposição do país vizinho. Teve dificuldades com a Argentina, mas a nossa diplomacia, agindo no melhor interesse nacional, afastou aquelas dificuldades de caráter internacional, mas não conseguiu ainda afastar as suas dificuldades com a nobre Oposição brasileira. Nisso está uma grande ironia. A Argentina compreendeu a necessidade daquela obra, ...

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — E vai para Corpus.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — ... mas o professor Senador Paulo Brossard não compreende. Então, nisso está uma profunda ironia: o Brasil conseguiu captar a confiabilidade internacional que há no continente, mas não consegue captar a confiabilidade do Professor Brossard, agora, de parceria com o ilustre Senador Franco Montoro.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Agradeço ao nobre Senador Eurico Rezende, como também ao brilhante aparte do eminente Senador pela Bahia, Heitor Dias.

O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Concedo o aparte ao nobre Senador Mattos Leão.

O Sr. Mattos Leão (ARENA — PR) — Complementando o aparte do nobre colega Eurico Rezende, quero dizer que, *felizmente* graças à nossa diplomacia, tanto vencemos as barreiras internacionais — como bem disse o eminente Senador — que já estamos projetando — Brasil e Argentina — a construção de uma nova usina, que é a usina de Corpus. E, lamentavelmente, infelizmente — como bem disse o Senador Eurico Rezende — ainda não vencemos a Oposição, os eminentes colegas do MDB, principalmente nesta Casa, no Senado da República, porque, na Câmara dos Deputados, quando o eminente Ministro Dias Leite pronunciou a sua conferência, diversos Deputados do MDB, que fizeram perguntas ao Sr. Ministro, concordaram plenamente com a localização e construção de Itaipu.

O Sr. Luiz Viana (ARENA — BA) — Senador Alexandre Costa, se V. Ex<sup>a</sup> me permite?

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Com muita honra, nobre Senador Luiz Viana.

O Sr. Luiz Viana (ARENA — BA) — Eu lembraria que o assunto não é apenas técnico, é um assunto técnico e também político. A solução Marcondes Ferraz é técnica, pode ser, não discuto. Agora, politicamente não havia condições para o Brasil realizar a barragem preconizada pelo eminente engenheiro, ao qual todos prestamos as nossas homenagens: Marcondes Ferraz. As dificuldades — lembro-me bem disso — foram enormes e estiveram a pique de se romper as negociações que vinham sendo feitas entre o Brasil e o Paraguai. Somente a muito custo, numa reunião havida em Foz do Iguaçu, com a presença do Ministro Juracy Magalhães e do Ministro do Exterior do Paraguai, Sapeña Pastor, e aí, quando as coisas estavam muito tensas, por sugestão do nosso Ministro das Minas e Energia, Mauro Thibau — que também estava no local — é que o Ministro Sapeña Pastor obteve do Presidente Alfredo Stroessner o seu acordo, uma vez que se fazia o condomínio das águas. Houve, então, a famosa Ata das Cataratas, que abriu o caminho para que se tornasse viável, politicamente, a construção de Itaipu, de vez que esse aspecto político — acredito — até sobrelevava o aspecto meramente técnico, pois o Brasil, se quisesse forçar a construção da barragem somente no seu território, naturalmente encontraria extrema dificuldade, e não podemos avaliar até onde isso nos conduziria.

O SR. ALEXANDRE COSTA (ARENA — MA) — Trouxe V. Ex<sup>a</sup> um aspecto importantíssimo.

Aliás, se V. Ex<sup>a</sup> ler, na íntegra, a conferência do Engenheiro Marcondes Ferraz, proferida no Clube de Engenharia, verá, citado por ele mesmo, quando realizava a referida conferência, que um colega seu, paraguaio, o aparteara perguntando: "e o meu país não tem direitos?" ao que ele respondeu — "De certo os tem". Então, é ele que responde:

"De certo os tem, mas fui encarregado de elaborar o projeto técnico, e este assunto é político afeto aos governos".

Disse aquilo para o colega mas, na prática V. Ex<sup>a</sup> vê que se aprofundou no problema político muito mais do que no técnico.

Mas, então vejamos o que diz o Ministro Dias Leite — técnico de grandes méritos e notórios títulos — em seu discurso:

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados, com grande satisfação compareço a esta Casa para acrescentar algo a tudo o que já foi dito, por tantos meses, sobre a questão de Itaipu e o problema energético nacional, procurando dar unidade à política geral que vem seguindo o País. Talvez seja este o único aspecto a ser abordado, depois de tão amplo debate sobre matéria dessa magnitude.

Começo, portanto, por focalizar o problema energético nacional e a diretriz-mestra que vimos seguindo já há muitos

anos neste País. Essa política nacional vem-se baseando inexoravelmente na utilização ao extremo dos recursos hidrelétricos, poupando, na medida do possível, o uso de recursos energéticos não renováveis. Como todos sabem, não temos sido felizes, ainda, na descoberta de grandes reservas, seja de carvão, seja de petróleo, seja de combustíveis nucleares. Tendo em vista esta realidade e o caráter não renovável desses recursos, temos procurado esticar ao extremo as nossas possibilidades de utilização de energia hidrelétrica.

Esta, a diretriz que vem sendo seguida sem interrupção por todas as administrações federais há longos anos. E foi nessa linha que se buscou conhecer com o detalhe máximo, através de um inventário sistemático — o primeiro da Região Sudeste — todos os recursos aproveitáveis da região Sudeste do Brasil. A seguir, outro trabalho de fôlego, da mesma envergadura, de toda a Região Sul, e depois a programação da utilização dos recursos do Nordeste, que se resumem nesse maravilhoso rio São Francisco, o que passou a dar um horizonte muito maior para todo o País. Em breve estaremos fundando a ELETRONORTE, subsidiária da ELETROBRÁS, que vai intensificar obra de igual natureza no conhecimento dos recursos hidrelétricos da Bacia Amazônica, embora já tenha sido começado este trabalho no rio Tocantins.

Nossa política, portanto, resulta numa contenção voluntária das expansões de usinas térmicas, seja com os combustíveis fósseis, seja com os de natureza nuclear. Como nem um nem outro são capazes de concorrer ainda com os aproveitamentos hidrelétricos disponíveis, nossa diretriz de preservação de recursos energéticos não renováveis está sendo simultaneamente conservacionista e econômica, porque também estamos estudando a energia pelo mais baixo custo através da política. Então, depois desse inventário e depois de verificarmos o horizonte que ainda tínhamos, do aproveitamento energético para atender a essa demanda que cresce no ritmo de 12% ao ano nas áreas já servidas — em regiões novas está crescendo a um ritmo mais intenso — era natural que quiséssemos também conhecer, com detalhes, os aproveitamentos binacionais, seja no rio Paraná, seja no rio Uruguai. Tiveram maior desenvolvimento os estudos relativos ao rio Paraná, em conjunto com a República do Paraguai. Há cerca de três meses, através de convênio equivalente ao que foi realizado entre a ELETROBRÁS e a ANDE, do Paraguai, iniciou-se um estudo relativo ao rio Uruguai, entre a ELETROBRÁS e a sua congênere na Argentina, trabalho que está entregue a um consórcio de consultores brasileiro-argentino. Nesse passo, para o aproveitamento dos recursos binacionais, o trecho limítrofe do rio Paraná, inclusive o Salto Grande de Sete Quedas, ou Guaíra, e a Foz do rio Iguaçu, resulta, pela sua dependência, na primeira observação, que já há muitos anos era objeto de consideração. No entanto, foi nos últimos quatro anos que se intensificaram os estudos de forma sistemática, avaliando-se, conseqüentemente, cada um dos aspectos do aproveitamento energético daquele trecho.

A importância do projeto de Itaipu, que é resultante desses trabalhos, pode ser indicada pelo simples confronto entre a quantidade de energia que pode ali ser gerada e a quantidade de energia que está hoje sendo produzida nas Regiões Sudeste e Sul. Itaipu é equivalente a tudo o que se fez nas Regiões Sudeste e Sul até hoje. Para realizar o estudo de projeto de Itaipu, a ELETROBRÁS se colocou, apesar do seu corpo técnico de alta experiência no setor, numa posição de extrema humildade diante da grandeza da obra. A ELETROBRÁS não se julgou apta a, sozinha, montar uma equipe com capacidade suficiente para abranger todos os aspectos de uma obra destinada a ser a maior usina de energia hidroelétrica do mundo. Foi feito, então, um convite

a vários consórcios internacionais e se formou um grupo que acabou sendo composto de uma firma americana e de uma firma italiana, que, em conjunto com a engenharia nacional, passou a dirigir a obra.

Essa escolha, parece-me, foi extremamente acertada. O Ministério das Minas e Energia e a ELETROBRÁS ficaram plenamente satisfeitos com a qualidade do trabalho, com a competência dos profissionais enviados por esse grupo para colaborar conosco. A diretriz desse trabalho foi no sentido de que os consultores se deveriam ater ao estudo técnico e econômico, a fim de encontrarem a melhor solução que coubesse para aquele trecho. Desconhecemos os aspectos políticos que tais soluções pudessem envolver. No entanto, o projeto de Itaipu é essencialmente político. Portanto, a principal tarefa não foi a relativa ao Ministério das Minas e Energia, especialmente à ELETROBRÁS, mas coube efetivamente ao Ministério das Relações Exteriores, que manteve negociações de ordem política com a República do Paraguai para encontrar uma solução justa, incontestável e politicamente aceitável para ambos os países. O trabalho conjunto do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério das Minas e Energia, através da ELETROBRÁS e da presença silenciosa e tranqüila dos consultores que a todo momento permaneceram exatamente nas suas funções, nos permitiu felizmente chegar ao resultado almejado.

As alternativas estudadas foram cerca de 10, em nível de inventários. Isto quer dizer que não se fizeram estudos detalhados de 10 soluções diferentes para Itaipu. Foram feitos estudos preliminares, em termos de inventário, de potencial aproveitável e de condições possíveis. Esse inventário foi, no entanto, feito num nível de detalhe suficiente a que se pudesse estabelecer uma hierarquia das qualidades, das vantagens e desvantagens de cada um deles, numa sequência que nos conduziu nitidamente a duas soluções, que preferimos a quaisquer outras. Foram as seguintes: primeira, construir, em Itaipu, uma grande barragem, no centro do rio, aproveitando toda a energia disponível num só local; a segunda, uma barragem baixa, no centro do rio — no mesmo local — e uma outra, a montante, aproveitando o restante do desnível.

Submetido o relatório, nesse estágio, a ambos os Governos, foi ele aprovado, tendo sido definida a continuidade do trabalho dos consultores exclusivamente em torno desses dois projetos.

Uma coincidência feliz, nesta comparação, é que os projetos que envolviam problemas políticos mais graves foram também os mais inconvenientes do ponto de vista econômico. Então, não houve nenhuma contradição entre os objetivos técnico-econômicos e os políticos.

Poderíamos ter ficado em dificuldade, de escolha pelas contradições entre os dois critérios: um projeto ser melhor, sob o ponto de vista técnico-econômico, e o outro, mais aceitável, sob o ponto de vista político.

Felizmente os dois critérios coincidiram. O mais aceitável sob o ponto de vista político foi também o mais indicado do ângulo técnico. E o mais discutível, sob o ponto de vista político, foi também mais oneroso em termos de perspectiva técnico-econômica. Isso evitou um drama de consciência para a nossa decisão.

Iniciou-se agora a fase do projeto definitivo, que, obviamente, poderá alterar vários aspectos do anteprojeto. Assim é que o folheto recentemente publicado mostra as linhas gerais do que foi aceito. Sondagens de profundidade, estudos geológicos poderão deslocar o local da barragem. Em consequência, poderão alterar ainda esse projeto em pequenos detalhes. Por isso, não é um projeto definitivo. Um aspecto importante na concepção do projeto, que deve ficar claro, porque provocou muita confusão na imprensa, de

modo geral, é o da potência. Tendo-se uma quantidade de energia disponível, ela pode ser usada no mesmo local, na mesma usina, com ciclo diário diverso. Posso, então, usar toda a energia, regularmente ao longo das 24 horas, como, também, usar essa energia fluuando, conforme a demanda do sistema, oscilando nos momentos de maior e de menor demanda. Então, o fluxo que sai da usina, proporcionalmente à demanda do mercado, varia conforme as horas do dia, as jornadas de trabalho nas fábricas, as horas de maior demanda de iluminação e as horas vazias da madrugada. O sistema elétrico, de modo geral, tem de estar preparado para atender a essa oscilação. Em qualquer uma das usinas que pertencem ao sistema, podemos fazer com que operem de modo diverso. Posso ter uma usina operando com regularidade absoluta, associada a outra com oscilação violenta, ou posso fazer as duas variarem proporcionalmente.

Na definição do Projeto Itaipu, foi escolhido o ciclo de operação regular. Isto quer dizer que Itaipu vai procurar gerar energia tão regularmente quanto possível, ao longo das horas do dia, ao longo dos dias do mês, ao longo dos meses do ano. Dessa forma, ela atenderá ao nosso objetivo de não trazer prejuízos sensíveis aos países ribeirinhos situados a jusante. Não se causará oscilação do nível de águas a jusante, pelo fato de o ritmo da operação da usina ser extremamente variável. A regularidade da operação da usina fará com que esse volume de água por ela descarregada seja o mais regular possível. Portanto, o caudal disponível para uso a jusante não será afetado pela interrupção do rio naquela usina.

Esse objetivo também é coerente com nosso objetivo econômico interno, porque, se tivéssemos a usina fluuando conforme as necessidades do mercado, teríamos de construir um sistema de transmissão capaz de transportar o máximo de potência, para depois ficar disponível, sem utilização, durante uma parte do tempo. Se mantivermos a usina gerando quantidade regular de energia, poderemos fazer um sistema de transmissão menor, com menos capacidade, mais barato, injetando, no sistema Sudeste-Sul do Brasil, fluxo contínuo de energia ao menor preço possível.

Nosso desejo de cumprir os compromissos, de não causar prejuízos sensíveis aos ribeirinhos de jusante, coincidiu com o nosso objetivo econômico de fazer chegar essa energia ao preço mais barato nos centros de consumo. Daí a usina ficar com 10 milhões. Não fossem as características de distância e de importância desse suprimento, poderíamos ter 15 milhões. Mas aí ela teria de flutuar. Está sendo feita para gerar uma potência firme. Não precisamos ter mais máquinas. Queremos é quilowatt-hora, quantidade de energia para dentro do País.

As regras econômicas do Tratado e seus anexos são todas voltadas para que se consiga obter, do lado econômico-financeiro, um custo extremamente favorável. Essa usina é um empreendimento isolado, não repetitivo. A empresa fará uma usina e ficará operando-a pelo resto da vida. Não vai fazer outra, nem haverá uso para acumulação de dinheiro ou de reservas dentro da própria empresa. Ela terá de vender energia pelo preço de custo, definido este como encargos financeiros, despesas de operação e dividendos razoáveis a cada um dos participantes, além dos royalties aos dois países pelo uso do bem, do recurso natural. Nos primeiros vinte anos, quando estaremos pagando os financiamentos, o valor dessa energia será superior àquele do término do pagamento das dívidas externas, uma vez que o decaimento das despesas decaí. O preço é feito exatamente em função das despesas. A empresa não vai dar resultado além dos dividendos dos acionistas, que são as duas companhias de eletricidade. Serão vinte anos com um preço muito bom e os vinte anos subsequentes com preço excepcionalmente bom.

Esse, o panorama econômico do projeto.

Em relação às duas fases do projeto, antes, quando estaremos pagando a dívida, e depois, há coincidência de participação no mercado ao qual irá servir. Quando a usina iniciar suas operações, ela representará mais ou menos um terço da energia que vai suprir a Região Sudeste e a Região Sul. Após os 20 anos, esse mercado triplicará e ela irá representar 10%. Seus efeitos sobre o custo médio de energia na região serão os mesmos ao longo de sua vida. Nos primeiros 20 anos, seu custo não será tão menor, mas representará parcela muito grande do suprimento. Nos 20 anos subsequentes ela será extraordinariamente barata e representará parcela menor do suprimento ao mercado global, porque esse mercado cresceu e ela ficou constante. Dessa forma, seu efeito será permanente, de grande magnitude ao longo dos 40 anos.

Não estamos fazendo cálculos posteriores a 40 anos, porque os problemas serão outros, e não podemos saber como serão equacionados. Para que ela possa operar nessas condições ideais, é preciso que o sistema integrado da Região Sudeste e o sistema integrado da Região Sul estejam habilitados a receber a energia dessa maneira, isto é, de forma maciça, constante e invariável ao longo do tempo. Isso implicará em que os planejamentos das empresas, nas suas linhas de transmissão e subestações de recepção, sejam feitos com antecedência suficiente, para que o fluxo se dê dessa forma, sem contratempos, no momento em que essa massa de energia começar a entrar.

Como se enquadra esse projeto no panorama nacional? Talvez fosse melhor voltarmos ao panorama nacional antes de Itaipu, para depois colocarmos Itaipu e ver de que maneira afetou esse panorama.

Antes de Itaipu já estávamos sentindo ser necessária maior disciplina no uso racional dos recursos energéticos. Há algum tempo, vínhamos buscando fórmulas capazes de assegurar esse uso, para serem empregados na ocasião do planejamento das instalações. Às vezes se paga, ao longo do tempo de instalação, um erro que não vem da operação, mas do próprio planejamento inicial, já estávamos sentindo essa necessidade. Como País pobre, ainda tínhamos contra nós a escassez de combustíveis fósseis. Portanto, precisávamos, com maior carinho, cuidar da poupança desses combustíveis fósseis, desses recursos energéticos não renováveis. Isso se tornou dramático, não só aqui, como em outros países do mundo. No setor energético, fomos os pioneiros, pois constatamos que não era possível continuarmos com aquele desperdício de recursos. Sentíamos o problema. Talvez o mundo se tenha orientado nesse sentido, em virtude do desperdício fantástico de energia. E isso se verifica ainda hoje nos Estados Unidos da América do Norte. Eles estão lá tão preocupados com o problema que o próprio Presidente dos Estados Unidos propôs várias medidas ao Congresso americano, há cerca de um mês.

No Brasil, então, com o nosso nível de pobreza geral, onde apenas algumas exceções regionais existem, talvez, só o Estado de São Paulo pudesse dar-se ao luxo de desperdiçar energia. Mas o resto do País não podia pensar nisso. Acho que São Paulo, agora, depois do exemplo americano, embora não tendo ainda chegado ao nível de renda dos Estados Unidos, deve compenetrar-se, também, de que tal desperdício não é possível.

Esta, a situação, que já estava demandando certa reformulação em termos institucionais, capaz de conduzir à garantia do não desperdício de recursos energéticos.

Após Itaipu, o que se passa? Esse aspecto, que já nos vinha afligindo, passou a ser dramático, porque, ao entrar, de uma só vez, num período de cinco anos, essa massa de ener-

gia, não podemos dar-nos ao luxo, em hipótese alguma, de permitir a duplicação de instalações, de permitir que uma fique desusada em decorrência de outra, e de permitir que o sistema de transmissão possa ser repetido, com ônus para o consumidor final de energia.

Foi por isso que, durante o debate de Itaipu, preparamos um projeto de lei que reestrutura esse setor de coordenação da política de energia elétrica, há três ou quatro dias enviado pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, e que se segue à discussão do Tratado de Itaipu.

Nesse projeto, o que temos por objetivos fundamentais? Primeiramente, assegurar a exequibilidade do nosso compromisso internacional, isto é, garantir o fluxo regular da energia a ser produzida por Itaipu. Em segundo lugar, conseguir distribuir equitativamente os benefícios dessa energia, de forma proporcional a cada uma das áreas de distribuição de energia, de sorte que cada consumidor a ser atingido pela energia proveniente desse aproveitamento excepcional tenha uma cota igual do benefício desse custo baixo. Julgamos possa isso ser alcançado através de um sistema de transmissão que, diretamente de Itaipu, venha às Regiões Sudeste e Sul, através das duas subsidiárias da ELETROBRÁS — FURNAS e ELETROSUL — e por elas então entregues, em dois ou três pontos, às companhias estaduais e demais concessionárias.

Nessa distribuição, o rateio da energia de Itaipu será feito de forma a representar a mesma proporção na demanda de cada uma das regiões servidas. E, reconhecendo uma realidade de sistema elétrico um pouco diversa da definição geográfica do IBGE, incluímos o Sul de Goiás e a Capital Federal, bem como o Sul de Mato Grosso. Então, para fins elétricos e para fins de fluxo dessa energia de Itaipu, na região Sudeste, estão compreendidos o Sul de Goiás, a Capital Federal e o Sul de Mato de Grosso.

A forma de realizar a coordenação entre os sistemas elétricos que vão manobrar essa massa de energia oferecia, no entanto, três alternativas. Uma, que já havíamos abandonado — embora ainda haja quem a defenda — é da total independência das companhias distribuidoras de energia elétrica. Essa total independência, um deslocamento de auto-suficiência completo, tornaria extremamente difícil a distribuição dessa grande massa de energia, seja proveniente de Itaipu, seja proveniente de grandes usinas nucleares. Poderia, talvez, atender a duas ou três empresas muito grandes, mas não poderia atender à maioria das empresas pequenas. E o Brasil é composto de unidades federativas grandes e pequenas, mais ricas e mais pobres. Cabe ao Governo Federal assegurar-lhes, também, neste exato momento, a distribuição de energia elétrica de forma equitativa, independentemente de sua situação econômica. Em segundo lugar seria uma coordenação, em que todas as empresas estariam independentemente preservadas, mas obrigadas a certas regras, que permitam que essa energia flua da maneira como se deseja.

E a terceira seria a integração monolítica — solução que vários países adotam — ou seja, a de uma empresa de eletricidade única para todo o País.

Nossa opção tem sido, e continua a ser, pela intermediária, isto é, a existência das empresas independentes e da coordenação. A Coordenação, no entanto, precisava ser mais forte diante da crise energética mundial e diante da entrada dessa massa de energia elétrica, que precisava ter seu fluxo garantido e sua distribuição equitativa, atendendo a dois objetivos: de ordem técnica e de ordem de justiça Social. Essa solução, parece-me, também, preserva a Federação, eis que mantém as empresas estaduais na sua plena independência,

apenas estabelecendo regras de modo a que se evite desperdiçar água e combustíveis fósseis, ou as turbinas de Itaipu girarem no vazio, sem produzir energia para ninguém.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na tarefa que vem sendo por nós desenvolvida, ao longo dos últimos anos. Ainda não tinha tido a honra de apresentá-la a um Plenário desta importância, mas por várias vezes estive aqui, na Câmara ou no Senado, em reuniões menores, para debater projetos específicos que compõem essa estrutura que agora se consolida com esse projeto de grande envergadura. Essa política, acredito, atende a diversidade de nível de renda, característica de nosso País, bem como a diversidade de riqueza, diversidade geográfica, no que concerne a áreas com disponibilidade de energia hidrelétrica, áreas com disponibilidade de combustíveis fósseis, áreas próximas de aproveitamento, grandes áreas onde esse aproveitamento não existe. Com Itaipu, nosso objetivo fundamental de levar o mais longe possível o horizonte de energia elétrica no Brasil, de predomínio da energia elétrica e, portanto, de poupança dos combustíveis fósseis escassos, ganha cinco anos; jogamos para cinco anos adiante o horizonte de estudos de usinas térmicas, que consomem recursos naturais não renováveis. O horizonte para a Região Sudoeste e para a Região Sul está situado para além de 1985; e na Região Nordeste a obra de regularização do rio São Francisco, em Sobradinho, terá o mesmo efeito de jogar, também, para o Nordeste o horizonte do consumo básico de energia termoeletrica para 1985. E o Nordeste é obra da integração, que se fez entre a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Acredito, portanto, que o esforço desenvolvido nos conduziu, do lado externo, a uma ação conjunta com um País vizinho, a qual, através de dificuldades naturais em qualquer empreendimento desse tipo, foi pouco a pouco se consolidando numa solução justa, equitativa, politicamente aceita por ambas as partes e que, ao mesmo tempo, é uma solução tecnicamente justificada e de grande repercussão econômica e social para os dois países.

Com a lei que estamos remetendo, e que vai ser apreciada nos próximos dias, conseguiremos que, do lado interno, também não predomine simplesmente a posição ou a validade de certas empresas que se julgam externamente importantes e, portanto, capazes de se tornarem independentes por si só, mas, sim, que os benefícios da política energética se distribuam de modo igual por todos os Estados da Federação, atendendo a todas as empresas que, individualmente, não teriam capacidade de se manterem como autárquicas.

De ambos os lados, do internacional e do nacional, Sr. Presidente, parece-me que os objetivos de justiça social e de cooperação que o Brasil tem sempre defendido estão sendo atendidos. Agradeço a todos a atenção que me dispensaram, esperando que, em nenhum momento, tenha eu exagerado no aspecto de engenharia, que não era o objeto de minha presença, hoje neste plenário, já que o que eu desejava era tratar do problema global. Estou a disposição de V. Ex<sup>as</sup> para quaisquer perguntas. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marçílio)** — Na forma do art. 276, § 2º, do Regimento, findo o discurso do Sr. Ministro de Estado, o Presidente concederá a palavra aos Deputados, respeitada a ordem de inscrição para, no prazo de 3 minutos, cada um formular suas interpelações, dispondo o Sr. Ministro, para resposta, do dobro do tempo.

Com a palavra o nobre Deputado Dias Menezes.

**O SR. DIAS MENEZES (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminente Ministro Dias Leite, o tempo insignificante de que disponho não me dá

ensajo a saudar V. Ex<sup>a</sup> como seria justo que o fizesse, tratando-se, notadamente, de uma das figuras nacionais mais possuídas de espírito público.

Entendemos, Sr. Ministro, que o Acordo de Itaipu fortaleceu a posição brasileira perante a América Latina, especialmente o Paraguai, escolimando-se, com essa aliança, o caráter individualista do projeto. Pergunto, entretanto, a V. Ex<sup>a</sup>: essa concepção política de que emerge Itaipu suplantou os cuidados que devemos ter em relação a segurança nacional, que estaria atendida em projeto concebido para a implantação inteiramente em território brasileiro? A chave do comando está exclusivamente em nossas mãos?

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA** — Sr. Deputado Dias Menezes, V. Ex<sup>a</sup> acaba de tocar num dos pontos críticos de todo o projeto, de toda a cooperação internacional. Será que já estamos, na América Latina, em condições de ter projetos binacionais? Não será muito cedo para a nossa maturidade política, o termo? Nossa convicção é de que a solução adotada vai trazer ainda muitos problemas entre os dois países. A disposição de ambos é, no entanto, a melhor possível. E a solução adotada é de tal forma superior às demais, em termos técnico-econômicos, que justifica algum risco. Quanto à alternativa de ser em território nacional, parece-me que seria uma possibilidade apenas técnica. Existe, de fato, uma alternativa, em que toda a obra ficaria em território nacional. Isto, no entanto, seria politicamente inviável, pela sua total inaceitação pela República do Paraguai. Então a alternativa nem entra em cogitação. A decisão terá de ser fazer ou não fazer, com os riscos inerentes ao fazer.

**O SR. DIAS MENEZES** — obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

E o aspecto técnico não teria sido mais bem atendido, aproveitando-se a queda natural existente em Sete Quedas, procedendo-se ao barramento das águas imediatamente a montante das quedas, cuidado observado nos estudos a que se procedeu, na elaboração desse projeto a que me referi, de autoria do então Capitão Pedro Henrique Rupp e que foi analisado pelo Presidente Jânio Quadros? Lembro-me de haver S. Ex<sup>a</sup> determinado ao Ministro das Minas e Energia da época, o eminente Senador João Agripino, a constituição do primeiro Grupo de Trabalho que examinou as premissas, primeiras considerações, e um anteprojeto relativo ao aproveitamento das Sete Quedas.

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA** — Em termos técnico-econômicos, foram estudadas cinco alternativas, que compreendiam a barragem a montante, ou acima, ou próxima a Sete Quedas, naquela área, porque há pequenas divergências. Esses projetos são mais caros e todos eles envolvem um canal. E o canal era o motivo da discórdia política.

**O SR. DIAS MENEZES** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marçílio)** — Sugiro aos Srs. Deputados que assim o desejarem, para melhor aproveitamento do tempo, que façam suas interpelações do microfone de plenário. É apenas uma sugestão aos Srs. Deputados, para aproveitamento do tempo. Tem a palavra ao Sr. Deputado Prisco Viana.

**O SR. PRISCO VIANA (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, inscrevi-me para fazer uma pergunta ao Sr. Ministro das Minas e Energia, mas ela foi plenamente respondida no curso da exposição de S. Ex<sup>a</sup>, motivo pelo qual me dispenso de inquiri-lo neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marçílio)** — Tem a palavra o nobre Deputado Freitas Diniz.

O SR. FREITAS DINIZ (Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, ouvimos, com atenção, a brilhante explanação de V. Ex<sup>a</sup> a respeito do Projeto Itaipu. Temos algumas dúvidas, de que oportunamente trataremos neste plenário. No momento, proponho-me a indagar de V. Ex<sup>a</sup>, especificamente: relativamente aos estudos feitos pela Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai, em convênio com a ELETROBRÁS e com a ANDE, como consequência foi constituída uma Comissão Executiva. Essa Comissão Executiva, no plano administrativo, já ofereceu aos dois contratantes — no caso, o Brasil e o Paraguai — os subsídios necessários, os elementos formadores de um julzo que possa permitir não só a construção da obra, mas a sua operação? Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, o Tratado de Itaipu, que será discutido e, provavelmente aprovado nesta Casa, traz em seu bojo aspectos idênticos, no plano administrativo. Configura-se, ali, a possibilidade de se constituírem organismos paritários para administração em níveis puramente técnicos e em nível superior. No caso do Tratado, ocorre exatamente o que aconteceu por ocasião dos estudos preliminares que motivaram o Tratado de Itaipu. Está exatamente aí o motivo da minha indagação: aquela experiência e os julgos já formados pelos dois países permitirão, no momento e no futuro, a operação e construção do Projeto Itaipu? Faço somente esta pergunta, por admitir este aspecto como sendo o mais importante do Tratado. Porque, se esses órgãos não se entenderem, não teremos a efetivação do projeto objeto do Tratado.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Deputado Freitas Diniz, a preocupação que se teve com a elaboração do estatuto da empresa foi, em grande parte, motivada por dúvidas, como esta que V. Ex<sup>a</sup> acaba de apresentar. Do ponto de vista do poder decisório coletivo da Diretoria, a posição havia que ser paritária. Não seria admissível para o Paraguai uma posição diversa. E o Brasil reconhece todo o direito do Paraguai em permanecer na Diretoria, em termos de Colegiado. É claro que o Brasil, na parte do desenvolvimento técnico do projeto e na condução da obra, terá de fornecer um número maior de técnicos, de especialistas, de profissionais.

Digo mais: para o Brasil também vai ser difícil arregimentar gente das várias empresas brasileiras. Cada uma delas terá de nos ceder alguns dos seus elementos-chaves para compor o corpo técnico-administrativo dessa nova empresa, porque nós mesmos não temos capacidade de formar equipes novas de um dia para outro. O Paraguai, no entanto, até a fase de operação, terá tempo suficiente, em 8 anos de construção, para, através de estágios nas nossas empresas de grande porte, treinar vários profissionais que, depois, retornarão àquele país. Acredito que as dificuldades serão grandes, mas sou otimista quanto à possibilidade de a tarefa ser realizada dessa forma. Não sei se respondi devidamente à pergunta de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. FREITAS DINIZ — Sr. Presidente, pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se posso elucidar a questão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marçílio) — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> já está esgotado, nobre Deputado.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Ilustre Deputado, sim ou não?

O SR. FREITAS DINIZ — Não.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Sob o ponto de vista da obra e de equipamento, parece-me que haverá possibilidade de fornecimentos de grande vulto, embora a sua complexidade seja muito grande. Os

equipamentos industriais e mecânicos terão de vir do Brasil. Do Paraguai virão matéria-prima, cimento, madeira, etc.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marçílio) — Com a palavra o Sr. Deputado Paulino Cicero.

O SR. PAULINO CÍCERO (Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, desejo primeiramente enaltecer a inauguração de um novo processo regimental nesta Casa, o qual possibilita a presença de Ministros de Estado em plenário para discussão de matérias pertinentes à sua ordem de atribuições. Estou informado pela Presidência da Casa e pela Liderança do Governo de que V. Ex<sup>a</sup> estará em plenário assistindo à discussão do projeto sobre Itaipu. Espero que este sistema gere melhores resultados para o necessário convívio entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Tenho duas perguntas a formular a V. Ex<sup>a</sup>. A primeira sobre a ficha técnica dos elementos convocados para a elaboração do projeto sobre Itaipu. Desejaria que V. Ex<sup>a</sup> falasse a respeito da capacidade e habilitação técnica desses profissionais e, também, sobre o prazo de que se utilizaram para elaborar seus estudos. A segunda pergunta é para saber se o fator preservação da natureza pesou nas decisões do Ministério, na execução do projeto final de Itaipu.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Antes de responder ao Deputado Paulino Cicero, vou tentar adivinhar o que faltou na minha resposta ao Deputado Freitas Diniz. Talvez se refira S. Ex<sup>a</sup> ao bom relacionamento das pessoas que participaram dos comitês dos dois países nas duas empresas. Essas relações são muito antigas, pela presença na ELETROBRÁS e na ANDE, das mesmas pessoas. Inclusive o presidente da ANDE é meu amigo pessoal há mais de 10 anos. Quanto à defesa dos interesses de ambas as partes, as relações foram as melhores possíveis. Mas, respondendo ao Deputado Paulino Cicero, eu diria que a ficha técnica do nosso pessoal interno é satisfatória. Já têm experiência em obras hidroelétricas, como Furnas, Três Marias, sob a liderança do Engenheiro Leo Pena, que era Diretor de Planejamento da ELETROBRÁS. A Companhia Internacional de Engenharia também tinha experiência de trabalhos hidrelétricos no Brasil, fato que achamos importante na ocasião da escolha. Essa empresa trabalhou na primeira usina da CEMIG e em Furnas. Sua sede fica em São Francisco, na Califórnia e contribuiu para dar mais consistência à formulação de diversas concepções do projeto. E há a firma italiana, também com experiência internacional de operações fora da Itália. Temos, então, uma firma americana, uma européia e um grupo brasileiro. Parece-me que compusemos uma estrutura à altura da grandeza do projeto. Esta equipe trabalhou intensamente no anteprojeto durante três anos.

Isto, com relação à primeira pergunta.

Quanto à segunda pergunta, seria um problema essencial de Sete Quedas. À exceção da cachoeira, propriamente, não havia nenhum aspecto especial. A inundação da região é relativamente pequena. De modo que o aspecto conservacionista se relacionava essencialmente com Sete Quedas. Esse Salto vai ficar reduzido a uma corredeira. Então, o aspecto da conservação da beleza natural foi secundário nessa concepção. O problema energético predominou ao longo das discussões e dos debates.

Nós temos, ao lado de Sete Quedas, o Salto do Iguaçu, que, ao contrário de Sete Quedas, tem talvez mais valor turístico e de preservação de um parque natural, do que valor energético.

O aproveitamento das Quedas do Iguaçu provavelmente será executado visando mais à preservação da beleza natural do que ao recurso energético.

Em Sete Quedas houve nitidamente a decisão de dar mais ênfase à energia do que à conservação da beleza natural.

O SR. PAULINO CICERO — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Com a palavra o Deputado Aureliano Chaves.

O SR. AURELIANO CHAVES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro Dias Leite, V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez dá a dimensão de seus conhecimentos a esta Casa. Todas as vezes que aqui comparece, V. Ex<sup>a</sup> explana assuntos que domina com segurança, com firmeza e, acima de tudo, com clareza.

Sr. Ministro, embora V. Ex<sup>a</sup> já tenha abordado o tema de minha pergunta no decorrer da sua exposição, entendo que o assunto é importante e, como tal, não é demais sua repetição. V. Ex<sup>a</sup> frisou, com extrema propriedade, que o aproveitamento das corredeiras de Guaíra irá introduzir novas variáveis no equacionamento do nosso problema energético. Isto vai ensejar, como de resto ensejou, a oportunidade de o Ministério de Minas e Energia estabelecer um posicionamento mais adequado para as diretrizes que devem nortear nossa política energética.

V. Ex<sup>a</sup> teve oportunidade de remeter a esta Casa um projeto de lei, através do qual a ELETROBRÁS vai desempenhar, através de suas subsidiárias, um papel mais importante e mais presente na execução da nossa política energética. Mas, como V. Ex<sup>a</sup> bem frisou, o aproveitamento de Sete Quedas tem peculiaridade próprias. Em virtude das suas repercussões internacionais, a Usina de Sete Quedas terá de ser operada como usina de base de sistema, vale dizer, uma usina que vai operar com alto fator de carga para o engolimento das máquinas. Consequentemente, a lâmina de água a jusante deve permanecer razoavelmente estável.

Isto implicará necessariamente aquisição de quotas definidas de energia elétrica pelas diferentes concessionárias. Tudo se passa como se estas quotas de energia elétrica de Itaipu, que fruirão para as respectivas concessionárias, constituíssem outras tantas usinas de base para essas concessionárias. Quer dizer que, em assim acontecendo, a operação das usinas de geração da área das respectivas concessionárias terá que sofrer reformulação. As usinas terão que operar dentro de um quadro novo, isto é, aquele quadro no qual determinada massa de energia entra na aquisição global, como sendo um fluxo contínuo de energia. Indagaria de V. Ex<sup>a</sup> que repercussões iria haver no custo tarifário dessas concessionárias.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Deputado Aureliano Chaves, V. Ex<sup>a</sup> fez, nesses 3 minutos, um resumo melhor que a minha exposição a respeito das consequências, de fato, sobre os sistemas elétricos regionais. Só por essa forma conseguiríamos distribuir equitativamente os benefícios, distribuindo energia nas mesmas condições a todos os participantes do processo de absorção dessa energia.

Então, esse fator novo que vai ser introduzido a um custo uniforme e nas mesmas condições tenderá a diminuir a diversidade entre as tarifas finais das diversas concessionárias. Por isso será profundamente deplorável se alguma das grandes empresas se insurgirem contra esse princípio. Porque se elas, grandes empresas, poderiam ir buscar essa energia, usufruí-la com esse benefício, o mesmo não acontecerá com as pequenas empresas e as mais distantes, a não ser por esse caminho que estamos procurando para fazer com que a energia chegue a todos os recantos da área atingida por Itaipu. De modo que o sentido geral será a redução da diversidade de tarifas.

O SR. AURELIANO CHAVES — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Com a palavra o Deputado José Machado.

O SR. JOSÉ MACHADO — Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhor Ministro, estou plenamente satisfeito com a exposição que V. Ex<sup>a</sup> Sr. Ministro, acaba de fazer sobre o Projeto de Itaipu. Não tenho nenhuma ponderação a formular com relação aos aspectos de natureza político-internacional — da esfera de competência do Ministério das Relações Exteriores — no que tange ao Projeto, a obra de construção, a geração, transportes e distribuição. Mas há algo que me traz certa dúvida: o processo de utilização da energia de Itaipu.

Sabe V. Ex<sup>a</sup> e a Casa que o instituto de desapropriação por utilidade pública existe não só no Brasil, como em quase todos os países, por força de disposição constitucional que o consagra. Nestas condições, não cabe ao expropriado discutir a legitimidade ou não de qualquer de seus bens que tenha sido desapropriado. Ele pode — e deve fazê-lo — propugnar por um preço melhor, que considere mais justo, mas nunca discutir. Consequentemente, poderíamos dizer que a desapropriação instituiu o que poderíamos chamar de venda compulsória. V. Ex<sup>a</sup> se referiu ao projeto que há pouco o Governo encaminhou a esta Casa. No que diz respeito a esse projeto, que cuida de regulamentar a energia produzida em Itaipu, surge uma novidade jurídica, que é a venda compulsória. Minha pergunta se restringe ao seguinte: a venda compulsória tem suporte constitucional? Qual o permissivo constitucional para essa novidade jurídica, por meio da qual Itaipu — ou Furnas, ou ELETROSUL — obrigará compulsoriamente as concessionárias da Região Centro-Sul a adquirirem energia de Itaipu, ainda que tenham sobras?

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — O dispositivo do Tratado que regula este assunto é essencial para que se consiga economicidade na obra e, portanto, custo barato. Não poderíamos deixar essa obra com aquela fórmula de determinar o custo ou seja, despesas de operações, mais encargos financeiros, mais royalties e mais os dividendos para uma empresa que tivesse oscilação no seu faturamento. Uma empresa nessas condições tem direito a determinada margem de resultados, com capital de giro, para poder fazer face a oscilação. Para reduzir seus custos ao mínimo possível, a empresa não poderá ter oscilação no seu faturamento. Dentro do objetivo de conseguir o máximo benefício dessa energia, ela virá em massa, e, atendendo àquelas condições, veio o dispositivo. Esse dispositivo se aplica tanto ao Brasil, como ao Paraguai. E a ELETROBRÁS, como representante do Brasil — no caso, compradora da energia — foi obrigada a comprar maciçamente aquela energia, numa quantidade fixa e invariável. Por sua vez, a ELETROBRÁS atribui as suas duas subsidiárias, uma que caminha para a Região Sudeste e outra para a Região Sul — Furnas e ELETROSUL — duas cotas, proporcionais aos dois mercados. É uma simples atribuição a duas subsidiárias da empresa. O problema surge — esse, que o Deputado José Machado está lembrando — quando essas empresas passam a energia às empresas estaduais. Compulsoriamente, elas têm de receber a energia. Gostaria de lembrar aqui que o problema é puramente formal, porque elas estarão interessadíssimas em receber essa energia, que irá custar mais ou menos a metade da que é gerada hoje. Então, é a compulsoriedade de um benefício. O que existe é a necessidade da assinatura desses contratos, para que tudo se estabeleça de forma contínua. De



fato, existe um artigo geral em que se indica que essa energia terá de ser compulsória e prioritariamente utilizada pelas empresas. Quero lembrar, em relação a esse aspecto, que as empresas concessionárias têm suas atividades concedidas pelo Poder Público Federal. São empresas particulares ou estaduais, cujas concessões são dadas pelo Governo Federal. Essas concessões podem ser retiradas a qualquer momento. Não se trata de empresa com liberdade de comércio. A tarifa é fixada de acordo com a determinação do Departamento de Águas e Energia Elétrica, de acordo com uma regra também estabelecida por lei. Todas as regras de operação, de tarifação e de rentabilidade dessas empresas são fixadas por lei. Não são empresas comuns de comércio; elas exercem um serviço público concedido. Acredito que essa cláusula de fato ultrapassa um pouco o normal. Não acredito, no entanto, que empresa alguma proteste em virtude de estar compelida a comprar energia barata. Não sei se respondi sua pergunta, do ponto de vista jurídico. Sou engenheiro e não seria capaz de discorrer com mais propriedade sobre a correção exata do artigo.

Mas isso será debatido aqui, na próxima semana ou dentro de dez dias. O aspecto jurídico será analisado por quem de direito, não por mim.

O SR. JOSÉ MACHADO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Com a palavra o nobre Deputado Nina Ribeiro.

O SR. NINA RIBEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, desejo cumprimentá-lo pela proficiência da sua exposição, bem como pelos êxitos contínuos que têm caracterizado sua gestão no Ministério.

V. Ex.<sup>a</sup> já explicitou bem este ponto, mas eu gostaria fosse ele analisado em mais detalhes para que fique estreme de dúvidas. No caso de Itaipu, poderia haver outras alternativas, na dupla conotação que fez V. Ex.<sup>a</sup>, política e técnica? Foi difundido por vários periódicos que teria havido favorecimento do Brasil em relação ao Paraguai, no que diz respeito à delimitação da sede natural de saída, e também quanto à localização — objeto da pergunta anterior — das duas subestações em território brasileiro, ao invés de em ambos os territórios.

Igualmente, no que concerne à sede, foi objeto de crítica por aspectos funcionais, porque chegaram a argumentar que a Comunidade Européia do Aço e do Carvão tem sede única, ao passo que teríamos dificuldades inerentes às duas sedes, o que talvez viria aumentar o preço e dificultar os entendimentos.

Por esses e outros itens, que, na exiguidade do tempo, não podemos abordar, gostaríamos ficasse estreme de dúvidas o aspecto relativo à dupla conotação, política e técnica.

Visitei a barragem do rio Zambeze — Cabora Barsa — na África do Sul. A exemplo da transmissão feita naquele País, na Rússia e de outras experiências do mundo socialista, indagaria de V. Ex.<sup>a</sup> se é preferível, no nosso caso, em Itaipu, que a transmissão seja através de corrente alternada?

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Sr. Deputado, na verdade, suas perguntas são em número de quatro. Em todo o caso, verei se consigo respondê-las em seis minutos. Em primeiro lugar, relativamente ao nosso campo de opção, isto é, se usamos todo o campo que tínhamos, ou se o restringimos mais do que precisávamos. Acredito, com toda a franqueza, que nosso campo de opção não era muito grande, uma vez que todas as hipóteses que envolviam o canal não eram admitidas pela República do Paraguai. Assim, não havia discussão. Eliminadas essas, as barragens dentro dos rios tinham, praticamente, os dois degraus, ou um

degrau técnico, com pequenas variantes. Geograficamente, algumas delas puderam ser atendidas. Mas a estrutura da rocha, em determinados lugares, poderia não ser boa o que nos obrigaria a chegar a barragem para mais adiante. Depois de tudo analisado, surgiram nitidamente as duas opções: ou os dois degraus ou um degrau no canyon. Isso, do ponto de vista técnico, uma vez que havia aquele problema ao qual me referi. Tendo sido feito o estudo, a alternativa politicamente difícil mostrou-se a mais cara, também. Podia não ter sido, mas felizmente foi.

Quanto ao fato de a subestação achar-se de um ou de outro lado considero esse aspecto irrelevante, diante da decisão que tomamos, de formar uma empresa com uma única administração e de fazer esse empreendimento em conjunto. Não é o fato de estar uma parte aqui e outra ali que vai agravar a situação, que requer muita paciência de ambas as partes, para realizar trabalho em conjunto durante todo esse período.

Em relação às duas sedes, o exemplo da Comunidade não vale. Todos os países aceitaram Luxemburgo. Se a sede tivesse que ser entre a França e a Alemanha, eles também não aceitariam. Aceitaram a escolha, porque havia Luxemburgo, uma cidadezinha no meio.

Em relação à transmissão, está definida, em linhas preliminares, uma transmissão convencional em extra-alta tensão. É possível que isso seja mudado no projeto. Esse aspecto mereceu menores detalhes, durante esta fase, porque o tempo será muito maior para sua decisão do que para a usina, que vai demandar oito anos, enquanto o sistema de transmissão se fará em três ou quatro anos. Então, temos mais tempo para aprofundar os estudos do sistema de transmissão. Nos estudos preliminares, demos maior atenção à usina, porque sabemos que temos dois anos pela frente para estudar o sistema da transmissão. As decisões preliminares poderão ser alteradas no curso desse tempo.

O SR. NINA RIBEIRO — Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Tem a palavra o Sr. Deputado Túlio Vargas.

O SR. TÚLIO VARGAS (Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, primeiramente nossos agradecimentos pela notícia, que V. Ex.<sup>a</sup> levou recentemente ao Paraná, de que Curitiba será a sede administrativa do lado brasileiro da empresa que vai construir Itaipu.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Não disse exatamente sede. Será instalado ali um grande escritório, porque Curitiba é a cidade mais próxima para dar apoio a Itaipu.

O SR. TÚLIO VARGAS — Sr. Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> disse, há pouco, na introdução da sua dissertação, que os projetos sobre Itaipu ainda não são definitivos. É sabido que a maior divergência entre o Brasil e a Argentina, neste projeto, se encontra no nível da descarga de Itaipu que se pretende fazer — cota de 105 metros — enquanto em Corpos se pretende 120 metros. Em tais termos diriam os técnicos impõe-se eliminar a contradição, pois os projetos são conflitantes. O desejo do Paraná, Sr. Ministro — e permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que externe a minha paixão pela beleza natural do meu Estado — é que se construa a usina, que é aspiração nacional, mas salvando o Salto de Sete Quedas, fonte inesgotável de turismo. Disse V. Ex.<sup>a</sup> que as Cataratas de Iguaçu deveriam ser preservadas, porque teriam uma beleza e atração turística superiores a Sete Quedas. Realmente, as Cataratas de Iguaçu têm uma beleza paisagística ornamental numa dimensão bem maior, mas Sete Quedas tem uma força telúrica maior, mais selvagem e como força da natureza, é superior, inclusive, às



Cataratas de Iguaçu. Por isso, estabelecida aquela divergência, entre o Brasil e a Argentina quanto à descarga, entendem os técnicos que, reduzindo ambas a altura da barragem, desaparecerá a presente divergência e, *ipso facto*, Sete Quedas poderia ser preservada. Mesmo com a redução dos quilowatts, Brasil e Paraguai não seriam recompençados a médio prazo com os lucros auferidos com a indústria turística, conciliada com o empreendimento energético. *Assim, a indagação, Sr. Ministro.*

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Sr. Deputado Túlio Vargas, os problemas de contradição sempre são resolvidos em prejuízo de alguma coisa. Não é fácil uma conciliação. No caso do confronto entre Sete Quedas e Iguaçu, sob o ponto de vista energético, Sete Quedas é dez vezes maior que Iguaçu. Então, a destruição da beleza de Sete Quedas resulta num benefício energético dez vezes maior do que o equivalente processo em Iguaçu. A preservar uma das duas, a balança favorável à beleza é negativa para a energia é Iguaçu; e a balança favorável à energia é desfavorável à conservação da beleza natural de Sete Quedas.

**O SR. TÚLIO VARGAS —** Mas a diferença seria de 2 milhões de quilowatts apenas.

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Não. É de dez para um.

**O SR. TÚLIO VARGAS —** Não, digo que a diminuição da capacidade geradora seria de 2 milhões de quilowatts caso se construísse Itaipu preservando Sete Quedas.

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Com menor altura?

**O SR. TÚLIO VARGAS —** Exato.

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Temos aí o problema correspondente a jusante, que poderá advir de uma conversação com a Argentina sobre a altura da descarga de Itaipu. Esse também é um problema que altera níveis, mas não altera o projeto. O projeto consiste numa barragem que seria implantada no mesmo lugar, qualquer que fosse o nível de descarga da usina.

O Deputado falou em altura menor. Esse problema de nível de água não implica em que a altura da barragem seja diferente. Se a água subir em baixa, um pouco mais de queda útil, não diminui a barragem. O projeto, desde que obedeça a concepção fundamental, é o mesmo.

**O SR. TÚLIO VARGAS —** Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marçílio) —** Com a palavra o Deputado Célio Marques Fernandes.

**O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES —** Sr. Ministro, felizmente, para todos nós foram superados os obstáculos diplomáticos, que nem sempre favoreceram o Brasil, no caso de Itaipu.

Parece, Sr. Ministro, que antes mesmo de nascer a usina hidrelétrica de Itaipu, surgem novos problemas que tornam a afetar a desejável estrutura federalista e propiciam mais um avanço no sentido da estatização e — o que é pior — frustram nossas esperanças de obter energia a baixo custo por meio da construção da maior usina do mundo. A única pergunta que formulo a V. Ex<sup>a</sup> é consubstanciada no pequeno comentário que acabo de fazer. Sr. Ministro, com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu teremos, de fato, energia a baixo custo, a médio ou a longo prazo?

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Sr. Deputado Célio Marques Fernandes, em primeiro lugar, tenho de externar minha discordância com todas as afirma-

ções de V. Ex<sup>a</sup>. O problema é que se procura, através deste esquema original — porque o Brasil se tem esmerado em encontrar soluções que não sejam cópias da Electricité de France, nem dos Estados Unidos — soluções nossas, que correspondam à nossa realidade, em termos de dimensão geográfica e de pobreza.

A ELETROBRÁS, como empresa coordenadora, anos a fio, atua para a integração nacional, através de empresas de segundo nível, como a Companhia Hidrelétrica de São Francisco, Furnas e, agora, a ELETROSUL, cujos méritos — acho — ninguém é capaz de negar, e através das empresas estaduais, as quais o Governo Federal está, neste momento, transferindo passo a passo, todos os serviços que eram federais. O Governo está, portanto, agindo exatamente na direção oposta à que V. Ex<sup>a</sup> acaba de aludir. Todas as empresas federais de distribuição estão sendo transferidas para os Estados: a de Belo Horizonte para CEMIG; a Força e Luz do Paraná, para a COPEL; a Cia de Energia Elétrica da Bahia para a Cia Estadual da Bahia; foram fundidas duas companhias do Ceará na Cia. Estadual do Ceará; a de Alagoas foi entregue ao Estado de Alagoas; a Cia. Paulista de Força e Luz, para a CESP; a de Pelotas, para o Rio Grande do Sul, e a Térmica Siderúrgica Nacional, para a CELESC. Isso, num intervalo de três anos. Portanto, estamos agindo no sentido de manter a Federação. O que se pode é manter qualquer empresa que se queira dar ao luxo de desperdiçar energia, pela vaidade de ter sua autonomia, coisa que só duas ou três podem fazer, por terem dinheiro suficiente.

Recusadas todas as afirmações de V. Ex<sup>a</sup> — não estou de acordo com nenhuma delas — poderia dizer que efetivamente a energia de Itaipu, por todos os cálculos que temos até hoje, será nos primeiros vinte anos, cerca de 25 ou 30% mais barata que a melhor das energias produzidas no Brasil, hoje, e que, após amortizadas as dívidas, vai ser de metade do valor da energia que se estará produzindo no País, evidentemente na base dos orçamentos de que dispomos.

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marçílio) —** Com a palavra o Sr. Deputado JG de Araújo Jorge.

**O SR. JG DE ARAÚJO JORGE (Sem revisão do orador.) —** Sr. Ministro, como homem de Oposição trago aqui algumas perguntas. Transformei em indagações algumas conclusões críticas a que cheguei, depois que ouvi, nesta Casa, recente pronunciamento do ex-Ministro Marcondes Ferraz, que, como V. Ex<sup>a</sup> reconhece, é uma grande autoridade no assunto. Minhas perguntas são as seguintes: Quais os tipos de acordos internacionais que garantem o financiamento e o fornecimento de equipamentos técnicos para Itaipu? Quais os prazos de carência de pagamentos e juros? Li, há tempos, a respeito de um encontro de Chancelaria, em Washington, para a elaboração de um acordo multinacional, com a presença dos países da Bacia do Prata — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Tratava-se de um encontro preparatório para um entendimento a respeito de aspectos políticos vinculados ao problema de Itaipu e para a permuta de dados técnicos que possivelmente teriam sido trocados na oportunidade, através de assessores.

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Não entendi bem. Onde foi o encontro?

**O SR. JG DE ARAÚJO JORGE —** Em Washington.

Quanto às indagações que havia, baseado em pronunciamentos do ex-Ministro Marcondes Ferraz, V. Ex<sup>a</sup>, em parte, já respondeu a algumas delas, em perguntas anteriormente formuladas por companheiros nossos. Indago de V. Ex<sup>a</sup>: por que abandonamos o projeto que se realizaria só no território nacional, por menos da metade do custo do atual? Qual o

critério de administração binacional para Itaipu? Argumentou o ex-Ministro Marcondes Ferraz que a Siderúrgica do Vale do Rhuir, binacional — Alemanha — França — tem uma direção única, e seu custo é seis vezes superior ao de Itaipu. Justamente por ser uma grande empresa e para evitar o risco de atritos, onde problemas internacionais além do aumento de custo decorrente da falta de unidade administrativa, houve esta crítica por parte do ex-Ministro Marcondes Ferraz.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> esclarecesse e justificasse o sentido da bi-administração para Itaipu. É importante, também, o fato de que o montante dos investimentos que Itaipu exigirá impedirá que o Brasil possa realizar qualquer projeto energético de importância, durante muitos anos. Esta foi uma das afirmativas do ex-Ministro Marcondes Ferraz.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Sr. Deputado JG de Araújo Jorge, quanto a esse problema de acordos financeiros, ainda não existe nem tentativa de fazê-lo. Não temos nem o Tratado assinado, nem a empresa fundada. Os entendimentos nesse sentido só serão iniciados depois da ratificação do Tratado e fundação da empresa, o que vai demorar uns 60 a 90 dias e, só então, haverá uma administração que possa negociar. O problema é, no momento, afugentar os financiadores, que estão a porta do meu gabinete, telefonando-me, e tentando encontrar-me em Washington. O mundo financeiro está interessadíssimo na obra. Pela importância que terá a operação financeira correspondente, não temos o menor receio de que haja qualquer dificuldade para o financiamento.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — Não há entendimentos com a União Soviética, a esse respeito?

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Com país nenhum. Recuso-me, inclusive, a receber as pessoas que me vêm falar em financiamento, pela total inoportunidade do assunto e pela importância que se delega, para isso, à própria empresa.

Com relação ao encontro em Washington, pode ser que haja ocorrido, mas dele não tenho conhecimento.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — Evidentemente, uma das implicações políticas de Itaipu é que provocou manifestações na Argentina, após a posse do Governo Campora. Na época do Governo Lanusse, parece que havia uma concordância, um entendimento entre as Chancelarias do Brasil, da Argentina e de outros Países da Bacia do Prata, em relação ao empreendimento que, apesar de binacional, do interesse particular do Brasil e do Paraguai, afeta, de certa maneira, a região econômica de que fazem parte outros países da Bacia do Prata, a presunção é de que o Brasil, antes de assinar aquele Acordo, teria mantido contatos com esses países, preservando, evidentemente, a área política, para evitar especulações futuras e possíveis atritos na área internacional. Tinha a impressão de que esse encontro se havia realizado, em Washington. Talvez V. Ex.<sup>a</sup> não tenha elementos para responder, e pergunto se o Ministério das Relações Exteriores poderia informar a Câmara?

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Posso transmitir a pergunta de V. Ex.<sup>a</sup> e dar-lhe a resposta posteriormente.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — Desde já, muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Com relação ao problema do custo da obra, evidentemente que a estimativa feita pelo Engenheiro Marcondes Ferraz data de muitos anos. Houve uma inflação do dólar muito grande,

interna e externa, e é provável que não tenha sido fácil a conversão dos preços daquela época para hoje, já passados mais de 10 anos. O nível de conhecimento da região do projeto na ocasião também era muito menor. Não conhecíamos o local. Depois de três anos, estamos conhecendo-o muito mais. Pelos custos atuais, o projeto equivalente, que seria a solução proposta por aquele Engenheiro, seria bem mais caro do que a solução escolhida.

Com relação à administração binacional, parece-me que está havendo um pequeno equívoco. A empresa terá uma única diretoria, um só corpo de direção. O que existe é a garantia da participação de diretores das duas nacionalidades nesse corpo. Não haverá dois colegiados; será um só. Teremos a participação de elementos dos dois países obrigatoriamente, nesse colegiado. Mas é um só.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — Mas não haverá a possibilidade de...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — O tempo de V. Ex.<sup>a</sup> está esgotado, nobre Deputado.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — Não posso argumentar?

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Haverá muitas possibilidades — não tenho dúvida alguma — e, inclusive, dificuldades.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — Poderá o Brasil desenvolver apenas a sua parte, sem que o Paraguai o faça?

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Não, o comando executivo é um só. Não existem duas diretorias. A decisão deve sair do colegiado.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — Então é administração única?

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Única. É binacional, no sentido da participação obrigatória de representantes das empresas de ambos os países.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — E no que diz respeito ao fato de o grande investimento nessa obra de Itaipu invalidar qualquer outra iniciativa?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — O tempo de ambos os oradores está esgotado, tanto o do Sr. Ministro quanto o do nobre Deputado.

O SR. JG DE ARAÚJO JORGE — Muito obrigado, Sr. Ministro. A curiosidade e o interesse sobre tão importante questão trouxeram-me a esta tribuna, pois a Oposição terá de se manifestar pelo voto. E vamos nos manifestar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Se transgredirmos o tempo regimental, os outros inscritos não terão oportunidade de falar. Com a palavra o nobre Deputado Olivir Gabardo.

O SR. OLIVIR GABARDO (Sem revisão do orador.) — Sr. Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> afirmou no início de sua exposição que o Projeto Itaipu atendeu a dois objetivos básicos: um econômico e outro político. Tendo em vista as informações que se conhecem sobre outra solução a montante do Salto de Guaíra e que seria pelo menos 50% mais barata que a solução a jusante de Guaíra, dada a grande barragem que deve ser construída, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> não preponderou exclusivamente o fator político nesta decisão? A segunda pergunta: a solução Itaipu afogará o Salto de Sete Quedas até que altura? A terceira pergunta: seria quanto a estimativa do custo de Itaipu? E, Sr. Ministro, se me for permitido e se o

tempo for suficiente, faria a pergunta que o Deputado Freitas Diniz não teve tempo de fazer: "Possuem os Governos contratantes experiência comum no trato de problemas referentes aos estudos que deram margem ao presente Tratado de Itaipu? Uma Comissão Executiva Paritária foi responsável pelo cumprimento do Convênio Comissão Mista Técnica versus ELETROBRÁS-ANDE. Indagamos se a experiência dos dois países na fase de estudos permitirá prever amanhã, o bom andamento administrativo de Itaipu, quando se sabe que o tratado em discussão também prevê a estruturação de organismos idênticos, quais sejam, Conselho de Administração Paritária e Diretoria Executiva Paritária? Não é de admitir-se uma administração instável, ao sabor de contingências políticas internacionais? Esta seria a pergunta do Deputado Freitas Diniz.

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Sr. Deputado Olivir Gabardo,** acho que teria de responder à primeira pergunta de V. Ex<sup>a</sup> repetindo um pouco. Felizmente, não houve problema na decisão, uma vez que o projeto politicamente mais viável, mais fácil, era também o melhor. Acredito que a origem da divergência de opiniões sobre o valor do projeto — alega-se que o outro seria mais econômico — advém da dificuldade de atualizar-se o estudo com inflação externa e interna diversas, pois o dólar se inflaciona de uma certa maneira e o cruzeiro de outra. Então transpor o orçamento feito há 10 anos, com cruzeiros e dólares, para os dias de hoje é muito difícil. A conversão deu a impressão de que ele — o outro projeto — teria custo menor. Acredito que aí está a origem da divergência.

As dez alternativas foram feitas agora, com critério uniforme. Então, se se errou para mais ou para menos no custo da escavação ou do concreto, isso afeta de algum modo todas as alternativas da mesma forma, já que foram feitos orçamentos no mesmo momento. No confronto o projeto adotado é o mais econômico e também, politicamente, o melhor.

**O SR. OLIVIR GABARDO —** E o valor, a estimativa, o montante?

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** A sua primeira pergunta é se não preponderou o aspecto político. Quanto ao valor do montante, não o tenho aqui no momento, mas a ordem de grandeza é de 12 bilhões de cruzeiros, mais ou menos, no primeiro semestre deste ano.

Quanto ao afogamento de Guaíra, de fato, isso não dá satisfação, a ninguém. É uma decisão daquelas que nos obriga a optar. O que predominou muito nessa decisão de aproveitar o trecho foi o fato de que ao lado existia esse recurso natural, o Salto do Iguaçu, que energeticamente não vale tanto e que, portanto, poderia deixar de ser feito. Provavelmente nunca será feito mas foi uma decisão discutível, como todas as que envolvem dois pontos contraditórios. Tentando, pela terceira vez, entender a pergunta do Deputado Freitas Diniz, repetiria que o relacionamento durante a fase de trabalho da comissão paritária, tanto de um lado como de outro, eu classifico de ótimo. Mas, ao longo de uma obra tão grande, haverá, certamente, momentos difíceis. A pergunta a fazer é a seguinte: qual a alternativa? Temos de aprender a viver juntos dentro de um empreendimento como esse. Com o progresso que os nossos países estão tendo, acredito que a observância das regras será cada vez mais atendida e esse convívio será facilitado, principalmente quando entrar em regime de opção. As decisões a tomar são poucas, no entanto. Estou, pois, otimista.

**O SR. OLIVIR GABARDO —** Qual a altura do afogamento da catarata de Iguaçu?

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Não tenho esse número.

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) —** Com a palavra o Deputado João Menezes.

**O SR. JOÃO MENEZES —** Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminente Ministro Dias Leite. V. Ex<sup>a</sup> deve sentir-se feliz de estar à frente do Ministério das Minas e Energia na ocasião em que o Brasil avança, aumentando o seu poderio hidrelétrico, iniciado na década de 50, quando, partindo de Paulo Afonso no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, foi distribuída energia até à bela Capital do Ceará, Fortaleza. Depois a construção de Furnas e Três Marias duplicou ou quase triplicou o potencial energético do País. Temos, em São Paulo, Urubupungá, seguida de Ilha Solteira e agora estamos marchando para o exterior, com Itaipu.

Desejo fazer apenas duas perguntas a V. Ex<sup>a</sup>

Considerando que a exploração de Itaipu, mediante formação de sociedade com capital de 100 milhões de dólares, cabendo 50 milhões ao Governo brasileiro e 50 milhões ao Governo paraguaio, sendo os 50 milhões do Governo paraguaio da responsabilidade também do Governo brasileiro, indago a V. Ex<sup>a</sup> se este e outros fatos não contribuirão ainda mais para o encarecimento do fornecimento energético no País, já a alto preço e com aumento de 12% anunciado a partir de 1º de junho.

A outra pergunta, V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, não tem obrigação de responder. Mas como V. Ex<sup>a</sup>, tão pressurosamente, nos dá o prazer de sua companhia nesta tarde, aproveito a ocasião para indagar — se V. Ex<sup>a</sup> achar por bem nos informar — por que há mais de 20 anos estão paralisadas as obras daquela pequena usina do Amapá — Guaracy Nunes — cuja construção não chega ao final e quais as razões que impedem a sua conclusão. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> nos informasse ainda se há algum estudo para aproveitamento das quedas de Itaboca.

Grato a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) —** Pelo Regimento, nobre Deputado, as perguntas devem limitar-se à matéria em pauta.

**O SR. JOÃO MENEZES —** Fiz a ressalva, Sr. Presidente.

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Sr. Deputado João Menezes, em relação a contribuições que o Brasil faz ao Paraguai, não propriamente através do sistema financeiro do setor elétrico, mas do sistema financeiro nacional — Banco Central do Brasil — concedemos um empréstimo àquele País para constituição de Capital. Trata-se de uma operação financeira com boas condições de juros, mas não é uma doação ao Paraguai. Ele vai pagar. Então, para o financiamento do capital, essa operação não interfere em nenhum lugar no preço da energia. O Banco Central do Brasil concederá um financiamento ao Governo paraguaio, ao Banco Central do Paraguai, a fim de ser constituído o capital. Nessa transação não será afetado o custo da energia.

**O SR. JOÃO MENEZES —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um esclarecimento? A ELETROBRÁS não está vinculando a venda de eletrificação também a Itaipu?

**O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA —** Respondo a primeira parte, relativa ao capital. Trata-se de uma operação como qualquer outra. Poderíamos estar financiando a compra de trigo ao Paraguai, que poderia deixar de gastar dinheiro com trigo e aplicar o capital em Itaipu.

A segunda parte diz respeito ao financiamento que será concedido à hidrelétrica de Itaipu, previsto em cerca de 50% do Brasil e 50% do exterior, quer dizer, através de consórcio financeiro internacional. Estamos, pois, financiando a usina que beneficia o Paraguai, em termos, em 1/4, porque a metade do financiamento é internacional — o dinheiro não é oriundo do Brasil — e a outra metade é proveniente do Fundo do Empréstimo Compulsório arrecadado pela ELETROBRÁS. Metade seria do Brasil mesmo. Nosso encargo, nossa responsabilidade no financiamento de Itaipu, que estamos assumindo no lugar do Paraguai, corresponde a 1/4.

Mas essa operação, repito, não afeta o custo da energia. O benefício concedido ao Paraguai está no *royalty* que se paga pelo uso do recurso natural. Em que se resume? O tratado estabelece que ambos os países receberão de Itaipu um *royalty* pelo uso dos recursos naturais. Se ambos os países consumissem energia em partes iguais, esse *royalty* também não oneraria o custo da energia brasileira, porque efetuaríamos o pagamento à empresa incluindo o valor do *royalty*, e ela faria devolução ao Brasil na mesma proporção. De onde vem, então, o benefício ao Paraguai?

Vamos consumir a maior parte da energia, e ela vem onerada pelo *royalty* pago ao Paraguai. Assim a única parcela que realmente onera a energia que vem para o Brasil e a correspondente ao *royalty*, pago ao Paraguai, pelo fato de a proporção de energia não ser dividida ao meio. Se fosse, não seria onerada. Essa empresa está pagando ao Brasil e ao Paraguai o *royalty* que está sendo debitado ao consumidor brasileiro. Corresponde a cem mil dólares por ano. Esse o benefício que vai onerar um pouco.

O SR. WILMAR DALLANHOL — Sr. Presidente, permita-me. O próprio Acordo prevê dezoito milhões, estabelecidos em partes iguais de nove.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Vou fazer as contas. Três por dez mil de dólares, portanto, 0,3 milésimos de dólares por quilowatt/hora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Tem a palavra o Deputado Ferreira do Amaral.

O SR. FERREIRA DO AMARAL — Sr. Ministro, não foram divulgados ainda os benefícios paralelos que advirão da construção dessa barragem, em consequência do imenso lago artificial que será criado. É, porém, notável o turismo gerado pelos grandes lagos artificiais, como é o caso de Boulder Dam e de outros, além da regularização do curso de diversos rios — como o próprio rio Paraná — que possibilitará novas vias de ligação, as quais se constituirão em fator de progresso para extensas regiões de nosso País. Gostaria de saber se há algum estudo a respeito desse assunto, através da palavra abalizada de V. Ex<sup>a</sup> Tenho também outra pergunta, relativa àquela feita pelo Deputado Túlio Vargas. S. Ex<sup>a</sup> indagou se, no intuito de salvar-se Sete Quedas, diminuindo-se a capacidade geradora de energia da usina, através da diminuição da altura da barragem, não haveria possibilidade de se salvar as quedas, que S. Ex<sup>a</sup> reputa imensa atração turística para meu Estado, que é o mesmo do Deputado Túlio Vargas. Disse V. Ex<sup>a</sup> que a altura não teria grande influência na conservação, ou não, das quedas. Não entendi. Gostaria, pois, que V. Ex<sup>a</sup> desse explicação mais detalhada.

O SR. MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA — Deputado Ferreira do Amaral, o lago terá 1.355 km<sup>2</sup> e, provavelmente, será objeto de trabalho especial de preparação, para efeito turístico. Então haverá compensação pela perda da beleza de Sete Quedas. A regularização dos rios está

feita, principalmente em face das obras já realizadas no rio Paraná, em São Paulo, no rio Grande, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, e no rio Paranaíba, na divisa de Minas Gerais com Goiás. O rio Paraná já está muito regularizado, independentemente de Itaipu. A contribuição de Itaipu para maior regularização do rio é pequena, porque ele já vem muito regularizado, de cima, e vai ficar mais ainda, com Itumbiara e Água Vermelha. Os afluentes Paranapanema e Tietê estão regularizados, e o será o Iguçu. Portanto, quanto a este aspecto, o efeito não é muito significativo. Com relação ao recurso natural, uma vez que há manifestação tão grande neste sentido, isto é, quanto à preservação da queda, do ponto de vista conservacionista, quero repetir a posição brasileira em Helsinqui: não temos nível de riqueza que nos permita dar-nos ao luxo de preservar algumas coisas com alto prejuízo econômico. O Brasil, repito, não está num estágio de evolução que possa dar-se a esse luxo. Quer dizer: a energia barata, no Brasil, ainda é fundamental ao desenvolvimento de indústrias e para levar os benefícios da eletricidade às habitações de uma parte da população que não conta com os benefícios da eletricidade.

É muito difícil pará o sueco, por exemplo, dizer ser melhor não construir a usina e deixar a cachoeira, porque ele conta com energia elétrica em sua casa, com fontes alternativas de suprimento, gás etc. Mas o nosso caso é muito diferente, porque é melhor termos energia barata sem precisar preservar a cachoeira, porque grande parte da nossa população não dispõe de luz elétrica, de água encanada, de esgotos e outros benefícios com que contam os países civilizados.

Então, quero reiterar nossa convicção de que foi ponderando esses fatores que se decidiu dar prioridade ao aproveitamento energético à preservação da natureza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Com a palavra o nobre Deputado Oswaldo Zanello.

O SR. OSWALDO ZANELLO — Sr. Ministro, é sempre com intensa alegria que nós, capixabas, nos encontramos com V. Ex<sup>a</sup> Não sendo capixaba, V. Ex<sup>a</sup> de tal sorte está ligado sentimentalmente ao nosso Estado que nós, do Espírito Santo, o consideramos um autêntico representante daquele Estado junto a esse notável Ministério do Governo Médico.

Sr. Ministro, ouvimos, nesta tarde, feliz para todos nós. V. Ex<sup>a</sup> dar as mais amplas explicações com relação a Itaipu. Assim, eu gostaria, fugindo um pouco do que nosso Regimento estabelece, de fazer uma pergunta que tem, de certo modo, direta ou indiretamente, alguma relação também com nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Nobre Deputado, foi anunciado que fora do tema não seria permitida outra explicação.

O SR. OSWALDO ZANELLO — Sr. Presidente, estarei dentro do tema. Eu gostaria, Sr. Ministro, que V. Ex<sup>a</sup> nos desse alguma informação relativamente ao problema da serra dos Carajás, em que o Governo brasileiro, através da Cia. Vale do Rio Doce...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Nobre Deputado, não é possível fazer perguntas fora do tema.

O SR. OSWALDO ZANELLO — Lamento, Sr. Presidente. Seria uma grande oportunidade para o Sr. Ministro nos dar, tenho a certeza, uma notícia alvissareira, não apenas para esta Casa, mas para todo a Nação brasileira. Em outra oportunidade, então, ouvirei do Sr. Ministro uma explicação detalhada a respeito desse assunto. Desculpe-me Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marçílio) — Com a palavra o nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com grande satisfação que vejo o Sr. Ministro Dias Leite nesta Casa.

Sr. Ministro, estamos habituados, por nossa palavra modesta, a dirigir apelos a V. Ex<sup>a</sup> com relação àquela região do Nordeste Ocidental, que V. Ex<sup>a</sup> conhece tão bem ou melhor do que eu. Por vezes tem havido certo retardamento nas respostas, mas, quando elas chegam, sempre nos satisfazem, e por isto estamos esperançosos de que as tarifas de energia elétrica, naquela região, baixarão um pouco, equiparando-se às da CHESF.

Sr. Ministro, a respeito do Projeto Itaipu V. Ex<sup>a</sup> já discorreu satisfatoriamente, respondendo a todas as indagações, formuladas. Trata-se de projeto comum aos dois países. Brasil e Paraguai, que dividirão o custo da obra, estimada em 100 milhões de dólares. Assim, as vantagens também serão divididas entre as duas nações.

Quanto ao colegiado, queríamos saber se ele será formado por igual número de diretores, brasileiros e paraguaios, mas já fomos esclarecidos sobre esta questão com a leitura da matéria, de modo que também não precisaremos fazer indagações neste sentido. Resta-nos, portanto, apenas um pedido de esclarecimento a respeito da beleza natural de Sete Quedas e Iguaçu. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> também já respondeu em parte sobre esta indagação. Então, perguntaríamos, apenas, quanto ao volume d'água atualmente existente na Cachoeira do Iguaçu, se, com a regularização do rio, ficará aumentado ou reduzido. Esta a pergunta que fazemos a respeito de Itaipu.

O SR. MINISTRO DIAS LEITE — Sr. Deputado Milton Brandão, quanto à consequência da obra de Itaipu sobre Iguaçu o que existe é o efeito sobre a barragem a jusante de Itaipu, já na divisa do Paraguai com a Argentina. Em função desse nível da barragem haveria consequência sobre Iguaçu. Então, o efeito sobre as quedas de Iguaçu é indireto. Se, por acaso, o projeto prevísse a execução da obra abaixo, a jusante de Itaipu, com elevação muito alta ela reduziria a queda de Iguaçu. Isso, em relação à queda. Quanto à descarga em Iguaçu, as medidas estão em suspenso, porque estava prevista naquele inventário a que me referi, muito extenso, na Região Sudeste, depois da Região Sul, a construção de um grande reservatório de regularização, nas cabeceiras do rio Iguaçu, próximo a Curitiba. Esse grande reservatório, denominado Lança, agora está sob julgamento. Existem muitos argumentos a favor e muitos contra o reservatório. Então, se ele sair, o Iguaçu será altamente regularizado; se não for feito, o Iguaçu continuará exatamente como é hoje, apenas moderada a sua irregularidade pelas usinas que ora se constroem ao longo do rio, como a de Salto Osório.

O SR. MILTON BRANDÃO — Sou muito grato a V. Ex<sup>a</sup> pela resposta.

Também na Comissão de Minas e Energia, falou o Professor Lucas Nogueira Garcez, Catedrático de Hidráulica da Escola Politécnica de São Paulo, Diretor de Coordenação da ELETROBRÁS, ex-Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Professor de Ciências Matemáticas, autor de vários livros, ex-Governador daquele Estado.

Vamos ver o que diz S. Ex<sup>a</sup>:

"A produção total de energia no Brasil no ano de 1972 foi de 57 bilhões de kwh/h. Itaipu isoladamente produzirá, quando em plena carga, o equivalente ao que o Brasil inteiro produziu no ano de 1972, numa única usina. Itaipu é fruto de um trabalho conjugado, paciente, na área técnica, do Ministé-

rio das Minas e Energia e do Itamaraty. É um trabalho, porque a usina de Itaipu e, para um engenheiro do setor hidrelétrico é, um acontecimento, porque é um aproveitamento majestoso, não existe em todo o mundo um aproveitamento de 10 milhões de kwh, no canyon de um dos maiores rios do mundo com uma passagem de 200 e tantos metros de altura. É uma obra realmente empolgante sob o ponto de vista técnico, mas ousou dizer que, mais importante do que o aspecto técnico, é o aspecto político no que diz respeito ao relacionamento do Brasil com seus vizinhos sul-americanos. Razão pela qual esse trabalho conjunto do Ministério das Minas e Energia e do Itamaraty foi feito com o maior cuidado e, sob o aspecto técnico, disse o Ministro na sua exposição de motivos, e também o Gen. Amyr Borges Fortes fez referência, que o chamado Projeto de Itaipu, que hoje certamente foi aprovado pelo Parlamento no protocolo brasileiro-paraguaio, é o resultado não de uma decisão, pois em qualquer obra de engenharia não existe nunca a decisão, mas sim a solução. Na realidade, existe sempre um elenco de soluções e uma delas tem que ser a escolhida, ou por razões predominantemente técnicas, ou por razões econômicas, que estão relacionadas com as razões técnicas, ou, então, no caso particular, por razões políticas. Por uma feliz coincidência — o Plenário da Câmara dos Deputados disse tem notícia — o estudo de natureza estritamente técnica feito para Itaipu, não por uma empresa brasileira ou paraguaia, mas por técnicos estrangeiros, foi considerado, entre as 10 alternativas possíveis, como sendo aquela tecnicamente mais vantajosa, mostrou-se — e isso foi pura coincidência, porque não teria que ocorrer obrigatoriamente — no julgamento dos nossos diplomatas e dos nossos chanceleres, também a mais aceitável sob o ponto de vista político. Estou, neste instante, caracterizando o tema da minha exposição. Estou primeiro realçando o significado de Itaipu para depois mostrar os seus reflexos na CESP."

Agora, o Engenheiro Mário Bhering, reconhecido internacionalmente como uma das maiores autoridades no setor de energia elétrica, também portador de grandes méritos e notórios títulos:

"Quanto às concepções de canal — do tipo daquele do Dr. Marcondes Ferraz — elas se baseiam em uma barragem acima, como em Ilha Grande, na cota 220, 228, e, em seguida, em um canal com casa de força no trecho internacional. Estava sendo misturado um projeto brasileiro com um binacional. A orientação do Governo brasileiro e a da ELETROBRÁS foi no sentido de haver uma separação rígida. Isso conduziu à solução final adotada de Itaipu. Não poderíamos, de modo algum, misturar as duas coisas, pois estaríamos misturando um projeto nacional com um binacional, como disse. O trecho entre Jupia e Foz do Iguaçu foi dividido em um primeiro degrau, chamado Ilha Grande, e em um segundo, denominado Itaipu. Todavia, ao realizar os estudos, examinamos a possibilidade de exigir-se uma barragem baixa no trecho internacional, um canal de 60 km, e uma usina de pé de barragem. O custo por kw para esse tipo de solução é o dobro do custo de Itaipu por kw. Acontece que qualquer projeto de canal no trecho binacional custa o dobro de um projeto do tipo Itaipu. Poder-se-ia dizer: mas desejávamos combinar, queremos construir uma barragem em Ilha Grande, para ganhar 20, 30 metros, seja lá o que for, e, em seguida, um canal, de acordo com o Projeto Marcondes Ferraz. Mas tal projeto é inviável sob o ponto de vista político, pois se estaria tirando água do Brasil, devolvendo a uma usina binacional e dando ao Paraguai não 5 milhões e, sim, 6,5 de kw, mas, cinco, mais a metade de Ilha Grande, isto é, um milhão e 600 mil kw. Não sei se esse ponto ficou bem claro. Isso é fundamental, este ponto é fundamental e precisa ser claramente entendido para evitar juízos precipitados."

Vê-se, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que tudo não passa de incompreensões e paixões, aliás muito naturais, toda vez que um projeto desse vulto e dessa importância é implantado em qualquer parte do mundo. Excluídos os abusos naturais da paixão, tudo o mais é aproveitável, e, não tenho dúvidas que a solução Marcondes Ferraz serviu como valioso subsídio, não somente para a

escolha do local adotado, a solução Itaipu, como também para a elaboração definitiva do Projeto Itaipu.

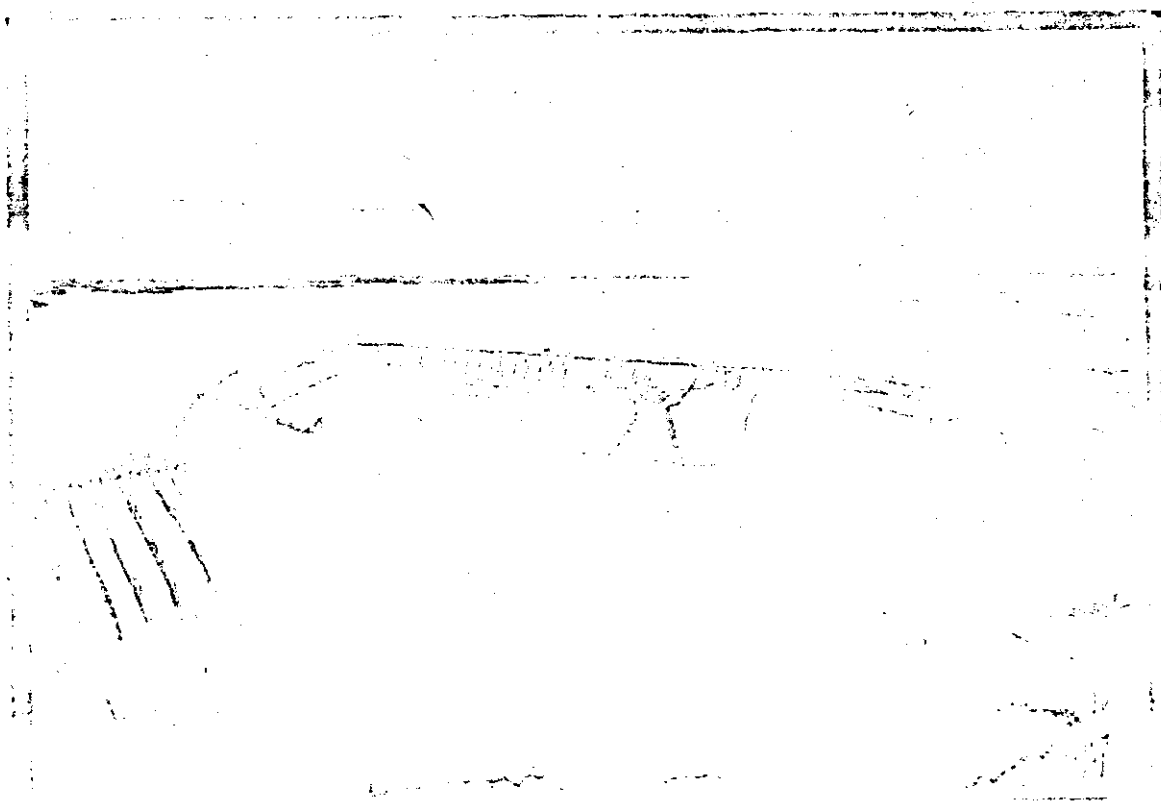
Vejamos agora o Resumo do Projeto Itaipu, o Relatório de 1974 da Itaipu Binacional, e Atos Oficiais sobre a criação e a existência legal da Entidade.

## DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ALEXANDRE COSTA

COMISSÃO MISTA TÉCNICA BRASILEIRO-PARAGUAIA

ELETOBRÁS-ANDE

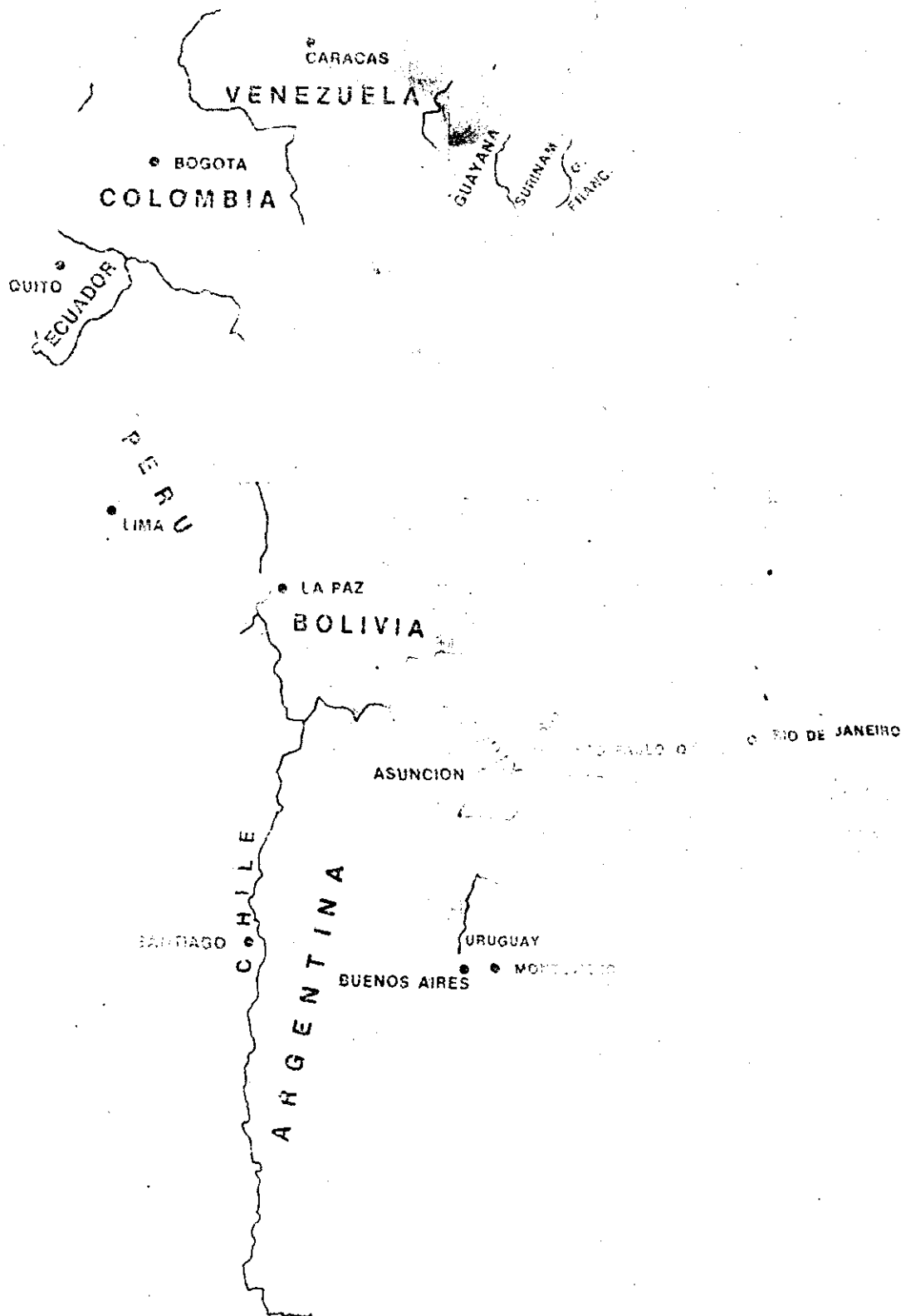
# RELATÓRIO-RESUMO DO PROJETO ITAIPU



GRUPO DE ESTUDO RIO PARANÁ

IECO INTERNATIONAL ENGINEERING CONC.  
SAN FRANCISCO CALIFORNIA E.U.A.

ELO ELECTROCONSULT S.p.A



PROJETO ITAIPU  
MAPA GERAL DE LOCALIZACAO

COMISSÃO MISTA TÉCNICA BRASILEIRO-PARAGUAIA  
RELATÓRIO-RESUMO DO PROJETO ITAIPU

## ÍNDICE

Resumo Estatístico	7
Introdução	10
Capítulo I A Bacia do Rio Paraná	13
Capítulo II Realização do Estudo	15
Capítulo III Área do Projeto	21
Capítulo IV Descrição do Projeto	25
Capítulo V Aspectos Econômicos	33
Capítulo VI Conclusões	35
<b>ANEXOS</b>	
Anexo 1 Lista de Membros — Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai	36
Anexo 2 ITAIPU BINACIONAL	37

## RESUMO ESTATÍSTICO

## RIO PARANÁ

Área total da bacia do projeto	820 000 km <sup>2</sup>
Vazões em Guaira: média (anos 1920-1973)	8 300 m <sup>3</sup> /s
máxima registrada	28 400 m <sup>3</sup> /s
mínima registrada	2 740 m <sup>3</sup> /s
Máxima excepcional de cheias em Itaipu estimada para o projeto do vertedouro	61 400 m <sup>3</sup> /s

## BARRAGEM DE ITAIPU E RESPECTIVAS OBRAS

Reservatório: nível máximo normal	220 m acima do nível do mar
nível máximo	Cota 222
nível mínimo de operação	Cota 197
comprimento	170 km
área no nível máximo normal	1 350 km <sup>2</sup>
área no nível máximo	1 460 km <sup>2</sup>
sendo: no Brasil	835 km <sup>2</sup>
no Paraguai	625 km <sup>2</sup>
volume total no nível máximo normal	29 000 000 000 m <sup>3</sup>
volume útil com rebaixamento de 23 m	19 000 000 000 m <sup>3</sup>
Nível do canal de fuga:	
máximo normal	Cota 125
máximo	Cota 138
mínimo previsto	Cota 92

Queda bruta:	máxima	126 m
	mínima	92 m
<hr/>		
Desvio do Rio Paraná: capacidade		30 000 m <sup>3</sup> /s
escavação do canal		20 000 000 m <sup>3</sup>
ensecadeiras: altura máxima		70 m
volume		9 500 000 m <sup>3</sup>
<hr/>		
Barragem principal de concreto e estrutura para desvio:		
comprimento da crista		1 500 m
cota da crista		224
cota mínima da fundação		48
altura máxima		176 m
<hr/>		
Volumes de concreto:		
alternativa da barragem de gravidade		9 500 000 m <sup>3</sup>
alternativa da barragem de gravidade aliviada		7 600 000 m <sup>3</sup>
<hr/>		
Barragem de concreto da ombreira direita:		
comprimento da crista		770 m
cota da crista		224
altura máxima		55 m
<hr/>		
Diques laterais:		
maciço de enrocamento da ombreira esquerda:		
comprimento da crista		2 200 m
cota da crista		225
altura máxima		70 m
volume		12 600 000 m <sup>3</sup>
dique de terra da ombreira esquerda:		
comprimento da crista		2 000 m
cota da crista		225
altura máxima		30 m
volume		2 900 000 m <sup>3</sup>
<hr/>		
Vertedouro, ombreira direita:		
capacidade máxima		58 000 m <sup>3</sup> /s
comportas de segmento		13 x 20 m x 20 m
		3 x 13 m x 13 m
largura total		414 m
comprimento total		612 m
volume de concreto		1 030 000 m <sup>3</sup>
<hr/>		
Tomadas-de-água na barragem principal:		
número		18
conduto-forçado: diâmetro		10,5 m
comprimento		130 m
vazão máxima para cada tomada		750 m <sup>3</sup> /s
<hr/>		
Casa-de-força ao pé da barragem principal:		
número de unidades		18
no Rio Paraná		14
no canal do desvio		4
dimensões principais: comprimento		945 m
largura		70 m
altura		91 m
espaçamento entre as unidades		37 m
<hr/>		
Turbinas:		
tipo		FRANCIS
queda líquida de projeto		112 m
variável entre		90 e 124 m
<hr/>		
Geradores:		
potência nominal		18 x 635 = 11 430 MW
potência com 10% de sobrecarga		18 x 700 = 12 600 MW
potência garantida com queda mínima		18 x 520 = 9 360 MW
<hr/>		
Transformadores monofásicos:		
		250 MVA
9 bancos de 3 transformadores monofásicos na margem direita		23/400 kV
9 bancos de 3 transformadores monofásicos na margem esquerda		23/750 kV



Grupos auxiliares: 4 (2 em cada lado), cada um	8 MW
Subestações:	
margem direita	50 Hz
margem esquerda	60 Hz

#### QUANTIDADES PRINCIPAIS

escavações	56 600 000 m <sup>3</sup>
diques	21 200 000 m <sup>3</sup>
concreto: alt. de gravidade	13 500 000 m <sup>3</sup>
alt. de gravidade aliviada	11 500 000 m <sup>3</sup>
armadura de aço e aço das estruturas principais (excluídas as linhas de transmissão, formas e treliças)	225 000 t

## INTRODUÇÃO

A presente publicação descreve resumidamente o estudo relativo ao aproveitamento dos recursos hidráulicos do trecho fronteiro do Rio Paraná entre o Brasil e o Paraguai. O estudo focalizou não só a utilização do potencial hidroenergético, como outros usos da água, em especial a navegação.

Inicialmente são apresentadas brevemente as características físicas regionais e da área do Projeto, seguindo-se um resumo dos principais aspectos técnicos do aproveitamento hidrelétrico da Itaipu, seus custos e o programa de construção da obra.

Após uma breve apreciação econômica do Projeto, mencionam-se na parte final da publicação as principais conclusões decorrentes do estudo.

O registro completo dos trabalhos, com todos seus detalhes técnicos e econômicos, consta do Relatório Preliminar, de outubro de 1972, e do Relatório Final, de julho de 1974, assim como do conjunto de seus Anexos, publicados em novembro de 1974.

## CAPÍTULO I A BACIA DO RIO PARANÁ

### 1.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Rio Paraná origina-se da confluência dos rios Paranálba e Grande, correndo inicialmente em território brasileiro na direção geral de Sudoeste até ao Salto Grande das Sete Quedas ou Salto del Guairá. A partir desse Salto passa a formar as fronteiras entre o Brasil e o Paraguai até receber o Rio Iguaçu. Daí para jusante passa a correr entre o Paraguai e a Argentina. Volta-se depois para oeste, e após receber seu principal afluente, o Rio Paraguai, passa a correr para o sul, já em território argentino, até ao Rio da Prata. A bacia inteira abrange 3 000 000 km<sup>2</sup>, sendo o comprimento total do Rio Paraná de 4 000 km, incluindo os rios Paranálba e Grande. Devido à sua vazão e à extensão de sua bacia, o Rio Paraná é um dos sete maiores rios do mundo.

Na área do Projeto, o Rio Paraná corre por uma distância de aproximadamente 190 km na direção norte-sul. No Salto Grande das Sete Quedas ou Salto del Guairá penetra em um profundo vale escavado no basalto, seguindo um curso turbulento com várias corredeiras por cerca de 60 km até Porto Mendes/Puerto Adela. Um desnível de cerca de 100 m ocorre nesses primeiros 60 km; o rio alarga-se progressivamente nos restantes 130 km até à foz do Rio

Iguaçu, sendo o gradiente mais suave nesse trecho. O rio descarrega de 20 m nesses 130 km, totalizando, assim, no trecho do Projeto uma queda de cerca de 120 m suscetível de aproveitamento.

Os limites superiores da Bacia situam-se em altitudes médias variando entre 1 000 m acima do nível do mar, no Brasil, e 600 m, no Paraguai. Na área do Projeto o planalto eleva-se a cerca de 200 m acima do nível do mar, com altitudes ligeiramente mais elevadas no lado paraguaio. No trecho em estudo a profundidade do rio, considerando o nível médio das águas, varia de 20 a 60 metros, o que constitui uma das principais dificuldades na execução das obras.

Na parte setentrional da Bacia o clima é tropical, com estações chuvosa no verão (de dezembro a maio) e seca no inverno (de julho a novembro). Para o sul o clima torna-se mais temperado, com verões quentes e invernos frios, tornando-se a precipitação mais uniformemente distribuída durante todo o ano.

A precipitação média anual na Bacia do Paraná é de 1 400 mm, e a evaporação varia entre 600 e 1 200 mm. Na área do Projeto a precipitação média anual é de 1 850 mm com uma média anual de evaporação de 1 000 mm, enquanto que a temperatura média se situa em 21°C (máxima de 40°C e mínima de -4°C).

A área da bacia de drenagem de Itaipu é de cerca de 820 000 km<sup>2</sup>. A descarga média anual é de 8 500 m<sup>3</sup>/s aproximadamente; por conseguinte a descarga afluente unitária é de 10,4 l/s/km<sup>2</sup>. O volume anual de sedimentos transportados, avaliado em 35 000 000 m<sup>3</sup>/ano, é muito baixo, representando apenas 0,013% da vazão do rio.

### 1.2 GEOLOGIA

A geologia de uma grande parte do Sudeste e Sul do Brasil e da região Leste do Paraguai — regiões essas drenadas pelo rio — é notavelmente uniforme, consistindo em espessos derrames basálticos, praticamente horizontais, intercalados uniformemente por camadas de brecha. Essa formação basáltica é a denominada Serra Geral, também conhecida por "Trapp do Paraná". Um solo residual de argila ou argila arenosa cobre a superfície das margens do Rio Paraná e de seus afluentes.

## CAPÍTULO II REALIZAÇÃO DO ESTUDO

### 2.1 ANTECEDENTES

Tanto no Brasil como no Paraguai desde muitos anos o imenso potencial hidrelétrico existente no trecho do Rio Paraná fronteiro entre os dois países tem chamado a atenção de seus engenheiros. Alguns estudos de natureza geral foram realizados para o aproveitamento daquela energia. No entanto, para que pudessem ser realizados estudos mais detalhados do aproveitamento foi necessário um acordo entre os Governos do Brasil e do Paraguai.

No dia 22 de junho de 1966 os Ministros das Relações Exteriores de ambos países assinaram a declaração conjunta que se tornou conhecida como "Ata de Iguaçu", pela qual manifestaram a disposição de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento dos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio ao Brasil e ao Paraguai desde o Salto Grande das Sete Quedas ou Salto del Guairá até à foz do Rio Iguaçu. Previa ainda aquele documento que a energia elétrica que pudesse ser produzida com a utilização da queda existente no Rio Paraná no trecho em questão seria dividida equitativamente entre os dois países, a cada um deles sendo conferido o direito de preferência de comprar, a preços justos, qualquer quantidade da energia que não viesse a ser utilizada pelo outro país para seu consumo.

No dia 12 de fevereiro de 1967 os Governos do Brasil e do Paraguai instituíram a COMISSÃO MISTA TÉCNICA BRASILEIRO-PARAGUAIA para a implementação da "Ata de Iguaçu" na parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento dos recursos hídricos do trecho em questão.

No dia 10 de abril de 1970 foi celebrado o "Convênio de Cooperação" entre a COMISSÃO, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, do Brasil, e a Administración Nacional de Electricidad — ANDE, do Paraguai, estabelecendo as condições para a realização do estudo da avaliação das possibilidades técnicas e

econômicas do aproveitamento do potencial hidrelétrico do trecho fronteiro do Rio Paraná. O Convênio previu que os estudos incluiriam uma apreciação geral do uso múltiplo da água, como para a navegação, consumo humano e industrial, irrigação e outros benefícios correlatos.

Pela Cláusula 3 do Convênio foi prevista a formação do **COMITÊ EXECUTIVO** para exercer, sob a supervisão da **COMISSÃO**, da **ELETOBRÁS** e da **ANDE**, o controle administrativo e técnico do Estudo.

Em 30 de maio de 1970 as Partes do Convênio solicitaram a várias firmas consultoras de engenharia que apresentassem, em 7 de agosto de 1970, propostas para a realização do Estudo.

Após a devida seleção foi escolhido o **Consórcio** formado pela **International Engineering Company, Inc.**, de São Francisco, Califórnia, Estados Unidos, e a **ELC-Electroconsult SpA**, de Milão, Itália, tendo sido assinado a 18 de novembro de 1970 no Rio de Janeiro, Brasil, e a 21 de novembro de 1970 em Assunção, Paraguai, o correspondente contrato para a realização do Estudo. O Contrato entrou em vigor em 1 de fevereiro de 1971, quando foram efetivamente iniciados os trabalhos.

## 2.2 ESCOPO E PROGRAMAÇÃO DO ESTUDO

O escopo dos serviços técnicos executados incluía:

- A coleta de dados existentes ou levantados durante o Estudo.
- A elaboração de estudos técnicos e econômicos para a utilização do potencial de energia hidrelétrica do trecho fronteiro do Rio Paraná.
- A apreciação geral dos usos múltiplos da água, inclusive para o consumo humano e industrial, navegação e outros fins, como controle de enchentes e recreação.

Os dados sobre projeções do mercado de energia elétrica e as informações quanto aos usos da água para outras finalidades, assim como estudos sobre sistemas de transmissão, foram fornecidos pelo **COMITÊ** aos **CONSULTORES**.

Os trabalhos técnicos dividiram-se em 4 etapas:

**Etapas 1 e 2** Essas duas etapas foram programadas para ser realizadas paralelamente entre fevereiro de 1971 e outubro de 1972, em um total de 21 meses.

- A Etapa 1 incluía a coleta, classificação e análise dos dados básicos existentes, assim como de todas as demais informações que pudessem ser utilizadas no Estudo, inclusive os estudos anteriormente realizados para o aproveitamento do potencial hidráulico em causa.
- A Etapa 2 compreendia um inventário de todas as alternativas práticas para o aproveitamento mais econômico do mencionado trecho do rio, assim como a apresentação, em caráter preliminar, de recomendações quanto à melhor solução a adotar, inclusive a elaboração de anteprojetos.

**Etapa 3** O programa estipulava o período de novembro de 1972 a abril de 1973 como o prazo para o exame e a avaliação, pelo **COMITÊ** e a **COMISSÃO**, do relatório das Etapas 1 e 2, e para a tomada de decisão no tocante às diretrizes para a continuação do Estudo.

**Etapa 4** Com base nas decisões tomadas quanto à realização dos estudos finais de caráter técnico e econômico, a Etapa 4 foi iniciada em 15 de abril de 1973, tendo sido concluída em outubro de 1974, no total de 18 meses durante os quais foram aperfeiçoados os estudos

da alternativa selecionada, com os detalhes e a profundidade considerados geralmente adequados pelos organismos financeiros internacionais.

## 2.3 TRABALHOS REALIZADOS

Um trabalho de reconhecimento de campo, que incluiu a inspeção da área, visitas por terra aos locais prováveis de represamento e investigações ao longo do rio, resultou na identificação de 10 locais para a concentração dos estudos. Dada a inexistência de mapas topográficos em escala adequada, foi elaborada uma carta na escala de 1:10.000 com a utilização de fotografias aéreas existentes. Os trabalhos geológicos iniciaram-se em abril de 1971, tendo sido logo empreendida extensa investigação de campo. Estudos e relatórios

anteriormente realizados sobre aquele trecho de rio foram cuidadosamente analisados. Os trabalhos executados em caráter de inventário indicaram a conclusão, confirmada posteriormente, de que a alternativa mais econômica para aproveitar o potencial total do trecho em estudo seria construir uma barragem única no local denominado Itaipu, onde se localiza a ilha de Itaipu, visível em períodos de águas baixas, cerca de 14 km a montante da Ponte Internacional Foz do Iguaçu—Puerto Presidente Stroessner. A segunda das melhores alternativas, conquanto bem mais dispendiosa, apresentou-se também apropriada para aproveitar o potencial energético, compreendendo a combinação de uma barragem no local denominado Santa Maria, 15 km a jusante dos Saltos, e uma barragem baixa em Itaipu.

Em novembro de 1971, a **COMISSÃO MISTA**, a **ELETOBRÁS** e a **ANDE**, em vista das conclusões preliminares dos trabalhos, aprovaram as diretrizes para o prosseguimento do Estudo, que foram as seguintes:

- Concentrar as investigações detalhadas de campo em Itaipu e Santa Maria, adiando os estudos adicionais em outros locais.
- Realizar estudos de planejamento apropriados para definir o melhor plano geral de aproveitamento em Itaipu, em face da alternativa que incluiria duas barragens —uma em Santa Maria e outra em Itaipu, essa mais baixa do que a anterior.
- Elaborar 4 relatórios especiais sobre:

1. Tecnologia das Grandes Turbinas.
2. Diferença das Frequências no Brasil e no Paraguai.
3. Riscos da Construção.
4. Aspectos Ecológicos.

Em cumprimento a essas diretrizes os **CONSULTORES** instalaram dois escritórios de campo principais em Puerto Presidente Stroessner e Foz do Iguaçu, sendo desenvolvido um extenso programa de trabalhos de campo, que abrangeu medições hidrográficas e batimétricas e investigações geológicas e geotécnicas em dois locais, Itaipu e Santa Maria. Um ano mais tarde, em outubro de 1972, foi apresentado o Relatório Preliminar, com seus nove Anexos, pelo qual se confirmou ser a solução mais econômica a construção da

barragem alta em Itaipu. Nesse local existem condições adequadas para fundação, o desvio do rio é perfeitamente viável, o acesso por via terrestre e fluvial é mais fácil e econômico, o reservatório terá maior capacidade para melhor regularização e controle de enchentes e, finalmente, o local permite uma disposição de obras mais simples, bem como a expansão futura da casa-de-força. Além disso, do ponto de vista técnico, as futuras obras para navegação poderão ser adequadamente implantadas.

## 2.4 RESULTADOS

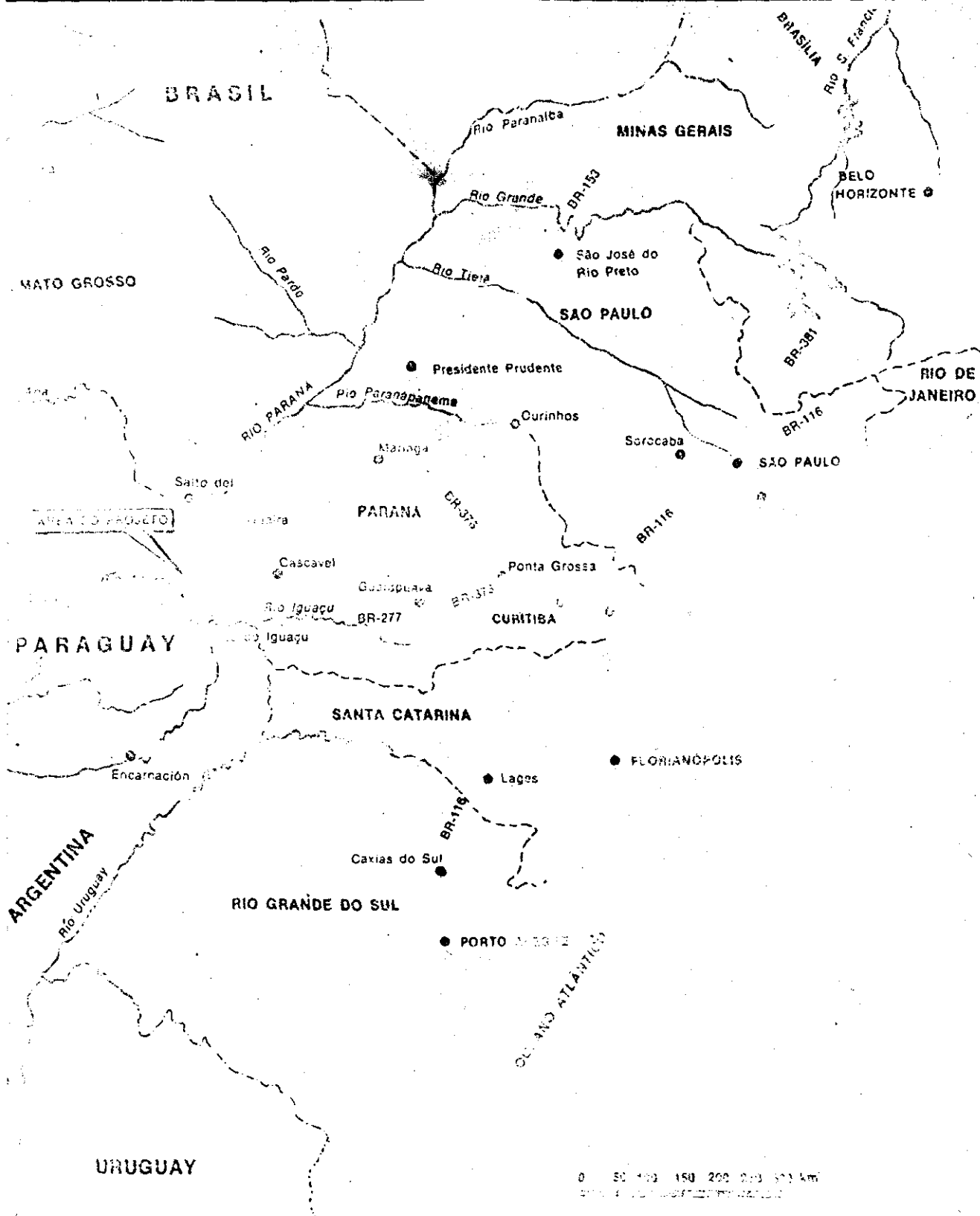
Os resultados dos trabalhos relativos às Etapas 1 e 2 do Estudo —isto é: o inventário dos recursos hidráulicos do trecho em questão— foram encaminhados pela **COMISSÃO MISTA**, em 12 de janeiro de 1973, aos Governos Brasileiro e Paraguai. Os elementos constantes do Relatório Preliminar entregues a ambos Governos foram de tal modo conclusivos que possibilitaram aos dois países antecipar as negociações atinentes à assinatura do Tratado regulando a construção e operação da hidrelétrica de Itaipu, o que teve lugar em Brasília no dia 26 de abril de 1973.

O Tratado compreende o acordo básico entre os dois países para o aproveitamento do potencial hidrelétrico do trecho limitrofe do Rio Paraná, e cria a Entidade Binacional **ITAIPU**.

No dia 17 de maio de 1974 os dois Governos, durante uma reunião solene na fronteira dos dois países, com a presença dos Presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, constituíram o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva de **ITAIPU**, que assim passou a ter formalizada sua organização e a dispor dos poderes para iniciar a construção das obras daquela hidrelétrica.

## 2.5 ESTUDO DE VIABILIDADE

Em 15 de abril de 1973 foi iniciada a Etapa 4 do Estudo, que compreendeu a definição final da obra e a elaboração do anteprojeto da central. De forma a adiantar os trabalhos e a garantir que a construção efetiva pudesse começar o mais cedo possível, o **COMITÊ** autorizou os **CONSULTORES** a executarem alguns trabalhos adicionais preparatórios da construção. Tais trabalhos abrangeram o projeto final do canal para desvio; o modelo hidráulico da barragem, do canal de desvio e de outras estruturas; os projetos da estrutura de controle e da barragem de enrocamento que será construída com a utilização da rocha escavada do canal para desvio; os estudos preliminares necessários no sentido da aquisição das peças me-



PROJETO ITAIPU  
MAPA DE LOCALIZAÇÃO  
DO PROJETO

BUENOS AIRES

MONTEVIDEO

## ÁREA DO RESERVATÓRIO (COTA 220)

BRASIL 780 km<sup>2</sup>PARAGUAY 570 km<sup>2</sup>TOTAL 1.350 km<sup>2</sup>

PARAGUAY

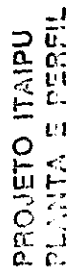
BRASIL

USINA DE ACARAY  
ASUNCION  
PTO. PTE. STROESSNER  
ITAIPU  
FOZ DO IGUAÇU  
CATARATAS DO IGUAÇU

CURITIBA

0 5 10 20 30 km

PROJETO ITAIPU  
ÁREA DO RESERVATÓRIO



râlicas fixas a serem embutidas na estrutura de controle; a preparação da rede básica do Método do Caminho Crítico para as atividades de engenharia e de construção; o estudo do problema do abastecimento de cimento; a pesquisa cadastral necessária para as desapropriações na área da construção; a determinação dos limites do futuro reservatório, e as investigações geotécnicas detalhadas em grande escala incluindo túneis, sondagens no leito do rio e outros trabalhos afins. Após concluído o Estudo de Viabilidade, esses trabalhos terão prosseguimento como etapa preliminar da construção.

## CAPÍTULO III ÁREA DO PROJETO

### 3.1 MATERIAIS LOCAIS

Quanto aos aspectos geológicos da área do Projeto, estudos minuciosos mostraram não existirem falhas no leito do Rio Paraná. As camadas de basalto de 20 a 60 m de espessura constituem rocha excelente para qualquer tipo de fundação de estruturas. As camadas intercaladas de brecha são do tipo irregular e de espessura variável, entre 2 e 15 m. Os critérios adotados para a fundação prevêm não menos de 10 m de basalto denso entre a fundação da barragem e a brecha. O basalto é impermeável, enquanto que a brecha intemperizada e as zonas de contato poderão ser permeáveis em alguns lugares, o que torna possível prever, sempre que necessário, tratamento especial em algumas áreas e galerias para drenagem e injeções de cimento.

No fundo do rio existem locais com material aluvial, areia e cascalho. As espessuras são variáveis, chegando até 20 m.

O basalto é um material excelente para agregado de concreto. O solo residual das margens do rio pode ser usado para a constituição do núcleo de argila, se bem que contenha um alto e variável teor de umidade.

Não há disponível na área do Projeto quantidade adequada de cascalho; areia de qualidade aceitável pode ser aproveitada dos depósitos existentes cerca de 170 km a montante, acima dos Saltos, e a jusante, na região de Encarnación. Existem alguns depósitos próximo ao local das obras, mas em quantidades inadequadas.

A determinação dos aspectos físicos e técnicos da geologia no local do Projeto foi orientada por correlações com os dados existentes da Central de Acaray, na margem paraguaia, e por pesquisas batimétricas, geofísicas, geognósticas e geomecânicas levadas a cabo durante o Estudo. Foram realizados furos para sondagens, trincheiras, poços e galerias para obter os necessários dados geológicos e geognósticos.

A qualidade da água do rio é adequada para os fins de construção.

### 3.2 OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Além dos materiais naturais existentes na área — tais como rocha, argila e areia —, que serão utilizados em grande quantidade, serão empregados outros materiais de construção produzidos nos dois países. Desses materiais os mais importantes devido às quantidades a utilizar são os seguintes:

cimento e produtos pozolânicos	2 550 000 t
armadura de aço e aço estrutural	225 000 t
madeira de construção	mais de 500 000 m <sup>3</sup>

Existem fábricas de cimento no Brasil e no Paraguai cuja produção pode ser aumentada com vistas a atender ao consumo das obras. O aço de construção é produzido no Brasil, existindo planos para sua produção no Paraguai. A madeira pode ser obtida na área do Projeto, especialmente em território paraguaio.

### 3.3 NAVEGAÇÃO

Com relação à navegação, os estudos analisaram as amplas perspectivas apresentadas pelo Rio Paraná como uma importante via, que merece ser melhorada e desenvolvida. O rio pode ser dividido em três trechos distintos:

- o de montante, acima do Salto Grande das Sete Quedas ou Salto del Guairá, com 610 km;
- o médio, entre o Salto Grande das Sete Quedas ou Salto del Guairá e a confluência dos Rios Paraná e Paraguai, com 920 km;

— o inferior, até ao Oceano Atlântico.

Os dois primeiros trechos são separados pelos Saltos e corredeiras que se seguem, onde a navegação é dificultada, o que poderá ser corrigido mediante obras já realizadas, em construção ou em projeto; o trecho inferior é navegável durante todo o ano.

### 3.4 ACESSOS

O acesso rodoviário a Itaipu é bastante favorável, conforme indicado a seguir:

- no lado paraguaio as rodovias ns. 2 e 7, que ligam Assunção com Puerto Presidente Stroessner;
- no lado brasileiro as rodovias que ligam Foz do Iguaçu com as cidades de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro e os portos de Paranaguá e Santos.

Os trabalhos em andamento, e outros a serem planejados e executados, melhorarão os acessos à construção pelo aprimoramento das condições técnicas existentes, pelo reforço de pontes e por outros melhoramentos necessários.

As ferrovias não atingem ainda o local de Itaipu. No entanto, é possível que os planos em estudo conduzam ao melhoramento e ampliação das existentes, e eventualmente à construção da ferrovia até Foz do Iguaçu, com grande vantagem para a logística da construção.

Quanto ao acesso por via fluvial, o trecho do rio em Itaipu é navegável por embarcações que trafegam no Médio Paraná. Tanto Foz do Iguaçu como Puerto Presidente Stroessner dispõem de aeroportos, sendo que o de Foz do Iguaçu possui pista pavimentada para operação de aviões a jato e é dotado de equipamentos de orientação de voo.

Quanto às possibilidades locais para abrigar o pessoal encarregado da construção e suas famílias, assim como o pessoal de atividades subsidiárias, no total de cerca de 80 000 pessoas, já estão sendo tomadas providências com vistas a ampliar as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner, em vez de construir novos núcleos urbanos especialmente destinados àquele pessoal. As duas cidades já contam com os serviços urbanos básicos (água, esgoto, energia elétrica, telecomunicações, aeroportos, portos fluviais, comércio, hotéis, hospitais, escolas etc.), constituindo infra-estrutura que é adequada para o início dos trabalhos e que possibilita planejar tranquilamente sua ampliação de acordo com as necessidades das obras de Itaipu.

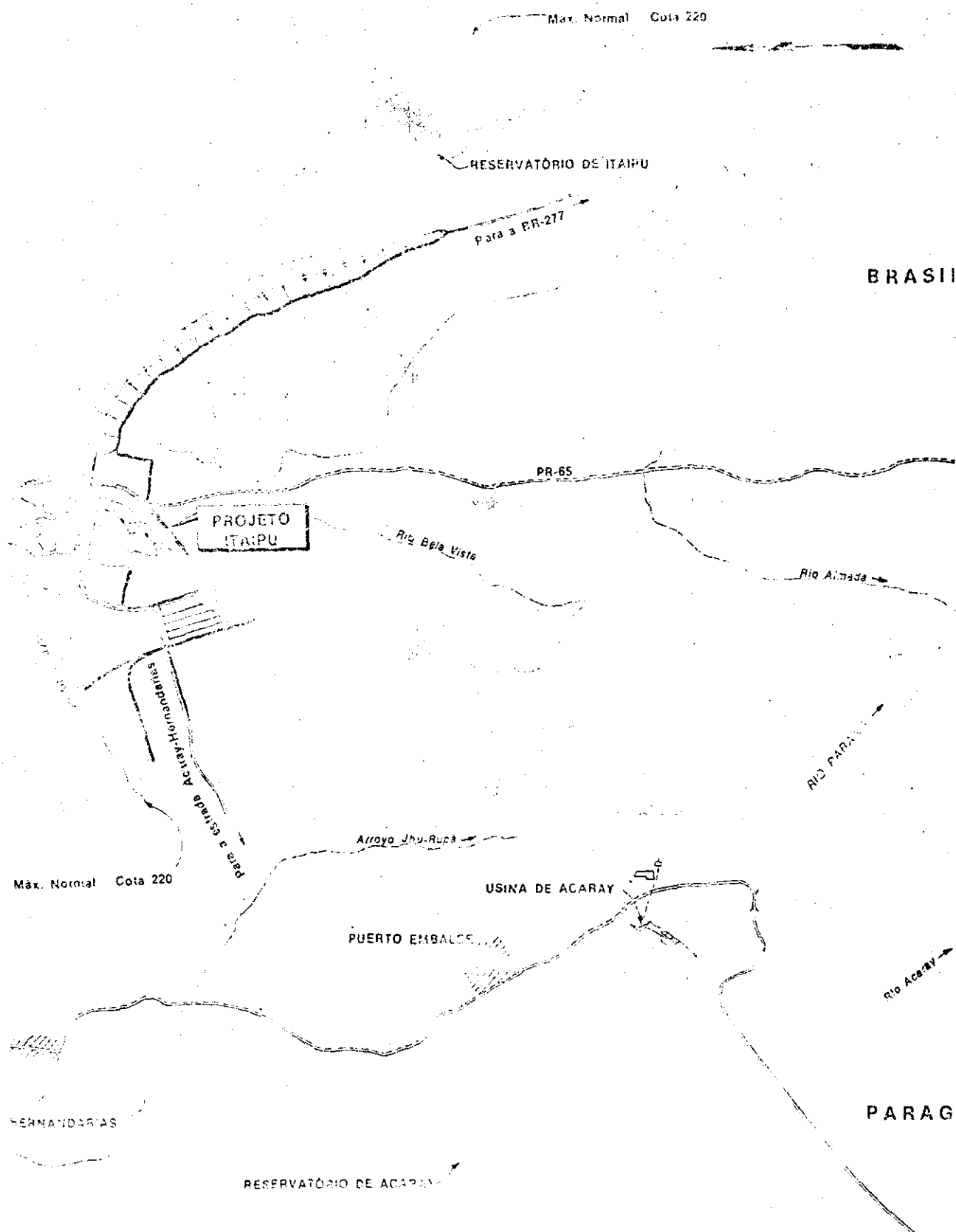
## CAPÍTULO IV DESCRIÇÃO DO PROJETO

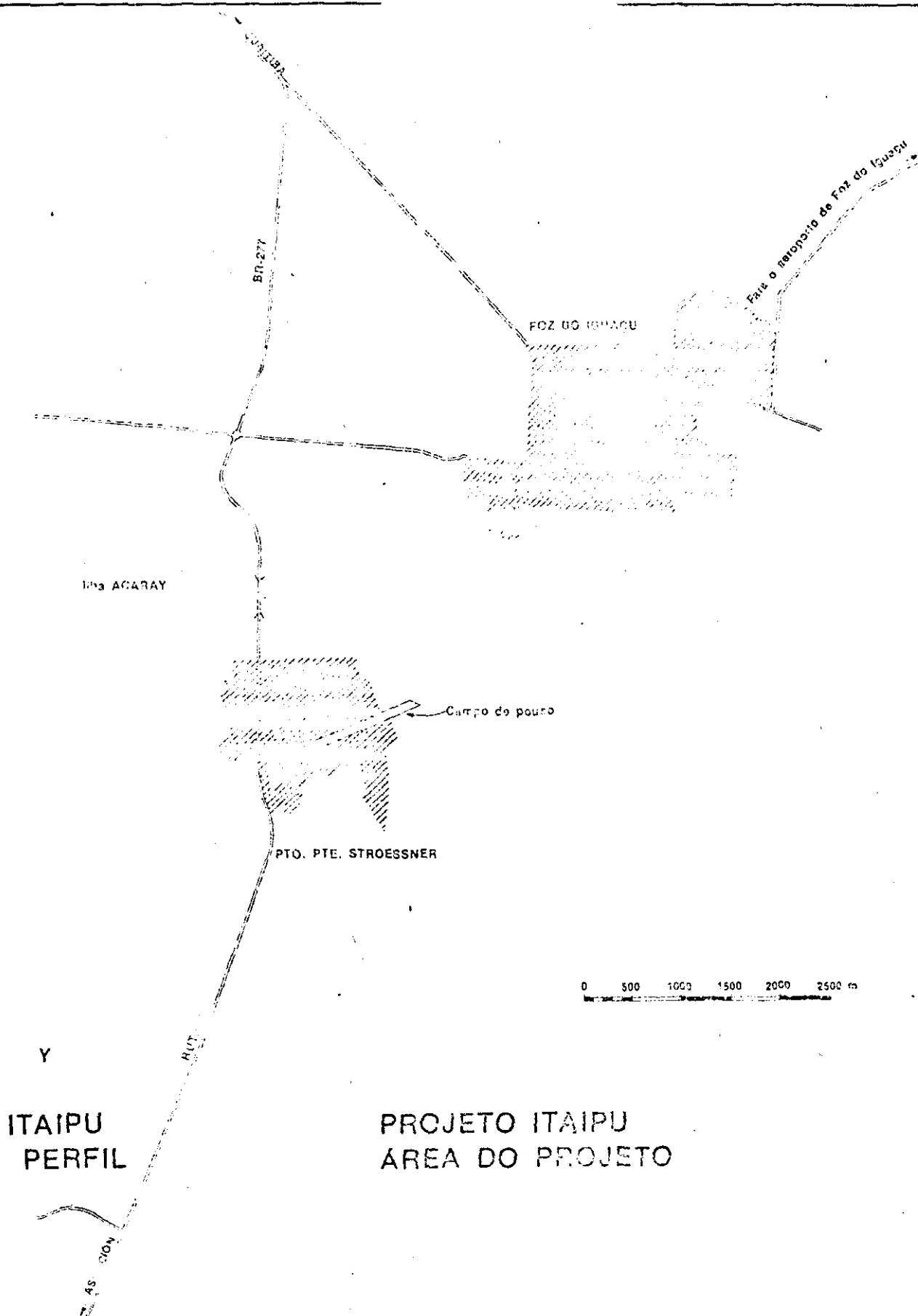
### 4.1 SOLUÇÃO PROPOSTA

A central hidrelétrica de Itaipu será localizada no Rio Paraná, aproximadamente a 14 km da Ponta Internacional que liga Puerto Presidente Stroessner a Foz do Iguaçu e cerca de 6 km a montante da Central Hidrelétrica do Acaray (Paraguai), atualmente em operação. As coordenadas geográficas do local são:

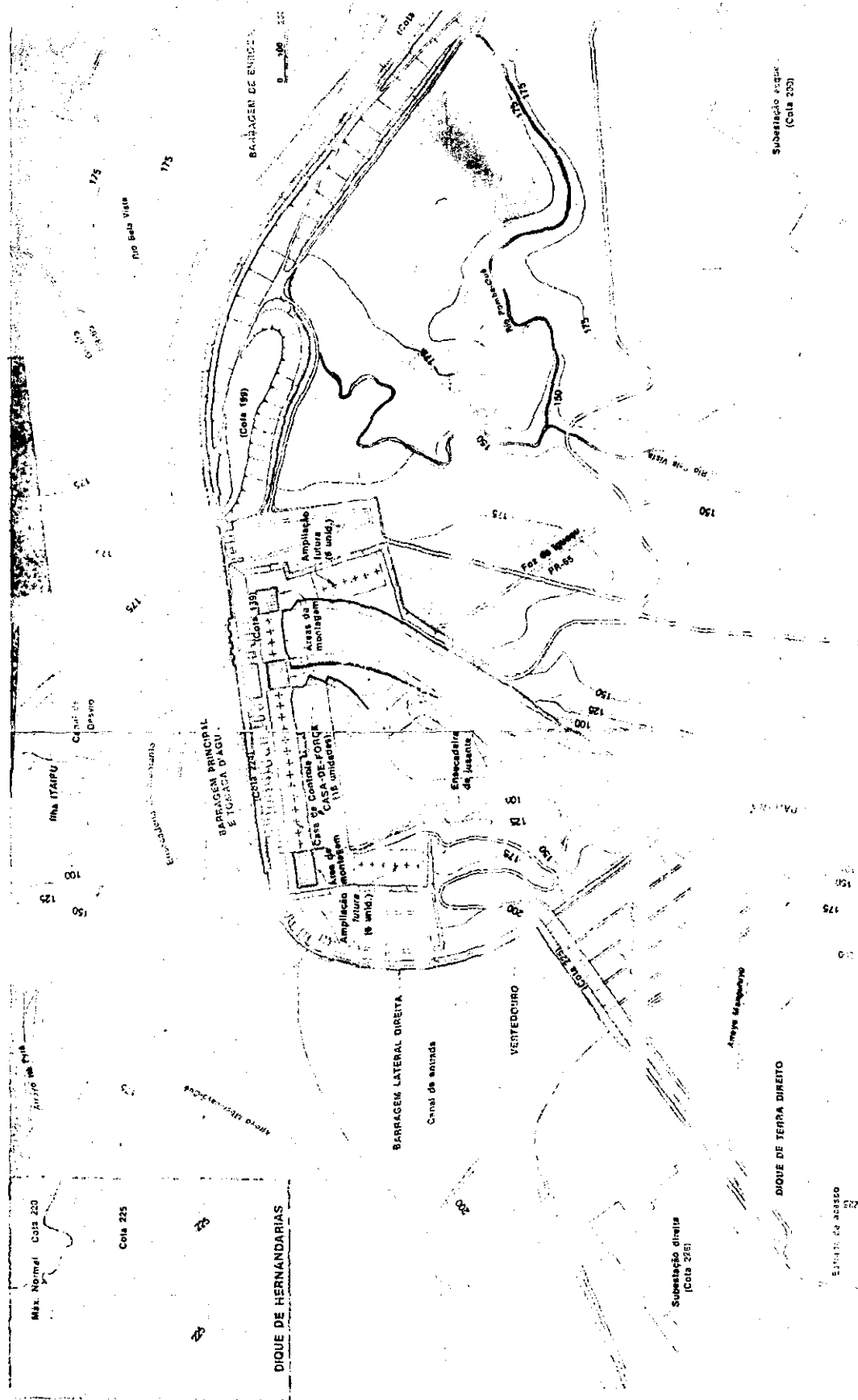
Latitude sul	25°30'
Longitude oeste	54°30'

Várias alternativas e soluções tanto para o Projeto como um todo quanto para suas diversas partes, no que se refere às obras de engenharia civil e ao equipamento eletromecânico, foram devidamente consideradas, avaliadas, analisadas e delineadas antes de alcançada a solução recomendada, submetida à aprovação do COMITÉ, que apresentou suas conclusões à COMISSÃO MISTA, à ELEKTROBRÁS e à ANDE. Os conceitos referentes à execução das obras foram desenvolvidos de acordo com os pontos de vista da segurança, das técnicas de construção e operação, e de seus custos. Os elementos básicos decisórios compreenderam a seleção do eixo ótimo para a obra, sua disposição geral, os tipos da barragem principal e das barragens laterais, o sistema de desvio do rio, as obras permanentes para descarga (vertedouro e descargas de fundo), as tomadas-de-água e condutos-forçados, a disposição da casa-de-força, a seleção dos equipamentos eletromecânicos (turbinas e geradores), as subestações, e as instalações auxiliares. Os estudos conduziram a conclusões devidamente fundamentadas sobre a









viabilidade técnico-econômica da obra, enquanto que, sob alguns aspectos, continuam pendentes estudos detalhados adicionais para a etapa final do projeto.

## 4.2 BARRAGEM E RESERVATÓRIO

A localização ótima para o eixo da barragem foi selecionada por meio de detalhados estudos de um trecho de 6 km nas proximidades da Ilha de Itaipu. Nesse local o rio tem aproximadamente 400 m de largura e uma profundidade que varia entre 25 e 45 m. Durante o período de estiagem, a Ilha de Itaipu emerge das águas. Os taludes em ambas as margens do cânham apresentam-se praticamente simétricos, com uma inclinação de cerca de 45° até atingirem o planalto situado na cota aproximada de 170 m, conforme indicado nas figuras anexas: Disposição Geral, Cortes Longitudinais e Seção Transversal. Essencialmente, o projeto consiste em uma barragem principal em concreto, através do rio, com a casa-de-força localizada ao pé dessa barragem. Na margem direita existe uma barragem lateral de concreto, um vertedouro com comportas de setor e calha para descarga, e um dique de terra que se prolonga até atingir o terreno natural na elevação adequada.

A barragem principal é seguida de uma barragem de enrocamento e de um dique de terra compactada. O reservatório a ser formado terá uma capacidade total de 29 000 000 000 m<sup>3</sup>, com 170 km de comprimento e uma superfície de 1 460 km<sup>2</sup>, relativa ao nível máximo normal do reservatório de 200 m acima do nível do mar. A crista da barragem de concreto situa-se na Cota 224 e a das barragens de enrocamento e de terra na Cota 225.

## 4.3 DESVIO DO RIO

Durante a construção, o Rio Paraná será desviado através de um canal lateral com as dimensões aproximadas de 2 000 m de comprimento, 150 m de largura e 90 m de profundidade máxima, escavado na margem esquerda. Através desse canal será construída uma estrutura especial para controle e fechamento do desvio quando do enchimento do reservatório. Mais tarde essa estrutura poderá ser utilizada na implantação das obras de tomada-de-água para quatro unidades geradoras. Essa estrutura de controle terá uma capacidade de descarga de 30 000 m<sup>3</sup>/s, devendo operar durante quatro anos — isto é: durante o período de construção da barragem principal, vertedouro e outras obras correlatas. Quando do enchimento do reservatório será fechada por comportas e bloqueada com concreto.

O desvio será efetuado por meio de duas grandes ensecadeiras de cerca de 70 m de altura, construídas no canal do rio de forma a deixar em seco a área das fundações da barragem principal e da casa-de-força. Ao final da construção não será necessária a remoção da ensecadeira de montante, porém a de jusante terá que ser removida em parte para permitir a plena descarga das turbinas.

## 4.4 BARRAGEM DE CONCRETO

A barragem principal será construída em concreto; entre diversas alternativas analisadas, a barragem de gravidade e a barragem de gravidade aliviada se mostraram como os tipos mais adequados e econômicos. A seleção final entre esses dois tipos irá depender de estudos técnicos adicionais, bem como de considerações relacionadas com a capacidade das empresas construtoras. Para efeitos de orçamento, foi usado no Relatório de Viabilidade o custo da alternativa de barragens de gravidade, de vez que esse é o tipo do custo mais elevado. A barragem principal terá 1 500 m de comprimento, com a crista na Cota 224 acima do nível do mar e uma altura máxima de 176 m do ponto mais baixo da fundação. O volume de concreto eleva-se a 9 500 000 m<sup>3</sup> para a barragem de gravidade, e 7 600 000 m<sup>3</sup> para a de gravidade aliviada. As fundações da barragem repousarão sobre basalto são. As camadas de brecha terão tratamento adequado mediante sua consolidação, impermeabilização e execução de cortinas de drenagem, além da reposição em concreto das camadas de brecha decompostas e do enchimento dos bolsões porventura existentes no basalto.

## 4.5 DESCARREGADORES DE FUNDO

Foi prevista a construção de 8 descarregadores de fundo através da barragem, quatro em cada margem, com uma capacidade máxima

de descarga de 7 400 m<sup>3</sup>/s, visando a assegurar a continuidade da descarga no rio a jusante do projeto durante as operações iniciais de enchimento do reservatório ou no caso de paradas excepcionais das turbinas. Nesse último caso, se o nível do reservatório estiver acima da crista do vertedouro a descarga será assegurada através de simples operação das comportas de superfície; se o nível estiver abaixo da crista do vertedouro os descarregadores de fundo garantirão a vazão prevista. Os descarregadores de fundo consistem em oito tubos de aço com 4,75 m de diâmetro, com comportas de setor na

parte de montante e comportas-vagão de emergência a jusante.

## 4.6 BARRAGENS LATERAIS

Na margem direita, a barragem principal será ligada ao vertedouro por uma barragem lateral de concreto, em curva, com 770 m de comprimento, a qual terá também a função de orientar a vazão da água para o vertedouro durante as descargas. Um pequeno maciço de terra liga o vertedouro ao terreno natural, completando o fechamento do rio. Um dique lateral construído sobre uma depressão protege a área de Hernandarias. Na margem esquerda estão planejadas uma barragem de enrocamento ligada à barragem principal, seguida de uma barragem de terra. Esses maciços de 4 200 m de comprimento têm sua crista na Cota 225 acima do nível do mar, um metro acima da crista da barragem de concreto. A altura máxima da barragem de enrocamento é de 70 m; no ponto em que a altura atinge aproximadamente 30 m o maciço muda do tipo de enrocamento para o de terra.

Os materiais de construção para todos os maciços são provenientes das escavações em rocha e argila, sendo esse material usado para os núcleos impermeáveis. O tratamento da fundação será realizado por meio de injeções por baixo dos núcleos impermeáveis.

## 4.7 VERTEDOURO

Como indicado acima, o vertedouro será localizado na margem direita devido às condições morfológicas mais favoráveis ali encontradas. Compreende um canal de entrada e um vertedouro de concreto contendo 13 comportas de setor de 20 m x 20 m, com a soleira na Cota 200, e 3 comportas de 13 m x 13 m, com a soleira na Cota 207. A calha da descarga é dividida em 5 canais separados, com vistas ao melhor controle das enchentes e a facilitar a operação e a manutenção. As descargas máximas de projeto são previstas em 50 000 m<sup>3</sup>/s e 58 000 m<sup>3</sup>/s, respectivamente, para elevações de 220 m (máximo normal) e 222 m (máximo excepcional) no reservatório. Foi também planejado um pequeno canal para descarga de detritos flutuantes.

## 4.8 TOMADAS-DE-ÁGUA

As tomadas-de-água para as dezoito unidades serão localizadas na parte superior do paramento de montante da barragem principal. A soleira das tomadas situar-se-á aproximadamente na Cota 177, sendo as entradas protegidas por grades fixas. Essas tomadas dispoem de comportas-vagão de rodas fixas, bem como de ranhuras especiais para a colocação de "stoplogs" durante os períodos de manutenção do equipamento. Os condutos-forçados, com 10,5 m de diâmetro, terão sua parte superior embutida na barragem de concreto, sendo depois ligados ao paramento de jusante por meio de ancoragens. Cada conduto-forçado tem cerca de 130 m de comprimento com chapas variando de 30 a 65 mm de espessura. Tomadas-de-água para os quatro grupos auxiliares de 8 MW cada um serão também instaladas junto às tomadas principais.

## 4.9 CASA-DE-FORÇA

A casa-de-força está projetada para conter 18 unidades colocadas a intervalos de 37 m; 14 unidades estarão situadas no canal do rio e as 4 restantes no canal de desvio, conforme mencionado anteriormente. As dimensões totais da casa-de-força ao pé da barragem são as seguintes:

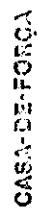
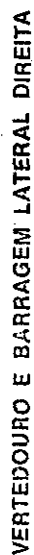
comprimento	945 m	Incluindo três áreas de montagem e uma cabine central de controle
altura	91 m	
largura	70 m	

O piso principal de acesso ficará situado na Cota 139 acima do nível do mar.

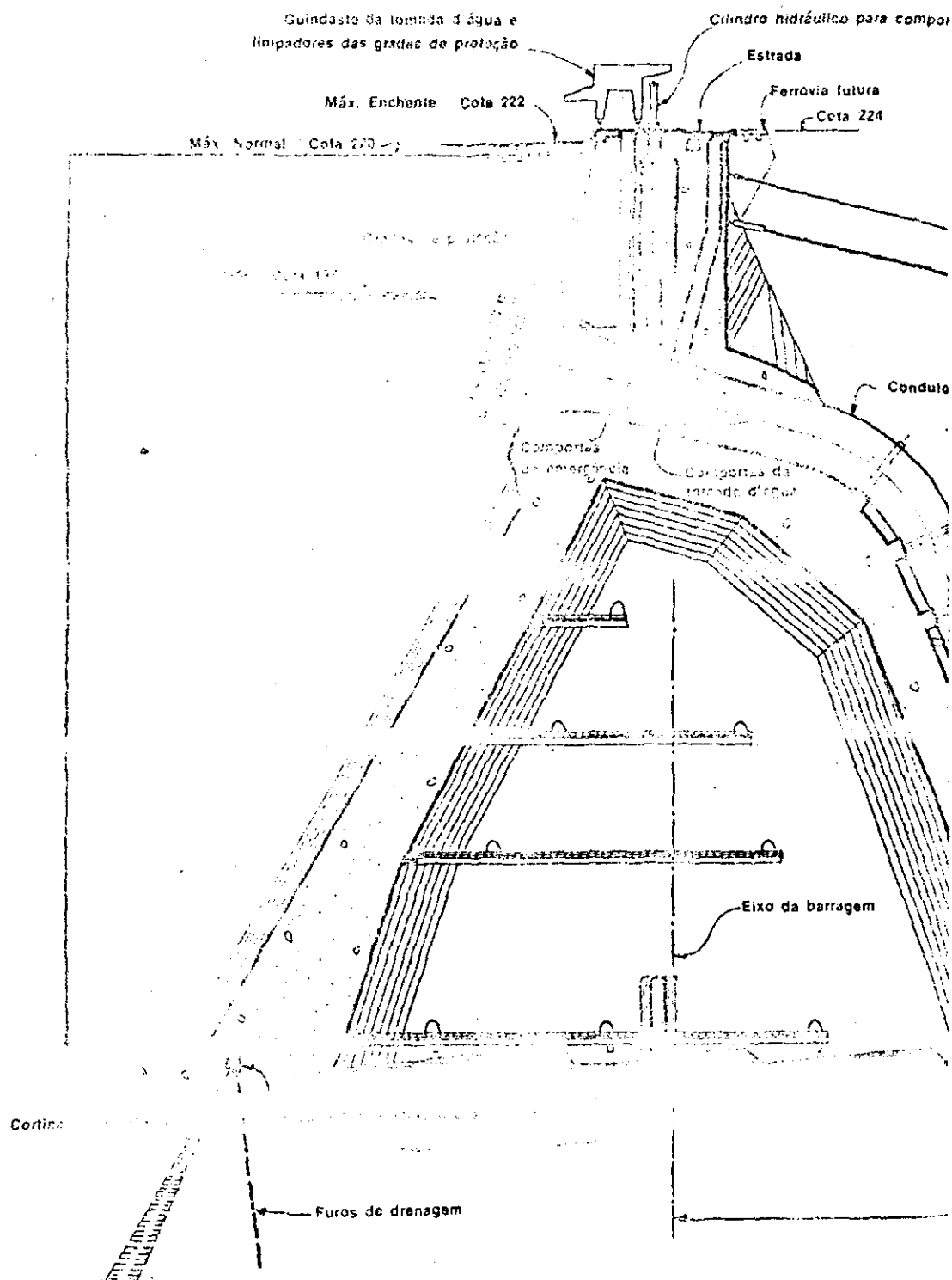
As unidades serão instaladas em pares, em blocos estrutural e hidráulicamente independentes, cada um isolado dos demais contra possíveis inundações. Cada grupo de duas unidades terá seu próprio equipamento de bombeamento.

Em dimensões e peso essas unidades hidrogeradoras são comparáveis às maiores unidades em operação em todo o mundo. A potência nominal de cada unidade é de 635 MW, com um mínimo garantido — durante os períodos de queda mínima — de 520 MW, e um máximo de 700 MW. Nessas condições, a potência final de Itaipu, para diferentes condições de operação, será a seguinte:

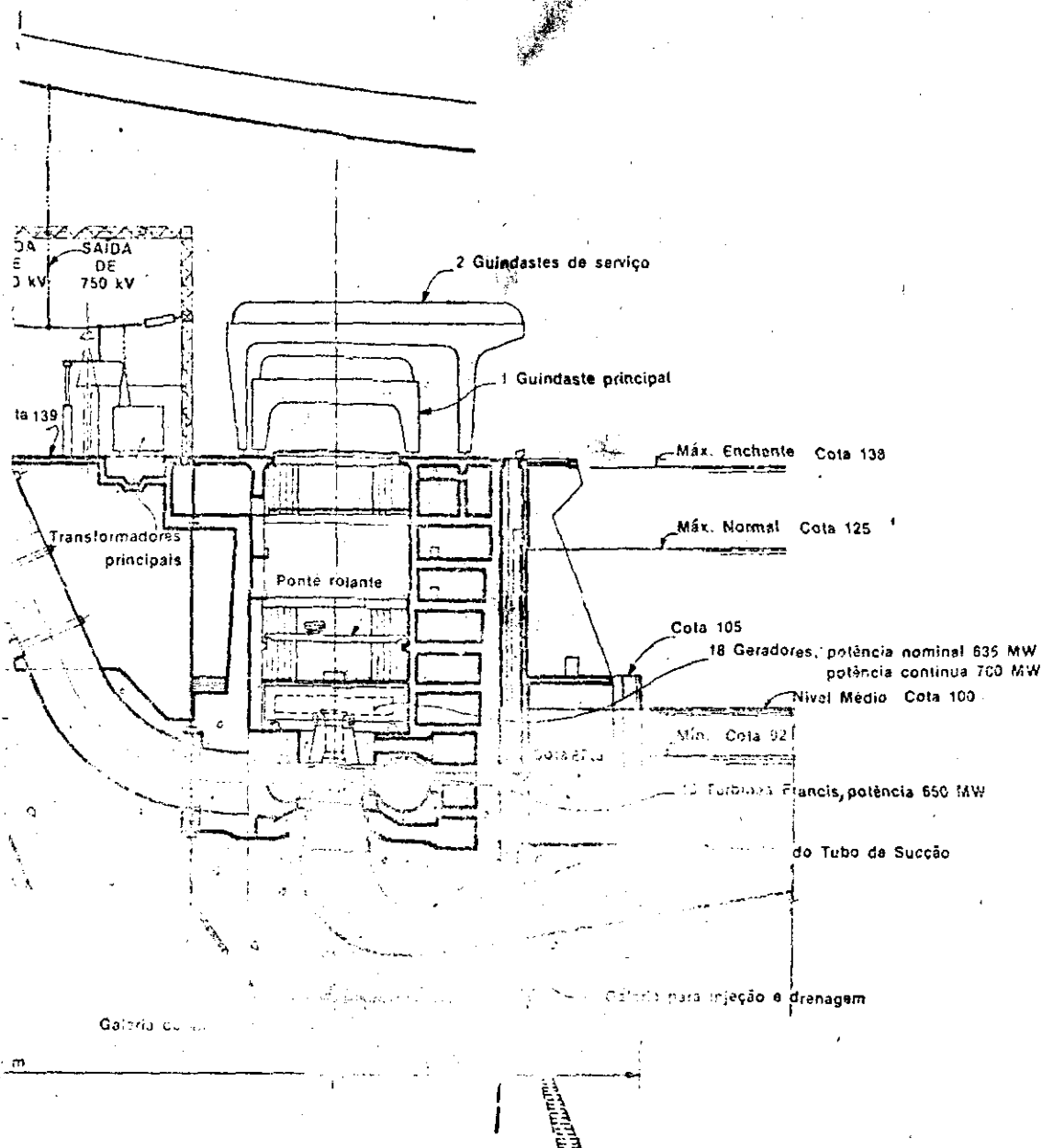
Potência nominal	11 430 MW
Potência mínima	9 360 MW
Potência máxima	12 600 MW



PROJETO ITAIPU  
CORTES LONGITUDINAIS



BLOCO DA TOMADA D'ÁGUA — SEÇÃO TRANSVERSAL



PROJETO ITAIPU  
BARRAGEM DE GRAVIDADE  
ALIVIADA E CASA-DE-FORÇA

Deverão ser usadas turbinas tipo Francis com uma descarga mínima de 625 m<sup>3</sup>/s e máxima de 750 m<sup>3</sup>/s e uma queda líquida que variará de 124 a 90 m. A plataforma dos transformadores estará situada na Cota 139 entre a casa-de-força e a barragem, sendo os transformadores ligados aos geradores por barramentos de 23 kV. Foram planejados 18 grupos de 3 transformadores monofásicos de 250 MVA, sendo 9 grupos de 23/400 kV e 9 grupos de 23/750 kV, com linhas de transmissão para subestações em ambas margens. A casa-de-força terá completos equipamentos auxiliares e de serviço, tais como uma ponte rolante do tipo pórtico de 1 900 t e duas pontes de 250 t para fins de montagem e manutenção. Foram planejadas 3 áreas de montagem, sendo uma com sua ponte rolante de 50 t; uma área em cada extremidade da casa-de-força principal, e

uma na divisória do rio com o canal de desvio. A cabine de comando e controle centralizado ficará localizada no centro da casa-de-força, por cima das Unidades 9 e 10. Também foram previstas oficinas, armazéns e outras áreas de trabalho, para completar as necessárias instalações de operação.

Foram previstas duas subestações interligadas, de 400/230 kV e de 750 kV, localizadas nas margens direita e esquerda respectivamente.

#### 4.10 USOS MÚLTIPLOS

Se bem que a finalidade básica do Projeto Itaipu seja a produção de energia elétrica, o mesmo terá também funções múltiplas, cujos benefícios indiretos servirão para melhorar sua viabilidade econômico-energética. As principais finalidades múltiplas de Itaipu são resumidas a seguir:

##### Navegação

Com vistas às instalações futuras para a navegação foram estudadas duas alternativas similares, uma em cada margem, incluindo basicamente eclusas e canais que possibilitem transportar a queda de 120 m da barragem de Itaipu, e na área dos Saltos um canal com uma eclusa a fim de assegurar a navegação durante os períodos de redução do nível do reservatório, que, conforme já mencionado, poderá chegar eventualmente a uma depleção de até 23 m. Durante o período de construção, um sistema de transferência de carga por terra permitirá a transposição a baixos custos nos dois sentidos.

##### Outros Benefícios

Outros benefícios associados à construção de Itaipu referem-se ao relativo controle de enchentes, significativa regularização das descargas a jusante, disponibilidade de água para irrigação (se bem que na área do projeto a relativa regularidade pluviométrica torne a irrigação um item de menor importância), desenvolvimento de atividades pesqueiras, incentivo ao turismo e à recreação, e instalação de centros de desenvolvimento urbano e estações agrícolas.

#### 4.11 ASPECTOS ECOLÓGICOS

Um aspecto importante diretamente relacionado com a construção de Itaipu é o que diz respeito a suas conotações ecológicas. Os estudos indicam que a criação de um parque, com medidas de proteção tomadas durante a construção e a operação da usina, poderá restringir os impactos negativos sobre o meio-ambiente. Pelo contrário, poderão melhorar sensivelmente as condições ambientais nas áreas da construção, do reservatório e circunvizinha.

As finalidades desse parque serão basicamente:

- proteger e manter a fauna e a flora locais;
- preservar as características físicas e a beleza natural da região;
- disciplinar o aproveitamento dos recursos naturais;
- enfatizar a qualidade do meio-ambiente;
- preservar as tradições e traços culturais, históricos e pré-históricos;
- dar demonstração de amizade e cooperação internacionais em um campo relativamente novo como o da ecologia e proteção ambiental.

Durante a construção, todas as atividades, trabalhos e instalações provisórias serão mantidos sob controle, para restringir a interferência e os efeitos negativos sobre o meio-ambiente. O estabelecimento de novos centros populacionais será planejado de modo a que as condições sócio-econômicas locais possam beneficiar-se das novas

atividades, melhorando as condições de vida. Será dada atenção especial às medidas de higiene e de saneamento, quer durante a construção quer durante as operações do reservatório.

É importante notar que antes do enchimento do reservatório cerca de 20 000 pessoas terão que ser deslocadas em outras áreas fora do reservatório. Além disso, a população temporária na área da construção poderá elevar-se a 80 000 pessoas, o que trará sérios problemas de abastecimento, saneamento, ordem pública etc., que deverão merecer especial atenção da entidade executora das obras, das autoridades de ambos países e das próprias empresas contratadas para serviços e obras.

#### 4.12 PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO

O programa de construção, desde os trabalhos preliminares até à entrada em serviço da primeira unidade geradora, abrangerá um período de 8 anos, sendo os primeiros três anos dedicados principalmente às obras de desvio do rio. De modo geral, a construção civil e a instalação do equipamento eletromecânico deverão avançar concomitantemente, por meio de um plano de organização cuidadosamente controlado. As duas operações críticas que balizarão esse período de oito anos são as seguintes:

- obras de desvio;
- fabricação, transporte e instalação das turbinas.

Em síntese, a execução obedecerá ao plano e ao programa expressos graficamente nos anexos "Plano de Desvio e Construção" e "Programa de Construção e Desemolso", a seguir descritos resumidamente:

**1º ano:** Início das obras de desvio e da construção da barragem na margem esquerda; trabalhos preliminares e começo da construção civil nas duas margens.

**2º ano:** Início da aquisição do equipamento permanente principal, e da construção do vertedouro.

**3º ano:** Início da aquisição do equipamento do vertedouro e do equipamento eletromecânico restante.

**4º ano:** Construção das ensecadeiras e desvio do Rio Paraná; início das obras da barragem e da casa-de-força no leito do rio, depois de esgotado o local das fundações.

**5º, 6º e 7º anos:** Continuação de toda a construção, e conclusão do vertedouro e das subestações; início da montagem dos equipamentos principais.

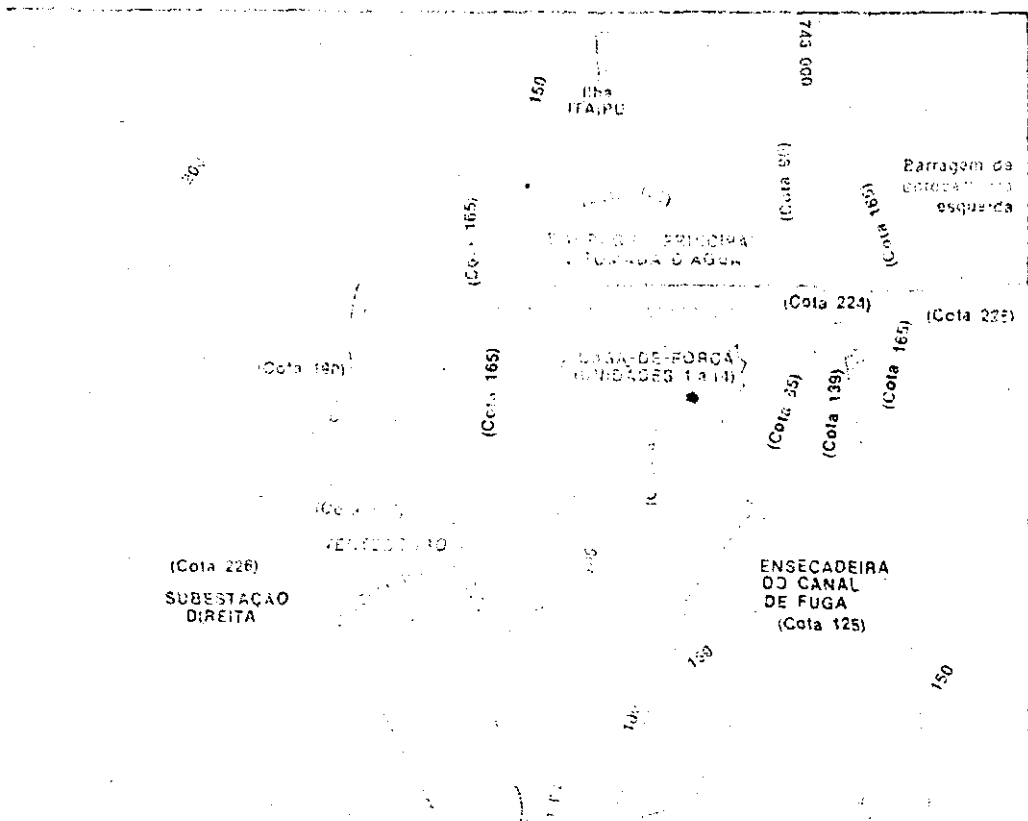
**8º ano:** Fechamento do desvio; retorno da vazão do rio ao canal natural; complementação dos trabalhos de concreto; prosseguimento da montagem e de outros serviços. Ensaios e início de operação das primeiras unidades.

Nessa ocasião, enquanto estiverem sendo progressivamente montadas e testadas uma a uma as 14 unidades localizadas no canal natural, poderá ser esgotado o canal para desvio a jusante da estrutura de controle, podendo ter início o trabalho de preparação para a instalação das 4 unidades programadas para esse setor. Os 18 grupos estarão concluídos ao final do 14º ano.

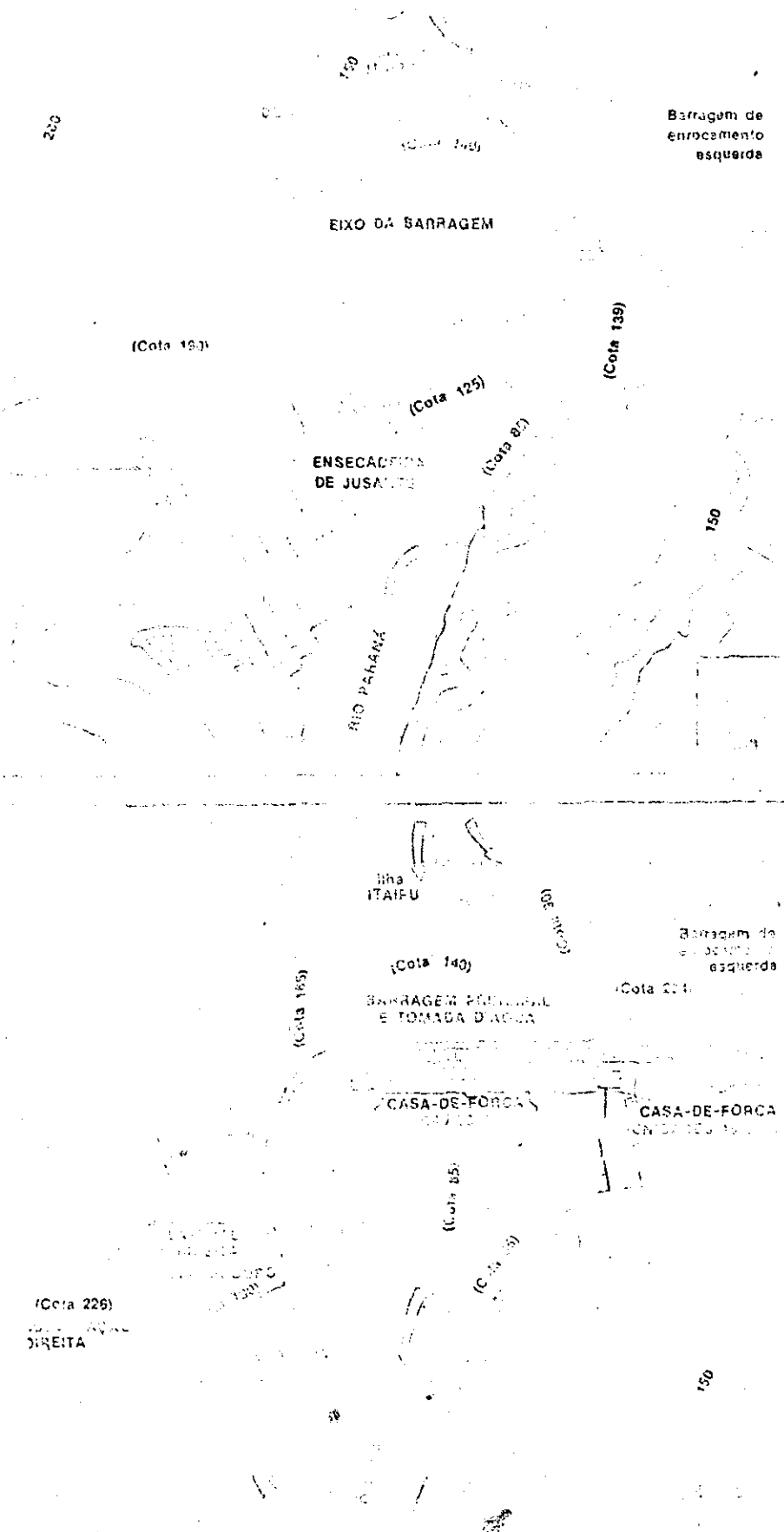
#### 4.13 ESTIMATIVA DE CUSTOS

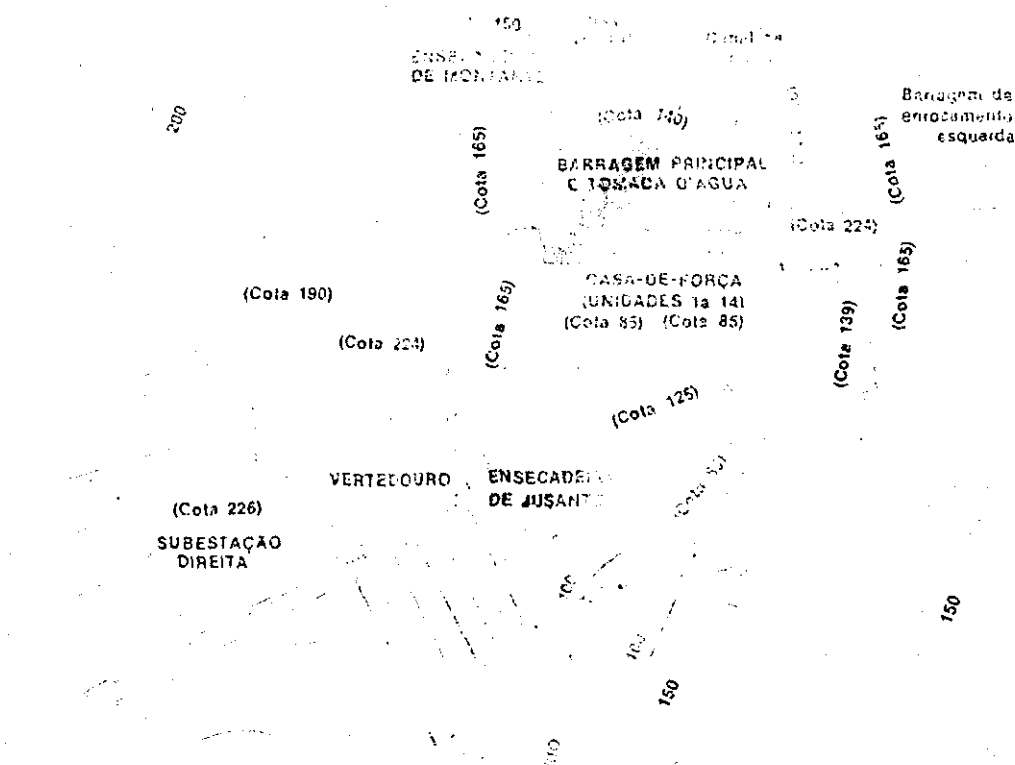
Os preços unitários e totais foram baseados nos níveis vigentes em junho de 1974, sendo válidos para a construção civil e os equipamentos recomendados no Relatório de Viabilidade. As percentagens estabelecidas para fazer face a eventualidades acham-se acrescentadas aos custos diretos na forma a seguir indicada: a) para o equipamento eletromecânico, 10%; b) para construção civil comum, 15%; c) para construção civil de natureza especial, tais como obras de desvio e outras não suficientemente detalhadas em nível de viabilidade, 20%. Essas percentagens de eventuais não cobrem, porém, os efeitos da inflação, o aumento de preço dos materiais básicos, as variações de salários, e outras despesas que modificam consideravelmente os orçamentos da construção. Nessas condições, os orçamentos deverão ser constantemente revistos.

A tabela a seguir resume a distribuição dos custos dos principais itens, dentro dos critérios acima referidos, tomando-se os custos em relação à moeda norte-americana.









**FASE 1:**

Construção do canal de desvio, estrutura de controle do desvio e barragem de enrocamento.

**FASE 2:**

Remoção das ensecadeiras temporárias do canal de desvio e construção das ensecadeiras principais utilizando material das escavações do vertedouro.

**FASE 3:**

Construção da barragem principal, vertedouro, casa-de-força (Unid. 1 a 14), barragem de enrocamento, bermas de estabilização, e subestações.

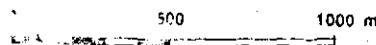
**FASE 4:**

Completamento final e concreto das chaturas de desvio. Remoção da ensecadeira do desvio e construção da ensecadeira do canal de fuga.

**FASE 5:**

Construção da casa-de-força (Unid. 15 a 18), provisão para futura ampliação da casa-de-força (esquerda) e remoção da ensecadeira do canal de fuga.

**PROJETO ITAIPU  
PLANO DE DESVIO E CONSTRUÇÃO**



ITEM	CUSTO DIRETO 10 <sup>6</sup> US\$	ANOS														
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
TRABALHOS PREPARATÓRIOS	185,43															
DESVIO DO RIO																
Canal para desvio	67,01															
Ensecadeiras	69,05															
BARRAGEM DE CONCRETO E TOMADA D'ÁGUA																
Obras civis	700,98															
Equipamento permanente e fechamento final	206,86															
CASA DE FORÇA, CASA DE CONTROLE E ÁREAS DE MONTAGEM																
Obras civis	266,26															
Equipamento permanente	661,44															
VERTEDOURO																
Obras civis	92,42															
Equipamento permanente	22,10															
MACIÇOS DA BARRAGEM	56,33															
SUBESTAÇÕES																
Obras civis	20,89															
Equipamento permanente	135,34															
ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	248,42															
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO TOTAIS ANUAIS (10 <sup>6</sup> US\$)		36,10	69,99	132,8	217,81	427,11	506,10	456,62	367,56	177,10	101,95	94,31	69,70	51,92	20,50	3,58
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO ACUMULADOS ANUAIS (10 <sup>6</sup> US\$)	2.732,63	36,10	106,09	238,89	456,70	883,81	1.389,91	1.846,53	2.214,09	2.391,19	2.493,14	2.587,45	2.657,15	2.709,07	2.729,57	2.733,15
JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS DURANTE A CONSTRUÇÃO (10 <sup>6</sup> US\$)																876,64
CUSTO DO INVESTIMENTO TOTAL (10 <sup>6</sup> US\$)																3.609,79
CUSTO DO INVESTIMENTO LOCAL (10 <sup>6</sup> US\$)																2.288,91
CUSTO DO INVESTIMENTO EXTERNO (10 <sup>6</sup> US\$)																1.240,35

## NOTAS

Incluídas as obras iniciais para navegação e instalações para transferência de carga.

## 1. Os custos não incluem:

Item	Custo de construção (10 <sup>6</sup> US\$)
Inst. p/navegação em Guaira	23,9
(Adicional às obras iniciais)	190,8
Inst. p/navegação em Itaipu	193,2
Ampliação futura da usina	465,9
Outros	469,4

## 2. Os custos se baseiam nos níveis de preços observados em junho de 1974.

PROJETO ITAIPU  
PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO  
E DESEMBOLSO

ITENS	CUSTOS (US\$ 10 <sup>3</sup> )
Desapropriações e indenizações	38 000
Estruturas e Melhorias	307 600
Reservatório, Barragens e Vias Navegáveis	1 292 000
Turbinas e Geradores	581 000
Equipamento Elétrico Acessório	52 400
Equipamentos Diversos para a Usina	14 900
Subestações	135 330
Estradas, Ferrovias e Pontes	63 000
Engenharia e Administração — Total	248 400
Subtotal, Custo Direto	2 732 630
Juros Durante a Construção (11% a.a., inclusive encargos financeiros)	876 640
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3 609 270</b>

## CAPÍTULO V ASPECTOS ECONÔMICOS

### 5.1 MERCADO DE ENERGIA

A ELETROBRÁS e a ANDE forneceram através do COMITÊ EXECUTIVO suas próprias previsões do mercado de energia na área de serviço. O mercado de energia do Brasil pode absorver toda a produção de energia de Itaipu à medida que possa ser fornecida. O Governo Brasileiro garantiu que as empresas de serviços de eletricidade existentes nas regiões Sudeste e Sul do país comprarão toda a energia que Itaipu puder fornecer.

Os dados referentes ao consumo do Paraguai são estimativos, mas indicam um constante crescimento da demanda de energia, o que possibilitará àquele país absorver gradativamente crescentes cotas de energia de Itaipu.

### 5.2 ANÁLISE ECONÔMICA

A análise econômica do projeto foi realizada tendo por base o custo do investimento por kW instalado e o custo da produção por kWh, e comparando o valor atual do projeto, a diversas taxas de juros, com as alternativas térmicas e nucleares geralmente utilizadas como referência.

A análise econômica demonstrou que a Hidrelétrica de Itaipu é menos dispendiosa do que as alternativas estudadas. Relativamente a outras centrais hidrelétricas, não existe na área de Itaipu nenhum local em que qualquer usina ou grupo de usinas possam rivalizar economicamente com a de Itaipu no tocante à quantidade de energia que essa pode fornecer.

Comparando com Itaipu as outras alternativas, inclusive a nuclear, e incorporando seus custos de transmissão, foi demonstrado que os custos de Itaipu eram mais baixos. O custo do investimento na central por kW instalado, considerando os custos vigentes em junho de 1974, é de cerca de US\$ 286,00, sendo de US\$ 386,00 o custo por kW de potência firme. Com a central operando a plena carga, para uma geração anual média de cerca de 70 500 GWh por ano, o custo da energia será de aproximadamente 5,6 milésimos de dólar por kWh, isso sem considerar os efeitos inflacionários que certamente gravarão tais custos no futuro na central geradora. A estimativa desse custo foi feita tendo em vista a hipótese de um empréstimo com amortização em 50 anos a juros de 10% ao ano, além das despesas de operação, manutenção e reposições, mas excluindo as despesas de transmissão. Foi considerado, para fins desta análise, um adicional de 1% durante a construção, destinado a fazer face às des-

pesas de financiamento. A análise econômica baseada nas premissas acima revela que Itaipu se situa entre as centrais mais econômicas do mundo.

A conclusão obtida através da análise acima exposta não leva em consideração os benefícios indiretos de Itaipu nem o fato de que a vida útil da central poderá exceder o período de 50 anos utilizado nos cálculos econômicos, como ocorre com outras centrais hidrelétricas.

Além disso, a energia de Itaipu é gerada por uma fonte renovável de energia e, dessa forma, não será afetada pelas incertezas de abastecimentos futuros de fontes não renováveis de energia.

## CAPÍTULO VI CONCLUSÕES

Do Estudo de Viabilidade decorrem as seguintes principais conclusões a respeito do Projeto Itaipu:

- a. a localização proposta para a barragem principal, a casa-de-força, as barragens laterais e o vertedouro é considerada a mais favorável para a implantação da citada hidrelétrica;
- b. as características da fundação no eixo proposto são satisfatórias para a construção da barragem principal em concreto bem como das obras correlatas;
- c. a barragem principal em concreto poderá ser dos tipos de gravidade aliviada ou de gravidade sólida. A seleção final dependerá de estudos técnicos e de considerações sobre sua construção;
- d. a localização e a disposição do vertedouro na margem direita, aproximadamente 1 200 m a jusante do eixo da barragem principal, é a melhor solução no tocante ao esquema dos trabalhos de construção, além de apresentar uma interferência mínima na operação da casa-de-força;
- e. o esquema proposto para o desvio do Rio Paraná, com a capacidade de descarga de 30 000 m<sup>3</sup>/s incluindo o canal de desvio na margem esquerda, as ensecadeiras e a estrutura de controle, permite a construção econômica e segura da barragem e da central hidrelétrica;
- f. a casa-de-força, compreendendo 18 unidades com a potência de 700 MW cada uma, totalizando a potência de 12 600 MW, assegura o aproveitamento adequado e econômico do potencial hidrelétrico do mencionado trecho do rio; as unidades geradoras serão capazes de operar independentemente, assim como interligadas com outras usinas dos sistemas elétricos vizinhos;
- g. o custo unitário da potência instalada, baseado nos dados de custo de junho de 1974, equivale a US\$ 286/kW, o que indica claramente situar-se Itaipu entre as usinas mais econômicas do mundo;
- h. a comparação da capacidade e da potência de Itaipu com as fontes alternativas de energia, inclusive as nucleares, mesmo levando em conta o custo de transmissão até aos centros de consumo, indica que Itaipu é a solução mais econômica;
- i. como conclusão final, o Projeto Itaipu é técnica e economicamente viável, aproveitando praticamente o potencial hidroenergético disponível no Rio Paraná entre o Salto Grande das Sete Quedas ou Salto del Guairá e a foz do Rio Iguaçu.

## ANEXO 1 COMISSÃO MISTA TÉCNICA BRASILEIRO-PARAGUAIA

### COMISSÃO

Brasil: Gen. Amyr Borges Fortes  
Paraguai: Eng. Enzo Debernardi

### Conselheiros da Comissão

Brasil: Eng. Ernesto Armando Roesler  
Eng. Mário Lannes Cunha  
Sec. Mário A. Santos

Paraguai: Eng. Zolito Rodas Ortíz  
Eng. Hans W. Krauch  
† Dr. Víctor N. Vasconcellos

### COMITÊ EXECUTIV .

Pela COMISSÃO Eng. Ernesto A. Roesler  
Eng. Mário Lannes Cunha  
Eng. Hans W. Krauch  
Eng. Carlos A. Facetti

Pela ELETROBRÁS Eng. Leo Amaral Penna  
Eng. Mauro Moreira

Pela ANDE Eng. Federico León Bojanovich  
Eng. Zolito Rodas Rodas

## ANEXO 2 ITAIPU BINACIONAL

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Brasil: Espedito de Freitas Resende  
Mário Penna Bhering  
Gen. Amyr Borges Fortes  
Lucas Nogueira Garcez  
Hélio Marcos Penna Beltrão  
Mauro Moreira

Paraguai: Alberto Nogués  
Gen. Milclades Ramos Giménez  
Gen. Mário Coscia Tavarozzi  
Rogelio Cadogan  
Ezequiel González Alsina  
Andrés Gómez

### DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral: Gen. José Costa Cavalcanti, Brasil  
Diretor Geral Adjunto: Enzo Debernardi, Paraguai  
Diretor Técnico: John Reginald Cotrim, Brasil  
Diretor Técnico Adjunto: Hans W. Krauch, Paraguai  
Diretor Jurídico: Antonio Colmán, Paraguai  
Diretor Jurídico Adjunto: Paulo José Nogueira da Cunha, Brasil  
Diretor Administrativo: Victorino Vega, Paraguai  
Diretor Administrativo Adjunto: Aluisio Guimarães Mendes, Brasil  
Diretor Financeiro: Moacyr Teixeira, Brasil  
Diretor Financeiro Adjunto: Fidencio Tardivo, Paraguai  
Diretor de Coordenação: Carlos A. Facetti, Paraguai  
Diretor de Coordenação Adjunto: Cassio Paula Freitas, Brasil

### Representantes dos Ministérios das Relações Exteriores:

Ministro João Hermes Pereira de Araújo, Brasil  
Senador Carlos A. Saldívar, Paraguai

# APÊNDICE A

ATOS OFICIAIS SOBRE A  
CRIAÇÃO E A EXISTÊNCIA  
LEGAL DA ENTIDADE

JANEIRO 76

ITAIPO BINACIONAL - DIRETORIA FINANCEIRA  
Supervisão e controle de contas e finanças

## APÊNDICE A

## COMISSÃO MISTA TÉCNICA BRASILEIRO-PARAGUAIÁ

## 1. ACORDO CELEBRADO ENTRE O BRASIL e o PARAGUAI, de 12.02.67

Cria uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaiá tendo por finalidade o estudo e o levantamento das possibilidades econômicas, em particular do potencial hidroelétrico do Rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu (DO, Seção 1, Parte 1, de 31.03.67, pág. 3787/8).

## 2. TRATADO ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI, de 26.04.73

Estabelece medidas para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes ao condomínio dos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu; e cria o ITAIPU como Entidade Binacional.

- 2.1 - ANEXO A - Estatuto do ITAIPU
- 2.2 - ANEXO B - Instalações para a produção de energia elétrica e obras auxiliares.
- 2.3 - ANEXO C - Causas financeiras
- 2.4 - NOTAS entre os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai

(DO, Seção 1, Parte 1, de 30.03.73, páginas 6842/6; Diário do Congresso Nacional de 01.05.73, páginas 863/70; Diário do Congresso Nacional de 05.05.73, páginas 1173/4 e de 05.05.73, páginas 1834/7, e Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 29.05.73, páginas 1530/8, e de 01.06.73, páginas 1660/7).

## 3. MENSAGEM PRESIDENCIAL Nº 106, de 04.05.73

Submete ao Congresso Nacional a aprovação do texto do Tratado com o Paraguai e seus Anexos, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 30.04.73.

- 3.1 - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS CM/DI/165/666/611 (846) (845), de 30.04.73, do Ministério das Relações Exteriores (Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 05.05.73, páginas 1171/6, e Seção II, de 29.05.73, páginas 1527/38).

## 4. MENSAGEM PRESIDENCIAL Nº 140, de 11.05.73

Submete ao Congresso Nacional a aprovação do projeto de lei sobre aquisição dos serviços de eletricidade do ITAIPU, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 31.05.73.

- 4.1 - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 323/73, de 09.05.73, do Ministério das Minas e Energia
- 4.2 - PROJETO DE LEI Nº 8 de 1973 (CN) (Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, página 859)

## 5. DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, de 30.05.73

Aprova os textos do Tratado para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes ao condomínio dos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu, e de seus Anexos, firmado entre o Brasil e o Paraguai, bem como os das Notas então trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países. (Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 01.06.73, página 1659).

## 6. LEI Nº 5.899, de 05.07.73

Dispõe sobre a aquisição dos serviços de eletricidade do ITAIPU e dá outras providências (DO, Seção 1, Parte 1, de 09.07.73, página 6593/a).

## 7. DECRETO Nº 72.707, de 28.08.73

Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes ao condomínio dos dois países desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu, bem como das Notas então trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países (DO, Seção 1, Parte 1, de 30.08.73, página 8642 e seguintes).

## 8. DECRETO Nº 73102, de 07.11.73

Regulamenta os artigos 12 e 13 da Lei nº 5899, de 05.07.73, que dispõem sobre a Coordenação operacional dos sistemas elétricos interligados das Regiões Sudeste e Sul (DO, Seção 1, Parte 1, de 09.11.73, páginas 11386/9).

## 9. BRASIL - PARAGUAI - ACORDO MODIFICADO DO ANEXO B DO TRATADO DE ITAIPU

(Diário Oficial - Seção 1, Parte 1, de 14.05.75).

## 10. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO NA CADASTRO DE IMPLANTAS DE CONTRIBUINTES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (BRASIL)

10.1 - Número de Identificação dos Contribuintes do ITAIPU.

## Brasil-Paraguai - Criação de uma Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá.

Por troca de notas de 12 de fevereiro de 1967, foi assinado, em Assunção, pelos Senhores Mário Gibson Barbosa, Embaixador do Brasil em Assunção, e Raúl Sapeaga Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, um acordo para a criação de uma comissão mista técnica brasileiro-paraguaiá.

O Acordo é do teor seguinte:

Assunção, em 12 de fevereiro de 1967.

Senhor Ministro:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para expressar-lhe que o Governo dos Estados Unidos do Brasil convém a formação de uma Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá para dar cumprimento aos parágrafos 3 e 4 da Ata Final subscrita pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil e do Paraguai, em 22 de junho de 1966, nas seguintes condições:

- I - A Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá terá por finalidade realizar o estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular do potencial hidroelétrico do Rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu.
- II - A Comissão Mista será integrada por um representante de cada país e tantos assessores quantos os respectivos Governos estimarem convenientes.
- III - A Comissão Mista, com o consentimento de ambos os Governos, poderá contratar técnicos e serviços.
- IV - A Sessão inaugural da Comissão Mista terá lugar no Rio de Janeiro, dentro de 90 dias, contados a partir de presente data; contados da Sessão será realizada em Assunção e as subsequentes em qualquer ponto do território do Brasil ou Paraguai, conforme as necessidades de trabalho.

V - Dentro do prazo de noventa dias, contados a partir da data de Sessão Inaugural, a Comissão Mista submeterá à aprovação de ambos os Governos um projeto de regulamento e um plano de ação.

VI - As decisões da Comissão Mista serão tomadas conjuntamente pelos representantes dos dois países ou pelos seus substitutos.

VII - A Comissão Mista somente se dirigirá às autoridades de ambos os países por intermédio dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

VIII - As despesas com pessoal, transporte e alojamento de cada representante serão por conta de seu respectivo Governo. As outras despesas serão atendidas em partes iguais pelos dois Governos.

IX - Se durante os trabalhos surgirem dúvidas ou divergências, no seio da Comissão Mista, serão elas submetidas à apreciação dos dois Governos, os quais deverão resolvê-las no menor prazo. Os trabalhos da Comissão serão suspensos apenas no que se referir à dúvida ou divergência.

X - Os estudos e levantamentos realizados pela Comissão Mista serão apresentados aos Governos de ambos os países para sua aprovação.

XI - Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e do Paraguai comprometeram-se a tomar as medidas necessárias para assegurar em seus respectivos territórios a livre circulação de ambos as delegações, assim como dos veículos, embarcações e equipamentos utilizados no desempenho de suas funções.

2. A presente nota e a de Vossa Excelência, de igual teor e data, constituem Acordo entre nossos Governos, ficando por conseguinte constituída a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

- Mário Gibson Barbosa

A Vossa Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapeaga Pastor, Ministro das Relações Exteriores.

Note Paraguai

Ministério de Relaciones Exteriores - Cancillería de la Epopeya Nacional  
1864 - 1870 - Asunción, 12 de febrero de 1967.

Señor Embajador:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasión de avisar el recibo de la nota de esta misma fecha, referente a la formación de la Comisión Mista Técnica Paraguayo-Brasileña, que textualmente dice lo siguiente:

"Señor Ministro: Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia para expresarle que el Gobierno de los Estados Unidos del Brasil conviene en la formación de una Comisión Mista Técnica Brasileño-Paraguaya, para dar cumplimiento a los parágrafos III y IV del Acta Final suscrita por los Ministros de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil y del Paraguay, en 22 de junio de 1966, bajo las siguientes condiciones:

- I - La Comisión Mista Técnica Brasileño-Paraguaya tendrá por finalidad realizar el estudio y evaluación de las posibilidades económicas, en particular del potencial hidroelétrico del río Paraná, desde y inclusive el Salto Grande de las Sete Quedas o Salto de Guairá hasta la boca del río Yguazú.
- II - La Comisión Mista será integrada por un representante de cada país y tantos asesores como los respectivos Gobiernos estimaren convenientes.
- III - La Comisión Mista, con el consentimiento de ambos Gobiernos, podrá contratar técnicos y servicios.

- IV - A sessão inaugural da Comissão Mista terá lugar em Rio de Janeiro, dentro de 90 dias da data. A segunda sessão será realizada em Assunção e as subsequentes em qualquer ponto de território brasileiro e paraguaiense, conforme as necessidades do trabalho.
- V - Dentro do prazo de 90 dias da sessão inaugural, a Comissão Mista apresentará à aprovação de los Gobiernos un proyecto de Regulamento y plan de acción.
- VI - Las decisiones de la Comisión Mista serán tomadas conjuntamente por los representantes de los dos países o por sus substitutos.
- VII - La Comisión Mista solamente se dirigirá a las autoridades de ambos países por intermedio de los respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores.
- VIII - Los gastos del personal, transporte y alojamiento de cada Delegación correrán por cuenta de sus respectivos Gobiernos. Los otros gastos serán atendidos por partes iguales por los dos Gobiernos.
- IX - Si durante los trabajos surgieran dudas o divergencias en el seno de la Comisión Mista, serán sometidas a la consideración de los Gobiernos, que deberán resolverlas dentro del menor plazo. Los trabajos de la Comisión serán suspendidos solamente en lo que respecta a la duda o divergencia.
- X - Los estudios y evaluaciones realizadas por la Comisión Mista serán presentados a los Gobiernos de ambos países para su aprobación.
- XI - Los Gobiernos de los Estados Unidos del Brasil y del Paraguay se comprometen a tomar las medidas necesarias para asegurar en sus respectivos territorios la libre circulación de ambas Delegaciones, así como de los vehículos, embarcaciones y equipos, utilizados en el desempeño de sus funciones.

La presente nota y la de Vuestra Excelencia, de igual tenor y fecha, constituyen acuerdo entre nuestros Gobiernos, quedando por consiguiente constituida la Comisión Mista Técnica Brasileño-Paraguaya.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las protestas de mi más alta consideración.

En respuesta, me place expresar que el Gobierno del Paraguay convino con el Gobierno del Brasil en la formación de la Comisión Mista, y que la nota de Vuestra Excelencia y la presente nota de igual tenor y fecha, constituyen Acuerdo Formal entre nuestros Gobiernos, quedando por consiguiente, constituida la Comisión Mista Técnica Paraguayo-Brasileña, bajo las condiciones transcritas en la nota de Vuestra Excelencia.

Válgame como despedida de la ocasión para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración. A Raúl Sapone Pastor.

A Su Excelencia Don Mario Albano Alves Barbosa - Embajador Extraordinario y Plenipotenciario de los Estados Unidos del Brasil. Ciudad de...

(Transcripción de Oficio Oficial, Supn. I, Parte I, de 21.07.67, páginas 3.167/8)

DOCUMENTO Nº 2

TRATADO ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI, DE 26 DE ABRIL DE 1973

Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidroelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes ao Condomínio dos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guairá até a Foz do Rio Iguaçu.

O Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Café Filho Corrêa Médici, e o Presidente da República do Paraguai, General-de-Exército Alfredo Stroessner,

Considerando o espírito de cordialidade existente entre os dois países e os laços de fraternidade entre os seus povos;

O interesse comum em realizar o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes ao Condomínio dos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guairá até a Foz do Rio Iguaçu;

O disposto na Ata Final firmada em Foz do Iguaçu, em 22 de Junho de 1966, quanto à divisão em partes iguais, entre os dois países, da energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná no trecho acima referido;

O disposto no Artigo VI do Tratado de Base do Prata;

O estabelecido na Declaração de Assunção sobre o aproveitamento de rios internacionais, de 3 de Junho de 1971;

Os estudos de Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiense constituída em 12 de Fevereiro de 1967;

A tradicional identidade de posições dos dois países em relação à livre navegação dos rios internacionais de Bacia do Prata, resultantes da celebração do Tratado de 1923, para este fim, designaram seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barbosa;

O Presidente da República do Paraguai, o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Doutor Raúl Sapone Pastor;

Os quais, tendo trocado suas Plenas Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Altas Partes Contratantes convêm em realizar, de comum e de acordo com o previsto no presente Tratado, o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes ao condomínio dos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guairá até a Foz do Rio Iguaçu.

ARTIGO II

Para os efeitos do presente Tratado entender-se-á por:

- a) Brasil, a República Federativa do Brasil;
- b) Paraguai, a República do Paraguai;
- c) Comissão, a Comissão Mista Técnico Brasileiro-Paraguaiense, constituída em 12 de Fevereiro de 1967;
- d) ELETROBRÁS, a Central Elétrica Brasileira S.A. - ELETROBRÁS, do Brasil, ou do ente jurídico que a suceda;
- e) ANDE, a Administração Nacional de Eletricidade, do Paraguai, ou o ente jurídico que a suceda;
- f) ITAIPU, a entidade binacional criada pelo presente Tratado.

ARTIGO III

As Altas Partes Contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada ITAIPU, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidroelétrico a que se refere o Artigo I.

§ 1º - A ITAIPU será constituída pela ELETROBRÁS e pela ANDE, com igual participação no capital, e reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Tratado, no Estatuto que constitui seu Anexo A e nos demais Anexos.

§ 2º - O Estatuto e os demais Anexos, poderão ser modificados de comum acordo pelas duas Governos.

ARTIGO IV

A ITAIPU terá sede no Brasil, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

§ 1º - A ITAIPU será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva integrados por igual número de nacionais de ambos países.

§ 2º - As atas, resoluções, relatórios ou outros documentos oficiais do órgão de administração da ITAIPU serão redigidos nos idiomas português e espanhol.

ARTIGO V

As Altas Partes Contratantes outorgam concessão à ITAIPU para realizar, durante a vigência do presente Tratado, o aproveitamento hidroelétrico do trecho do Rio Paraná referido no Artigo I.

ARTIGO VI

Formam parte do presente Tratado:

- a) o Estatuto de entidade binacional denominada ITAIPU (Anexo A);
- b) a descrição geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e das obras auxiliares, com as eventuais modificações que se façam necessárias (Anexo B);
- c) as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU (Anexo C).

ARTIGO VII

As instalações destinadas à produção de energia elétrica e as obras auxiliares não produzirão variação alguma nos limites entre os dois países estabelecidos nos tratados vigentes.

§ 1º - As instalações e obras realizadas em cumprimento do presente Tratado não conferirão, a nenhuma das Altas Partes Contratantes, direito de propriedade ou de jurisdição sobre qualquer parte do território do outro.

§ 2º - As autoridades declaradas respectivamente competentes pelas Altas Partes Contratantes estabelecerão, quando for o caso e pelo processo que julgarem adequado, a sinalização conveniente, nas obras e áreas construídas, para os efeitos práticos do exercício de jurisdição e controle.

ARTIGO VIII

Os recursos necessários à integralização do capital da ITAIPU serão supridos, à ELETROBRÁS e à ANDE, respectivamente, pelo Tesouro brasileiro e pelo Tesouro paraguaiense ou pelos organismos financeiros, que os Governos indicarem.

Parágrafo Único - Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, com o consentimento do outro, adiantar-lhe os recursos para a integralização do capital, nas condições estabelecidas de comum acordo.

ARTIGO IX

Os recursos complementares aos mencionados no Artigo VIII, necessários aos estudos, construção e operação de central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pelas Altas Partes Contratantes ou obtidos pela ITAIPU mediante operações de crédito.

ARTIGO X

As Altas Partes Contratantes, conjunta ou separadamente, diretas ou indiretamente, na forma que acordarem, darão à ITAIPU, por solicitação desta, garantia para as operações de crédito que realizar. Aseguração, de mesma forma, a conversão cambial necessária ao pagamento das obrigações assumidas pela ITAIPU.

ARTIGO XI

Na medida do possível e em condições compreensíveis, a mão-de-obra, especialmente a dos equipamentos e materiais, disponíveis nos dois países, serão utilizados de forma equitativa.



§ 19 - As Altas Partes Contratantes adotarão todas as medidas necessárias para que seus nacionais possam empregar-se, indistintamente, em trabalhos efetuados no território de uma ou de outra, relacionadas com o objetivo do presente Tratado.

§ 20 - O disposto neste Artigo não se aplicará às condições acordadas com organizações financiadoras, no que se refere à contratação de pessoal especializado ou à aquisição de equipamentos ou materiais. Tampouco se aplicará o disposto neste Artigo às necessidades tecnológicas assim o exigirem.

#### ARTIGO XIII

As Altas Partes Contratantes adotarão, quanto à distribuição, as seguintes normas:

- a) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, à ITAIPU e aos serviços de eletricidade por ela prestados;
- b) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os materiais e equipamentos que a ITAIPU adquirir em qualquer dos dois países ou importe de um terceiro país, para utilizá-los nos trabalhos de construção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou para incorporá-los à central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Da mesma forma, não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, que incidam sobre as operações relativas a esses materiais e equipamentos, nas quais a ITAIPU seja parte;
- c) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os lucros da ITAIPU e sobre os pagamentos e remessas por ela efetuados a qualquer pessoa física ou jurídica, sempre que os pagamentos de tais impostos, taxas e empréstimos compulsórios sejam de responsabilidade legal da ITAIPU;
- d) não poderão nenhum entre os e não aplicarão nenhuma imposição fiscal ao movimento de fundos de ITAIPU que resultar da exoneração do presente Tratado;
- e) não aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou despacho dos materiais e equipamentos aludidos no item b deste Artigo;
- f) serão admitidos nos territórios dos dois países os materiais e equipamentos aludidos no item b deste Artigo.

#### ARTIGO XIII

A energia produzida pelo aproveitamento hidroelétrico e que se refere ao Artigo I será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição, na forma estabelecida no Artigo XIV, da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio consumo.

Parágrafo Único - As Altas Partes Contratantes se comprometem a adquirir, conjunta ou separadamente na forma que acordarem, o total da potência instalada.

#### ARTIGO XIV

A aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU será realizada pela ELECTROBRÁS e pela ANEL, que também poderão fazê-lo por intermédio das empresas ou entidades brasileiras ou paraguaias que indicarem.

#### ARTIGO XV

O Anexo C contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU.

§ 19 - A ITAIPU pagará às Altas Partes Contratantes, em montantes iguais "royalties" em razão da utilização do potencial hidráulico.

§ 20 - A ITAIPU incluirá, no seu custo do serviço, o montante necessário ao pagamento de rendimentos sobre o capital.

§ 30 - A ITAIPU incluirá, outrossim, no seu custo do serviço, o montante necessário para remunerar a Alta Parte Contratante que ceder energia à outra.

§ 40 - O valor real da quantidade de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao pagamento dos "royalties", dos rendimentos sobre o capital e da remuneração, estabelecida no Anexo C, será mantida constante, para o que a dita quantidade acompanhará as flutuações do dólar dos Estados Unidos da América, referido ao seu padrão de peso e título, em ouro, vigente na data da troca dos Instrumentos de Ratificação do presente Tratado.

§ 50 - Este valor com relação ao peso e título em ouro do dólar dos Estados Unidos da América poderá ser substituído, no caso em que a mencionada moeda deixa de ter referida sua paridade oficial em relação ao ouro.

#### ARTIGO XVI

As Altas Partes Contratantes manifestam seu empenho em estabelecer todas as condições para que a entrada em serviço da primeira unidade geradora ocorra dentro do prazo de oito anos após a ratificação do presente Tratado.

#### ARTIGO XVII

As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidroelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a constituir servidão sobre os mesmos.

§ 19 - A delimitação de tais áreas estará a cargo da ITAIPU, ad referendum das Altas Partes Contratantes.

§ 20 - Será de responsabilidade da ITAIPU o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas.

§ 30 - Nas áreas delimitadas será livre o trânsito de pessoas que estejam prestando serviços à ITAIPU, assim como o de bens destinados à mesma ou a pessoas físicas ou jurídicas por ela contratadas.

#### ARTIGO XVIII

As Altas Partes Contratantes, através de protocolos adicionais ao presente Tratado, adotarão todas as medidas necessárias ao cumprimento do presente Tratado, especialmente as que digam respeito a aspectos:

- a) diplomáticos e consulares;
- b) administrativos e financeiros;
- c) de trabalho e previdência social;
- d) fiscais e aduaneiros;
- e) de trânsito através da fronteira internacional;
- f) urbanos e habitacionais;
- g) de polícia e de segurança;
- h) de controle do acesso às áreas que se delimitam em conformidade com o Artigo XVII.

#### ARTIGO XIX

O foro da ITAIPU, relativamente às pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no Brasil ou no Paraguai, será, respectivamente, o do Brasil e o de Assunção. Para tanto, cada Alta Parte Contratante aplicará sua própria legislação, tendo em conta as disposições do presente Tratado e de seus Anexos.

Parágrafo Único - Em se tratando de pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou com sede fora do Brasil ou do Paraguai, a ITAIPU acordará as cláusulas que regerem as relações contratuais de obras e fornecimentos.

#### ARTIGO XX

As Altas Partes Contratantes adotarão, por meio de um protocolo adicional, a ser firmado dentro de noventa dias contados a partir da data da troca dos instrumentos de ratificação do presente Tratado, as normas jurídicas aplicáveis às relações de trabalho e previdência social dos trabalhadores contratados pela ITAIPU.

#### ARTIGO XXI

A responsabilidade civil e/ou penal dos Conselheiros, Diretores, Diretores Adjuntos e demais empregados brasileiros ou paraguaios da ITAIPU, por atos lesivos aos interesses desta, será apurada e julgada de conformidade com o disposto nas leis nacionais respectivas.

Parágrafo Único - Para os empregados de terceira nacionalidade proceder-se-á de conformidade com a legislação nacional brasileira ou paraguaiá, segundo tenham a sede de suas funções no Brasil ou no Paraguai.

#### ARTIGO XXII

Em caso de divergência quanto à interpretação ou à aplicação do presente Tratado e seus Anexos, as Altas Partes Contratantes se resolverão pelos meios diplomáticos usuais, o que não retardará ou interromperá a construção e/ou a operação do aproveitamento hidroelétrico e de suas obras e instalações auxiliares.

#### ARTIGO XXIII

A Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiá, criada em 12 de fevereiro de 1967 com a finalidade de realizar os estudos aludidos no preâmbulo do presente Tratado, manter-se-á constituída até entregar às Altas Partes Contratantes o relatório final da missão que lhe foi confiada.

#### ARTIGO XXIV

O presente Tratado será ratificado e os respectivos instrumentos serão trocados, o mais brevemente possível, na cidade de Assunção.

#### ARTIGO XXV

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá vigência até que as Altas Partes Contratantes, mediante novo acordo, adotem decisão que esteja conveniente.

Em fé do que os plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Tratado, em dois exemplares, em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos.

Feito na cidade de Brasília, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e sete.

Mário Gibson Barbosa - Raúl Spence Pantar.

DOCUMENTO Nº 2-1

ANEXO A

#### ESTATUTO DA ITAIPU

#### CAPÍTULO I

#### Denominação e Objeto

#### ARTIGO I

A ITAIPU é uma entidade binacional criada pelo Artigo III do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973, e tem como partes:

- a) a Central Elétrica Brasileira S.A. - ELECTROBRÁS, sociedade anônima de economia mista brasileira;

b) a Administração Nacional de Eletricidade - ANDE, entidade autárquica paraguaiense.

ARTIGO II

O objeto do ITAIPU é o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande do Sete Quedas ao Salto da Cuíra até a foz do rio Iguaçu.

ARTIGO III

A ITAIPU reger-se-á pelas normas estabelecidas no Tratado de 26 de abril de 1973, no presente Estatuto e nos demais Anexos.

ARTIGO IV

A ITAIPU terá, de acordo com o que dispõe o Tratado e seus Anexos, competência jurídica, financeira e administrativa, e também responsabilidade técnica, para estudar, projetar, dirigir e executar as obras que tem como objeto, pô-las em funcionamento e explorá-las, podendo, para tais efeitos, adquirir direitos e contrair obrigações.

ARTIGO V

A ITAIPU terá sede em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

CAPÍTULO II

Capital

ARTIGO VI

O capital da ITAIPU será equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), pertencente à ELETROBRÁS e à ANDE em partes iguais e intransferíveis.

Parágrafo Único - O capital manter-se-á com valor constante de acordo com o disposto no Parágrafo 4º do artigo XV do Tratado.

CAPÍTULO III

Administração

ARTIGO VII

São órgãos de administração da ITAIPU o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

ARTIGO VIII

O Conselho de Administração compor-se-á de doze Conselheiros nomeados:

- a) seis pelo Governo brasileiro, dos quais um será indicado pelo Ministro das Relações Exteriores e dois pela ELETROBRÁS;
- b) seis pelo Governo paraguaiense, dos quais um será indicado pelo Ministro das Relações Exteriores e dois pela ANDE.

§ 1º - O Diretor-Geral e o Diretor-Geral Adjunto, previstos no Artigo 12, também integrarão o Conselho, com voz e sem voto.

§ 2º - As reuniões do Conselho serão presididas, alternadamente, por um Conselheiro de nacionalidade brasileira ou paraguaiense e rotativamente, por todos os membros do Conselho.

§ 3º - O Conselho nomeará dois Secretários, um brasileiro e outro paraguaiense, que terão a seu cargo, entre outras atribuições, a de certificar os documentos da ITAIPU em português e em espanhol, respectivamente.

ARTIGO IX

Compete ao Conselho de Administração cumprir e fazer cumprir o Tratado e seus Anexos e decidir sobre:

- a) as diretrizes fundamentais de administração da ITAIPU;
- b) o Regulamento Interno;
- c) o plano de organização dos serviços básicos;
- d) os atos que importem em alienação do patrimônio da ITAIPU, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE;
- e) as avaliações de ativo e passivo, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE, tendo em conta o disposto no Parágrafo 4º do Artigo XV do Tratado;
- f) as bases de prestação dos serviços de eletricidade;
- g) as propostas da Diretoria Executiva referentes a obrigações supratécnicas;
- h) a proposta de orçamento para cada exercício e suas revisões, aprovadas pela Diretoria Executiva.

§ 1º - O Conselho de Administração examinará o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração do Conta de Resultados, elaborados pela Diretoria Executiva e os apresentará com seu parecer, à ELETROBRÁS e à ANDE, conforme o disposto no Artigo 24 deste Estatuto.

§ 2º - O Conselho de Administração tomará conhecimento do curso das atividades da ITAIPU através das exposições que serão feitas habitualmente pelo Diretor-Geral ou de outras que o Conselho solicitar por seu interesse.

ARTIGO X

O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado, por intermédio dos Secretários, pelo Diretor-Geral ou pela metade menos um dos Conselheiros.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração só poderá decidir validamente com a presença de maioria dos Conselheiros de cada país e com paridade de votos igual à da sua representação nacional presente.

ARTIGO XI

Os Conselheiros exercerão suas funções por um período de quatro anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º - A qualquer momento os Governos poderão substituir os Conselheiros que houverem nomeado.

§ 2º - Ao ocorrer vacância definitiva de um cargo de Conselheiro, o respectivo Governo nomeará substituto que exercerá o mandato pelo prazo remanescente.

ARTIGO XII

A Diretoria Executiva, constituída por igual número de nacionais de ambos países, compor-se-á do Diretor-Geral e dos Diretores Técnicos, Jurídico, Administrativo, Financeiro e de Coordenação.

§ 1º - A cada Diretor corresponderá um Diretor Adjunto de nacionalidade brasileira ou paraguaiense, diferente da do titular.

§ 2º - Os Diretores e os Diretores Adjuntos serão nomeados pelos respectivos Governos, por proposta da ELETROBRÁS ou da ANDE, conforme o caso.

§ 3º - Os Diretores e os Diretores Adjuntos exercerão suas funções por um período de cinco anos, podendo ser reconduzidos.

§ 4º - A qualquer momento os Governos poderão substituir os Diretores e os Diretores Adjuntos que houverem nomeado.

§ 5º - Em caso de ausência ou impedimento temporário de um Diretor, a ELETROBRÁS ou a ANDE, conforme o caso, designará o substituto dentre os demais Diretores que terá também direito ao voto do Diretor substituído.

§ 6º - Ao ocorrer vacância definitiva de um cargo de Diretor, a ELETROBRÁS ou a ANDE, conforme o caso, indicará o substituto que, uma vez nomeado, exercerá o mandato pelo prazo remanescente.

ARTIGO XIII

São atribuições e deveres da Diretoria Executiva:

- a) dar cumprimento ao Tratado e seus Anexos e às decisões do Conselho de Administração;
- b) cumprir e fazer cumprir o Regulamento Interno;
- c) praticar os atos de administração necessários à condução dos assuntos da entidade;
- d) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais de administração;
- e) propor ao Conselho de Administração normas de administração do pessoal;
- f) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em cada exercício, a proposta de orçamento para o seguinte e suas eventuais revisões;
- g) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração do Conta de Resultados do exercício anterior;
- h) pôr em execução as normas e as bases para prestação dos serviços de eletricidade;
- i) criar e instalar os escritórios técnicos e/ou administrativos que julgar necessários, onde for conveniente.

ARTIGO XIV

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor-Geral ou por solicitação, a este, de um dos Diretores.

§ 1º - As resoluções da Diretoria Executiva serão adotadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor-Geral o voto de desempate.

§ 2º - A Diretoria Executiva instalar-se-á no local que julgar mais adequado ao exercício de suas funções.

ARTIGO XV

A ITAIPU somente poderá assuair obrigações ou constituir procuradores mediante assinatura conjunta do Diretor-Geral e de outro Diretor.

ARTIGO XVI

Os honorários dos Conselheiros, dos Diretores e dos Diretores Adjuntos serão fixados, anualmente, pela ELETROBRÁS e pela ANDE, de comum acordo.

ARTIGO XVII

O Diretor-Geral é o responsável pela coordenação, organização e direção das atividades da ITAIPU e a representará, em juízo ou fora dele, competindo-lhe praticar todos os atos de administração necessários ao funcionamento da entidade, com exclusão dos atribuídos ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. Cabe-lhe, ademais, os atos de admissão e demissão de pessoal.

## ARTIGO XVIII

O Diretor Técnico é o responsável pela condução do projeto, construção das obras e operações das instalações;

## ARTIGO XIX

O Diretor Jurídico é o responsável pela condução dos assuntos jurídicos da entidade.

## ARTIGO XX

O Diretor Administrativo é o responsável pela administração do pessoal e pela direção dos serviços gerais.

## ARTIGO XXI

O Diretor Financeiro é o responsável pela execução da política econômico-financeira, da suprimento e da compras.

## ARTIGO XXII

O Diretor de Coordenação é o responsável pela condução das gestões administrativas ante as autoridades dos dois países.

## ARTIGO XXIII

Os Diretores Adjuntos terão as atribuições que, de comum acordo com os respectivos titulares, lhes forem por estas delegadas.

§ 1º - Os Diretores Adjuntos manter-se-ão informados dos assuntos das respectivas Diretorias e informarão sobre o andamento daquelas que lhes forem confiadas.

§ 2º - Os Diretores Adjuntos assistirão às reuniões de Diretoria Executiva, com voz e sem voto.

## CAPÍTULO IV

## Exercício Financeiro

## ARTIGO XXIV

O exercício financeiro encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

§ 1º - A ITAIPU apresentará, até 30 de abril de cada ano, para decisão da CLE, TROBRS e da ANDE, o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração do Conto do Resultado do exercício anterior.

§ 2º - A ITAIPU adotará a moeda dos Estados Unidos da América como referência para a contabilização de suas operações. Esta referência poderá ser substituída por outra, mediante entendimento entre os dois Governos.

## CAPÍTULO V

## Disposições Gerais

## ARTIGO XXV

Serão incorporadas pela ITAIPU, como integralização de capital por parte de ELETROBRÁS e de ANDE, as participações realizadas pelas referidas empresas, anteriormente à constituição da entidade, nos seguintes trabalhos:

- estudos resultantes do Convênio de Cooperação firmado em 10 de abril de 1970;
- obras preliminares e serviços relacionados com a construção do aproveitamento hidrelétrico.

## ARTIGO XXVI

Os Conselheiros, Diretores, Diretores Adjuntos e demais empregados não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas fornecedoras ou contratantes de quaisquer materiais e serviços utilizados pela ITAIPU.

## ARTIGO XXVII

Poderão prestar serviços à ITAIPU os funcionários públicos, empregados de autarquias e os de sociedades de economia mista, brasileiros ou paraguaios, sem perda do vínculo original e dos benefícios de aposentadoria e/ou previdência social, levando-se em conta as respectivas legislações nacionais.

## ARTIGO XXVIII

O Regulamento Interno de ITAIPU, mencionado no Artigo 9º, será proposto pela Diretoria Executiva à aprovação do Conselho de Administração e contemplará, entre outros, os seguintes assuntos: o regime contábil e financeiro; o regime para a obtenção de propostas, adjudicação e contratação de serviços e obras, e aquisição de bens; normas para o exercício das funções dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

## ARTIGO XXIX

Os casos não previstos neste Estatuto, que não puderem ser resolvidos pelo Conselho de Administração, serão solucionados pelos dois Governos, com prévio parecer de ELETROBRÁS e da ANDE.

DOCUMENTO Nº 2,2

ANEXO 9

# DESCRIÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES DESTINADAS À PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DAS OBRAS AUXILIARES

## I - Objetivo

O objetivo do presente Anexo é descrever e identificar, em suas partes principais, o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico do rio Paraná, no local chamado ITAIPU, daqui por diante denominado Projeto.

Este Anexo foi redigido com base no "Relatório Preliminar" submetido à Comissão Mista Técnica Brasileira-Paraguai aos Governos do Brasil e do Paraguai em 12 de janeiro de 1973.

As obras descritas no presente Anexo poderão sofrer modificações ou adições, inclusive nas suas cotas e medidas, por exigências técnicas que se verificarem durante sua execução. Ademais, se por exigência da mesma natureza ficar demonstrada a necessidade de redução substancial da cota de coroamento da barragem, será considerado a conveniência de execução adicional de outro aproveitamento hidrelétrico a montante, conforme previsto no "Relatório Preliminar" supracitado.

## II - Descrição Geral

1. Localização - O Projeto estará situado sobre o rio Paraná, aproximadamente 14 Km a montante da ponte internacional que une a Foz do Iguaçu, no Brasil, à Ponte Presidente Stroessner, no Paraguai.

2. Disposição geral - O Projeto estará constituído por uma barragem principal de gravidade, em concreto, através do rio Paraná, com uma casa de força no pé da barragem, e em barragem lateral de enrocamento e diques de terra em cada margem do rio. A barragem lateral da margem direita inclui a estrutura do vertedor com os respectivos comportos.

As obras do Projeto terão a orientação geral para sudoeste, ao longo de um eixo em linha quebrada, com desenvolvimento total de 8,5 Km. O nível da água máxima normal no reservatório foi estabelecido em torno de cota 220m acima do nível do mar. Esta reservatório inundará uma área de aproximadamente 1.400 Km<sup>2</sup> (800 Km<sup>2</sup> no Brasil e 600 Km<sup>2</sup> no Paraguai), a estender-se-á a montante por cerca de 200 Km até e inclusive o Salto Grande da Sete Quedas ou Salto de Guairá.

## III - Componentes Principais do Projeto

Comçando pela margem direita, o Projeto inclui as seguintes partes componentes principais sucessivas:

1. Dique lateral direito - Um dique de terra com coroamento na cota 225 m, comprimento de 700m e volume de 101.000m<sup>3</sup>.

2. Vertedor - Um vertedor em concreto, dotado de 14 comportos, com comprimento de 360 m, capaz de variar até 56.000m<sup>3</sup>/s, com canal de aceno escavado a montante do vertedor. Um talha retilínea de concreto conduzirá a descarga do vertedor para o rio Paraná, cerca de 1.500 m a jusante da barragem principal.

3. Barragem lateral direita - Uma barragem de enrocamento com coroamento na cota 225 m, comprimento de 800 m e volume de 3.514.000 m<sup>3</sup>, ligando o vertedor à barragem principal.

4. Barragem principal e tomada d'água - A barragem principal será uma estrutura de gravidade, em concreto maciço, com coroamento na cota 224m, comprimento de 1.400m e volume de 6.800.000 m<sup>3</sup>, a ser construída através do rio Paraná e do canal, na margem esquerda, que será escavado para o desvio provisório do rio. A barragem terá a abertura para tomada de água, provida de comportos. Cada uma dessas tomadas d'água dará acesso a uma turbina, na casa de força, por meio de um conduto forçado.

5. Casa de força - A casa de força estará localizada no pé da barragem principal, com comprimento de 900 m, e comportará 14 unidades geradoras de 765 megawatts cada uma. Quatro destas unidades estarão localizadas na parte da barragem a montante de água e serão construídas no canal de desvio. A plataforma superior da casa de força estará na cota 139 m e sobre a mesma serão localizadas as instalações transformadoras para elevar e tensão de geração.

6. Barragem na margem esquerda - Uma barragem de gravidade em concreto, com comprimento de 250 m e volume de 1.100.000 m<sup>3</sup>, que terá aberturas bloqueadas e conexões para construção de uma tomada de água destinada à expansão eventual da central.

7. Barragem lateral esquerda - Uma barragem de enrocamento com coroamento na cota 225 m, comprimento de 2.000 m e volume de 13.145.000 m<sup>3</sup>.

8. Dique lateral esquerdo - Um dique de terra com coroamento na cota 225 m, comprimento de 3.000 m e volume de 3.115.000m<sup>3</sup>.

9. Dique complementar de Hernandarias - Um dique menor, de terra, a ser localizado na margem direita, a uma distância de cerca de 4,5 Km a montante da barragem principal, nas proximidades da cidade de Hernandarias. Esse dique se destinará a fechar uma depressão onde poderia ocorrer extravasamento com o reservatório ao nível máximo de enchente.

10. Subestações seccionadoras - Duas subestações seccionadoras, a serem localizadas uma em cada margem, a cerca de 600m a jusante da casa de força.

11. Obras para navegação - O Projeto incluirá as obras que forem necessárias para atender aos requisitos do tráfego de navegação fluvial, tais como: terminais e canais terrestres, esclusas, canais, alamedas, e seus sislemas.

Observação - O Anexo é da lista de 26/04/73 foi alterado pelo Troca de Notas, de 22 de abril de 1975, entre o Embaixador do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai (Ver Documento nº 9)

DOCUMENTO Nº 2.3

ANEXO C

**BASES FINANÇEIRAS E DE PRESTAÇÃO DOS  
SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA ITAIPU**

**I - Definições**

Para os efeitos do presente Anexo entender-se-á por:

- I.1 - Entidades: a ELETROBRÁS, a ANDE ou as empresas ou entidades brasileiras ou estrangeiras por elas indicadas, conforme o Artigo XIV do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973.
- I.2 - Potência instalada: a soma das potências nominais da placa, expressas em quilowatts dos alternadores instalados na central elétrica.
- I.3 - Potência contratada: a potência em quilowatts que a ITAIPU colocará, por consentimento, à disposição de entidade coprodutora, nos períodos de tempo e nas condições dos respectivos contratos de compra e venda dos serviços de eletricidade.
- I.4 - Encargos financeiros: todos os juros, taxas e comissões pertinentes aos empréstimos contratados.
- I.5 - Despesas de exploração: todos os gastos imputáveis à prestação dos serviços de eletricidade, incluindo os custos diretos de operação e de manutenção, incluindo as reposições causadas pelo desgaste normal, gastos de administração e gerais, além dos seguros contra os riscos dos bens e instalações da ITAIPU.
- I.6 - Período de operação e faturamento: o ano calendário.
- I.7 - Conta de exploração: o balanço anual entre a receita e o custo do serviço.

**II - Condições de Suprimento**

- II.1 - A divisão em partes iguais da energia, estabelecida no Artigo XIII do Tratado, será efetuada por via de divisão da potência instalada na central elétrica.
- II.2 - Cada entidade no exercício de seu direito à utilização da potência instalada, contratada com a ITAIPU, por períodos de vinte anos, frações da potência instalada na central elétrica, em função de um cronograma de utilização que abrangendo este período e indicará, para cada ano, a potência a ser utilizada.
- II.3 - Cada uma das entidades entregará à ITAIPU o cronograma acima referido, dois anos antes da data prevista para a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da central elétrica e dois anos antes do término do primeiro e dos subsequentes contratos de vinte anos.
- II.4 - Cada entidade tem o direito de utilizar a energia que possa ser produzida pela potência por ela contratada até o limite que será fixado, para cada período de operação, pela ITAIPU. Fica entendido que cada entidade poderá utilizar parte da potência por ela contratada durante o tempo que lhe convier, dentro de cada período de operação, desde que a energia por ela utilizada, em todo esse período, não exceda o limite acima mencionado.
- II.5 - Quando uma entidade decide não utilizar parte da potência contratada ou parte da energia a esta correspondente, dentro do limite fixado, poderá autorizar a ITAIPU a ceder às outras entidades a parte que assim se tornar disponível, tanto da potência como da energia, no período referido no II.4, nas condições estabelecidas no IV.3.
- II.6 - A energia produzida pela ITAIPU será entregue às entidades no sistema de barramentos da central elétrica, nas condições estabelecidas nos contratos de compra e venda.

**III - Custo do Serviço da Eletricidade**

- O custo do serviço de eletricidade será composto das seguintes parcelas anuais:
- III.1 - O montante necessário para o pagamento, às partes que constituem a ITAIPU, de rendimentos de dois por cento ao ano sobre sua participação no capital integralizado, de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo III do Tratado e com o Artigo 6º do Estatuto (Anexo A).
- III.2 - O montante necessário para o pagamento dos encargos financeiros dos empréstimos recebidos.
- III.3 - O montante necessário para o pagamento da amortização dos empréstimos recebidos.
- III.4 - O montante necessário para o pagamento das "royalties" às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão de metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento das "royalties" se realizará mensalmente, na moeda disponível pela ITAIPU.
- III.5 - O montante necessário para o pagamento, a ELETROBRÁS e a ANDE em partes iguais, a título de ressarcimento de encargos de administração e supervisão relacionados com a ITAIPU, calculados no equivalente de cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica.
- III.6 - O montante necessário para cobrir as despesas de exploração.
- III.7 - O montante do saldo, positivo ou negativo, da conta de exploração do exercício anterior.

III.8 - O montante necessário à remuneração a um das Altas Partes Contratantes, equivalente a trzentos dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica, conforme o Artigo XIV do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973.

**IV - Receita**

- IV.1 - A receita anual, decorrente dos contratos de prestação dos serviços de eletricidade deverá ser igual, em cada ano, ao custo do serviço estabelecido neste Anexo.
- IV.2 - Este custo será distribuído proporcionalmente às potências contratadas pelas entidades supracitadas.
- IV.3 - Quando se verificar a hipótese prevista no II.5 anterior, o faturamento às entidades contratantes será feito em função da potência efetivamente utilizada.
- IV.4 - Quando não se verificar a hipótese prevista no II.5, e tendo-se em vista o disposto no Artigo XIII do Tratado e no IV.2 acima, a responsabilidade de entrega de que contratou a compra será a de totalidade da potência contratada.

**V - Outras disposições**

- V.1 - O Conselho de Administração, com prévia parecer de ELETROBRÁS e da ANDE, regulamentará as normas do presente Anexo, tendo como objetivo a maior eficiência de ITAIPU.
- V.2 - O valor dos rendimentos, sobre o capital das "royalties" do ressarcimento dos encargos, e da remuneração mencionados, respectivamente, no III.1, III.4, III.5 e III.8, anteriores, será mantido constante de acordo com o estabelecido no § 4º do Artigo XV do Tratado.

**VI - Revisão**

As disposições do presente Anexo serão revistas, após o decurso de um prazo de cinquenta anos a partir da entrada em vigor do Tratado, tendo em conta, entre outros aspectos, o grau de amortização das dívidas contraídas pela ITAIPU para a construção do aproveitamento e a relação entre as potências contratadas pelas entidades de ambos países.

**DOCUMENTO Nº 2.4**

**NOTAS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL  
E AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PARAGUAI**

Em 26 de abril de 1973

G/SQ/DAR/DAM-1/01/241 (B46) (B44)

1. Sua Excelência  
Senhor Doutor Raúl Sampaio Pastor  
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

Senhor Ministro:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro, através de um de seus organismos financeiros abriu um crédito, a favor da Administração Nacional de Eletricidade - ANDE, do Paraguai, no valor equivalente a cinquenta milhões de dólares (US\$ 50.000.000,00). Tal crédito é destinado à integralização do capital da ITAIPU, previsto no Artigo 6º do Anexo A ao Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

- 2. Como garantia deste empréstimo, a ANDE reservará a parte necessária dos rendimentos sobre o capital a que venha a fazer jus em conformidade com a Parte III do Anexo C ao Tratado.
- 3. O plano de desembolso do empréstimo se ajustará ao esquema de integralização do capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração da ITAIPU.
- 4. A taxa de juros cobrada no empréstimo será de 6% ao ano.
- 5. Os juros devidos serão capitalizados anualmente e incorporados ao valor do principal até se cumprirem os oito anos depois do desembolso inicial. Esse prazo, todavia, não terminará antes do pagamento pela ITAIPU, do primeiro rendimento anual sobre o capital, estabelecido na Parte III do citado Anexo C.
- 6. O período de amortização estender-se-á por cinquenta anos após término do prazo mencionado no parágrafo anterior.
- 7. O empréstimo será pago pela ANDE em parcelas anuais iguais, incluindo amortização do principal e juros, durante seu prazo de amortização.
- 8. As anuidades serão pagas em moeda nacional do Brasil.
- 9. Caso o Governo do Paraguai concorde com o que antecede, esta Nota e a de Vossa Excelência, em resposta à presente, constituirão acordo entre os dois Governos.
- 10. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

- Márcio Gibson Barbosa.

Brasília, 26 de abril de 1973

U.R.3

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasión de acusar recibo de su nota del día de la fecha, cuyo texto en español es el siguiente:

Señor Ministro:

Tengo a honra de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno Brasileño, a través de uno de sus organismos financieros, abrirá un crédito, a favor de la Administración Nacional de Electricidad - ANDE, del Paraguay, por valor equivalente a cincuenta millones de dólares (US\$ - 50.000.000,00). Tal crédito está destinado a la integración del capital de la ITAIPU, previsto en el Artículo 6º del Anexo A al Tratado celebrado en esta fecha entre la República Federativa del Brasil y la República del Paraguay.

2. Como garantía de este préstamo, la ANDE reservará la parte necesaria de las utilidades a que venga a tener derecho de conformidad con la parte III del Anexo C, al Tratado.

3. El plan de desembolso del préstamo se ajustará al esquema de integración del capital a ser aprobado por el Consejo de Administración de la ITAIPU.

4. La tasa de interés del préstamo será de once por ciento anual.

5. Los intereses debidos serán capitalizados anualmente e incorporados al valor del principal hasta cumplirse los ocho años después del desembolso inicial. Este plazo, sin embargo, no terminará antes del pago, por la ITAIPU, de la primera utilidad anual, establecida en la parte III del citado Anexo C.

6. El período de amortización se extenderá por cincuenta años después de terminado el plazo mencionado en el párrafo anterior.

7. El préstamo será pagado por la ANDE en cuotas anuales iguales, incluidas la amortización del principal e intereses, durante su plazo de amortización.

8. Las anualidades serán abonadas en moneda nacional del Brasil.

9. En caso de que el Gobierno del Paraguay concuerde con lo que antecede, esta Nota y la de Vuestra Excelencia, en respuesta a la presente, constituirán un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración. Fdo: Mario Gibson Barbosa.

En respuesta, me es grato transmitir a Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de mi país con el texto de la nota precedentemente transcripta y por consiguiente, la misma y la presente nota constituyen un Acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

A Su Excelencia  
Embajador Mario Gibson Barbosa  
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores  
Brasil

FDO: Raúl Sopena Pastor

(a 26 de abril de 1973)

C/SG/DAF-1/03/241 (046) (044)

A

Sua Excelência  
Senhor Doutor Raúl Sopena Pastor  
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

Señor Ministro:

Com referência ao Artigo X do Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo Brasileiro dará garantia, nos termos abaixo relacionados, aos créditos que venham a ser contratados pela ITAIPU, destinados ao pagamento de bens e serviços necessários à construção da hidrelétrica a cargo da citada entidade.

2. Para os fins de concessão de garantia acima referida, a ITAIPU submeterá previamente ao Governo Brasileiro, com o conhecimento do Governo do Paraguai, os minutos dos contratos de financiamento relativos às operações de crédito em questão, bem como, quando solicitados, os contratos celebrados que tenham como objetivo a utilização dos recursos de tais financiamentos.

3. Os recursos em moeda de terceiros países resultantes de operações financeiras, deverão ser negociados no mercado brasileiro de câmbio.

4. Aprovado o contrato, o Governo Brasileiro concederá, no decurso do período de construção da hidrelétrica de ITAIPU, garantia de convertibilidade e de transferibilidade, através do mercado brasileiro de câmbio, aos pagamentos de amortizações e acessórios, em moeda de terceiros países, previstos nos contratos e observadas as leis, normas e disposições regulamentares que, tendo em conta o Tratado, se aplicarem a empréstimos e créditos garantidos pelo Governo Brasileiro.

5. Durante o período de operação de referida hidrelétrica, a garantia do Governo Brasileiro à convertibilidade e transferibilidade dos compromissos em moeda estrangeira será concedida em proporção igual a que se verificar entre a potência contratada pelo Brasil e o total da potência instalada na central elétrica, segundo o previsto na Parte IV do Anexo C.

6. Caso o Governo do Paraguai concorde com o que antecede, esta Nota e a de Vossa Excelência, em resposta a presente, constituirão acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Mário Gibson Barbosa.

Brasília, 26 de abril de 1973

U.R.4

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasión de acusar recibo de su nota del día de la fecha, cuyo texto en español es el siguiente:

Señor Ministro:

Con referencia al Artículo X del Tratado celebrado en esta fecha entre la República Federativa del Brasil y la República del Paraguay, tengo a honra de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno Brasileño dará garantía, en los términos abajo relacionados, a los créditos que sean contratados por la ITAIPU, destinados al pago de bienes y servicios necesarios para la construcción de la hidroeléctrica a cargo de la citada entidad.

2. Para los fines de concesión de la garantía arriba referida, la ITAIPU someterá previamente al Gobierno Brasileño, con el conocimiento del Gobierno del Paraguay, los borradores de los contratos de financiamiento relativos a las operaciones de crédito en cuestión, así como, cuando sean solicitados, los contratos celebrados que tengan como objetivo la utilización de los recursos de tales financiamientos.

3. Los recursos en monedas de terceros países, resultantes de operaciones financieras, deberán ser negociados en el mercado brasileño de cambio.

4. Aprobado el contrato, el Gobierno Brasileño concederá, en el transcurso del período de construcción de la hidroeléctrica de la ITAIPU, garantía de convertibilidad y de transferibilidad, a través del mercado brasileño de cambio, a los pagos de amortizaciones y accesorios, en moneda de terceros países, previstos en los contratos y observando las leyes, normas y disposiciones regulatorias que, teniendo en cuenta el Tratado, se apliquen a préstamos y créditos garantizados por el Gobierno Brasileño.

5. Durante el período de operación de la referida hidroeléctrica, la garantía del Gobierno Brasileño para la convertibilidad y transferibilidad de los compromisos en moneda extranjera será concedida en proporción igual a la que se verifique entre la potencia contratada por el Brasil y el total de la potencia instalada en la central eléctrica, según lo previsto en la parte IV del Anexo C.

6. En caso de que el Gobierno del Paraguay concuerde con lo que antecede, esta Nota y la de Vuestra Excelencia, en respuesta a la presente, constituirán un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración. Fdo: Mario Gibson Barbosa.

En respuesta, me es grato transmitir a Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de mi país con el texto de la nota precedentemente transcripta y por consiguiente, la misma y la presente nota constituyen un Acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

FDO: Raúl Sopena Pastor

A Su Excelência  
Embajador Mario Gibson Barbosa  
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores  
Brasil

(a 26 de abril de 1973)

C/SG/DAF-1/03/241 (046) (044)

A

Sua Excelência  
Senhor Doutor Raúl Sopena Pastor  
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

Señor Ministro:

Com referência ao disposto no parágrafo único do Artigo XIII do Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo Brasileiro, por intermédio de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, ou das entidades por esta indicadas, se compromete a celebrar contratos com a ITAIPU, nas condições estabelecidas no referido Tratado e seus Anexos, de maneira que o total da potência contratada seja igual ao total da potência instalada.

2. A ANDE ou as empresas ou entidades por ela indicadas, no primeiro contrato que, por um período de vinte anos, celebre com a ITAIPU, terão direito a uma tolerância de 20 por cento e mais e a menos na potência contratada e ser estabelecida no cronograma de utilização. Esta tolerância será reduzida a 10 por cento e mais e a menos no segundo contrato de vinte anos. Não obstante, se a faixa de tolerância resultante da aplicação dos percentagens citadas acima chegar a ser inferior a 100.000 quilowatts, ditas percentagens serão aumentadas até que a tolerância alcance um valor de 100.000 quilowatts.

3. Caso o Governo do Paraguai concorde com o que antecede, esta Nota e a de Vossa Excelência, em resposta à presente, constituirão acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Mário Gibson Barbosa.

\*\*\*\*\*

Brasília, 26 de abril de 1973

M. G. B.

Senhor Ministro:

Tengo al honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en ocasión de acusar recibo de su nota del día de la fecha, cuyo texto en español es el siguiente:

Senhor Ministro,

Con referencia a lo dispuesto en el Parágrafo Único del Artículo XIII del Tratado celebrado en esta fecha entre la República Federativa del Brasil y la República del Paraguay, tengo a honra de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno brasileño, por intermedio de la Central Eléctrica Brasileira S.A. -ELETROBRÁS, y de las entidades por ésta indicadas, se comprometa a celebrar contratos con la ITAIPU en las condiciones establecidas en el referido Tratado y sus Anexos, de manera que el total de la potencia contratada sea igual al total de la potencia instalada.

2. La ANDE o las empresas o entidades por ella indicadas, en el primer contrato que, por un periodo de veinte años, celebren con la ITAIPU, tendrán derecho a una tolerancia de 20% en más y un menos en la potencia contratada a ser establecida en el cronograma de utilización. Esta tolerancia será reducida al 10% en más y en menos en el segundo contrato de veinte años. No obstante, si la faja de tolerancia resultante de la aplicación de los porcentajes citados arriba llegare a ser mayor que 100.000 kilowatts, dichos porcentajes serán aumentados hasta que la tolerancia alcance un valor de 100.000 kilowatts.

3. En caso de que el Gobierno del Paraguay concuerde con lo que antecede, esta Nota y la de Vuestra Excelencia, en respuesta a la presente, constituirán un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración. FDB: Mário Gibson Barbosa.

En respuesta, me es grato transmitir a Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de mi país con el texto de la nota precedentemente transcrita y por consiguiente, la misma y la presente nota constituyen un Acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

FDB: Raul Sapena Pastor

A Su Excelencia  
Embajador Mario Gibson Barbosa  
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores  
Brasília

En 26 de abril de 1973

G/SG/DAA/DAM-1/04/664. (U46) (044)

A Su Excelencia  
Senhor Doutor Raul Sapena Pastor  
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

Senhor Ministro:

Com referência aos Artigos XVII, parágrafo 1º, e XXII do Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil designará um representante para que, com aquele que o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai designar para o mesmo efeito, encaminhe os assuntos concernentes aos artigos acima mencionados.

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de idêntico teor e mesma data, constituem acordo entre os dois governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Mário Gibson Barbosa.

\*\*\*\*\*

Brasília, 26 de abril de 1973

M. G. B.

Senhor Ministro:

Com referência a los Artículos XVII, Parágrafo 1º, y XXII del Tratado celebrado en esta fecha entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil,

tenho a honra de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay designará un Representante para que, con el Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil designe para el mismo efecto, encamine los asuntos concernientes a los Artículos arriba mencionados.

La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de idéntico tenor y misma fecha, constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi alta consideración.

FDB: Raul Sapena Pastor

A Su Excelencia  
Embajador Mario Gibson Barbosa  
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores  
Brasília

En 26 de abril de 1973

G/SG/DAA/DAM-1/03/241. (046) (044)

A  
Su Excelencia  
Senhor Doutor Raul Sapena Pastor  
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

Senhor Ministro:

Com referência ao Artigo 12, Parágrafo 1º, 2º e 3º do Anexo A ao Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo do Brasil convém com o Governo do Paraguai no seguinte:

- os Diretores Geral, Técnico e Financeiro da Diretoria Executiva da ITAIPU serão nomeados pelo Governo do Brasil;
- os Diretores Jurídico, Administrativo e de Coordenação serão nomeados pelo Governo do Paraguai;
- os Diretores Adjuntos, previstos no Parágrafo 1º do citado Artigo 12, serão nomeados de tal maneira que a cada Diretor corresponda um Diretor Adjunto, de nacionalidade diferente da do titular;
- este acordo sobre nomeações dos Diretores e Diretores Adjuntos terá efeito durante os dois primeiros períodos de cinco anos;
- a partir do terceiro período, os Diretores e Diretores Adjuntos serão nomeados de acordo com o que convierem os dois Governos.

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de idêntico teor e mesma data, constituem acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Mário Gibson Barbosa.

Brasília, 26 de abril de 1973

M. G. B.

Senhor Ministro:

Com referência al Artículo 12, Parágrafo 1º, 2º y 3º del Anexo A. al Tratado celebrado en esta fecha entre la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil, tengo a honra de llevar al conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno del Paraguay conviene con el Gobierno del Brasil en lo siguiente:

- Los Directores Jurídico, Administrativo y de Coordinación del Directorio Ejecutivo de la ITAIPU serán nombrados por el Gobierno del Paraguay.
- Los Directores General, Técnico y Financiero serán nombrados por el Gobierno del Brasil;
- Los Directores Adjuntos, previstos en el Parágrafo 1º del citado Artículo 12, serán nombrados de tal manera que a cada Director corresponda un Director Adjunto, de nacionalidad diferente a la del titular;
- Este acuerdo sobre nombramientos de los Directores y de los Directores Adjuntos tendrá efecto durante los dos primeros periodos de cinco años;
- A partir del tercer periodo, los Directores y Directores Adjuntos serán nombrados de acuerdo con lo que conviniere los dos Gobiernos.

2. La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de idéntico tenor y misma fecha, constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta consideración.

FDB: Raul Sapena Pastor

A Su Excelencia  
Embajador Mario Gibson Barbosa  
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores  
Brasília



11. Para cada local foram examinados diferentes sistemas de obras, incluindo barragens, canais e casas de força, que totalizaram cerca de 50 diferentes esquemas de aproveitamento do potencial hidráulico. Simultaneamente, estabeleceram-se critérios básicos de avaliação que permitiram comparar os custos relativos dos diferentes esquemas desenvolvidos.

12. A utilização de tais índices comparativos ensejou a seleção preliminar de cinco esquemas com rentabilidades diferenciadas, tres dos quais o do canal e dois os canais de adução. Exame mais detido do assunto demonstrou que os esquemas dos canais de adução (que incluem barragem no ITAIPU ou duas barragens baixas combinadas, uma na Santa Maria e outra no ITAIPU) se revelavam economicamente mais interessantes. Por fim, a comparação entre os dois esquemas mais favoráveis permitiu determinar um custo de ordem de 20%, nos custos do empreendimento, caso fosse levado a efeito o projeto das duas barragens baixas combinadas.

13. Alargando tais conclusões, os trabalhos prosseguiram a concentrar-se no ITAIPU e Santa Maria, prosseguindo-se os estudos desses dois alternativos mais favoráveis.

14. O projeto denominado "Itaipu Alto" apresenta, entretanto, além de seu mais baixo custo, as seguintes vantagens:

- a) o aproveitamento não exigirá a construção de importantes diques longos (dêsluís);
- b) há espaço suficiente para focalizar a casa de força no pé da barragem, bastando, para tanto, escavação relativamente pequena na subleira;
- c) a pouca profundidade relativo do rio Itaipu facilitará, em muito, seu desvio, o que constitui, em obras dessa natureza, uma das fases críticas da construção;
- d) uma barragem construída nesse local para o nível normal máximo da variação da cota 220 permitiria, com elevação máxima de 23 metros, acumulação útil de aproximadamente 19 bilhões de metros cúbicos, o que seria de grande valor como elemento de regularização;
- e) facilidade de acesso ao local das obras, pela utilização de rodovias já existentes;
- f) finalmente, os custos de operação e manutenção da uma única central serão substancialmente inferiores aos que prevêem dois contratos.

15. Cumpre, porém, assinalar que a alternativa "Itaipu Baixo-Santa Maria", embora de custo mais elevado, poderá, entretanto, vir a ser finalmente adotada, dependendo do resultado dos estudos de viabilidade ora em execução.

16. Após referir-se às alternativas de localização, cabe-nos sintetizar os três importantes aspectos do projeto de aproveitamento hidroelétrico, quais sejam: o consumo, mercado consumidor, transmissão de energia e navegação.

17. No que diz respeito ao consumo, calcula-se que o custo final do projeto de Itaipu, incluindo todos os seus componentes diretos e indiretos, além dos juros durante a construção, excluindo a transmissão e as obras referentes à navegação, totaliza aproximadamente US\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de dólares norte-americanos), ou valores constantes de 1972, para uma capacidade geradora de 10.710.000 kw (14 unidades de 765.000 kw cada). O custo unitário da obra será, pois, de cerca de \$ 190.000 por kw instalado, considerando-se os mais baixos para um aproveitamento hidroelétrico desta natureza.

18. Quanto ao mercado consumidor, as perspectivas de expansão da demanda são de tal ordem que, até princípios da década de 1980, época prevista para a entrada em serviço das primeiras unidades geradoras de Itaipu, o consumo de energia elétrica do Estado brasileiro deverá crescer à razão média de pelo menos 2,0 milhões de kw por ano, o que assegure a absorção dos incrementos anuais da capacidade geradora daquela central elétrica, representados pela instalação de duas a três unidades por ano, durante um período de seis anos.

19. Com relação à transmissão da energia produzida no Itaipu aos centros consumidores do Brasil e do Paraguai, ficou decidido que os estudos pertinentes sejam realizados independentemente, em cada país, excluindo, portanto, do projeto binacional, as partes signatárias do Convênio de Cooperação estabeleceram que tais estudos deverão harmonizar-se com os do projeto de Itaipu.

20. Finalmente, cumpre assinalar que os consultores foram também incumbidos de analisar o problema de navegação ao longo do aludido trecho. Os estudos realizados, incluindo-se no relatório apresentado, concluem, em princípio, pela utilização técnica da navegação ao longo do aludido trecho. Os estudos realizados, incluindo-se no relatório apresentado, concluem, em princípio, pela viabilidade técnica de construção de um canal e obras naquela localidade.

21. Para criar os instrumentos que regulassem a execução do aproveitamento hidroelétrico pelos dois países, foi composto, a partir de outubro passado, grupo de trabalho formado por funcionários do Itacarami e da ELETRONOR, que, sob a supervisão do Senhor Ministro das Minas e Energia e ainda, elaboraram os primeiros textos dos anteprojetos de Tratado e de Estatuto da entidade binacional que ficaria encarregada da construção e operação da central elétrica.

22. Em fevereiro, março e abril, as negociações realizadas em Brasília, a Assunção, chegaram-se à estrutura final dos anteprojetos de Tratado, e seus Anexos, com base no relatório preliminar que indica, como melhor esquema de aproveitamento hidroelétrico daquele trecho do rio Paraná, a alternativa "Itaipu Alto". Tais anteprojetos receberam a alta aprovação de Vossa Excelência e se transformaram no Tratado assinado em 26 de corrente. O Tratado, o "Estatuto de Itaipu", que constitui seu Anexo A; a "Descrição Geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e das obras auxiliares", que corresponde a seu Anexo B; as "Bases financeiras e de prestação dos serviços de electricidade de Itaipu", seu Anexo C, formam um sistema normativo que permitirá a execução do aproveitamento hidroelétrico em apreço e sua posterior exploração. Na mesma data, foram trocadas entre mim e o Embaixador paraguaio, notas referentes ao crédito que o Governo brasileiro abrirá em favor da Administração Nacional da Electricidade - ANDE, do Paraguai, a garantia que o Governo brasileiro dará aos créditos que venham a ser contratados pela ITAIPU, os compromissos do Governo brasileiro de garantir que o total da potência contratada seja igual ao de potência instalada; e a designação, por parte dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países de

funcionários incumbidos de encaminhar os assuntos concernentes aos artigos XVIII, do artigo 19, e XXII, do Tratado; aos critérios a serem aplicados quanto à nomeação dos Diretores e Diretores Adjuntos; e ao entendimento dos dois Governos na matéria de navegação.

23. O referido ato internacional, além de definir seu objeto, estabelece direitos positivos referentes a soberania territorial e jurisdição.

24. Cria uma entidade binacional, a ITAIPU, que, como concessionária das Ativas Partes Contratantes, realizará o aproveitamento hidroelétrico daquela trecho do rio Paraná. Terá sede em Brasília e sua Assunção, Capitais reconhecidas como seu foro, relativamente às pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no Brasil e no Paraguai, aplicáveis as respectivas legislações. Quanto às questões de Direito de Trabalho e Previdência Social, ficou assinada a colaboração, dentro de noventa dias, contados a partir da troca dos instrumentos de Ratificação do Tratado, de um Protocolo adicional.

25. O capital da ITAIPU será suprido pelos respectivos Tesouros nacionais ou pelos organismos financiadores que os Governos indicarem, tendo ficando estabelecido que o Brasil adiantará ao Paraguai os recursos necessários para a integralização do montante atribuído àquele país. Para tanto, o Governo Brasileiro, através de um de seus organismos financeiros, concederá à ANDE empréstimo a longo prazo, com garantia das dividendos a que tiver jus, na base de 12% a.a., conforme previsto no Tratado, seus anexos e na nota sobre o assunto e que está em anexo. Os recursos complementares, necessários à execução do empreendimento, no que concerne à produção de energia elétrica, serão obtidos mediante operações de crédito no mercado interno e no exterior. Inclusive, prevê-se no Tratado, que, para tal fim, recursos da exportação de commodities previstas no Lei 13.744, de 17 de novembro de 1972. Exatamente, de acordo com as necessidades técnicas e de longo prazo, as condições comerciais com o mercado de projetos. Todas as operações terão a garantia do Tesouro Brasileiro, devendo a ITAIPU, submeter ao Banco Central do Brasil as notas e condições dos contratos, conforme estipula a Nota Trocada sobre o assunto, acima mencionada.

26. Com relação à mão-de-obra, foram acordados princípios tendentes a assegurar o aproveitamento equitativo do mercado de trabalho nos dois países.

27. No que tange à tributação, consagra o Tratado princípios usuais em entes de direito internacional de natureza, com o objetivo de, mediante certas isenções, reduzir ao mínimo os custos da investimento e dos serviços de energia elétrica.

28. Ratifica o Tratado o princípio já consagrado no Ato de Iguaçu, segundo o qual a energia produzida será dividida em partes iguais entre os dois países, reconhecido a cada um deles o direito de aquisição de energia que não for utilizada pelo outro. A fim de assegurar a estabilidade financeira da entidade, os países se comprometem a adquirir toda a potência instalada, através do ELETRONOR e da ANDE. As bases e condições dessas operações estão estipuladas no Anexo C, do Tratado e na nota sobre o assunto e que está em referência.

29. O Tratado prevê pagamentos pela entidade aos dois países, de royalties, em razão da utilização de sua natural representado pelo potencial hidráulico e, pagos em valores iguais a cada país, ficando incluídos no custo de serviço. O padrão de valor dos royalties será mantido constante, pelo menos crítico quanto ao capital.

30. Ficou, outrossim, estabelecido, no Tratado e em seu Anexo E, que a Alta Parte Contratante que ceder energia, à outra, receberá, a título de remuneração, trezentos dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora cedido.

31. Quanto a eventual divergência sobre a interpretação ou aplicação do Tratado e seus Anexos, ficou estabelecida sua solução através dos meios diplomáticos usuais, devendo ser designados, pelos respectivos Chefes de Estado, funcionários encarregados de encaminhar o assunto conforme previsto, na troca de notas e que se refere.

32. O Estatuto, que constitui o Anexo A do Tratado, fundamentando-se nos artigos pertinentes daquele instrumento, dispõe a respeito da denominação e objeto da entidade binacional, de seu capital e de sua administração. A respeito deste último ponto, cria um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva como órgãos administrativos máximos.

33. O Conselho de Administração será um órgão partidário, integrado por 12 Conselheiros e mais o Diretor-Geral e seu Adjunto que dele participarão, com voz e sem voto. De seis Conselheiros brasileiros serão nomeados pelo Governo, um dos quais terá proposta do Ministério das Relações Exteriores e dois, do ELETRONOR.

34. A Diretoria Executiva, constituída por igual número de nacionais dos dois países, compor-se-á do Diretor-Geral e dos Diretores Técnicos, Jurídico, Administrativo, Financeiro e de Coordenação. Cada Diretoria terá um Diretor Adjunto de nacionalidade diferente da do titular. Os Diretores e Diretores Adjuntos serão nomeados de acordo com os critérios estabelecidos nas notas que, sobre o assunto, foram trocadas entre os dois Governos, cujo texto figura entre os anexos à presente Exposição de Motivos. As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor-Geral o voto de desempate.

35. O capital da entidade, ao qual se refere anteriormente, foi fixado em montante equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem bilhões de dólares norte-americanos), valor esse que está mencionado na nota original.

36. O Anexo B constitui uma descrição geral do projeto, explicitando os seguintes pontos:

- localização;
- disposição geral; e
- componentes principais.

37. Finalmente, o Anexo C dispõe, como o próprio título indica, sobre as "Bases financeiras e de prestação dos serviços de electricidade de ITAIPU", dividindo-se em quatro partes que tratam especialmente de:

- definições sobre as entidades contratantes, potências a contratar, os custos financeiros e despesas de exploração;
- condições de suprimento de energia elétrica contratada e bases de



- contratos de compra e venda de energia pelas entidades de cada país;
- composição do custo do serviço;
- disposições sobre a receita e faturamento.

38. O Tratado, objeto da presente Exposição de Motivos, consagra o aproveitamento, por dois Estados, dentro de uma absoluta igualdade, de um trecho de rio que lhes é contíguo. Fazendo-o, egos dentro das suas inquestionáveis direitas de livre e soberano aproveitamento de recursos naturais que lhes são comuns. A grande obra a que nos propomos, o maior empreendimento binacional que registra a História, e o mais extraordinário exemplo do aproveitamento hidroelétrico, contribuirá poderosamente para o desenvolvimento dos dois países. Tornará ainda mais estreitas as laços de amizade fraternal que nos unem à nobre nação paraguaiense e mais próximas a franco-brasileira colaboração que caracteriza as nossas relações.

39. Assim, Senhor, particularmente grato encareço a Vossa Excelência a convicção do Governo Brasileiro substituir o presente Tratado e seus Anexos, quando, por tanto, necessária a prévia aprovação do Congresso Nacional, conforme os termos do artigo 44, Inciso I, da Constituição Federal.

40. Tenho, pois, a honra de submeter-lhe projeto de Mensagem ao Congresso, para que Vossa Excelência, se assim houver por bem, encaminhe os anexos textos à aprovação do Poder Legislativo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito.

- Mário Gibson Barbosa.

(Mensagem e Exposição de Motivos, no Dúbia do Congresso Nacional, Sessão I, de 05.05.73, páginas 1.171/6, e Sessão II, de 29.05.73, páginas 1.527/38).

#### DOCUMENTO Nº A

MENSAGEM PRESIDENCIAL Nº 140, DE 11.05.73  
(SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA ITAIPU)

Acompanhada da Exposição de Motivos do Ministro das Minas e Energia, nº 323, de 11.05.73, submetendo ao Congresso Nacional projeto de lei sobre a aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1º do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossa Excelências, acompanhada da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, o anexo Projeto de Lei que "dispõe sobre a aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU e de outras providências".

Brasília, em 11 de maio de 1973 - Enélio G. Médici.

#### DOCUMENTO Nº A.1

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 323/73, DE 09.05.73,  
DO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

L.M. nº 323/73

Em 9 de maio de 1973.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A nova política de energia elétrica do Brasil vem sendo implantada de forma prudente, porém, sem vacilações. As medidas já adotadas convergem para uma organização compatível com a dimensão territorial do Brasil, com seu rápido crescimento econômico, com vistas, fundamentalmente, à eficiência e à segurança no suprimento de energia a todo o País.

2. Não se tem procurado copiar qualquer solução externa nem se tem partido de uma concepção abstrata da organização local, foram sendo sucessivamente adotados os passos que se tornavam necessários a cada momento e com base na realidade histórica, para alcançar os objetivos estabelecidos.

3. O progresso obtido no setor, tanto no que se refere à capacidade de produção como à extensão progressiva dos benefícios dos serviços de energia elétrica e um número cada vez maior de núcleos populacionais do País, nos induz à adoção de nova providência, no mesmo sentido. Esta se acha consubstanciada no Projeto de Lei que tenho a honra de encaminhar com a presente Exposição de Motivos, à apreciação de Vossa Excelência.

4. A concepção fundamental da organização que se vem estabelecendo consiste em atribuir à Central Elétrica Brasileira S.A. - ELETROBRÁS as funções de coordenação técnica, financeira e administrativa e de orientação geral do programa de expansão e de atualização do setor de energia elétrica; em reter em poder do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, órgão de Administração Direta do Ministério das Minas e Energia, a competência inerente ao poder concedente, ou seja, a concessão de instalações, fiscalização técnica e financeira dos serviços concedidos e a

aprovação dos projetos; e, finalmente, descentralizar a atividade executiva, de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, tendo em vista a diversidade e a dimensão geográficas do País.

5. No que se refere à ação no sentido da descentralização executiva, é admitida uma grande flexibilidade, consistindo em empresas concessionárias que são subsidiárias da ELETROBRÁS e, portanto, de âmbito federal, empresas de economia mista, estas duas, empresas particulares e algumas empresas municipais. Estas últimas, considero os interessados, na sua maioria, para atender os requisitos da moderna organização econômica e social, estão sendo incorporadas, sob processo incessante, às empresas de âmbito estadual, em cuja área estejam localizadas.

6. No ritmo em que se expande a política de abanque dos serviços, isolados e sua integração aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica que vão sendo criados, é possível, Senhor Presidente, que dentro de 5 a 10 anos, tenhamos constituído toda a distribuição de energia elétrica do País em um número limitado de empresas que por seus dimensões poderão dispor, todas elas, de um corpo técnico e administrativo eficiente e capaz de conduzi-las a um contínuo progresso ao benefício do bem-estar econômico e social do País e de cada região.

7. Ao longo do processo de reorganização, em curso, já foram transferidas para o âmbito das correspondentes empresas de economia mista algumas atividades do Governo Federal através da ELETROBRÁS, no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Alagoas, na Bahia, em Minas Gerais, no Paraná e no Rio Grande do Sul, tendo sido iniciado o processo de transferência da subsidiária da ELETROBRÁS, no Estado de São Paulo, para a respectiva empresa estadual.

8. Ao mesmo tempo, as grandes subsidiárias da ELETROBRÁS cujo âmbito de atuação é regional as configuram cada vez mais como responsáveis por parte substancial do suprimento de energia em cada região, bem como pela interligação dos sistemas de in-teresse estadual. Em três regiões do País a interligação dos sistemas atingiu, hoje, elevado grau de unidade e de interdependência: em primeiro lugar, na Região Sudeste; em segundo lugar, na Região Nordeste, que agora, inclusive, compreende tanto o Nordeste Oriental como o Ocidental, através da incorporação da Cia. Hidroelétrica de São Francisco à Companhia Hidroelétrica de São Francisco - CHESF e, em terceiro, na Região Sul. Paralelamente, por algum tempo, sistemas locais da Região Amazônica.

9. Em toda essa evolução, tem sido preocupação constante desta Secretaria de Estado instituir uma organização e um sistema que assegurem a melhor utilização dos recursos naturais. Na Região Nordeste, estando a totalidade da geração de energia e cargo de uma única empresa, a CHESF, de âmbito regional e subsidiária da ELETROBRÁS, o problema não apresenta qualquer contradição entre o interesse de empreendedores locais e o da empresa federal, nem sob o ponto de vista do emprego dos recursos naturais, nem sob o ponto de vista da segurança de abastecimento. De nenhuma forma os empreendedores isolados do Norte do País não são obrigados a qualquer problema de contradição na utilização dos recursos ou na operação integrada. O mesmo, entretanto, não acontece nas Regiões Sudeste e Sul, fortemente interligadas, onde coexistem instalações de produção de energia hidroelétrica e térmica, estas últimas consumindo tanto carvão mineral quanto derivados de petróleo.

10. Com vistas a adquirir experiência na difícil tarefa de garantir eficiente operação de tais sistemas, estão funcionando, há algum tempo, de maneira flexível e informal, os Comitês Coordenadores de Operação Interligados, tendo sido instalado o primeiro, da Região Sudeste, no ano de 1967, e o segundo, da Região Sul, em 1972. Os resultados obtidos com o encontro mensal, e conhecimento recíproco e o entendimento entre as empresas componentes de cada um dos sistemas têm sido altamente satisfatórios, no sentido da possibilidade de conciliação entre o interesse de cada uma das empresas e o interesse regional ou nacional, em vistas ao máximo e melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis.

11. Sob dois aspectos, no entanto, não tem sido plenamente satisfatória a coordenação realizada por esses Comitês. Em primeiro lugar, no que se refere à distribuição dos ônus decorrentes da utilização de combustíveis fósseis, na complementação dos sistemas predominantemente hidroelétricos. Em segundo lugar, no que se refere à distribuição das vantagens e dos ônus decorrentes da utilização dos recursos hidroelétricos das diversas empresas concessionárias.

12. Neste sentido, portanto, há oportunidade de institucionalização de uma comissão permanente, de âmbito nacional, para estudar, sob o aspecto de princípios, que permita a nacional distribuição dos ônus e vantagens resultantes da operação integrada dos sistemas térmicos e hidroelétricos.

13. Nessa estágio da evolução do sistema surge, como empreendimento necessário e destinado a representar importante papel em toda a economia energética nas Regiões Sudeste e Sul do País, na década de 1980, o aproveitamento binacional entre o Brasil e a República do Paraguai, do potencial hidroelétrico existente entre o Salto de Sete Quedas ou Salto do Cuíra e a Foz do Iguaçu, no rio Paraná. Esse empreendimento objeto do Tratado assinado em Brasília, em 26 de abril próximo passado, encontra-se, em dificuldade, na programação geral do setor de energia elétrica nacional, mas, por sua vez, exige novas providências no sentido de organização que há longos anos se vem buscando por etapas sucessivas.

14. Com efeito, conforme estabelecido no Artigo III do Tratado, e nos artigos 1º e 2º do seu anexo A, o aproveitamento dos aludidos recursos será efetuado por intermédio de uma entidade binacional denominada ITAIPU. Além disso, conforme está pautado no Anexo C do Tratado e no Note Reversal nº 3 entre o Governo Brasileiro e o Governo Paraguaiense, com relação à obrigatoriedade da utilização de toda energia produzida na central elétrica de Itaipu cujos salientes que a potência que será parte à disposição do Brasil pela ITAIPU constituirá reforço considerável do suprimento às Regiões Sudeste e Sul. Consequentemente há necessidade de ser disciplinada a operação dos sistemas elétricos daquelas Regiões, de forma a assegurar a prioridade na utilização da referida potência.

15. Dadas as características favoráveis da energia oriunda desse empreendimento, impõe-se uma distribuição racional e justa nas Regiões Sudeste e Sul, na medida proveniente da central elétrica de Itaipu de forma a proporcionar a todos os consumidores daquelas Regiões o benefício do custo relativamente baixo desta potência. Para este fim, é ainda indispensável a construção do sistema de transmissão

para o transporte da energia gerada em ITAIPU aos mercados consumidores, e que tem a tarefa de grande envergadura técnica e financeira, exigindo longo planejamento e período de execução.

16. Esse programa deverá ser executado concomitantemente com a construção da central elétrica de ITAIPU de forma que a energia por esta produzida possa ser utilizada tão logo seja completada sua construção, o que torna urgente definir, desde logo, as responsabilidades pela sua execução.

17. Julgamos, pois, Senhor Presidente, ser este o momento oportuno para que seja feita uma posse no sentido de organização de energia elétrica, visando as:

- 1 - consolidar a posição de ELETROBRÁS como coordenadora e orientadora técnica, financeira e administrativa do setor de energia elétrica;
- 2 - definir, com maior precisão, o papel das subsidiárias de ELETROBRÁS de âmbito regional com funções exclusivas de geração, transmissão e interligação dos sistemas nas respectivas áreas de atuação;
- 3 - definir a responsabilidade pela aquisição de totalidade dos serviços de eletricidade a serem postos à disposição do Brasil pelo ITAIPU, bem como pela sua transmissão e entrega aos principais mercados consumidores;
- 4 - garantir a justa repartição dos benefícios da energia, altamente econômica, oriunda de ITAIPU entre todos os consumidores das regiões que possam obter energia com vantagens;
- 5 - garantir racional utilização dos recursos hidráulicos correspondentes com o aproveitamento no Território Nacional, respectivamente nas Regiões Sudeste e Sul, bem como prover a compatibilização dessas

objetivos com a plena utilização da energia proveniente do Itaipu e assegurando, ao mesmo tempo, a participação adequada de todas as restantes fontes hidroelétricas no atendimento do mercado;

- 6 - garantir racional utilização das usinas termelétricas de complementação dos sistemas hidroelétricos, de forma a evitar desperdício, seja de recursos hidráulicos disponíveis, seja de combustível, especialmente daqueles nacionais e importados;
- 7 - estabelecer o instrumental executivo, bem como os princípios econômicos através dos quais a racional utilização dos recursos naturais se faça ao benefício global, sem prejuízo de qualquer das empresas concessionárias do sistema interligado;
- 8 - definir programas de médio e longo prazos, tanto de obras de geração como de troncos da transmissão, que evitem a duplicação de esforços e que garantam a segurança operativa do sistema, pelo menor custo possível, para o consumidor final da energia.

18. Como se vê, a maioria das definições necessárias já se tornou oportuna independentemente de ITAIPU. A assinatura do Tratado com a República do Paraguai, além de exigir algumas providências a ele especificamente ligadas, tornou urgente a implantação das medidas acima enumeradas. Preliminarmente faz-se necessário indicar no âmbito de ELETROBRÁS e de suas duas subsidiárias de âmbito regional, e, subsequentemente, em todas as concessionárias de distribuição de energia Sudeste e Sul, um processo de preparação de nível técnico e administrativo e de elaboração de um programa financeiro para execução das obras, em tempo hábil, sem riscos de deficiência na execução de capacidade de transmissão e de entrega de energia solicitada pelos consumidores finais, na década de 1980.

19. Acreditamos, Senhor Presidente, que as fórmulas encontradas no anexo do projeto de lei garantem o estabelecimento da disciplina necessária à realização eficiente, segura e econômica de um programa de tão grande envergadura como o que vai ser levado a efeito no próximo decênio, no setor de energia elétrica do País. Tudo isto será realizado sem o sacrifício da autonomia operativa de cada uma das empresas que compõem este complexo sistema, especialmente nas Regiões Interligadas Sudeste e Sul.

Renovamos a Vossa Exatidão os protestos do nosso mais profundo respeito. - Antônio Otton Leite.

DOCUMENTO Nº 4,2

PROJETO DE LEI Nº 8, DE 1971 (CM)

Dispõe sobre a aquisição dos serviços de eletricidade de ITAIPU e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Compete à Central Elétrica Brasileira S/A - ELETROBRÁS, como órgão de coordenação técnica, financeira e administrativa do setor de energia elétrica, promover a construção e a operação, através de subsidiárias de âmbito regional, de centrais elétricas de interesse supra-estadual e de sistemas de transmissão de alta e extra-alta tensão, que visem à integração interregional dos sistemas elétricos, bem como dos sistemas de transmissão destinados ao transporte da energia elétrica produzida no aproveitamento energético binacional.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá promover a encenação de linhas de transmissão pertencentes a empresas concessionárias de âmbito estadual e cuja função principal seja a transmissão ou intercâmbio de energia entre Estados, mantendo-se sob a administração de ELETROBRÁS, que poderá atribuir a operação e a manutenção das mesmas a empresas concessionárias de serviços de energia elétrica.

Art. 2º São consideradas subsidiárias de ELETROBRÁS de âmbito regional:

1 - Central Elétrica do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL, com atuação nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;

II - FURNAS - Central Elétrica S/A, com atuação no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, Espírito Santo,

Goiás e Mato Grosso, entre dois últimos, respectivamente, ao Sul dos paralelos de 15º 30' (quinze graus e trinta minutos) e 16º (dezesseis graus);

III - Companhia Hidrelétrica de São Francisco - CHESF, com atuação nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão;

IV - Central Elétrica do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, com atuação nos Estados de Goiás, Mato Grosso, respectivamente, ao norte dos paralelos de 15º 30' (quinze graus e trinta minutos) e 16º (dezesseis graus), Pará, Amazonas e Acre e Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Roraima.

Parágrafo Único - Poderão ser consideradas, por decreto, como de âmbito regional, ou das subsidiárias de ELETROBRÁS, bem como promovida a redificação das áreas de atuação de cada uma delas.

Art. 3º A totalidade dos serviços de eletricidade de ITAIPU que, pelo Tratado celebrado em 26 de abril de 1973 com a República do Paraguai para o aproveitamento hidroelétrico do trecho do rio Paraná entre o Salto Grande de Sete Quedas do Salto do Guaira e a Força do Rio Iguaçu, o Brasil se obrigou a adquirir, será preferencial e compulsoriamente utilizada pelas empresas concessionárias nos termos desta lei.

Art. 4º Ficam designadas as subsidiárias de ELETROBRÁS, FURNAS e ELETROSUL, para a aquisição de totalidade dos mencionados serviços de eletricidade de ITAIPU.

Art. 5º FURNAS e ELETROSUL celebrarão contratos com o ITAIPU com duração de 20 (vinte) anos, conforme previsto no Anexo C do referido Tratado, com base nos mercados de energia elétrica nas respectivas áreas de atuação no ano anterior ao de celebração dos contratos.

Parágrafo Único - Para os fins de programação de instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, bem como dos estudos estabelecidos no art. 10, será feita estimativa de divisão entre FURNAS e ELETROSUL, de totalidade da potência e energia postas à disposição do Brasil por ITAIPU, com base nos mercados de energia elétrica nas respectivas áreas de atuação no ano de 1972.

Art. 6º FURNAS e ELETROSUL construirão e operarão, na forma da legislação vigente, os sistemas de transmissão de extra-alta tensão, ligando a central elétrica de ITAIPU aos seus sistemas, bem como as aplicações que se fizerem necessárias nos respectivos sistemas de transmissão já existentes, para o transporte da energia produzida em ITAIPU aos mercados consumidores das suas áreas de atuação.

§ 1º - A construção de instalações terminais e de análise de transmissão de alta tensão que se fizerem necessárias à entrega de energia de ITAIPU a regiões metropolitanas, ficará também a cargo de FURNAS e ELETROSUL.

§ 2º - Na construção desses sistemas de transmissão serão utilizados recursos previstos no art. 2º, item IV, alínea e, da Lei Nº 5.624, de 14 de novembro de 1972.

Art. 7º As seguintes empresas concessionárias: Central Elétrica de São Paulo S/A - CESP, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, Central Elétrica de Minas Gerais S/A - CERMG, LIGHT - Serviços de Eletricidade S/A, Espírito Santo Central Elétrica S/A - ESCELSA, Companhia Brasileira de Energia Elétrica - CBEE, Central Elétrica Fluminense S/A - CELF, Companhia de Eletricidade do Brasil - CEB, Central Elétrica de Goiás S/A - CELG e Central Elétrica Matogrossense S/A - CEMAT terão o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura dos contratos aludidos no art. 5º para celebrar contratos com FURNAS, de 20 (vinte) anos de prazo, para utilização, em conjunto, de totalidade da potência contratada por FURNAS com ITAIPU, e de totalidade da energia vinculada a essa potência contratada, nos termos do Anexo C do Tratado referido no art. 3º.

Parágrafo Único - O contrato que for celebrado entre FURNAS e CESP incluirá o percentual de potência e energia adquirida por FURNAS à ITAIPU, destinada ao sistema de LIGHT, no Estado de São Paulo, parcela essa que será suprida através da CESP.

Art. 8º As seguintes empresas concessionárias: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEC, Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL e Central Elétrica de Santa Catarina S/A - CELESC terão o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura dos contratos aludidos no art. 5º para celebrar contratos com ELETROSUL de 20 (vinte) anos de prazo, para utilização, em seu conjunto, de totalidade da potência contratada pela ELETROSUL com ITAIPU e de totalidade da energia vinculada a essa potência contratada, nos termos do Anexo C do Tratado referido no art. 3º.

Art. 9º A potência contratada com FURNAS e ELETROSUL pelas empresas concessionárias mencionadas nos artigos 7º e 8º será repartida, na proporção da energia por elas vendida no ano anterior àquele em que serão celebrados os contratos, a seus consumidores finais e a empresas concessionárias que não as mencionadas nos citados artigos.

Parágrafo Único - Caso a evolução do mercado de energia elétrica de qualquer dentre as empresas concessionárias mencionadas nos artigos 7º e 8º venha a justificar revisão das potências e da energia por elas contratadas, modificar-se-á tal procedimento, desde que a revisão pretendida possa ser compensada pela revisão das potências e da energia contratadas pelas restantes empresas concessionárias e a juízo do Ministério de Minas e Energia.

Art. 10. As empresas concessionárias mencionadas nos artigos 7º e 8º terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data em que entrar em vigor o Tratado referido no art. 3º, para celebrar convênios, respectivamente com FURNAS e ELETROSUL, com a intervenção do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAAE e de ELETROBRÁS, objetivando os suprimentos determinados neste lei.

§ 1º - Para os fins desses convênios, as potências previstas para contratação pelas aludidas empresas concessionárias serão proporcionais à energia por elas vendida no ano de 1972, a seus consumidores finais e a empresas concessionárias que não as mencionadas nos artigos 7º e 8º.

§ 2º - Por ocasião da celebração dos contratos referidos nos artigos 7º e 8º, as potências serão reajustadas conforme disposto no art. 9º.

Art. 11. As potências previstas nos contratos a que se refere o artigo 7º e 8º deverão ser consideradas como adicionais à maior potência constante dos contratos entre FURNAS e ELETROSUL e as empresas concessionárias das áreas de atuação respectivas, vigentes na data desta Lei ou que vierem a vigorar até a entrada em operação da central elétrica do ITAIPU.

Art. 12. A coordenação operacional dos sistemas interligados das Regiões Sudeste e Sul será efetuada, em cada uma dessas regiões, por um Grupo Coordenador para Operação Interligada, integrado por representantes das ELETROBRÁS e respectivas empresas concessionárias mencionadas nos artigos 7º e 8º.

§ 1º - A critério de ELETROBRÁS poderão integrar os referidos Grupos outras empresas participantes dos sistemas interligados.

§ 2º - O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE designará representantes junto aos Grupos para participarem de seus trabalhos como observadores.

§ 3º - Os Grupos serão organizados e dirigidos pela ELETROBRÁS.

§ 4º - Sem efeito suspensivo do trabalho dos Grupos, ou divergências entre as ELETROBRÁS e as empresas concessionárias participantes dos mesmos, serão dirigidos pelo Ministro das Minas e Energia por meio de recurso da parte interessada encaminhado ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 13. A coordenação operacional, a que se refere o artigo anterior, terá por objetivo principal a utilização racional das instalações geradoras e de transmissão existentes e que vierem a existir nos sistemas interligados das Regiões Sudeste e Sul, assegurando ainda:

- I - que se dê utilização prioritária à potência e energia produzidas na central elétrica do ITAIPU;
- II - que se dêem as vantagens decorrentes das variações de condições hidrológicas em relação ao período hidrológico cíclico sejam aproveitadas em todas as empresas concessionárias daqueles sistemas, de acordo com critérios que serão estabelecidos pelo Poder Executivo;
- III - que as áreas e vantagens decorrentes do consumo dos combustíveis fósseis, para atender às necessidades dos sistemas interligados ou por imposição de interesse nacional, sejam aproveitadas em todas as empresas concessionárias daqueles sistemas, de acordo com critérios que serão estabelecidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - A coordenação operacional poderá entender os princípios estabelecidos neste artigo, à operação conjugada de ambos os sistemas, a critério da ELETROBRÁS.

Art. 14. A partir da data de entrada em vigor desta Lei, qualquer concessão ou autorização para novas instalações geradoras ou de transmissão em extra-alta tensão nas Regiões Sudeste e Sul, levará em conta a utilização prioritária da potência e da energia que serão postas à disposição do Brasil pelo ITAIPU, a adquiridas por FURNAS e ELETROSUL.

Art. 15. A ELETROBRÁS submeterá ao Ministro das Minas e Energia:

- I - até 31 de dezembro de 1973, o plano da instalação necessária ao atendimento das necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Sul até 1981;
- II - até 31 de dezembro de 1974, e extensão desse plano até 1990, levando em conta a construção da central elétrica do ITAIPU, bem como das centrais geradoras indispensáveis à complementação da produção da qual central elétrica.

Art. 16. O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da data de vigência desta Lei, regulamentará os artigos 12 a 15.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de maio de 1973.

- (A Mensagem e a Exposição de Motivos foram publicadas no Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, página 157)

- Em seguida, o Diário do Congresso Nacional transcreveu o Tratado com o Paraguai e seus Anexos.

## DOCUMENTO Nº 3

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 30.05.73

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Filinto Múller, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 23, DE 1973

Aprova os textos do Tratado para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes ao condomínio dos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até e for do Rio Iguaçu, e de seus Anexos, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 24 de abril de 1973, bem como os dois textos trocados entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

Art. 1º São aprovados os textos do Tratado para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes ao condomínio dos dois países,

desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até e for do Rio Iguaçu, e de seus Anexos, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 24 de abril de 1973, bem como os dois textos trocados entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

Art. 2º Esta decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de maio de 1973. - Filinto Múller, Presidente do Senado Federal.

(Diário do Congresso Nacional, Sessão II, de 01.06.73, página 1659)  
Em seguida ao Decreto-Lei, o Diário do Congresso Nacional transcreveu o Tratado e seus Anexos.

## DOCUMENTO Nº 4

LEI Nº 5.899, DE 5 DE JULHO DE 1973

Dispõe sobre a aquisição dos serviços de eletricidade do ITAIPU e de outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Compete à Central Elétrica Brasileira S.A. - ELETROBRÁS - , como órgão de coordenação técnica, financeira e administrativa do setor de energia elétrica, promover a construção e a respectiva operação, através de subsidiárias de âmbito regional, de centrais elétricas de interesse supra-estadual e de sistemas de transmissão em alta e extra-alta tensões, que visem a integração interestadual dos sistemas elétricos, bem como dos sistemas de transmissão destinados ao transporte da energia elétrica produzida em aproveitamento energéticos binacionais.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá manter sob a administração da ELETROBRÁS linha de transmissão cuja função seja a transferência ou interligação de energia entre Estados, encomenda de empresa concessionária de âmbito estadual, desde que localizada fora do Estado em que opere esta concessionária.

Art. 2º São consideradas subsidiárias da ELETROBRÁS de âmbito regional:

- I - Central Elétrica do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL, com atuação nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;
- II - FURNAS - Central Elétrica S.A., com atuação no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, entre dois últimos, respectivamente, no Sul dos Estados de 15º 30' (quinze graus e trinta minutos) e 18º (dezoito graus);
- III - Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, com atuação nos Estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão;
- IV - Central Elétrica do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, com atuação nos Estados de Goiás, Mato Grosso, respectivamente, ao norte dos paralelos de 15º 30' (quinze graus e trinta minutos) e 18º (dezoito graus), Pará, Amazonas e Acre e Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá.

Parágrafo Único - Poderão ser consideradas, por decreto, como de âmbito regional, outras subsidiárias da ELETROBRÁS, bem como promovida a redução das áreas de atuação de cada uma delas.

Art. 3º A totalidade dos serviços de eletricidade do ITAIPU, Usina do Itaipu, com, pelo Tratado celebrado em 24 de abril de 1973, com a República do Paraguai, para o aproveitamento hidroelétrico do trabalho do Rio Paraná entre o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá e a For do Rio Iguaçu, a Brasil ao adquirir, será utilizado pelas empresas concessionárias, nas partes que lhes forem destinadas pelo Poder Concedente.

Art. 4º Ficam designadas as subsidiárias da ELETROBRÁS, FURNAS e ELETROSUL, para a aquisição da totalidade dos mencionados serviços de eletricidade, do ITAIPU.

Art. 5º FURNAS e ELETROSUL celebrarão contratos com o ITAIPU com duração de 20 (vinte) anos, conforme previsto no Anexo C do referido Tratado, com base nos contratos de energia elétrica nos respectivos áreas de atuação no ano anterior ao de celebração dos contratos.

Parágrafo Único - Para os fins da programação de instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, bem como dos estudos estabelecidos no art. 10, será feita estimativa do divólio entre FURNAS e ELETROSUL, da totalidade da potência e energia postas à disposição do Brasil por ITAIPU, nos seus mercados de energia elétrica nas respectivas áreas de atuação no ano de 1980.

Art. 6º FURNAS e ELETROSUL construirão e operarão os sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como as aplicações que se fizerem necessárias nos seus respectivos sistemas já existentes, para o transporte de energia do ITAIPU até os pontos de entrega às empresas concessionárias referidas nos artigos 7º e 8º.

§ 1º - A construção de instalações terminais e de interligações entre as mesmas, que se fizerem necessárias à entrega de energia do ITAIPU a regiões metropolitanas, ficará também a cargo de FURNAS e ELETROSUL.

§ 2º - Na construção desses sistemas de transmissão serão utilizados recursos previstos no art. 2º, item IV, alínea e, da Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972.

§ 3º - As empresas concessionárias de âmbito Estadual construirão e operarão os sistemas de transmissão que se fizerem necessários para o transporte e distribuição de energia proveniente do ITAIPU, sob a forma de FURNAS e ELETROSUL, nos pontos de entrega referidos neste artigo, bem como as instalações que se fizerem necessárias em seus próprios sistemas.

Art. 7º As seguintes empresas concessionárias: Centrais Elétricas de São Paulo S.A. - CESP, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG, LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - COELSA, Companhia Brasileira de Energia Elétrica - COBE, Centrais Elétricas Fluvienses S.A. - CELF, Companhia de Eletricidade do Brasil - CEB, Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CEG, e Centrais Elétricas Mogiense S.A. - CEM, terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura dos contratos referidos no artigo 5º, para celebrar contratos com FURNAS, de 20 (vinte) anos - de prazo, para utilização em conjunto da totalidade da potência contratada por FURNAS com ITAIPU e da totalidade da energia vinculada a essa potência contratada dentro do mesmo espírito do Tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, anexo C.

Parágrafo Único - O contrato que for celebrado entre FURNAS e CESP incluirá a entrega da potência a energia adquirida por FURNAS a ITAIPU, destinada ao sistema de LIGHT, no Estado de São Paulo, parcela essa que será suprida através da CESP.

Art. 8º As seguintes empresas concessionárias: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CECE, Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL e Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CEELEC terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura dos contratos referidos no artigo 5º, para celebrar contratos com ELETROSUL, de 20 (vinte) anos de prazo, para utilização, em seu conjunto, da totalidade da potência contratada pela ELETROSUL com ITAIPU e da totalidade da energia vinculada a essa potência contratada, dentro do mesmo espírito do Tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai em 26 de abril de 1973, anexo C.

Art. 9º A potência contratada com FURNAS e ELETROSUL pelas empresas concessionárias mencionadas nos artigos 7º e 8º será retida, na proporção de energia por elas vendida no ano anterior àquele em que serão celebrados os contratos, e suas concessionárias finais e as empresas concessionárias que não as mencionadas nos citados artigos.

Parágrafo Único - Caso a evolução do mercado de energia elétrica de qualquer dentro as empresas concessionárias mencionadas nos artigos 7º e 8º venha a justificar revisão da potência e da energia por elas contratadas, admitir-se-á tal procedimento, desde que a revisão pretendida possa ser compensada pela revisão das potências e da energia contratadas pelas restantes empresas concessionárias e a juízo do Ministro das Minas e Energia.

Art. 10. As empresas concessionárias mencionadas nos artigos 7º e 8º terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data em que entrar em vigor o Tratado referido no art. 3º, para celebrar convênios, respectivamente com FURNAS e ELETROSUL, com a intervenção do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE e de ELETROBRÁS, objetivando os suprimentos determinados nesta Lei.

§ 1º - Para os fins desses convênios, as potências previstas para contratação pelas citadas empresas concessionárias serão proporcionais à energia a ser por elas vendida no ano de 1980, e suas concessionárias finais e as empresas concessionárias que não as mencionadas nos artigos 7º e 8º, de acordo com as projeções ordenadas e aprovadas em seu conjunto, pela ELETROBRÁS.

§ 2º - Por ocasião da celebração dos contratos referidos nos artigos 7º e 8º, essas potências serão reajustadas conforme disposto no art. 9º.

Art. 11 As potências previstas nos contratos a que se referem os artigos 7º e 8º, deverão ser consideradas como adicionais à maior potência constante dos contratos entre FURNAS e ELETROSUL e as empresas concessionárias das duas de atuação respectivas, vigentes na data desta Lei ou que vierem a vigorar até a entrada em operação da central elétrica de ITAIPU, respeitadas as condições específicas de cada contrato.

Art. 12 A coordenação operacional dos sistemas interligados das Regiões Sudeste e Sul será efetuada, em cada uma dessas regiões, por um Grupo Coordenador para Operação Interligada, integrado por representantes de ELETROBRÁS e representantes das empresas concessionárias mencionadas nos artigos 7º e 8º.

§ 1º - A critério de ELETROBRÁS poderão integrar os referidos Grupos outras empresas participantes dos sistemas interligados.

§ 2º - O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, designará representantes junto aos Grupos para participarem de seus trabalhos como observadores.

§ 3º - Os Grupos serão organizados e dirigidos pela ELETROBRÁS.

§ 4º - Sem efeito suspensivo do trabalho dos Grupos, as divergências entre as ELETROBRÁS e as empresas concessionárias participantes dos mesmos, serão dirimidas pelo Ministro das Minas e Energia, por meio de recurso da parte interessada encaminhado ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 13. A coordenação operacional, a que se refere o artigo anterior, terá por objetivo principal o uso racional dos instalações geradoras e de transmissão existentes e que vierem a existir nos sistemas interligados das Regiões Sudeste e Sul, assegurando ainda:

- I - que se dê utilização prioritária à potência e energia produzida na central elétrica de ITAIPU;
- II - que os ônus e vantagens decorrentes das variações de condições hidrológicas em relação ao período hidrológico crítico sejam rateados entre todas as empresas concessionárias daqueles sistemas, de acordo com critérios que serão estabelecidos pelo Poder Executivo;
- III - que os ônus e vantagens decorrentes do consumo dos combustíveis fósseis, para atender às necessidades dos sistemas interligados ou por imposição de interesse nacional, sejam rateados entre todas as

empresas concessionárias daqueles sistemas, de acordo com critérios que serão estabelecidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - A coordenação operacional poderá entender os princípios estabelecidos neste artigo, a operação conjunta de ambos os sistemas, a critério de ELETROBRÁS.

Art. 14 A partir da data de entrada em vigor desta Lei, qualquer concessão ou autorização para novas instalações geradoras ou de transmissão ou extração de energia nas Regiões Sudeste e Sul, levará em conta a utilização prioritária de potência e energia que terão prioridade à disposição do Brasil pela ITAIPU, e adquirida por FURNAS e ELETROSUL.

Parágrafo Único - A ELETROBRÁS será previamente consultada sobre qualquer concessão ou autorização requerida ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 15 A ELETROBRÁS submeterá ao Ministro das Minas e Energia:

- I - até 31 de dezembro de 1973, o plano de instalações necessárias ao atendimento das necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Sul até 1981;
- II - até 31 de dezembro de 1974, a extensão desse plano até 1990, levando em conta a construção de central elétrica de ITAIPU, bem como das centrais geradoras indispensáveis à complementação da produção daquela central elétrica.

Art. 16 O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da data de vigência desta Lei, regulamentará os artigos 12 e 13.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1973; 152º de Independência e 85º da República.  
Emílio G. Médici  
Benjamin Mório Baptista

(Diário Oficial, Seção I, Parte 1, de 09.07.73, páginas 6.593/4).

DOCUMENTO Nº 7

DECRETO Nº 72.707, DE 28 DE AGOSTO DE 1973

Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes ao Condomínio dos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande do Sete Quedas ou Salto de Gueira até a Foz do Rio Iguazú, bem como as seis Notas trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

O Presidente da República

havendo sido aprovado, pelo Decreto Legislativo nº 23, de 30 de maio de 1973, o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes ao Condomínio dos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande do Sete Quedas ou Salto de Gueira até a Foz do Rio Iguazú, concluído em Brasília, a 26 de abril de 1973, bem como as seis Notas então trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países;

Havendo os Instrumentos de Ratificação sido trocados, em Assunção, a 13 de agosto de 1973;

E havendo o referido Tratado, em conformidade com seu Artigo XXV, entrado em vigor a 13 de agosto de 1973;

Decreto que o Tratado, bem como as Notas acima mencionadas, apensas por cópia ao presente Decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

Brasília, 28 de agosto de 1973; 152º da Independência e 85º da República.  
Emílio G. Médici  
Mário Gibson Barbosa

- (Do Diário Oficial, Seção 1, Parte 1, de 30.08.73, página 8642).  
- Em seguida o Diário Oficial transcreve o Tratado e seus Anexos.

DOCUMENTO Nº 8

DECRETO Nº 72.107, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1973

Regulamenta os artigos 12 e 13, da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, que dispõem sobre a coordenação operacional dos sistemas elétricos interligados das Regiões Sudeste e Sul.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, nº III, da Constituição, e tendo em vista o artigo 16, da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, decreta:

Art. 1º - São instituídos os Grupos Coordenadores para Operação Interligada, incumbidos da coordenação operacional dos sistemas elétricos da Região Sudeste e da Região Sul, que serão designados, abreviada e respectivamente, por CCOS - Sudeste e CCOS - Sul, e, em tudo que se referir a ambos simplesmente por CCOS.

Art. 2º - Aos CCODs são atribuídas as funções de coordenar, decidir ou encaminhar as providências necessárias ao uso racional das instalações geradoras e de transmissão existentes e que visem a existir nos sistemas elétricos interligados da Região Sudeste e da Região Sul, objetivando, basicamente:

- a) A continuidade do suprimento de energia elétrica aos sistemas distribuidores, de forma a atender plenamente aos seus requisitos de potência e energia e sob condições de tensão e frequência adequadas;
- b) A economia dos combustíveis utilizados nas centrais termoeletricas, restringindo o seu consumo ao mínimo indispensável ao atendimento dos requisitos dos sistemas elétricos, na complementação dos recursos hidroelétricos, considerando, entretanto, as imposições de interesse nacional.

Art. 3º - Entre as providências a cargo dos CCODs, mencionadas no artigo 2º, se incluem aquelas que assegurem:

- a) A utilização prioritária da potência e energia produzidas na central elétrica de ITaipu, a ser construída por disposição do Tratado celebrado em 26 de abril de 1973, com a República do Paraguai;
- b) O retardo dos ônus e vantagens decorrentes das variações de condições hidroclimáticas em relação ao período hidroclimático crítico, entre todas as empresas concessionárias dos sistemas elétricos das Regiões Sudeste e Sul, na base dos critérios estabelecidos neste Decreto;
- c) O retardo dos ônus e vantagens decorrentes do consumo dos combustíveis fósseis para atender às necessidades dos sistemas interligados ou por imposição de interesse nacional entre todas as empresas concessionárias daqueles sistemas, adotando os critérios estabelecidos neste Decreto.

Art. 4º - Cada CCOD será exercido por um Conselho Deliberativo e um Comitê Executivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo compor-se-á do Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRONOR, e dos Presidentes das empresas concessionárias relacionadas abaixo, ou de seus sucessores, tendo como observador o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica - DNAAE, do Ministério das Minas e Energia.

a) CCOD - Sudeste

- Furnas-Central Elétrica S.A. - FURNAS;
- Central Elétrica de São Paulo Sociedade Anônima - CESP;
- Companhia Paulista de Força e Luz S.A. - CPFL;
- Central Elétrica de Minas Gerais S.A. - CEMIG;
- LIGHT - Serviços de Eletricidade Sociedade Anônima - LIGHT;
- Espírito Santo Central Elétrica Sociedade Anônima - CEEESA;
- Companhia Brasileira de Energia Elétrica - CBEI;
- Central Elétrica de Goiás Sociedade Anônima - CELGO;
- Central Elétrica Fluminense Sociedade Anônima - CELF;
- Central Elétrica de Mato Grosso Sociedade Anônima - CENAT;
- Companhia de Eletricidade do Brasil - CEB.

b) CCOD - Sul

- Central Elétrica do Sul do Brasil S.A. - ELETRONOR;
- Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEI;
- Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL;
- Central Elétrica de Santa Catarina S.A. - CELSCA.

§ 2º - O Comitê Executivo será integrado por um Diretor da ELETRONOR, designado por seu Diretor Executivo, e pelos Diretores e que esteja subordinado a direção dos sistemas elétricos das empresas concessionárias relacionadas no parágrafo único deste artigo ou nos seus representantes eventuais por seus representantes devidamente credenciados.

§ 3º - Os representantes da ELETRONOR e das empresas concessionárias nos Comitês Executivos dos CCODs terão autoridade para agir em nome das respectivas empresas, no âmbito das cidades Comitês.

Art. 5º - O DNAAE designará representantes junto aos Comitês Executivos dos CCODs, para participarem de seus trabalhos como observadores, que se incumbirão de esclarecer junto ao DNAAE o desenvolvimento dos trabalhos dos referidos Comitês e as proposições que por estes lhe forem submetidas.

Art. 6º - A critério da ELETRONOR poderão integrar os CCODs outras empresas participantes dos sistemas interligados, além das relacionadas no artigo 4º.

Art. 7º - Dentro de 15 dias a partir da publicação deste Decreto, a ELETRONOR comunicará por escrito ao DNAAE e a cada uma das empresas relacionadas no artigo 4º, o seu representante nos Comitês Executivos dos CCODs. Dentro do mesmo prazo cada uma das empresas mencionadas também comunicará por escrito ao DNAAE e à ELETRONOR o nome de seu representante no Comitê Executivo do respectivo CCOD. Comunicações semelhantes serão feitas por escrito ao interessado pela ELETRONOR e pelas empresas integrantes dos CCODs, sempre que os seus representantes devam ser substituídos.

Art. 8º - O Conselho Deliberativo de cada CCOD será presidido pelo Presidente da ELETRONOR e reunirá-se para tratar dos assuntos relevantes.

a) Quando convocada por seu Presidente;

- b) Por solicitação de maioria de seus membros;
- c) Por solicitação do coordenador dos Comitês Executivos.

Art. 9º - Os trabalhos dos Comitês Executivos dos CCODs serão dirigidos por um Coordenador, que será o representante da ELETRONOR.

Art. 10º - Os Comitês Executivos dos CCODs se reunirão por convocação do Coordenador em caráter ordinário pelo menos de dois trimestres e, em caráter extraordinário, por iniciativa deste, ou por solicitação de, no mínimo, dois de seus membros.

Art. 11º - As decisões dos Comitês Executivos dos CCODs serão tomadas por unanimidade de seus integrantes.

§ 1º - Não havendo unanimidade, caberá ao Coordenador decidir e determinar as providências necessárias, podendo ser interposto recurso pela parte interessada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, ao Ministro das Minas e Energia, encaminhado ao DNAAE.

§ 2º - O recurso referido no parágrafo anterior deste artigo não terá efeito suspensivo do trabalho dos Comitês Executivos dos CCODs e das decisões do respectivo Coordenador.

Art. 12º - Os Comitês Executivos deverão estabelecer e manter atualizados os princípios e processos necessários à coordenação operacional dos sistemas elétricos, inclusive os relativos a:

- a) Capacidade de geração das centrais geradoras termoeletricas e hidroelétricas;
- b) Capacidade mínima de reserva girante a ser mantida pelas empresas concessionárias;
- c) Programas de manutenção das instalações geradoras e de transmissão;
- d) Medidas de emergência;
- e) Sistemas de comunicação e proteção necessários à operação dos sistemas interligados;
- f) Coleta e processamento de dados estatísticos relativos à produção de energia elétrica por todas as centrais geradoras dos sistemas interligados;
- g) Outras atividades que interessam à operação racional dos sistemas interligados.

Art. 13º - Todas as empresas concessionárias e autorizadas de serviços de eletricidade nas áreas de atuação da FURNAS - Central Elétrica Sociedade Anônima e Central Elétrica do Sul do Brasil Sociedade Anônima - ELETRONOR, áreas estas definidas no artigo 2º, da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, deverão fornecer, com pontualidade aos Comitês Executivos dos CCODs, quando e conforme por elas solicitadas, todas as informações, estudos, ou dados relacionados com as funções atribuídas neste Decreto - aos CCODs.

Art. 14º - A ELETRONOR promoverá a realização dos trabalhos destinados à informação e suporte dos Comitês Executivos dos CCODs, necessários ao desempenho por estes das atribuições que lhes são conferidas por este Decreto.

Parágrafo Único - As empresas concessionárias integrantes dos CCODs designarão profissionais de suas quadras para, sob a direção da ELETRONOR, participarem, com seus representantes, dos trabalhos a que se refere este artigo de regime de tempo integral ou temporariamente de acordo com a natureza dos citados trabalhos.

Art. 15º - Os princípios estabelecidos no artigo 12º do presente Decreto poderão ser alterados à operação conjunta dos sistemas elétricos da Região Sudeste e da Região Sul, a critério da ELETRONOR.

Parágrafo Único - Quando ocorrer a conveniência de se proceder de acordo com este artigo, o Presidente da ELETRONOR convocará uma reunião conjunta dos Conselhos Deliberativos dos CCODs e providenciará para que, por intermédio do Coordenador dos Comitês Executivos dos CCODs - Sudeste e CCOD - Sul, seja convocada uma reunião conjunta de todos os Comitês, para que sejam determinadas as medidas necessárias à implementação da decisão acima, adotando-se os mesmos critérios e procedimentos estabelecidos neste Decreto para o funcionamento dos Comitês Executivos.

Art. 16º - Correrá por conta de cada empresa concessionária todas as despesas de seus representantes junto ao CCOD.

Parágrafo Único - Quaisquer outras despesas, relacionadas com os trabalhos do CCOD, serão repaidas entre as empresas integrantes do Comitê Executivo do CCOD interessado, de acordo com critério por este estabelecido.

Art. 17º - Dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de publicação deste Decreto, os Comitês Executivos dos CCODs submeterão à aprovação da ELETRONOR, o Regulamento Interno que regulará as suas atividades, bem como as normas e critérios técnicos nos quais as mesmas serão inicialmente baseadas.

Parágrafo Único - Por proposta dos Comitês Executivos dos CCODs, aprovada pelo ELETRONOR, o Regulamento Interno, bem como as normas e critérios técnicos referidos no artigo anterior, poderão ser complementados ou modificados.

Art. 18º - Os trabalhos dos Comitês de Coordenação da Operação Interligada na Região Centro-Sul e da Região Sul, continuarão a ser realizados até a data de aprovação pela ELETRONOR, do Regulamento Interno referido no artigo 17º e, a partir desta data, serão transferidos para os CCODs as suas atividades e todo o seu acervo de estudos e documentação.

Art. 19º - Para os fins deste Decreto o "Período Hidrológico Crítico", nos sistemas elétricos interligados, respectivamente da Região Sudeste e da Região Sul, é aquele em que, em decorrência de condições hidroclimáticas diversas, os reservatórios de acumulação hidráulica nestas existentes tiverem de ser plenamente utilizados, atendido o disposto no artigo 2º, e considerando-se as disponibilidades geradoras de cada sistema, bem como os respectivos requisitos de energia e de potência máxima horária.

Parágrafo Único - No eventualidade de serem os sistemas elétricos interligados da Região Sudeste e da Região Sul operados conjuntamente, na forma do disposto no artigo 15º, o "Período Hidrológico Crítico" será aquele em que as condições mencionadas neste artigo se aplicarem aos dois sistemas elétricos considerados como um único.

Art. 20º - A coordenação operacional dos sistemas elétricos interligados da Região Sudeste e da Região Sul será realizada anualmente pelos respectivos CCODs, mediante a elaboração de um "Plano de Operação" para o ano civil subsequente, e do "Programa de Operação" para cada um dos dois últimos, os quais serão revistos pelo menos uma vez em cada trimestre, conforme exigirem as condições operacionais decorrentes.

Parágrafo Único - Determinar-se-ão "Ano de Operação" e "Período de Operação" aqueles aos quais se referirem, respectivamente, um "Plano de Operação" ou um "Programa de Operação".

Art. 21º - Para cada Ano de Operação e respectivos Período de Operação, e para cada

sistema interligado, o GCOI correspondente determinará as seguintes condições, tendo em vista o disposto no artigo 2º, adotando a segurança da Paridade de Troca e observadas as disponibilidades de transmissão:

- a) Energia e potência máxima horária que cada empresa integrante dos GCOI necessitará para atender aos fornecimentos que tiver de fazer aos seus consumidores finais e ou a empresas concessionárias integrantes do GCOI;
- b) Capacidade de produção de energia e potência máxima horária das centrais geradoras de cada empresa integrante dos GCOI, excluídas respectivas reservas de segurança adequadas, tendo em vista a maximização de produção hidroelétrica em cada sistema interligado, e mantendo dentro da limites de segurança os volumes de acumulação em cada reservatório hidroelétrico e em seu conjunto;
- c) Disponibilidade de produção de cada empresa integrante dos GCOI, constituída pelas alçadas apuradas conforme alínea "b" acima, acrescida das respectivas quantidades de energia e potência máxima horária decorrentes dos contratos mencionados nos artigos 22 e 27 e dos contratos, que estiverem em vigência, celebrados por FURNAS ou ELETROSUL com as outras empresas integrantes dos GCOI;
- d) Supraavit ou déficit de cada empresa integrante dos GCOI, determinados pelas diferenças entre os elementos apurados conforme as alíneas "c" e "b" acima;
- e) Roteio das supraavits de FURNAS e ELETROSUL, se houver, determinadas conforme a alínea "d", roteio esse efetuado na promoção dos déficits das demais empresas, se houver, determinados também conforme a alínea "d" e destinados a cobertura total ou parcial dos mesmos déficits;
- f) Contratos geradores termelétricos dos sistemas interligados, que deverão ser utilizados quando necessário, considerando sua confiabilidade e eficiência operacional, bem como as imposições de interesse nacional;
- g) Produção de energia e potência máxima horária de cada central termelétrica referida na alínea "f" anterior, no montante em que for necessária, considerando as condições de interesse nacional e o regime operacional técnico e economicamente mais adequado;
- h) Consumo de combustíveis fósseis, o custo líquido de sua aquisição entre as empresas concessionárias, correspondentes às produções determinadas segundo a alínea "g" anterior.

§ 1º - Se o supraavit de FURNAS ou ELETROSUL não for suficiente para cobrir totalmente os déficits determinados na alínea "d" e existindo supraavit em uma ou mais empresas concessionárias, estes supraavits serão utilizados para cobertura dos déficits ainda existentes.

§ 2º - Para efeito deste artigo, as centrais geradoras nucleares terão tratamento igual ao das centrais hidroelétricas, devendo, no entanto, ter sua produção de termelétrica atendendo às imposições de suas características operacionais, e no máximo aproveitamento das disponibilidades hidroelétricas.

Art. 22 - Enquanto vigorarem os contratos de suprimento de energia e de potência máxima horária entre a CESP e a LIGHT, de 22 de maio de 1970, entre a CESP e a CPFL, de 30 de junho de 1970, entre a CESP e a COPEL, de 71 de outubro de 1970, entre a CEMIS e a CESP, de 10 de outubro de 1973, bem como o protocolo celebrado

de entre ELETROSUL, FURNAS, CPFL, CESP e LIGHT, de 3 de julho de 1968, os estatos serão considerados para os fins do balanço energético e das providências estabelecidas no artigo 21.

Art. 23 - A partir de data de publicação deste Decreto, novos contratos de fornecimento de energia elétrica entre as empresas concessionárias integrantes dos GCOI, somente serão aprovados pelo DNACE quando celebrados entre FURNAS ou ELETROSUL e as empresas concessionárias dos respectivos GCOI.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplicará a contratos entre a CESP e a LIGHT, para suprimento pela primeira ao sistema de segunda do Estado de São Paulo, e entre FURNAS e o ELETROSUL, para suprimentos entre os sistemas interligados das regiões Sudeste e Sul.

§ 2º - O DNACE também só aprovará novos contratos de suprimento de energia elétrica, celebrados por concessionária não integrante dos GCOI, se a outra parte for a concessionária sob controle acionário do Governo Estadual quando existente.

§ 3º - Se o sistema de concessão sob controle acionário do Governo Estadual, quando existente, não puder ser interligado ao de empresa não integrante dos GCOI, não prevalecerá o disposto no parágrafo anterior.

Art. 24 - A fim de que os futuros contratos de suprimento de energia elétrica entre FURNAS ou ELETROSUL e as outras empresas concessionárias integrantes dos respectivos GCOI, executados de acordo com o artigo 27, possam ser aprovados pelo DNACE, deverão os mesmos incluir as seguintes disposições:

- a) As potências máxima horárias contratadas serão as determinadas conforme disposto na alínea "a" do artigo 21, e compatíveis com os valores referidos na alínea "b" deste artigo;
- b) Será assegurado um suprimento de energia igual à determinada na forma disposto na alínea "a" do artigo 21.

§ 1º - Os contratos referidos neste artigo poderão ser celebrados por prazos plurianuais, devendo, entretanto, conter cláusula permitindo que as potências máxima horárias e a energia assegurada sejam revisadas anualmente de acordo com os valores que forem apurados na forma disposto no artigo 21.

§ 2º - Quando os contratos referidos neste artigo forem celebrados por prazos plurianuais, as potências máxima horárias e energia contratadas serão vinculadas a planos de instalações geradoras e de transmissão, aprovados pelo Ministro das Minas e Energia.

§ 3º - Enquanto vigorar o contrato celebrado entre ELETROSUL, CPFL, CESP e COPEL, de 22 de agosto de 1973, e para efeitos de alínea "a" e parágrafo 1º e 2º do presente artigo, deverá ser adicionada à capacidade de produção hidroelétrica de potência máxima horária, a capacidade de produção termelétrica de potência máxima horária de qualquer empresa.

Art. 25 - Suprimentos de energia e ou de potência máxima horária entre as empresas integrantes dos GCOI visando a melhor utilização dos recursos hidroelétricos,

serão considerados pelo DNACE no custo de serviço somente quando tiverem sido previamente determinados, ou posteriormente referendados pelo GCOI competente, excetuando aquelas que forem efetuadas por força dos contratos entre as empresas integrantes dos GCOI, celebrados até a data deste Decreto, e nos futuros contratos referidos nos artigos 24 e 27.

Art. 26 - Os suprimentos referidos no artigo anterior serão determinados ou referendados pelo GCOI competente, sob as seguintes condições:

- a) Sempre que, em qualquer condição hidroelétrica, houver capacidade de acumulação em qualquer reservatório hidroelétrico de uma ou mais empresas concessionárias, e extra-veniente ou, a critério do GCOI, insuficiência de extravasamento, em reservatório de outra ou outras empresas, o GCOI poderá determinar a suprisão de energia entre essas empresas, visando minimizar o extravasamento;
- b) Sempre que houver sobras de energia ou de potência máxima horária em central geradora hidroelétrica de qualquer empresa concessionária, o GCOI competente poderá determinar a utilização de tais sobras para atender a deficiência de qualquer outra empresa, antes de determinar a utilização de potência equivalente termelétrica, desde que o referido suprimento possa ser efetuado, a critério do GCOI, com a segurança que o termelétrico no que concerne à continuidade e qualidade de serviço;
- c) Em casos de emergência decorrentes de paralisação imprevista de instalações geradoras ou de transmissão, que resultem em deficiências não cobertas pelas reservas referidas na alínea "b" do artigo 21, o GCOI determinará os intercâmbios que forem necessários de energia e ou potência máxima horária, entre quaisquer dentre as empresas concessionárias das áreas interligadas;
- d) Sempre que, em qualquer condição hidroelétrica, e a critério dos GCOI, houver insuficiência de suprimento das reservas hidroelétricas de uma empresa concessionária, e houver disponibilidades de outra ou outras empresas do mesmo GCOI, este último poderá determinar a transferência de energia entre as referidas empresas, objetivando a utilização máxima dos recursos hidroelétricos, desde que para isso exista e necessária capacidade de transmissão e seja assegurada confiabilidade adequada de serviço;
- e) Sempre que, em qualquer circunstância, e a critério dos GCOI, visando atender aos princípios estabelecidos no artigo 2º, houver conveniência de intercâmbio de energia e ou potência máxima horária entre as empresas concessionárias integrantes dos mesmos GCOI.

Parágrafo Único - Deverá aos GCOI, quando determinar ou referendar os suprimentos referidos neste artigo, recomendar para homologação pelo DNACE, os termos e condições de compensação aos mesmos aplicáveis.

Art. 27 - A partir de data em que se iniciar a operação comercial de primeira unidade geradora da Central Hidroelétrica de Itaipu, a que se refere a Lei nº 3.899, de 5 de julho de 1977, a potência máxima horária nela produzida e os contratos por FURNAS e ELETROSUL, conforme estabelecido no artigo 2º da Lei citada, serão contratados pelas outras empresas concessionárias dos respectivos GCOI, conforme estabelecido nos artigos 7º, 8º e 9º, de mesma Lei, considerando-se as potências máxima horárias assim contratadas como adicionais à valor potência máxima horária constante dos contratos entre FURNAS e ELETROSUL e as referidas empresas, vigentes em 5 de julho de 1977, ou que vierem a vigorar até a data em que se iniciar a operação comercial de primeira unidade geradora da Itaipu, respeitadas as condições específicas de cada contrato.

Parágrafo Único - A partir de data em que vigorar o disposto neste artigo, os suprimentos de energia e potência máxima horária, oriundos da Itaipu, contratados com FURNAS e ELETROSUL pelas empresas concessionárias integrantes dos respectivos GCOI,

serão considerados prioritariamente no balanço energético e nas providências estabelecidas no artigo 21.

Art. 28 - Serão criadas, pela ELETROSUL, contas especiais para atender ao rateio dos ônus e vantagens de consumo de combustíveis fósseis, da região Sudeste e da Região Sul, que se denominarão, respectivamente CCC - Sudeste e CCC - Sul, ou simplesmente CCC em tudo que se referir a ambas.

Art. 29 - A CCC - Sudeste e a CCC - Sul constituir-se-ão em reservas financeiras para cobertura do custo dos combustíveis fósseis, funcionando como contas de compensação, através das quais, obedecidos os critérios estabelecidos neste Decreto, se realizará o rateio dos ônus e vantagens do consumo daqueles combustíveis nas centrais geradoras termelétricas integrantes dos sistemas interligados e pertencentes às empresas concessionárias participantes, respectivamente, do GCOI - Sudeste e do GCOI - Sul.

Art. 30 - Para determinação das reservas financeiras a que se refere o artigo anterior, a realização do rateio pelo referido, serão consideradas as despesas na aquisição dos combustíveis, determinadas na forma do disposto nas alíneas "a", "b" e "c" do artigo 21.

Art. 31 - As CCC serão constituídas com as quotas de rateio que serão atribuídas às empresas concessionárias integrantes do GCOI - Sudeste e do GCOI - Sul, que distribuirão energia elétrica diretamente a consumidores finais, ou a outras empresas concessionárias que não as participantes dos mesmos GCOI.

Art. 32 - A partir de 1º de janeiro de 1974, o consumo de combustíveis fósseis por qualquer dentre as empresas concessionárias participantes do GCOI - Sudeste e do GCOI - Sul somente será considerado pelo DNACE no custo de serviço a ser pago pela referida empresa, quando tiver sido previamente autorizada ou posteriormente referendada pelo Comitê Executivo do GCOI de respectiva região, excetuando os consumos das centrais termelétricas não integrantes dos sistemas interligados.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, no último mês de cada trimestre do ano civil, o Comitê Executivo dos GCOI aprovará os programas de produção de energia de cada central termelétrica e as quantidades e custos de combustíveis fósseis que cada empresa concessionária deverá consumir no trimestre subsequente, bem como revisão e homologação as quantidades e custos dos combustíveis consumidos pela mesma empresa no trimestre terminante.

Parágrafo 7, "Barração lateral esquerda", onde se lê: "comprimento de 2.000 m

de 13.145.000 metros cúbicos", deve ler-se: "comprimento de 2.200 m e volume de 17.600.000 metros cúbicos"; e

parágrafo 8, "Dique lateral esquerdo", onde se lê: "comprimento de 3.000 m e volume de 3.115.000 metros cúbicos", deve ler-se: "comprimento de 2.000 m e volume de 2.900.000 metros cúbicos".

A presente nota e a de Vossa Excelência de idêntico teor e mesma data, constituem acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos e a minha mais alta consideração. - Fernando de Azevedo.

\*\*\*\*\*

Em 22 de abril de 1975

Senhor Embaixador:

Tenho a honra llevar a conhecimento de Vossa Excelência que, em cumprimento da Resolução DDE-75, Acta Nº. 6, del 19 de febrero de 1975, del Congreso de Administración de la Entidad Binacional ITAIPU, el Director General y el Director General Adjunto de dicha Entidad, por oficio de fecha 20 de febrero de este año, han elevado a la consideración del Gobierno Paraguayo la propuesta de algunas modificaciones en las obras descritas en el anexo "B" al Tratado del 26 de abril de 1973, con base en la mejor experiencia de la hidrología, geología, topografía y batimetría del área en que se está construyendo el aprovechamiento hidroeléctrico.

Teniendo en cuenta lo que disponen el artículo III, parágrafo 2 del Tratado de ITAIPU y el capítulo I, tercer parágrafo, del anexo "B" al mismo Tratado y considerando, además, las razones que llevaron a la Entidad Binacional ITAIPU a proponer las modificaciones en cuestión, enteramente acordes con la finalidad principal del Tratado del 26 de abril de 1973, caben manifestar a Vuestra Excelencia que el Gobierno del Paraguay, atendiendo a los términos de la citada Resolución, está dispuesto a modificar el anexo "B", el Tratado de ITAIPU, en la siguiente forma:

En el Capítulo II "Descripción general":

parágrafo 2, "Disposición general", donde se lee: "y por presas laterales de anclaje y diques de tierra en cada margen del río", debe leerse: "y por presas laterales de anclaje, de concreto y diques de tierra en las márgenes del río";

En el Capítulo III "Componentes principales del proyecto":

parágrafo 1, "Dique lateral derecho", donde se lee: "longitud de 700 m y volumen

de 101.100 metros cúbicos" debe leerse: "longitud de 800 m y volumen de 300.000 metros cúbicos";

parágrafo 2, "Vertedero", donde se lee: "dotado de 14 compuertas, con longitud de 300 m", debe leerse: "dotado de 17 compuertas con longitud de 414 m";

parágrafo 3, "Presa lateral derecha", donde se lee: "de enrocado", debe leerse: "de concreto aliviado";

En el mismo parágrafo 3, donde se lee: "longitud de 800 m y volumen de 3.114.000 metros cúbicos", debe leerse: "longitud de 758,5 m y volumen de 460.000 metros cúbicos";

parágrafo 4, "Presa principal y obras de toma" donde se lee: "en concreto macizo", debe leerse: "en concreto aliviado", donde se lee: "longitud de 1.600 m y volumen de 6.800.000 metros cúbicos", debe leerse: "longitud de 1.406 m y volumen de 5.100.000 metros cúbicos", y donde se lee: "tendrá 14 aberturas" debe leerse: "ten- drá 18 aberturas";

parágrafo 5, "Casa de máquinas", donde se lee: "con longitud de 900 m y contendrá 16 unidades generadoras de 765 megawatts cada una", debe leerse: "con longitud de 703,5 m y contendrá 18 unidades generadoras de 700 megawatts cada una";

parágrafo 6, "Presa en la margen izquierda", donde se lee: "longitud de 230 m y volumen de 1.100.000 metros cúbicos", debe leerse: "longitud de 92,5 m y volumen de 116.000 metros cúbicos";

parágrafo 7, "Presa lateral izquierda", donde se lee: "longitud de 2.000 m y volumen de 13.145.000 metros cúbicos", debe leerse: "longitud de 2.200 m y volumen de 17.600.000 metros cúbicos";

parágrafo 8, "Dique lateral izquierdo", donde se lee: "longitud de 3.000 m y volumen de 3.115.000 metros cúbicos", debe leerse: "longitud de 2.000 m y volumen de 2.900.000 metros cúbicos".

La presente nota y la de Vuestra Excelencia de idéntico tenor y misma fecha, constituyen un Acuerdo entre los Gobiernos.

Hago propicio la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta consideración. - Paul Spens Pastor.

Boletín Oficial - Sección I - Parte I - de 14.05.75



DOCUMENTO Nº 19  
DIRETORIA FINANCEIRA

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria do Rendimento Federal CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES		
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO		
ENDEREÇO	CIC	ORDEM
PARAÍSO-DF DENOMINAÇÃO: ESCRITÓRIO BENE LACERDA E SILVA PETROBRAS 7ª quadra CARTÃO: 35	00000000	0001
Nº DE ANEXO Endereço: Rua São João 90, 2º e 3º andares Cidade: 1000/70	00000000	0002
Nº DE ANEXO Endereço: Rua São João 90, 2º e 3º andares Cidade: 101/515	00000000	0003
Nº DE ANEXO Endereço: Rua São João 90, 2º e 3º andares	00000000	0007
Nº DE ANEXO Endereço: Rua São João 90, 2º e 3º andares	00000000	0004
Nº DE ANEXO Endereço: Rua São João 90, 2º e 3º andares	00000000	0005
Nº DE ANEXO Endereço: Rua São João 90, 2º e 3º andares	00000000	0006
Nº DE ANEXO Endereço: Rua São João 90, 2º e 3º andares	00000000	0007

Concretiza-se, portanto, Sr. Presidente, Srs. Sena

dores, um sonho que há mais de um século vem sendo perseguido pela engenharia brasileira.

Chegamos ao final de mãos dadas com nossos irmãos

Paraguaios, adotando uma solução técnico-econômica viável e política- mente justa para os dois Países. (Muito bem! Palmas prolongadas. O ora- dor é cumprimentado).



**ITAIPU**  
BINACIONAL**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Espedito de Freitas Resende  
Mario Penna Bhering  
Amyr Borges Fortes  
Lucas Nogueira Garcez  
Helio Marcos Penna Beltrão  
Mauro Moreira  
Alberto Nogués  
Ezequiel González Alsina  
Mario Coscia Tavarozzi  
Andrés Gómez  
Milcíades Ramos Giménez  
Rogelio Cadogan

**DIRETORIA EXECUTIVA**

José Costa Cavalcanti  
Enzo Debernardi  
John Reginald Cotrim  
Hans Wilhelm Krauch  
Antonio Colmán Rodríguez  
Paulo José Nogueira da Cunha  
Victorino Vega Giménez  
Aluísio Guimarães Mendes  
Manoel Pinto de Aguiar  
Fidencio Juan Tardivo  
Carlos Alberto Facetti  
Cassio de Paula Freitas

Representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, para efeito dos arts.  
XVII, § 1º, e XXII do Tratado:

João Hermes Pereira de Araujo (Brasil)  
Carlos Augusto Saldivar (Paraguai)

**RELATÓRIO ANUAL 1974**



## 1-INTRODUÇÃO

## 1. Apresentação

A Diretoria Executiva da ITAIPU apresenta este primeiro Relatório Anual das atividades da Entidade, relativo ao exercício financeiro de 1974. As mais relevantes tarefas que se nos depararam podem ser esquematizadas em dois grupos:

- a) — organização e instalação da Entidade, o que envolver, desde os mais diversos e importantes aspectos como, funcionamento dos órgãos colegiados da Administração Superior, mobilização de recursos financeiros, recrutamento de pessoal de nível superior, etc. — até aos mais rotineiros, como instalação de escritórios, aquisição de equipamento e mobiliário, transportes, comunicações, etc.; e
- b) — cuidar da execução direta do projeto do aproveitamento hidrelétrico, uma vez que não seria possível, sem grave prejuízo para os dois países, despendor longos meses em atividades-meio, para, só depois, enfrentar a própria tarefa finalidade de ITAIPU.

Numa entidade complexa, como é uma empresa binacional, os problemas de implantação de sua administração e serviços básicos demandam, naturalmente, muito mais tempo do que numa empresa, privada ou governamental, de âmbito meramente nacional.

Acrescente-se a circunstância de que a execução das obras estava ainda condicionada a várias medidas que escapavam à jurisdição direta da ITAPU: atos administrativos especiais dos dois Governos, complementares a compromissos assumidos no Tratado, como por exemplo, isenção de tributos, acordos sobre regime de trabalho e previdência social, desapropriação dos terrenos no local do projeto e nos locais das obras auxiliares (vias de acesso, vilas residenciais, etc.).

Mesmo assim, entretanto, é perfeitamente normal o prazo de pouco mais de um ano, que vai mediar entre a instalação da Entidade e a entrada do primeiro grande empreiteiro na obra, para aticar a linha do projeto, sem prejudicar o cronograma geral de construção.

Isso só foi possível graças ao interesse e esforço conjugados de ambos os Governos e da Administração da ITAIPU.

O Tratado de Itaipu foi assinado em 26 de abril de 1973, em Brasília, seus instrumentos de ratificação trocados em 28 de abril, e a 3 de agosto do mesmo ano tendo a instalação definitiva da Entidade ocorrido em 17 de março de 1974. Logo seguinte, em presença de Suas Excelências os Senhores Presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner. Tem sido motivo de permanente atenção da Administração Geral o disposto no Artigo XVI do Tratado de Itaipu sobre a criação de condições para que o funcionamento da primeira unidade geradora ocorra dentro do prazo de oito anos após a ratificação do Tratado. Por esse motivo, estão sendo feitos cuidadosos estudos sobre os vários cronogramas parciais, escalonadamente entrados: uns referentes a obras civis e hidráulicas; outros à fabricação e entrega de equipamentos eletromecânicos, muitos dos quais já existentes nos dois países e, portanto, sujeitos às vicissitudes da situação internacional.

equilíbrio desta mesma energia a Jato Branco, que será oportunamente fixado por regulamentações dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades de consumo de entre nós.

V - CONSUMIR, ainda, os Charqueiros em Portugal para do comércio das carnes dos Balcões Exteriores das Freguesias e Paróquias da Região de Trás-os-Montes, e também das Ilhas Azores, o cabido de Coimbra e Évora; e, fim de atingir dar ao povoamento das áreas, sem violar o preceito e obter aproveitamento das terras suas próprias de água e o seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e bem-estar das populações; mas como a terra a resolver os problemas jurídicos relativos à navegação, bilheteamento, arranjos, pilotes e praticagem dos rios permacentes ou sistema hidrográfico de Trás-os-Montes, a exploração do potencial energético das águas, e a canalização, renovação

em captação de água limpa, quer para  
fim de irrigação, quer para uso de re-  
gularização das respectivas descargas,  
de proteção dos margens ou facilitação  
do tráfego fluvial;

VI- CONCORDAR com que as Marilhas respos-  
síveis dos dois países procedam, con-  
tando, à destruição do ruído que  
causa desconforto que afeta a situa-  
ção física e integração internacional  
do litoral do Rio Paraguai;

VII. - EM RELAÇÃO AOS trabalhos da Comissão Nig-  
ra de Limites e Caracterização de Fron-  
teiras Brasil-Paraguai, considero as pol-  
êmicas que tais trabalhos propo-  
zão em data que antes as Comissões es-  
tavam reunidas:

VELL- CONGRATULAMOS-SE, assim, os dois Com-  
seleiros, pelo espírito construtivo que  
presidiu durante as negociações e  
desempenhou votos pelo sempre presente  
e fraterno união entre os

o Brasil e o Paraguai, comprometendo-se a  
fazer a não pensar esforços para estreitar  
cada vez mais os laços de amizade que unem  
as duas nações.

A presente é, feita em duas cópias nos idiomas português e espanhol, depois de lida e aprovada, foi firmada na Vila de Iguazú pelos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai, em vinte e dois de Junho de mil novecentos e cinquenta e dois.

Jimmy Dyer (Paris)  
Ministre de l'Etat des  
Relations Exteriores des  
Etats Unis de l'Am.

Paulo Roberto Pastor  
Ministro das Relações  
Exteriores da República  
do Panamá.

No que diz respeito ao que está sob o controle direto dos Governos do Brasil e do Paraguai, isto é, às obras de infraestrutura, civis e hidráulicas, os programas estão sendo cumpridos.

## 2. Resumo Histórico

Durante os dias 21 e 22 de junho de 1966 reuniram-se nas cidades de Porto Presidente Stroessner e Foz do Iguaçu, os Chanceleres do Brasil e do Paraguai, firmando-se na ocasião uma Ata final, cujo texto é o seguinte:

## 436 INDEX

do, vindo o um a vinda o dois dias do que do  
João eu mil novecentos e sessenta e seis, reuniram-se  
nos cômodos de Foz do Iguaçu e de Foz de Presidente  
Stroessner, o Ministro das Relações Exteriores dos Estados  
Unidos do Brasil, Embaixador Juscelino Kubitschek, e o  
Ministro das Relações Exteriores da República de Parag-  
uai, Senador Raul Sapena Pastor, com o objetivo de passar  
na revista os vários aspectos das relações entre os dois pa-  
íses, inclusive aquelas pontas em torno das quais  
têm surgido sistematicamente divergências entre os dois Con-  
sultados. Após terem ouvido vários universitários de na-  
tional paraguai e outras com a presença de seus cônjuges,  
os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos  
do Brasil e da República do Paraguai chegaram à seguinte  
conclusão: nos casos em que se apresenta a situação:

1 - MANIFESTAÇÃO de acordo de dois Camarões em reformar a tradicional escola de dois Camarões, onde se funde o respeito entre o

que constitui a base industrial das reg  
lações entre as duas regiões.

II- ESPERANÇAS e vive desejo de superar, tem  
 isto de um bom espírito de boa vontade e  
 de concórdia, qualquer dificuldades ou  
 problemas, e quando-lhes colução compatível  
 com os interesses de ambas as Partes;

**III- PROCLAMAR** a disposição de cada respectivo governo de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, as particularidades dos recursos hidrográficos permanentes em conexão com os dois países, do Salto Grande do São Francisco ou Salto de Quatre;

IV- CONCORRÊNCIA em estabelecido, sendo já, por  
a energia elétrica exclusivamente produzi-  
da pelas centrais de rio Paraná, sendo a  
Ampliativa e Salto Grande de Sete Quedas ou  
Salto do Quatro até a foz do rio Iguaçu  
será dividida em partes iguais entre  
os países, sendo reconhecida a cada um  
o direito de preferência para a

A Ata constitui, portanto, a primeira manifestação oficial do desejo brasileiro-paraguaio de realizar, conjuntamente, o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná. Implementar tal decisão, entretanto, demandava consideráveis esforços no campo técnico, econômico, jurídico, político e diplomático. Um dos primeiros passos, entretanto, seria no campo técnico, consubstanciado em pesquisas de campo e nos estudos teóricos e de viabilidade.

Para isso, em 12 de fevereiro de 1967, foi criada, através de acordo por troca de "Notas", a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai, que passou a coordenar, em seu nível específico, os esforços de ambos os Governos no sentido de dar cumprimento ao estabelecido na Ata Final de 22 de junho de 1966.

Em 10 de abril de 1970, a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaiense celebrou com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, do Brasil, e com a Administración Nacional de Electricidad — ANDE, do Paraguai, "Convênio de Cooperação", com o objetivo de obter dados e elaborar estudos técnico-econômicos do potencial energético do rio Paraná.

De tais estudos, dos quais ficou encarregado um consórcio independente internacional, formado pela "International Engineering Company Inc.", dos Estados Unidos, a "ELC-Electroconsult SpA", de Itália, trata-se mais nomenclograficamente em outra parte deste Relatório.

Em 26 de abril de 1973, perante os Chefes de Estado do Brasil e do Paraguai, os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, constituídos Plenipotenciários para esse efeito, assinaram, em nome dos dois Governos, o

"TRATADO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA O APROVEITAMENTO HIDRELETRICO DOS RECURSOS HIDRICOS DO RIO PARANÁ; PERTENCENTES EM CONDOMÍNIO AOS DOIS PAÍSES, DESDE E INCLUSIVE O SALTO GRANDE DE SETE QUEDAS OU SALTO DE GUAIRA ATÉ A FOZ DO RIO IGUAÇU"

Fazem parte do TRATADO três Anexos:

ANEXO A - "Estatuto da ITAIPU"

**ANEXO B — "Descrição Geral das Instalações Destinadas à Produção de Energia Elétrica e das Obras Auxiliares"**

ANEXO C — "Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade da ITAIPU"

da TAIPO

Foram também trocadas, na mesma data, notas diplomáticas sobre:

a) — abertura de crédito a favor da ANDE para a integralização do capital da ITAIPU:

b) — garantia aos créditos que sejam contratados pela ITAIPU destinados ao pagamento de bens e serviços necessários para a construção da hidrelétrica a cargo da citada Entidade;

- c) — compromisso do Governo brasileiro, por intermédio da ELETROBRÁS, de celebrar contratos com a ITAIPU, de maneira que o total da potência contratada seja igual ao total da potência instalada;
- d) — designação de Representantes do Ministério das Relações Exteriores para que encaminhem os assuntos concernentes aos Artigos XVII Parágrafo 1º e XXII do Tratado de ITAIPU;
- e) — nomeação de Conselheiros brasileiros e paraguaios durante os dois primeiros períodos de cinco anos;
- f) — obras necessárias para atender às exigências do tráfego de navegação fluvial.

Pelo Tratado, a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai concordaram em realizar em comum o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hidráulicos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu, e para esse fim criaram, em igualdade de direitos e obrigações, a Entidade Binacional, com sedes em Brasília e Assunção.

O Tratado estabelece que as instalações destinadas à produção de energia elétrica e as obras auxiliares não produzirão nenhuma variação nos limites entre os dois países, estabelecidos nos Tratados vigentes, e que tão pouco conferirão, a nenhuma das Altas Partes Contratantes, direito de propriedade, nem de jurisdição sobre qualquer parte do território da outra, regulando outrossim os seguintes assuntos:

- a) — origem dos recursos necessários para a integralização do capital da Entidade e dos que sejam necessários para complementá-los;
- b) — normas para a utilização equitativa da mão de obra brasileira e paraguaia e dos equipamentos e materiais disponíveis nos dois países;
- c) — normas referentes à tributação;
- d) — compra e venda da energia produzida;
- e) — expropriação das áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico;
- f) — jurisdição da ITAIPU relativa às pessoas físicas e jurídicas;
- g) — dispositivos concernentes à responsabilidade civil e penal dos dirigentes administrativos e empregados da Entidade;
- h) — solução de divergências quanto à interpretação ou à aplicação do Tratado;
- i) — celebração de "Protocolos" adicionais para o cumprimento do Tratado.

O estatuto da ITAIPU, fundamentando-se nos artigos pertinentes do Tratado, dispõe a respeito da denominação, objeto e duração da Entidade; de seu capital e de sua administração. A respeito desse último e mais importante ponto, criou um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, como órgãos administrativos máximos da Entidade e que vão descritos em outro tópico deste Relatório.

O Capital da Entidade foi fixado em US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos).

A troca dos "Instrumentos de Ratificação" do Tratado foi realizada na capital paraguaia, em 13 de agosto de 1973.

Em 17 de maio de 1974, após a designação pelos respectivos Governos dos seus representantes nos órgãos dirigentes da ITAIPU, foi esta formalmente constituída, em cerimônia realizada em presença dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai, Excelentíssimos Senhores Generais de Exército Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, na região de Itaipu: Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner.

Durante o ano de 1974 subscreveram-se dois Protocolos Adicionais sobre assuntos relativos a Trabalho e Previdência Social:

- a) — Protocolo sobre relações de Trabalho e Previdência Social (Assunção, 11/02/74); e
- b) — Protocolo Adicional sobre relações de Trabalho e Previdência Social, relativo aos Contratos de Trabalho dos Trabalhadores dos Empreiteiros, Subempreiteiros de obras e Locadores e Sublocadores de Serviços (Assunção, 10/09/74).

Foram, ainda, trocadas, durante os anos de 1973 e 1974, várias notas diplomáticas entre os dois Governos sobre:

- a) — conversibilidade em dólares dos Estados Unidos da América dos pagamentos que devam ser feitos à República do Paraguai, provenientes da execução do Tratado de ITAIPU (Brasília, 01/11/73);
- b) — atos unilaterais que as Altas Partes Contratantes realizem em seus respectivos territórios com respeito ao Tratado (Brasília, 01/11/73);
- c) — atualização dos valores estabelecidos no Anexo C do Tratado de ITAIPU, e divisão em subperíodos dos períodos de 20 anos previstos para a contratação da potência instalada (Assunção, 11/02/74);
- d) — obrigação da ITAIPU de elaborar e apresentar a cada um dos dois Governos um anteprojeto de Protocolo adicional, destinado a regular as relações de trabalho e segurança social dos trabalhadores contratados por empreiteiros e subempreiteiros, para trabalhar nas áreas que sejam delimitadas de acordo com o Artigo XVII do Tratado (Assunção, 11/02/74);
- e) — utilização equitativa dos equipamentos e materiais disponíveis nos dois países (Foz do Iguaçu, 17/05/74);
- f) — designação do Banco do Brasil S.A. como Agente Financeiro do Governo brasileiro para a operação de crédito a favor da ANDE (Assunção, 10/09/74).

### 3. Instalação da Entidade

Abaixo, reproduz-se a Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu:

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

Ata de Posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da ITAIPU, assinada, em 17/05/74, no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu.

### 4. Regimento Interno

Na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em Assunção no dia 3 de junho de 1974, criou-se uma Comissão Especial de Redação do Regimento Interno da ITAIPU.

Essa Comissão Especial estruturou as bases do Regimento Interno e, em reuniões plenárias realizadas no Rio de Janeiro e em Assunção, redigiu um texto final, que foi proposto pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração e por este aprovado na reunião extraordinária do dia 23 de julho de 1974, em Assunção.

## II — PROJETO, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

### 1. Antecedentes

As partes signatárias do "Convênio de Cooperação", celebrado em abril de 1970, isto é, a ELETROBRÁS e a ANDE, por um lado, e, por outro, a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguai, decidiram mediante a aprovação dos dois Governos, atribuir a Consultores independentes a realização dos estudos de viabilidade para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, estudos esses que deveriam realizar-se no prazo de quatro anos.

Após criteriosa seleção entre diversas empresas de renome mundial, foram escolhidas a International Engineering Company Inc., dos Estados Unidos, e ELC-Electroconsult Sp.A, da Itália, as quais, reunidas em Consórcio (IECO-ELC), receberam a incumbência de proceder aos estudos.

As referidas empresas, além do seu próprio pessoal, comprometeram-se a utilizar, em seus trabalhos, pessoal técnico e serviços de empresas brasileiras e paraguaias, especializadas em tarefas específicas.

O contrato de consultoria foi assinado em 18 e 21 de novembro de 1970, respectivamente, no Rio de Janeiro e Assunção, tendo os trabalhos sido iniciados efetivamente em 1º de fevereiro de 1971.

O objeto do dito contrato foi, em resumo, a avaliação do potencial energético do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira até a foz do rio Iguaçu. Para isso previram-se as seguintes etapas:

- 1ª — coleta de todas as informações e dados existentes nos dois países, resultantes de estudos anteriores;
- 2ª — preparação de inventário completo das possibilidades de aproveitamento do referido trecho, acompanhamento de sua análise comparativa técnico-econômica, em nível de ante-projeto, e justificativas das soluções propostas;
- 3ª — seleção, à luz do inventário acima mencionado, dos ante-projetos que deveriam ser objeto de maiores estudos;
- 4ª — estudos de viabilidade técnico-econômica dos ante-projetos incluídos na etapa anterior, com a profundidade exigida para apresentação e apreciação por parte de organizações de crédito internacionais, que eventualmente pudessem vir a ser solicitadas para colaborar financeiramente na realização do empreendimento.

Em cumprimento desse programa, os Consultores apresentaram, em fins de 1971, um Relatório Sumário contendo o resultado do inventário efetuado sobre as possibilidades de aproveitamento. Esse inventário abrangiu o estudo de dez locais de barragens, ao longo do trecho do rio Paraná em questão, tendo sido examinados, para cada local, diferentes sistemas de obras de barragens, canais e casas de força, que totalizaram cerca de 50 diferentes esquemas de aproveitamento do potencial hidráulico.

Feitas as comparações técnico-econômicas desses diferentes esquemas, sobressaíram duas soluções alternativas, que foram submetidas pela Comissão Mista à consideração dos Governos: a primeira consistindo de uma barragem única no local denominado ITaipu, aproveitando todo o potencial numa única usina; a segunda, constituída de duas barragens — uma em Itaipu e outra em Santa Maria, 150 km a montante — que aproveitariam o potencial por meio de duas usinas, uma ao pé de cada barragem.

O confronto das duas alternativas indicou claramente as vantagens da primeira, isto é, da solução de barragem alta única em ITaipu, resultando na sua adoção pelos dois Governos, e servindo de base para a redação do Anexo "B" do TRATADO DE ITaipu, de 26 de abril de 1973, que descreve o projeto a ser executado.

Passou-se então ao estágio seguinte dos estudos, que consistia no desenvolvimento dessa alternativa a nível de estudo de viabilidade. Nessa fase, os estudos abrangeram, além de novos trabalhos geológicos e geotécnicos de campo, também importantes ensaios hidráulicos em modelo reduzido, no "Centro de Hidráulica e Hidrologia Prof. Parigot de Souza" da Universidade Federal do Paraná, conduzidos pelos especialistas daquela Universidade, com a colaboração técnica e financeira da COPEL.

Estava esta etapa dos trabalhos bastante adiantada, quando foi instalada, em maio de 1974, a ITaipu, Entidade Binacional. Assim, logo em seguida, em julho de 1974, os Consultores entregaram estudos mais detalhados da topografia, batimetria, geologia e hidrologia locais, ficando fixados, de forma definitiva, o arranjo geral do projeto e suas características, e a futura estrutura, bem como o cronograma de execução.

Esse estudo continua também urgentemente atualizado do empreendimento, a níveis de preços de construção e equipamentos de novembro de 1973, o qual foi posteriormente ajustado a níveis de preços de junho de 1974, resultando no atual orçamento oficial do projeto, de cerca de 4 bilhões e duzentos milhões de dólares (US\$ 4,2 bilhões).

Tendo em vista que as obras do canal de desvio estão na linha crítica do cronograma geral, e quanto se refere à Entidade Binacional, foram os Consultores autorizados a realizar os necessários estudos de laboratório e de campo e a preparar as especificações para a pronta realização da concorrência para essas obras, sob a égide de Engenharia e Consultoria.

Grças à existência do Relatório de Viabilidade, já praticamente concluído, e a essas providências relativas ao projeto do canal de desvio, cede a ITaipu, apenas quatro meses depois de empossada a sua estrutura, publicar o edital de pré-seleção de empreiteiros para a execução dessa primeira etapa do empreendimento.

## 2. Descrição Geral de Projeto

De acordo com os últimos estudos realizados sobre a matéria, o Projeto a ser executado está sendo agora elaborado, como segue:

### 2.1 — Localização

O Projeto estará situado sobre o rio Paraná, aproximadamente 14 km a montante da ponte internacional que une Foz do Iguaçu, no Brasil, a Porto Presidente Stroessner, no Paraguai.

### 2.2 — Disposição geral

O Projeto estará constituído por uma barragem principal de gravidade, em concreto, através do rio Paraná, com uma casa de força ao pé da barragem, e por barragens laterais de enrocamento, de concreto, e diques de terra nas margens do rio. A barragem lateral da margem direita inclui a estrutura do vertedor com as respectivas comportas.

As obras do Projeto terão a orientação geral este-oeste, ao longo de um eixo em linha quebrada, com desenvolvimento total de 8,5 km. O nível d'água máximo normal no reservatório foi estabelecido em torno da cota 220 m acima do nível do mar. Este reservatório inundará uma área de aproximadamente 1.400 km<sup>2</sup> (800 km<sup>2</sup> no Brasil e 600 km<sup>2</sup> no Paraguai), a estender-se-á, a montante, por cerca de 200 km até e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto da Guaira.

### 2.3 — Componentes principais do Projeto

Comçando pela margem direita, o Projeto inclui as seguintes partes componentes principais sucessivas:

2.3.1 — Dique lateral direito — Um dique de terra com coroamento na cota 225 m, comprimento de 240 m e volume de 300.000 m<sup>3</sup>.

2.3.2 — Vertedor — Um vertedor em concreto, dotado de 17 comportas, com comprimento de 414 m, capaz de verter até 56.000 m<sup>3</sup>/s, com canal de acesso escavado a montante do vertedor. Uma calha revestida de concreto conduzirá a descarga do vertedor para o rio Paraná, cerca de 1.500 m a jusante da barragem principal.

2.3.3 — Barragem lateral direita — Uma barragem de concreto aliviado com coroamento na cota 225m, comprimento 758,5m a volume de 460.000m<sup>3</sup>, ligando o vertedor à barragem principal.

2.3.4 — Barragem principal e tomada d'água — A barragem principal será uma estrutura de gravidade, em concreto aliviado, com coroamento na cota 224m, comprimento de 1.406m e volume de 5.100.000m<sup>3</sup>, a ser construída através do rio Paraná e do canal, na margem esquerda, que será escavado para o desvio provisório do rio. A barragem terá 18 aberturas para tomada d'água, providas de comportas. Cada uma dessas tomadas d'água dará acesso a uma turbina, na casa de força, por meio de um conduto forçado.

2.3.7 — Barragem lateral esquerda — Uma barragem em enrocamento na cota 225m, comprimento de 2.200m e volume de 12.600.000m<sup>3</sup>.

— Um dique de terra com coroamento na cota 225m, comprimento de 2.000m e volume de 2.900.000m<sup>3</sup>.

2.3.9 — Dique complementar de Hernandarias — Um dique menor, de terra, a ser localizado na margem direita, a uma distância de cerca de 4,5 km a oeste da barragem principal, nas proximidades da cidade de Hernandarias. Esse dique se destinará a fechar uma depressão onde poderia ocorrer extravasamento com o reservatório ao nível de enchente.

2.3.10 — Subestações seccionadoras — Duas subestações seccionadoras, a serem localizadas uma em cada margem, a cerca de 600m a jusante da casa de força.

2.3.11 — Obras de navegação — O Projeto incluirá as obras que forem necessárias para atender aos requisitos do tráfego de navegação fluvial, tais como: terminais e conexões terrestres, eclusas, canais, elevadores e seus similares.

## 3. Projeto e Construção

Tão logo ficaram fixadas pela estudo de viabilidade as características definitivas do projeto, tratou-se de equacionar dois problemas fundamentais e urgentes:

- a) — o prosseguimento dos estudos de engenharia com a consequente elaboração do projeto executivo em detalhamento para execução;
- b) — e a fixação da política de construção das obras civis.

### 3.1 — Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia

Quanto à elaboração do projeto executivo de engenharia e tendo em vista o interesse manifesto dos dois Governos em aproveitar ao máximo a experiência dos dois países, ficou estabelecido, desde logo, que esses serviços seriam executados conjuntamente, sob a égide de um comitê binacional, dividido em dois setores: um para a elaboração do projeto executivo de engenharia e outro para a elaboração do projeto executivo de obras civis. A fim de, por um lado, estabelecer perfeita coerência e continuidade entre o projeto básico de viabilidade e a elaboração dos diferentes sub-projetos parciais e dar uniformidade de critérios técnicos aos mesmos; e, por outro, assegurar um perfeito entrosamento entre a elaboração de cada projeto parcial e o cronograma geral do projeto, a ITaipu decidiu contratar o mesmo Consórcio IECO-ELC, que vinha desde o início executando os estudos, para assisti-la nos trabalhos de Coordenação Geral das firmas projetistas.

Anunciou-se o exercício e após investigações pormenorizadas da qualificação das principais firmas de engenharia de projeto, do Brasil e do Paraguai, especializadas em projetos hidroelétricos, já haviam sido selecionadas as firmas brasileiras e paraguaias que deverão formar os consórcios entre os quais serão divididas as tarefas do projeto executivo de engenharia civil e elétrico-mecânica da usina de Itaipu.

Paralelamente, prosseguiram os ensaios hidráulicos em modelo reduzido, no laboratório da Universidade do Paraná, assim como trabalhos de geologia e geotécnica e ensaios de materiais, necessários ao desenvolvimento do projeto.

### 3.2 — Construção

Tal como no caso do projeto executivo de engenharia, tão logo se definiram as características das obras a executar, tratou-se de fixar a política a ser seguida na contratação dessas obras, que é a seguinte:

- a) — a contratação das obras civis será restrita a consórcios de firmas brasileiras e paraguaias;
- b) — de acordo com a orientação adotada pela Entidade, o projeto não seria executado por contrato global e único, mas sim dividido em um certo número de grandes contratos parciais de empreitada, pelo regime de preços unitários reajustáveis, escalonados no tempo, de acordo com a evolução do projeto executivo de engenharia e o cronograma geral do projeto.

O primeiro desses contratos e o mais urgente a definir era o relativo à escavação do canal de desvio, cuja execução depende fundamentalmente toda a sequência posterior da obra.

Providências nesse sentido tiveram início em setembro, com a publicação do edital de pré-seleção, ao qual concorreram 12 grupos de empreiteiros, e do qual resultou a seleção, em meados de dezembro, de cinco Consórcios brasileiro-paraguaias para participação da concorrência propriamente dita. As características, condições técnicas, instruções e especificações, foram expedidas a esses Consórcios pré-selecionados, precedendo-se logo as medidas

deste ano, já esteja selecionado o grupo vencedor, que deverá imediatamente iniciar os seus trabalhos. Concomitantemente à escavação do canal de desvio do rio, será construída a barragem de enrocamento da margem esquerda, cujo material provirá em sua maior parte da própria escavação do canal. Esse conjunto de obras tem um prazo previsto de dois anos e meio, durante os quais estarão sendo preparados os projetos e especificações das outras fases, cuja contratação será feita progressivamente, dentro do cronograma sequencial previsto. Cabe salientar que esta cronologia das concorrências e da contratação dessa primeira obra será necessariamente enquadrada no cronograma geral do projeto, cuja sequência de obras prevê o início da operação da usina em 1983.

### 3.3 — Obras Preparatórias e Aquisição de Equipamento de Construção.

Para possibilitar a imediata entrada, nas obras, do empreiteiro da escavação do canal de desvio, em meados de 1975, enquanto se processa a respectiva concorrência, estão sendo executadas, em ambas as margens do rio, diretamente ou através de pequenas firmas empreiteiras, diversas obras preparatórias, tais como, estradas de acesso, suprimento de energia ao canteiro de obra, galpões para alojamentos e oficinas, vilas residenciais com toda a infraestrutura de assistência escolar e de saúde, além naturalmente da aquisição e desempernoamento dos materiais de construção.

Ainda no sentido de acelerar os trabalhos dos empreiteiros, decidiu a ITAIPU adquirir diretamente alguns equipamentos e peças de construção, não existentes no parque dos dois países e de importação demorada, os quais serão por eles operados e mantidos. Visando especificamente às obras do canal de desvio, já foram encomendadas quatro escavadeiras de 13 jardas cúbicas e quarenta caminhões basculantes de 70 toneladas, cujas entregas coincidirão com as épocas programadas para o início das obras.

### 4. Equipamento da Usina

No que tange ao equipamento permanente da usina (turbinas, geradores, transformadores, disjuntores, etc.) está em fase de preparação, à luz das características e quantidades já definidas pelo projeto definitivo, uma relação do equipamento a ser adquirido, com o respectivo cronograma de encomendas, a qual será oportunamente divulgada para orientação dos fabricantes interessados nesses fornecimentos.

## III — OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

### 1. Vias de Acesso

A construção do sistema viário, na região de Itaipu, apresenta várias fases, para execução a curto, médio e longo prazo:

- desde o primeiro momento, melhoria ou abertura, para acesso ao local das obras, de estradas que permitam tráfego permanente para equipamento pesado em qualquer época do ano, mesmo antes de pavimentadas;
- providências — estudos, projetos, concorrências, contratação de firmas — para o traçado definitivo, construção e pavimentação das vias permanentes, no local e adjacências das obras da barragem;
- coordenação e planejamento com Órgãos Governamentais, brasileiros e paraguaios, para melhoria e ampliação da rede de estradas de toda a zona da usina e do reservatório de Itaipu, e para a integração dessa rede ao sistema viário regional dos dois países;
- ainda em coordenação com Órgãos Governamentais dos dois países, adaptação ou construção de estradas para transporte de materiais e equipamentos, tais como turbinas, geradores, transformadores, etc.), ou de volume e peso completamente fora do normal (equipamento permanente da usina, tais como turbinas, geradores, transformadores, etc.), dos pontos terminais ou de transbordo e dos centros industriais para o local das obras.

O primeiro aspecto foi imediatamente atacado pela ENTIDADE, não tendo havido, até agora, qualquer atraso das obras por deficiência de acesso. Um ponto de estrangulamento, devido à construção das estradas de 1975, é o transporte direto entre o canteiro de obras da margem direita e o da margem esquerda. Embora a distância seja pequena, em linha reta, só há cerca de dois quilômetros, o acesso só é possível, atualmente, por um percurso de 40 quilômetros, através de estradas locais, com o acréscimo dos inconvenientes oriundos tanto do congestionamento do tráfego quanto das indispensáveis formalidades de controle de fronteiras internacionais (alfândega, polícia, etc.). Estão em fase de aquisição barcas provisórias de reduzida capacidade, para transporte de equipamentos, e estudos, a instalação de um sistema de transporte fluvial de passageiros, equipamento o material de construção.

Para a consecução dos objetivos discriminados na alínea b acima, já foram contratados os estudos e estabelecido o cronograma para cada uma das demais etapas, prevendo-se para o 2º semestre de 1975 a conclusão das estradas. As providências, dependentes de Órgãos Governamentais dos dois países, alínea c e d, também marcham a contento, devido ao grande interesse e à consciência da urgência da usina de Itaipu, de que se acha imbuída a mentalidade das autoridades, brasileiras e paraguais, em todos os escalões.

### 2. Vilas Residenciais e Planejamento Urbano

Além das instalações normais de qualquer grande canteiro de obras, com suas dependências, para escritórios, cantinas, oficinas, postos de abastecimento, etc., a obra de Itaipu exigirá a construção de vilas residenciais, para técnicos, operários e demais empregados, com as respectivas famílias.

Estão previstas 8.000 residências: 4.000, na margem esquerda, junto à cidade de Foz de Iguaçu; e 4.000 na margem direita, distribuídas entre as cidades de

Porto Presidente Stroessner, Hernandarias, Porto Presidente Franco e a Colônia Porto Presidente Stroessner.

Adotou-se o critério de incorporar essas modernas vilas residenciais, a serem construídas dentro de cuidadoso planejamento urbano, às cidades junto às quais se encontrem, aproveitando-se a infra-estrutura destas, que terá de ser reforçada, ampliada e melhorada.

Esse planejamento global do desenvolvimento das cidades da região de Itaipu está sendo feito, no Paraguai, diretamente pela Entidade e, no Brasil, pela Universidade Federal do Paraná, levando em consideração, entre outros aspectos: levantamentos dos serviços urbanos existentes e seu potencial; censo demográfico e projeção da distribuição populacional; adequado dimensionamento, requerido pelo enorme e rápido aumento demográfico, para as novas instalações, tais como, habitação, comunicação e transportes urbanos, rede educacional e hospitalar, diversões, recreação, arborização e paisagismo. Em ambos os países, todo o planejamento está sendo feito em articulação com os Órgãos Governamentais adequados e com sua colaboração, pois uma grande parte dele será executada por estes últimos.

Enquanto se elabora e detalha o plano geral de desenvolvimento urbano, serão construídas, em 1975, pelo regime de preço unitário por unidade habitacional, 1.334 casas residenciais, metade em cada margem do rio Paraná, para atender às primeiras necessidades do grande consórcio empreiteiro, que, no 2º semestre deste ano, se instalará no canteiro de obras, já trabalhando diretamente na linha do projeto de Itaipu, para a construção do canal de desvio e da barragem de enrocamento da margem esquerda. Para isso, após as medidas regulamentares de pré-seleção e concorrência, já foram selecionadas 25 firmas construtoras paraguais e 6 brasileiras.

Tornou-se também imprescindível um reforço, imediato e de emergência, aos estabelecimentos hospitalares e de ensino nas cidades da região de Itaipu, para atender à população afluente já nos próximos meses.

### 3. Centro Executivo

A magnitude do projeto de Itaipu, a complexidade de sua execução, assim como as exigências futuras da operação, exigirão que também os técnicos e demais funcionários de escalão superior residam o mais próximo possível da usina. Por isso, a Entidade adotou a firme orientação de não fazer investimentos fora da região da barragem. Em consequência, decidiu construir, em Foz de Iguaçu e Porto Presidente Stroessner, dois grandes conjuntos administrativos, denominados CENTRO EXECUTIVO DA ITAIPU, compostos, em cada margem, de: edifício de escritórios, com cerca de 5.000m<sup>2</sup>, hotel, casa de hóspedes, centro recreativo, residências, auditório, etc.

Dentre os planos arquitetônicos apresentados, foi escolhido aquele que, pela sua harmonia, funcionalidade e possibilidade de crescimento, modulado e gradual, estava mais de acordo com as necessidades da ITAIPU.

Para elaboração final e detalhamento do projeto, no prazo de cerca de seis meses, foi selecionado um grupo de arquitetos paraguaios, que se consorciou com o escritório brasileiro de arquitetura, autor do plano selecionado.

### 4. Área do Reservatório

Já estava bastante adiantado ao término de 1974, o levantamento aerofotogramétrico e topográfico da área do reservatório, com fotografias coloridas, planimétricas e infra-vermelho. Esses trabalhos cobrirão uma área de 16.000km<sup>2</sup> (200km de extensão por 80km de largura). Já se contrataram também, com firmas especializadas, para realização no prazo de dois anos, os seguintes serviços, na área do reservatório:

- reconhecimento preliminar, com base em aerofotografias e mapas existentes, para levantamento de uma poligonal de reconhecimento;
- levantamento planimétrico do polígono de trabalho básico, entre a curva de nível 230 e o rio Paraná;
- inventário das obras e serviços públicos existentes ou de utilidade pública;
- censo demográfico e inventário dos bens imóveis particulares e respectivas benfeitorias.

Todos os trabalhos acima indicados permitirão à ITAIPU, não só efetuar, sem choques sociais e ou econômicos, as desapropriações das terras a serem inundadas, mas também orientar a restauração e melhoria do sistema de transporte e de comunicação da região.

## IV — ASPECTOS ECONOMICO-FINANCEIROS

### 1. Medidas Preliminares

Inicialmente, foi preparado o Plano de Contas e elaborada a Metodologia Orçamentária. Em seguida, foram redigidas normas e procedimentos da Tesouraria, codificação preliminar para inventário patrimonial, manual de unidades de propriedade, cadastro contínuo de bens e cadastro geral de fornecedores.

### 2. Captação e Fluxo de Recursos

Tendo o TRATADO DE ITAIPU estabelecido as grandes linhas do esquema financeiro a ser adotado, era natural que, de início, se recorresse, preferencialmente, aos organismos oficiais, para obtenção de recursos imediatos, suficientes para os dispêndios com os primeiros meses e a administração. Para suprir estas necessidades, foram solicitados a ELETROBRÁS, por conta de futuros empréstimos, adiantamentos que ascendiam, em 31 de dezembro, a US\$ 5.198.416.01, à taxa do dólar das datas dos saques, os quais postos à disposição da Entidade, permitiriam efetuar pagamentos no montante de US\$ 4.733.834.38.

Cumpra, porém, antes do ingresso de recursos de terceiros, utilizar ao máximo

os recursos de Capital, originários, paritariamente, da ELETROBRÁS e da ANDE. Neste sentido foram tomadas as providências normais.

Em 17/12/74, recebeu a ITAIPU, da ELETROBRÁS, a importância de US\$ 23.890.784,98, correspondente a 23,89% do Capital da Entidade.

Encontram-se adiantadas as negociações para um empréstimo de US\$ 50.000.000,00 do Banco Central do Brasil à ANDE, quanto então será realizada a parcela dessa empresa no Capital da ITAIPU, conforme previsto na "Nota Complementar do Tratado" de 26/04/73, e no "Acordo" celebrado entre os dois países em 10/09/74.

Do ângulo do Caixa, pois, o exercício de 1974 registrou o seguinte movimento:

INGRESSOS			
Da ELETROBRÁS (adiantamentos)	US\$ 5.198.416,01	18%	
Da ELETROBRÁS (capital)	US\$ 23.890.784,98	82%	
Receita Extra-Operação	US\$ 3.801,01	—	
	US\$ 29.093.002,00	100%	

Contando com a colaboração inestimável da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, foi possível, assim, não somente atender a todos os compromissos, mas também encerrar o balanço anual com expressivo saldo em Caixa.

Com tais recursos, a Entidade fez face ao programa previsto para o exercício, desenvolvendo intenso trabalho de desocupação da área do canteiro de obras, do canal de desvio e do Reservatório, implantando-se as instalações gerais, de caráter administrativo e de apoio básico aos serviços de campo.

#### APLICAÇÕES

Aquisição de terrenos e indenizações de melhorias	US\$ 2.780.947,00	29%
Instalações Gerais e Obras	US\$ 1.811.377,90	19%
Despesas Administrativas	US\$ 3.004.149,00	31%
Outros Valores a Apropriar	US\$ 1.949.180,53	21%
	US\$ 9.545.634,43	100%

Deste fluxo resultaram, em 31 de dezembro, disponibilidades no valor de US\$ 21.214.768,97 que, embora acima das necessidades imediatas, em breve deverão corresponder ao nível normal do capital de giro.

Realizaram-se, ainda, empréstimos de outras organizações, como ELETROBRÁS, CUBEL, CENEL, para aquisição de equipamentos, materiais pessoais, bens e serviços postos à disposição da ITAIPU, parte delas ainda não reembolsadas, figurando no Balanço como credoras.

Tendo sido aprovadas aquisições de material pesado de construção, para os trabalhos da escavação do canal de desvio do rio Paraná, foi solicitado ao Banco do Brasil um empréstimo, em moeda externa, de US\$ 15.500.000,00, destinado à compra de quatro escavadeiras de 13 jardas cúbicas, e quarenta caminhões de 70 toneladas.

Negociações foram iniciadas com Órgãos Governamentais brasileiros, visando apoio financeiro para serviços que, por sua natureza, se enquadram na esfera técnica das obras hidráulicas.

Ainda, mantiveram-se em andamento, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNH) para financiamento da Vila Residencial e de outros elementos de infra-estrutura. As recentes medidas adotadas pela direção desse órgão parecem permitir que sua proporcional e volume substancial de meios financeiros, dependendo apenas de estarem concluídos os respectivos projetos, devotamente orientados, para a normalização do empreendimento.

Com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), discute-se um contrato de financiamento, a ser realizado sob a forma de abertura de uma linha de crédito, para custeio dos sub-projetos de engenharia, contratados e a contratar, incluindo o Estudo de Viabilidade, o Projeto Executivo de Engenharia, os trabalhos de coordenação deste e os sub-projetos infra-estruturais, complementares e auxiliares.

Enquanto não se realizam, via Caixa, tais empréstimos, acredita-se que as necessidades financeiras serão providas pela ELETROBRÁS.

Num horizonte mais amplo, a mobilização de recursos externos, vinculados ou livres, deverá ser iniciada tão logo se disponha de informações técnico-financeiras, capazes de permitir a elaboração de um orçamento, das necessidades de importação, bem como um cronograma que proporcione indicações quanto aos locais e épocas das aquisições a serem feitas no exterior, de modo a se identificarem as fontes às quais se deve recorrer em busca dos créditos necessários.

### 3. Revisão do Custo do Projeto de ITAIPU

A necessidade de disporem os Governos, brasileiro e paraguaio, de um mínimo de informações que pudessem definir a viabilidade, em termos técnico-econômicos, do aproveitamento energético do rio Paraná, no trecho contíguo aos dois países, levou a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia a estabelecer, desde o início, o qual, em início de 1973, já apresentava uma massa de dados capazes de indicar a modalidade, localização e potencial de aproveitamento de um projeto hidroelétrico a ser ali instalado.

Desses estudos preliminares resultou um primeiro orçamento, que, sucessivamente revisado, à medida que o projeto melhor se definia. O primeiro orçamento do projeto Itaipu, no valor de US\$ 2.032 bilhões (dois bilhões e trinta e três milhões de dólares), a preços de junho de 1972, sofreu a seguinte evolução de acordo com as revisões e atualizações feitas pelo Consórcio Consultor IECO-ELC:

#### NÍVEIS DE PREÇOS

	novembro/1973 US\$ x 10 <sup>3</sup>	junho/1974 US\$ x 10 <sup>3</sup>
Obras Civis	1.353.407	1.560.541
Equipamentos permanentes	782.094	920.674
Engenharia e Supervisão	213.550	248.420
Administração Superior	117.600	136.631
Sub-Total	2.466.651	2.866.266
Juros durante a construção	976.589	1.373.794
Total	3.443.240	4.240.060

Tais aumentos resultaram, basicamente, dos fatores físicos e monetários, abaixo resumidos:

- melhor conhecimento das condições locais, sobretudo no que tange a geologia e hidrologia;
- aumento da capacidade instalada final do aproveitamento, de 10.800 MW com 14 unidades geradoras, ao tempo do projeto preliminar, para 12.600 MW com 18 unidades geradoras no projeto atual;
- aceleração e intensificação das pressões inflacionárias, internas e externas, e como consequência,
  - elevação dos preços de materiais e mão de obra,
  - expansão sensível de encargos, em função dos novos níveis de mercado financeiro, nacional e internacional.

A estimativa, que será permanentemente revista, já permite uma visualização razoável do custo do empreendimento, cujo grau de exatidão se elevará na medida em que se desenvolva o referido Projeto e se conheçam, com maior precisão, as possibilidades de fornecimento e fabricação da matéria-prima e equipamento, nacionais ou não, os quais sofrerão um certo condicionamento quanto à logística de transporte, sobretudo de certos itens, cujos volumes e dimensões devem ser considerados em função dos meios de deslocamento disponíveis.

### 4. Orçamento para 1975

Os principais itens do Orçamento-Programa de 1975, no qual os principais investimentos no montante de US\$ 197.328.400,00, são os seguintes:

para Investimentos	US\$ 154.322.400,00
PARA Instalações Gerais	US\$ 8.955.400,00
para Despesas do Órgão Administrativo	US\$ 21.573.400,00
para Encargos Financeiros	US\$ 12.477.250,00

A efetuar-se, de fato, tais dispêndios, seriam estes cobertos pelos recursos providos pelas seguintes fontes:

Disponibilidade em 01.01.75	US\$ 32.847.600,00
Financiamentos	US\$ 134.407.000,00
Capital a Integralizar	US\$ 76.109.215,00

Preservar-se-á, com este fluxo de Caixa, a manutenção do indispensável capital de giro para a normalização da Entidade.

## V — ASSUNTOS JURIDICOS

### 1. Desapropriações

Por constituírem as desapropriações um conjunto de atos de poder público, o TRATADO DE ITAIPU, de 26/04/73, dispensou-lhes tratamento especial. Assim, o art. XVII do TRATADO declara expressamente que elas serão efetuadas pelo Governo de cada um dos países, em seu respectivo território. A ITAIPU indica, delimita e demarca as áreas necessárias ao aproveitamento hidroelétrico, para que cada um dos Governos possa declará-las de utilidade pública e levar a cabo os demais procedimentos, administrativos ou judiciais, adequados a concretizar as desapropriações, cuja beneficiária final é a ITAIPU, a quem compete proceder ao pagamento das indenizações cabíveis. Assim se tem procedido.

Tanto no Brasil quanto no Paraguai, a ITAIPU tem-se encarregado de toda a execução dos serviços preliminares necessários à expropriação. Além da demarcação precisa das áreas, a Entidade tem levantado o cadastro dos terrenos e outros bens imóveis, na área declarada de utilidade pública, realizado as avaliações, examinado a documentação dos proprietários e entabulado as negociações para conseguir desapropriações amigáveis, mediante acordos sem necessidade de recurso ao Poder Judiciário.

Procedeu-se a cuidadoso estudo dos preços, tanto para levantamento em Órgãos Governamentais, entidades de crédito, corretores, cartórios de registros de imóveis, assim como se verificaram as transações ultimamente havidas entre os próprios agricultores. Toda essa componente de preços, além de já ser complexa em si mesma, tem exigido especial sensibilidade, devido a uma natural e constante alta dos preços das propriedades rurais, que vem ocorrendo nos dois países, nos últimos anos, e a uma artificial e rápida subida geral dos preços, na região de Itaipu, sobretudo para os terrenos urbanos ou da periferia das cidades, provocada, em parte, pelo próprio empreendimento. As desapropriações, até agora indispensáveis ao andamento do projeto e de suas

## BALANÇO ANALÍTICO REALIZADO EM 31/12/74

## ATIVO

ATIVIDADE	US\$	US\$	US\$
<b>RECURSOS EM SERVIÇO</b>			
Despesa com Manutenção e Melhorias	207.803,83		
Despesa com Insumos	151.149,79		
Despesa com Pessoal	22.035,95		
Despesa com Material	1.124,10		
Despesa com Aluguel	2.132,00		
Despesa com Outros	877,41		
<b>Despesa Total</b>	<b>387.122,98</b>	<b>652.352,63</b>	
<b>RECURSOS EM TRANSITO</b>			
Despesa com Manutenção e Melhorias	2.033.177,60		
Despesa com Insumos	200.142,11		
Despesa com Pessoal	330.846,04		
Despesa com Material	240.233,56		
Despesa com Aluguel	153.730,64		
Despesa com Outros	146.179,00		
<b>Despesa Total</b>	<b>3.003.309,95</b>	<b>6.949.033,11</b>	<b>7.051.425,74</b>
<b>RECURSOS EM TRANSITO</b>			
Despesa com Manutenção e Melhorias	8.093,61		
Despesa com Insumos	23.896,01	<b>37.896,52</b>	
<b>Despesa Total</b>	<b>31.989,62</b>		
<b>RECURSOS EM TRANSITO</b>			
Despesa com Manutenção e Melhorias	43.135,00		
Despesa com Insumos	424.910,37	<b>2.000.030,78</b>	
<b>Despesa Total</b>	<b>468.045,37</b>		
<b>RECURSOS EM TRANSITO</b>			
Despesa com Manutenção e Melhorias	5.516,88		
Despesa com Insumos	1.111,00	<b>9.627,88</b>	
<b>Despesa Total</b>	<b>6.627,88</b>		
<b>RECURSOS EM TRANSITO</b>			
Despesa com Manutenção e Melhorias	281.614,40		
Despesa com Insumos	8.016,48		
Despesa com Pessoal	11.529,42	<b>301.160,30</b>	<b>31.214.669,97</b>

## REALIZÁVEL

<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB	5.140,63		
Despesa com Empresas Elétricas — COEL	1.216,09		
Despesa com Empresas Elétricas — COEL	134,59	<b>6.585,67</b>	
<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB		<b>25,45</b>	
<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas — CAEEB	37.896,11		
Despesa com Empresas Elétricas — COEL	4.160,08	<b>41.761,19</b>	
<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas — CAEEB			<b>10.160,11</b>
<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas — CAEEB	23.896,01		
<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas — CAEEB	442.135,11		
Despesa com Empresas Elétricas — COEL	5.311,05		
Despesa com Empresas Elétricas — COEL	49.070,00		
Despesa com Empresas Elétricas — COEL	2.000,00		
Despesa com Empresas Elétricas — COEL	134.255,79	<b>1.321.515,10</b>	
<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas — CAEEB		<b>22.135,42</b>	<b>22.135,42</b>
<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas — CAEEB		<b>33.215,19</b>	<b>34.617.285,17</b>
<b>CONTAS A RECEBER</b>			
Despesa com Empresas Elétricas — CAEEB			<b>11.440.301,17</b>







# BALANCE ANALÍTICO REALIZADO EN 31/12/74

## ACTIVO

### IMMOBILIZADO

#### BIENES E INSTALACIONES EN SERVICIO

	US\$	US\$	US\$
Edificios e Instalaciones en Servicio	127.150.00		
Equipos de Transporte	269.132.11		
Equipos de Oficina	340.845.04		
Estudios Preliminares	243.589.58		
Trabajos Preliminares	153.790.54		
Ingeniería	146.329.00		
Administración General Capitalizada	3.099.100.24	652.092.63	7.601.425.74

### CAJAS

Cuenta General — Brasil	20.393.193.68		
Cuenta General — Paraguay	429.670.82	20.866.030.78	
REMESAS EN TRANSITO			
Cuenta General — Cheques — Brasil	5.616.68		
Cuenta General — Cheques — Brasil	4.034.49	9.651.37	
CHEQUES EMITIDOS			
Cuenta General — Brasil	281.044.40		
Cuenta General — Brasil	8.016.48		
Cuenta General — Paraguay	11.529.42	301.190.30	21.214.768.97

## REALIZABLE

Cuentas a Recibir			
Cia. Auxiliar de Empresas Eléctricas Brasileiras — CAEEB	5.240.68		
Mitra Arquiepiscopal	1.210.69		
Cia. Paranaense de Energia Eléctrica — COPEL	134.50	6.505.07	
DEBITOS A RECIBIR			
Centrais Eléctricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS		25.45	
Garantías Contractuales — Brasil	37.396.11		
Garantías Contractuales — Paraguay	4.365.08	41.761.19	
CAPITAL A REALIZAR			
Centrais Eléctricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS	26.109.215.02		
Administración Nacional de Electricidad — ANDE	50.003.000.00	76.109.215.02	76.157.567.53

## PENDIENTE

DEBITOS EN SUSPENSO			
Adelantos a Proveedores — Brasil	22.510.27		
Adelantos a Proveedores — Brasil	86.366.22		
Debitos Dependientes de Aprobación — Brasil	312.506.55		
Ajuste Cambiario, Fondos y Monedas	490.129.69		
Ajustes Personales — Paraguay	5.754.33		
Adelantos a Proveedores — Paraguay	43.052.97		
Debitos Dependientes de Aprobación — Paraguay	26.294.37		
Debitos Dependientes de Aprobación — Exterior	334.705.70	1.821.536.10	
OTROS DEBITOS POSTERGADOS			
Debitos Dependientes de Aprobación — Brasil	31.210.00		
Debitos Dependientes de Aprobación — Paraguay	3.287.81	31.698.13	1.053.234.27
TOTAL DEL ACTIVO			106.827.016.47

## COMPENSACIÓN

CONTRATOS DE PRESTACIÓN DE SERVICIOS	1.253.975.23		
CONTRATOS DE PRESTACIÓN DE SERVICIOS	33.275.800.63		
BENEFICIOS DE TERCIEROS EN PODER DE LA ENTIDAD	87.503.99	34.617.055.95	
TOTAL GENERAL DEL ACTIVO			141.444.702.32

## BALANÇO ANALÍTICO REALIZADO EM 31/12/74

## ATIVO

## IMOBILIZADO

US\$

US\$

US\$

## BENS IMOBILIZADOS EM SERVIÇO

Equipamento de Escritório e Mobiliário .....	367.575,33		
Equipamento de Transporte .....	156.147,79		
Imóveis .....	24.217,03		
Outros Bens Imobilizados .....	1.100,00		
<b>Total</b> .....	<b>548.040,15</b>		
Depreciação Acumulada .....	217,46		
<b>Depreciação Propriamente Dita</b> .....	<b>217,46</b>	652.392,63	

## BENS E SERVIÇOS EM ANDAMENTO

Equipamento .....	2.730.947,00		
Equipamento de Transporte .....	260.102,11		
Imóveis em Construção .....	349.383,04		
Outros Bens em Andamento .....	346.889,58		
<b>Total</b> .....	<b>3.687.321,73</b>		
Depreciação Acumulada .....	148.379,00		
<b>Depreciação Propriamente Dita</b> .....	<b>148.379,00</b>	5.049.053,11	7.631.425,74

Depreciação Acumulada — Brasil .....	5.059,51		
Depreciação Acumulada — Estrangeiro .....	29.801,01	37.296,52	

## BANCOS

Banco do Brasil .....	20.393.163,98		
Banco de São Paulo .....	1.000,00		
<b>Total</b> .....	<b>20.394.163,98</b>	20.394.163,98	

## RECEBÍVEIS EM TRÂNSITO

Recebíveis em Trânsito — Brasil .....	5.616,33		
Recebíveis em Trânsito — Estrangeiro .....	4.034,49	9.651,37	

## CHEQUES EMITIDOS

Cheques Emitidos — Brasil .....	291.641,40		
Cheques Emitidos — Estrangeiro .....	8.016,48		
<b>Total</b> .....	<b>300.657,88</b>	301.190,30	21.214.763,97

## PASSIVO

## DÉBITAS A RECEBER

Débitas a Receber de Empresas Públicas Brasileiras — CAEEB .....	5.243,68		
Débitas a Receber de Empresas Públicas Brasileiras — COPEL .....	1.210,69		
<b>Total</b> .....	<b>6.454,37</b>	5.535,87	

Débitas a Receber de Empresas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS .....		25,45	
---	--	-------	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	37.396,11		
Débitas a Receber de Contratos — Estrangeiro .....	4.365,08	41.761,19	

Débitas a Receber de Contratos — S.A. — ELETROBRAS .....	1.000,00		
Débitas a Receber de Contratos — ANDE .....	52.000.000,00	73.103.215,02	76.157.587,53

## DÉBITAS A RECEBER

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.000,00		
Débitas a Receber de Contratos — Estrangeiro .....	51.000,55		
<b>Total</b> .....	<b>52.000,55</b>		

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.000,00		
Débitas a Receber de Contratos — Estrangeiro .....	1.321.556,10		

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

Débitas a Receber de Contratos — Brasil .....	1.321.556,10		
---	--------------	--	--

1.321.556,10

Diretor Administrativo

(Período inicial de 17 de maio a 31 de dezembro de 1974)

## PASSIVO

## NEXIGÍVEL

US\$

US\$

US\$

## Ativos

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

50.000.000,00

Ações da Companhia Nacional de Eletricidade — ANDE .....

50.000.000,00

100.000.000,00

## EXIGÍVEL

## DEBÍTA A PAGAR

Emprestimos em moeda .....

819.294,66

Emprestimos em moeda estrangeira .....

2.474,78

Emprestimos em moeda .....

46.770,00

Emprestimos em moeda .....

11.014,01

Emprestimos em moeda .....

4.952,52

Emprestimos em moeda .....

200.977,15

Emprestimos em moeda .....

14.294,04

Emprestimos em moeda .....

125.995,45

Emprestimos em moeda .....

77.120,43

1.336.902,69

## OBRIGAÇÕES A PAGAR

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

5.198.416,01

## OBRIGAÇÕES A PAGAR

Emprestimos em moeda .....

16.165,01

Emprestimos em moeda .....

2.142,02

Emprestimos em moeda .....

16.510,84

Emprestimos em moeda .....

1.032,75

Emprestimos em moeda .....

3.382,48

Emprestimos em moeda .....

4.943,66

Emprestimos em moeda .....

440,84

44.672,58

6.579.991,28

## EXIGÍVEL

## RECEBÍVELS EM DESEMPENHO

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

6.190,94

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

6.741,50

Ajustes Cambiais, Fundos e Moedas .....

234.092,75

247.025,19

247.025,19

TOTAL DO PASSIVO

1.336.902,69

## RECEBÍVELS EM DESEMPENHO

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

1.000.000,00

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

1.000.000,00

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

1.000.000,00

TOTAL GERAL DO PASSIVO

1.336.902,69

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

Companhia Eletrobras S.A. — ELETROBRAS .....

**BALANCE ANALÍTICO REALIZADO EN 31/12/74**

ACTIVE

INMOVILIZADO	US\$	US\$	US\$
Terrenos	2.783.947,00		
Edificios y construcciones	250.132,11		
Equipos y mobiliario	340.849,04		
Autos y camionetas	243.895,63		
Transporte	153.796,34		
Instalaciones	145.329,00		
		652.392,63	
<b>USFAS Y SERVICIOS EN EJECUCIÓN</b>			
Terrenos	2.783.947,00		
Edificios y construcciones	250.132,11		
Equipos y mobiliario	340.849,04		
Autos y camionetas	243.895,63		
Transporte	153.796,34		
Instalaciones	145.329,00		
		652.392,63	
<b>DISPONIBLE</b>			
Cuentas Corrientes - Brasil	20.393.163,98		
Cuentas Corrientes - Paraguay	43.195,98		
Cuentas Corrientes - Chile	120.870,12		
Cuentas Corrientes - Colombia	5.616,68		
Cuentas Corrientes - Ecuador	4.534,43		
Cuentas Corrientes - El Salvador			
Cuentas Corrientes - Guatemala			
Cuentas Corrientes - Honduras			
Cuentas Corrientes - Nicaragua			
Cuentas Corrientes - Panamá			
Cuentas Corrientes - Perú			
Cuentas Corrientes - Uruguay			
Cuentas Corrientes - Venezuela			
Cuentas Corrientes - Zaire			
Cuentas Corrientes - Otros			
		37.895,82	
<b>CHEQUES EMITIDOS</b>			
Cuentas Corrientes - Brasil	281.644,40		
Cuentas Corrientes - Paraguay	8.016,48		
Cuentas Corrientes - Chile	11.529,42		
		301.190,30	
			7.001.426,74

REALIZABLE

CUENTAS A REALIZAR		
MULTIPLAN - MULTIPROPRIETARIO - CASAB	1.210,69	
CONTRATO DE PRESTACIÃO DE SERVIÇOS - COPEL	8.585,87	
COMPANHIA PARANAGUENSE DE ENERGIA S.A. - ELETROBRAS	25,45	
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA		44.782,19
CAPITAL A REALIZAR		

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

[illegible]

(Período inicial de 17 de mayo a 31 de Diciembre de 1974)

## PASIVO

## INEXIGIBLE

US\$

US\$

US\$

## CAPITAL

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS

50.000.000,00

Administração Nacional de Eletricidade — ANDE

50.000.000,00

100.000.000,00

## EXIGÍVEL

## CUENTAS A PAGAR

Entidad Similares

619.294,65

Obras y Prestaciones Literales

2.474,78

Locaciones

46.779,16

Servicios Contratados

45.514,51

Otras Entidades

4.452,52

Proveedores — Brasil

260.977,15

Proveedores — Paraguay

14.294,04

Provisiones — Brasil

125.995,45

Provisiones — Paraguay

77.120,43

1.335.902,69

## OBLIGACIONES A PAGAR

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS

5.199.416,01

## OTROS CRÉDITOS CORRIENTES

Honorarios de Consejeros y Directores

16.165,01

Instituto Nacional de Previdência Social — Brasil

2.142,02

Instituto de Previdência Social — Paraguay

15.565,24

Caja de Jubilaciones y Pensiones — Paraguay

1.032,75

Otros Descuentos — Paraguay

3.332,46

Impuesto de Renta Retenido por la Entidad — Brasil

4.943,66

Impuesto Sobre Servicios Retenido por la Entidad — Brasil

440,84

44.672,58

6.579.991,28

## PENDIENTE

## CRÉDITOS EN SUSPENSO

Créditos Dependientes de Apropriación — Brasil

6.190,94

Créditos Dependientes de Apropriación — Paraguay

6.741,50

Ajuste Cambiario, Fondos y Monedas

234.092,75

247.025,19

247.025,19

TOTAL DEL PASIVO

109.927.016,47

## CONTABILIZACIÓN

PRESTACION DE SERVICIOS CONTRATADOS

253.971,03

ASIGNACIONES POR BIENES DE TERCEROS

67.559,00

34.617.235,85

TOTAL GENERAL DEL PASIVO

144.444.302,32

Enzo de Almeida  
Director General  
Adjunto

Enzo de Almeida  
Director General  
Adjunto

Enzo de Almeida  
Director General  
Adjunto

Enzo de Almeida  
Director General  
Adjunto

Enzo de Almeida  
Director General  
Adjunto

Enzo de Almeida  
Director General  
Adjunto

Enzo de Almeida  
Director General  
Adjunto

**BALANÇO ANALÍTICO REALIZADO EM 31/12/74**

[illegible]







# BALANCE ANALÍTICO REALIZADO EM 31/12/74

## ATIVO

	US\$	US\$	US\$
<b>BIENS E INSTALACIONES EN SERVICIO</b>			
Edificios y locales .....	26.213,79		
Autos y Autos .....	1.775,11		
Equipos de Aire .....	817,98		
Unidades de Propiedades .....	257,96	652.392,63	
<b>TRABAJOS Y SERVICIOS EN EJECUCIÓN</b>			
Trabajos .....	2.133.947,00		
Trabajos en Ejecución .....	575.122,01		
Trabajos en Ejecución .....	1.558.825,11		
Trabajos en Ejecución .....	153.190,84		
Trabajos en Ejecución .....	146.519,07		
<b>DISPONIBLE</b>			
Caja .....	1.110,01		
Cuenta Corriente — Paraguay .....	29.801,01	37.696,52	
<b>BAUCOS</b>			
Cuenta Corriente — Brasil .....	27.503.153,08		
Cuenta Corriente — Brasil .....	42.135,97		
Cuenta Corriente — Paraguay .....	429.179,00	20.866.020,78	
Cuenta Corriente — Cheques — Brasil .....	5.616,68		
Cuenta Corriente — Bancarios — Brasil .....	4.034,49	9.651,37	
<b>CHEQUES ENTIDOS</b>			
Cheques Entidos — Brasil .....	281.644,40		
Cheques Entidos — Brasil .....	5.016,48		
Cheques Entidos — Paraguay .....	11.529,42	301.190,30	21.214.768,97
<b>DEMANDAS</b>			
<b>CUENTAS A RECIBIR</b>			
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	1.210,00		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	1.210,00		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	134,50	6.585,87	
<b>DEMANDAS A RECIBIR</b>			
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....			25,45
<b>DEMANDAS A RECIBIR</b>			
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	37.508,11		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	4.034,49	41.011,19	
<b>CUENTAS A PAGAR</b>			
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	26.102.215,02		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	1.210,00	20.866.020,78	21.214.768,97
<b>DEMANDAS A PAGAR</b>			
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	20.516,37		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	30.260,22		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	812.508,55		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	450.129,09		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	5.734,33		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	11.529,42		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	20.204,37		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	11.529,42	11.214.768,97	
<b>DEMANDAS A PAGAR</b>			
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	11.214,76		
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....	2.277,81	21.010,13	1.653.034,10
<b>TOTAL DEL ACTIVO</b>			126.827.016,47
<b>COMPRENSIÓN</b>			
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....		11.214,76	
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....		20.204,37	
Cuenta Corriente — Empresa Brasileira de Energia .....		11.529,42	
<b>TOTAL GENERAL DEL ACTIVO</b>			147.575.590,26

## DICTAMEN CONJUNTO DE LOS AUDITORES INDEPENDIENTES

14 de marzo de 1975

A los señores Directores de  
Itaipú-Binacional

Hemos examinado el balance general de Itaipú-Binacional al 31 de diciembre de 1974 expresado en dólares norteamericanos. Nuestro examen fue practicado de acuerdo con normas de auditoría generalmente aceptadas.

En nuestra opinión, el referido balance general demuestra razonablemente la veracidad de los datos que lo componen al 31/12/74, de acuerdo con principios de contabilidad generalmente aceptados.

PRICE WATERHOUSE PEAT CO

BOUCINHAS, CAMPOS, COOPERS LYBRAND LTDA.

Contador Responsable  
CRC-G8-19344

## 2. Directorio Ejecutivo

Durante los siete meses de 1974, el Directorio Ejecutivo realizó dieciséis (16) reuniones, tomando noventa y siete (97) resoluciones, no sólo sobre la mayoría de los asuntos que de conformidad con el Estatuto de la Entidad competen a la parte del Consejo de Administración, sino también sobre muchos otros de su ámbito de competencia.

Las reuniones se celebran ora en el Paraguay, ora en el Brasil, habiéndose realizado algunas en la región de ITAIPU-Puerto Presidente Stroessner y Foz de Yguazú.

Asunción, 24 de abril de 1975.

José Costa Cavalanti Director General	Enzo Debernardi Director General Adjunto
John Reginald Cotrim Director Técnico	Hans W. Krauch Director Técnico Adjunto
Antonio Colmán Rodríguez Director Jurídico	Paulo José Nogueira da Cunha Director Jurídico Adjunto
Victorino Vega Giménez Director Administrativo	Aluisio Guimarães Mendes Director Administrativo Adjunto
Manoel Pinto de Aguiar Director Financiero	Fidencio J. Tardivo Director Financiero Adjunto
Carlos A. Facetti Director de Coordinación	Cassio de Paula Freitas Director de Coordinación Adjunto

## IX — ADMINISTRACIÓN SUPERIOR

El Estatuto de la ITAIPU dispone que esta Entidad Binacional tiene como partes:

- 1) la Administración Nacional de Electricidad — ANDE, entidad autárquica paraguaya; y
- 2) las Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS, sociedad de economía mixta, brasileña.

Determina además que la ITAIPU tendrá sedes en Asunción y Brasilia y que sus órganos de administración son el Consejo de Administración y el Directorio Ejecutivo.

Todas las disposiciones del Estatuto fueron minuciosamente reglamentadas y definidas en el Reglamento Interno de la Entidad, aprobado el 23/07/74, pues era un instrumento indispensable de trabajo que, en una entidad binacional, presenta una relevancia particular para el funcionamiento de ambas nacionales.

## 1. Consejo de Administración

El Estatuto de la ITAIPU prevé que el Consejo de Administración, compuesto de 12 Miembros — seis paraguayos y seis brasileños — se reúne ordinariamente cada dos meses. Sin embargo, dada la urgencia de tomar resoluciones básicas para el funcionamiento de la Entidad, el Consejo se reunió prácticamente todos los meses en 1974, habiendo deliberado, entre otros, sobre los siguientes asuntos:

- solicitud de exención de tributos para la Entidad y de declaración de utilidad pública de áreas a ser expropiadas;
- integración del capital;
- estudio y aprobación del Reglamento Interno;
- límites para la contratación de servicios y obras, y adquisición de bienes, mediante licitaciones, pedidos de presupuesto, licitación pública, concurso, de precios y adquisición directa;

- proyecto ejecutivo de Ingeniería y Política de Construcción de las obras civiles de la usina;
- niveles de gastos de competencia de los Directores;
- plan de cuentas de la Entidad;
- revisión del costo del proyecto;
- presupuesto para el ejercicio financiero de 1975.

ciertos casos de traslado. La escala definitiva de salarios, que se encuentra en estudio, se basará en investigaciones más completas sobre el presupuesto familiar, costo de vida y mercado de trabajo realizadas en el Paraguay y Brasil.

Un anteproyecto de Reglamento de Personal fue elaborado por Consultores, especialistas en legislación laboral, de previsión social y seguridad en el trabajo, ya contempladas para la ITAIPU por los dos Gobiernos mediante la firma de varios Protocolos. El anteproyecto ya fue presentado y se encuentra a estudio de la Administración de la Entidad.

A semejanza de lo realizado con relación al personal, también se está instalando paulatinamente las oficinas, encontrándose montadas y en funcionamiento las de las sedes de la ITAIPU en Asunción y Brasilia, y las regionales en Puerto Presidente Stroessner, Río de Janeiro, Curitiba y Foz de Yguazú.

Los servicios de la ITAIPU que en 1974 funcionaron con ciertas limitaciones, debido a la complejidad de su instalación, sobre todo entre los dos países, fueron los de comunicación y transporte. Sólo dentro de un cierto plazo la Entidad podrá contar entre todas sus oficinas y de estas con el local de las obras de la usina, con una eficiente red de teléfonos, telex y radio, y con un rápido servicio de transporte de personal y correspondencia. A continuación, presentamos dos cuadros de personal al servicio de la ITAIPU, al 31/12/74, calificados por Direcciones y locales de trabajo.

## PERSONAL DE LA ITAIPU AL 31/12/74

## Por Unidad Administrativa

	Número de Personas	
	Paraguay	Brasil
Consejo de Administración	2	—
Dirección General	23	38
Dirección Técnica	5	14
Dirección Jurídica	8	4
Dirección Administrativa	29	68
Dirección Financiera	6	64
Dirección de Coordinación	32	20
Campamento Pionero (Dirección Técnica)	173	110
Total	280	316

No están incluidos Consejeros y Directores.

## Por Localidad de Trabajo

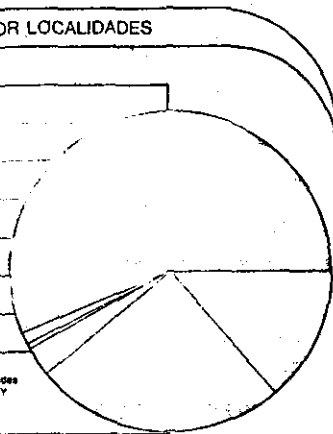
	Número de Personas
Asunción	82
Brasilia	5
Rio de Janeiro	151
Curitiba	18
São Paulo	1
Zona de Itaipú	339
Total	596

## NÚMERO DE PERSONAL POR LOCALIDADES

## REFERENCIAS

ASUNCIÓN	82
BRASILIA	5
RIO DE JANEIRO	151
CURITIBA	18
SÃO PAULO	1
ZONA DE ITAIPU	339
TOTAL	596

Obs.: ZONA ITAIPU incluye las localidades de Foz de Yguazú, Misiones y "Pto. Pte. Stroessner".



# NÚMERO DE PERSONAL POR GRANDES UNIDADES

## REFERENCIAS

DIRECCION GENERAL	59
DIRECCION TECNICA	19
DIRECCION ECONOMICA	12
DIRECCION FINANCIERA	97
COORDINACION GENERAL	72
CONSEJO DE ADMINISTRACION	2
TOTAL	596

## VIII - ADMINISTRACIÓN GENERAL

Conforme a lo acordado por los dos Gobiernos en el TRATADO DE ITAIPU, la Administración de la Entidad tiene que atenerse a plazos bastante apremiantes para la realización del aprovechamiento hidroeléctrico.

Por lo tanto ha sido necesario trabajar, simultáneamente y desde los primeros días, en la ejecución del proyecto de ITAIPU y en la organización de la Entidad. Esto hizo indispensable que, en los siete meses de vida de la Entidad, se adoptaran ciertas medidas que permitieran tanto la realización de cada una de las actividades administrativas como la ejecución de las obras.

Siendo que el proyecto binacional de ITAIPU no tiene un simple carácter regional en ninguno de los dos países, y dada la circunstancia de que la Entidad tiene como objetivo llevar a cabo tan solo 1 (un) aprovechamiento hidroeléctrico — aunque de excepcional importancia — el Tratado previó muy oportunamente la posibilidad de permitir que la Entidad reclutase personal de otras empresas y organismos gubernamentales, a fin de reducir su cuadro de personal propio para la construcción, necesariamente de carácter transitorio.

Es así que la Entidad ha funcionado hasta ahora con funcionarios reclutados y admitidos en sus cuadros por funcionarios prestados de empresas y organismos gubernamentales, que en general ocupan posiciones de jefatura y de subjefatura.

En el Paraguay, se tomó como directriz el procedimiento y las normas de la ANDE. En el Brasil, se celebró un contrato de prestación de servicios con la Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), cuyos principales ítems fueron:

- Procesamiento de compras de material y equipo, en el Brasil y en el exterior;
- consultoría sobre administración de personal;
- reclutamiento y admisión de personal;
- locación de inmuebles;
- otros servicios de naturaleza técnico-administrativa.

Estos servicios prestados por la CAEEB, fueron muchos al comienzo, irán tendiendo a disminuir a medida que la ITAIPU consolide su estructura.

Provisionariamente, se encuentra vigente una escala regional de salarios basada:

- en el Paraguay, en una investigación inicial realizada en los organismos de Gobierno, en entidades de controladas, en los bancos oficiales, así como también en la mayoría de las empresas privadas comerciales, industriales y bancarias;
- en el Brasil, en los puestos de los empleados gubernamentales de energía eléctrica.

Los salarios que la ITAIPU paga a su personal son equivalentes cualquiera sea la región en que trabaje: Asunción o Brasilia o Río de Janeiro o Curitiba o Puerto Presidente Stroessner o Foz de Yguazú, existiendo un coeficiente de ajuste para

## VI - ABASTECIMIENTOS Y COMPRAS

El problema de abastecimiento adecuado a la construcción de la usina de ITAIPU abarca aspectos de planeamiento y ejecución.

El planeamiento tiene por objetivo, en la primera etapa, el reconocimiento del mercado de materiales y equipos, fundamental a la identificación geográfica de sus fuentes de abastecimiento. Se investigan las cuestiones de logística (transporte) y las cronológicas (plazos de fabricación y entrega). Son de gran importancia también, las cuestiones relativas a la calidad del material, al análisis de la capacidad técnica de los posibles proveedores y a la inspección permanente del proceso de fabricación y entrega.

Los materiales y equipos a ser utilizados, por definición institucional, tendrán que fluir, preferentemente y siempre que fuere posible, de los dos países ligados al emprendimiento. Aún así a pesar de los esfuerzos que se están realizando con ese fin, se sabe que parte tendrá que ser adquirida en el exterior.

Inicialmente, en el área de planeamiento, se realizaron investigaciones y trabajos relativos al abastecimiento de combustibles, explosivos, cemento, arena, agregados, hierro, madera y chapas, o sea a los materiales que interesan más directamente a las obras civiles.

Entretanto se prepara un programa de adquisición y transporte del equipo electro-mecánico de la usina.

El problema de abastecimiento de arena, agregados y cemento tiene gran importancia y prioridad, siendo importantes los datos recogidos en cuanto a combustibles y explosivos, ya parcialmente adquiridos; y madera, hierro y chapas, que no parecen presentar dificultades. También los problemas de vías de transporte, con los correspondientes puestos de almacenamiento y estaciones de transbordo, vienen siendo estudiadas intensamente.

En el área propiamente ejecutiva de abastecimiento, se solicitaron ofertas para comprar cuatro grandes excavadoras de 13 yardas cúbicas cada una, y cuarenta toneladas de 70 toneladas cada una, solamente disponibles en el mercado interno, y que deberán ser puestas a disposición del consorcio contratista que gana la licitación para la excavación del canal de desvío del río Paraná. Las demás compras, ya sea para el Campamento Pionero o para instalaciones Generales, fueron inicialmente realizadas por la CAEEB, pasaron, en el último trimestre del ejercicio, a cargo de la ITAIPU, que realizó para este fin:

- 103 concursos de precios, por el valor de US\$ 800.751,86
- 3 aceptaciones de precios, por el valor de US\$ 448.892,82
- 24 compras directas, en el valor de US\$ 241.831,96

Al finalizar el año, quedaban pocos pedidos de compra por procesar y proseguir mientras tanto normalmente el flujo de adquisiciones. Un aspecto importante para la minimización de los costos de material y servicios a ser adquiridos, fue la obtención de la exención de impuestos de varios tipos que ambos Gobiernos concedieron a la ITAIPU, en base a lo que dispone el Tratado del 26/04/73.

## VII - ECOLOGIA

La Entidad ya posee un informe, elaborado por la Comisión Mixta Técnica Paraguay-Brasileña, sobre el "Reconocimiento de los Efectos Ecológicos del Proyecto".

En él se estudia el impacto de la obra sobre el medio ambiente; se señala la posibilidad de que ocurran alteraciones en la fauna, flora, clima y condiciones sanitarias del área del Embalse, así como la existencia de restos arqueológicos; y se definen las medidas a ser tomadas para evitar o minimizar los efectos negativos y aprovechar los positivos del aprovechamiento hidroeléctrico.

Entretanto, están en fase de contratación en los dos países, grupos de especialistas que profundizarán y ampliarán los estudios e investigaciones arriba descriptos, debiendo realizarse trabajos de inventario forestal de fauna y flora, e instalarse viveros forestales. En materia de arqueología, se realizarán las excavaciones que se consideren necesarias.

## V - ASUNTOS JURIDICOS

### 1. Expropiaciones

Dado que las expropiaciones constituyen un conjunto de actos de poder público, el TRATADO DE ITAIPU, de 26/04/73 les dispuso un tratamiento especial. Así el Art. XVII del Tratado declara expresamente que serán efectuadas por el Gobierno de cada uno de los dos países, en sus respectivos territorios. La ITAIPU se limita a indicar, delimitar y demarcar las áreas necesarias para el aprovechamiento hidroeléctrico, para que cada uno de los dos Gobiernos pueda declararlas de utilidad pública, y llevar a cabo los procedimientos administrativos o judiciales adecuados para concretar las expropiaciones, cuya beneficiaria final es la ITAIPU, a quien compete proceder al pago de las indemnizaciones correspondientes. Así se ha procedido.

Tanto en el Paraguay como en el Brasil la ITAIPU se ha encargado de toda la preparación de los actos de expropiación. Además de la demarcación precisa de las áreas, la Entidad ha levantado el catastro de las tierras y otros bienes inmuebles, en el área comprendida de utilidad pública, realizado las evaluaciones, examinando la documentación de los propietarios y notando las necesidades de recurrir al Poder Judicial.

Se procedió a un cuidadoso estudio de los títulos de dominio, un censo en organismos gubernamentales, entidades de crédito, promotores, escribanías de registros de inmuebles, y se verificaron también transacciones hechas últimamente entre los mismos agricultores. Toda esa composición de precios, además de ser ya completa en sí misma, ha exigido una especial sensibilidad, debido a una naturaleza de bienes que son de gran importancia social, que se viene registrando en los dos países en los últimos años, ya sea edificios, terrenos, o sea de la primera de las ciudades, provocada, en parte, por el propio emprendimiento.

Las expropiaciones, hasta ahora indispensables al desarrollo del proyecto y de sus obras auxiliares, han sido llevadas a buen término, mediante transacciones amigables, sin intervención judicial alguna. En el Brasil, la expropiación social que comúnmente acompaña las expropiaciones, y sin incidir por ello en libertades, pagándose en el momento de la expropiación, y no en el momento de la entrega judicial de las tierras y a la manera brasileña y cordal con que han sido tratados los expropiados en las últimas décadas, son indemnizaciones, en dinero, en especie, o en otros bienes.

Los terrenos necesarios para los trabajos ya realizados en 1974, fueron liberados a su debido tiempo, y las expropiaciones continúan de mes en mes sin mayores problemas.

Para el área del Embalse, mucho más extensa pero cuya liberación no es tan perentoria, se inició, en 1974, un riguroso estudio, registrado en otra parte de esta Memoria, mediante la contratación de aerofotogrametría y de trabajos sobre el terreno, tales como censos, inventarios, catastros y mediciones de la más variada naturaleza.

## 2. Contratos

Antes de que la Entidad tuviera su Reglamento, ya habían grandes contratos a celebrarse y licitaciones a realizarse, porque se hallaban estrechamente vinculados al cumplimiento del cronograma de obras. En sus primeros meses de existencia, la ITAIPU formalizó más de treinta contratos, dentro de los cuales algunos sobresalen, por su costo o complejidad, como aquellos referente a:

- alquiler de todos los inmuebles ocupados por la ITAIPU en siete ciudades de los dos países;
- consultoría de ingeniería del proyecto;
- consultoría de construcción para las obras del proyecto;
- proyectos arquitectónicos;
- ensayos en modelos físicos;
- censos demográficos, inventarios y catastro de bienes inmuebles;
- aerofotogrametría;
- planes de desarrollo urbano.

De este flujo resultó, hasta 31 de diciembre, la disponibilidad de US\$ 214.768,97 que, obstante las necesidades inmediatas, en breve deberá corresponder al nivel normal del capital de giro.

Se registraron, además, préstamos de otras organizaciones, como ELETROBRÁS, CAEB, FURNAS, etc., a través de pagos al personal, bienes y servicios puestos a disposición de la ITAIPU, parte de los cuales aún no fueron reembolsados, figurando en el Balance como acreedores.

Habiendo sido cobradas las adquisiciones de material pesado de construcción para los trabajos de excavación del canal de desvío del río Paraná, se solicitó al Banco do Brasil un préstamo en moneda extranjera de US\$ 15.500.000,00, para la compra de cuatro excavadoras de 13 yardas cúbicas, y 40 camiones de 10 toneladas.

Se iniciaron negociaciones con organismos gubernamentales brasileños, con el fin de obtener apoyo financiero para servicios que, por su naturaleza, se encuadran en el tipo de sus operaciones.

En este sentido, se hicieron negociaciones con el Banco Nacional de Habitación (BNH) para la financiación de la Villa Residencial, y otros elementos de infraestructura. Las medidas recientemente adoptadas por la dirección de ese órgano, parece que permitirán que el mismo proporcione un volumen sustancial de medios financieros, dependiendo sólo que estén concluidos los respectivos proyectos, debidamente presupuestados, para la formalización del préstamo.

Se está tratando con la Financiadora de Estudios y Proyectos (FINEP) un contrato de financiamiento, a realizarse bajo la forma de apertura de una línea de crédito, para costear los sub-proyectos de Ingeniería, contratados y a contratar, incluyendo el Estudio de Factibilidad y Proyecto Ejecutivo de Ingeniería, los trabajos de Coordinación de estos y los sub-proyectos infraestructurales, complementarios y auxiliares.

Hasta tanto no se concreten por medio de la Caja tales préstamos, efectivamente, se estima que la ELETROBRÁS cubrirá transitoriamente las necesidades financieras.

En un horizonte más amplio, la movilización de recursos externos, vinculados o independientes, se iniciará tan pronto se disponga de informaciones técnicas-financieras, que permitan la elaboración de un presupuesto, de las necesidades de importación, así como un presupuesto de la proporción de los recursos a los lugares y fechas de las adquisiciones que se harán en el exterior, a fin de identificar las fuentes de financiamiento en busca de los créditos necesarios.

## 3. Revisión del Costo del Proyecto

La necesidad de que los Gobiernos del Paraguay y Brasil contasen con un mínimo de informaciones que pudiesen definir la factibilidad, en términos técnico-económicos, del aprovechamiento energético del río Paraná en el trocho contiguo a los dos países, llevó a la Comisión Mixta Técnico-Paraguayo-Brasileña a contratar ese estudio preliminar, el cual, a comienzos de 1973, ya presentaba una suma de datos concernientes a la zona, su topografía, localización y potencial presumible de un proyecto hidroeléctrico que podría instalarse allí.

De esos estudios preliminares resultó un primer Presupuesto, que se continuó revisando, a medida que el proyecto se definía mejor. El primer presupuesto

del proyecto ITAIPU por un monto de US\$ 2.033 mil millones de acuerdo a precios de junio de 1972, sufrió la siguiente evolución de acuerdo con las revisiones y actualizaciones hechas por el Consorcio Consultor IECO-ELC.

	NIVELES DE PRECIOS	
	Noviembre/1973	Junio/1974
	US\$ x 10 <sup>3</sup>	US\$ x 10 <sup>3</sup>
Obras Civiles .....	1.353.407	1.560.541
Equipos Permanentes .....	782.094	923.874
Ingeniería y Supervisión .....	213.550	248.420
Administración Superior .....	117.600	136.631
Sub-Total .....	2.466.651	2.869.266
Intereses durante la construcción .....	976.589	1.373.794
Total .....	3.443.240	4.243.060

Tales aumentos resultaron, básicamente, de los factores físicos y financieros que se resumen a continuación:

- a) aumento del costo de los estudios de ingeniería, sobre todo por lo que se refiere a geología e hidrología;
- b) aumento de la capacidad final instalada de aprovechamiento de 10.600 MW con 14 unidades generadoras al comienzo del proyecto preliminar, a 12.600 MW con 18 unidades generadoras en el proyecto actual.

- c) aceleramiento e intensificación de las presiones inflacionarias, internas y externas y, como consecuencia, elevación de los precios de material y mano de obra, aumento notable de compromisos en función de los nuevos niveles de los mercados financieros, nacionales e internacionales.

La estimativa, que estará sujeta a una revisión continua ya permite una visualización razonable del costo del emprendimiento, cuyo grado de exactitud se ajustará en la medida en que se desarrolle el referido Proyecto y se conozcan, con mayor precisión, las posibilidades de abastecimiento y fabricación de material prima y equipos, nacionales o no, los cuales estarán sujetos a un cierto acondicionamiento en cuanto a la logística de transporte, sobre todo de ciertos ítems, cuyos volúmenes y dimensiones deben ser considerados en función de los medios de traslado disponibles.

## 4. Presupuesto para 1975

Los principales ítems del Presupuesto-Programa de 1975 en el cual se previeron inversiones por el monto de US\$ 197.328.400.00 son los siguientes:

Para Inversiones .....	US\$ 154.322.400.00
Para Instalaciones Generales .....	US\$ 8.955.400.00
Para Gastos de orden Administrativo .....	US\$ 21.573.400.00
Para Compromisos Financieros .....	US\$ 12.477.250.00

Si se efectuaren, de hecho, tales gastos, serían cubiertos por los recursos provistos por las siguientes fuentes:

Disponibilidades al 01/01/75 .....	US\$ 32.847.600.00
Financiamientos .....	US\$ 134.437.800.00
Capital a integrar .....	US\$ 76.109.215.02

Se procesará, con este movimiento de Caja, el mantenimiento del capital de giro indispensable para las operaciones de la Entidad.

## 3. Centro Ejecutivo

La magnitud del proyecto de ITAIPU, el tiempo exigido de su ejecución, así como las exigencias futuras de la operación, exigirán que también los funcionarios superiores y técnicos residan lo más cerca posible a la usina. Para el efecto, la Entidad adoptó la firme orientación de no hacer inversiones fuera de la región de la presa. En consecuencia, se decidió construir en Puerto Presidente Stroessner y en Foz de Yguazú, dos grandes conjuntos administrativos, denominados CENTRO EJECUTIVO DE LA ITAIPU, compuestos, en cada margen de: edificio para oficinas, con cerca de 5.000m<sup>2</sup>, hotel, casa de huéspedes, centro recreativo, residencias, auditorio, etc.

Entre los planos arquitectónicos presentados se seleccionó uno que, por su armonía, funcionalidad y posibilidad de crecimiento modulado y gradual, se conformaba más a las necesidades de la ITAIPU.

Para la elaboración final del detalle del proyecto en el plazo de seis meses, se seleccionó a un grupo de arquitectos paraguayos, que formó un consorcio con la firma brasileña de arquitectura, autora del proyecto seleccionado.

## 4. Área de Embalse

A fines de 1974, estaba bastante adelantado el levantamiento aéreo y terrestre de la zona de estudio de ITAIPU, con fotografías en colores, panorámicas e infra-rojas. Dicho levantamiento cubrirá un área de 16.000km<sup>2</sup> (200km de ancho por 80km de largo). Ya se comenzó también con firmas especializadas la realización, en un plazo de dos años, de los siguientes trabajos en el área del embalse:

- a) reconocimiento preliminar, en base a aerofotografías y mapas existentes, para el levantamiento de una poligonal de reconocimiento;
- b) levantamiento planimétrico de la poligonal de apoyo básico, entre la curva de nivel 600 y 610 metros;
- c) inventario de las obras y servicios públicos existentes o de utilidad pública;
- d) censo demográfico e inventario de bienes inmuebles particulares y respectivas mejoras.

Todos los trabajos arriba mencionados permitirán a la ITAIPU, no solamente efectuar, sin contrapesos sociales y económica humana y racional, las expropiaciones de las tierras a ser inundadas, así como orientar la restauración y mejora del sistema de riego por gravedad y de comunicaciones de la región.

## IV - ASPECTOS ECONOMICO-FINANCIEROS

### 1. Medidas Preliminares

Inicialmente se preparó el Plan de Cuentas y se elaboró la Metodología Presupuestaria. Luego se redactaron normas y procedimientos de la Tesorería, codificación preliminar para inventario patrimonial, manual de unidades de propiedad, catastro continuo de bienes y catastro general de proveedores.

### 2. Captación y Flujo de Recursos

Habiendo el TRATADO DE ITAIPU establecido las grandes líneas del esquema financiero a ser adoptado, era natural que en estos primeros meses, se recurriese preferentemente a los organismos oficiales para la obtención de recursos inmediatos, suficientes para los gastos, las inversiones y la administración. Para suplir estas necesidades se solicitó a la ELETROBRÁS, a cuenta de futuros préstamos, adelantos que ascendían, en fecha 31 de Diciembre, a US\$ 5.189.416.01, conforme al tipo de cambio del dólar en las fechas de extracción, los cuales puestos a disposición de la Entidad, permitieron en el transcurso de los primeros meses de actividad, efectuar pagos por un monto de US\$ 4.733.834.33.

Cabe, por lo tanto, antes del ingreso de recursos de terceros, utilizar al máximo

los recursos de capital, originarios, paritariamente, de la ANDE y de la ELETROBRAS. Se tomaron para el efecto las providencias del caso.

En fecha 17/12/74 la ITAIPU recibió de la ELETROBRAS, la suma de US\$ 23.890.784, 98, correspondiente al 23,89% del capital de la Entidad.

Se encuentran adelantadas las negociaciones de un préstamo de US\$ 50.000.000,00 que hará el Banco Central do Brasil a la ANDE, con el que se hará efectiva la participación de esta empresa en el capital de la ITAIPU, conforme a lo previsto en la "Nota Complementaria del Tratado", de fecha 26 de abril de 1973, y en el "Acuerdo" celebrado entre los dos países en fecha 10/09/74.

Por consiguiente, desde el ángulo de contabilidad, el ejercicio pasado registró el siguiente movimiento:

INGRESOS			
De la ELETROBRAS (adelanto)	US\$ 5.183.416,01	18%	
De la ELETROBRAS (capital)	US\$ 23.890.784,98	82%	
Recursos extra-operacionales	US\$ 3.021,01		
	US\$ 29.093.002,00	100%	

Contando con la colaboración inestimable de las Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS, fue posible durante el ejercicio de 1974, no solamente hacer frente a todos los compromisos, sino también cerrar el balance anual con un considerable saldo en Caja.

Con todos recursos, la Entidad hizo frente al programa previsto para el ejercicio, desarrollando un intenso trabajo de limpieza del área del canchero de obras, del canal de desvío y del embalse, estableciéndose las instalaciones generales, de carácter administrativo y de apoyo básico a los servicios de campo.

#### GASTOS

Adquisición de terrenos e indemnizaciones a los beneficiarios	US\$ 2.780.947,00	29%
Instalaciones Generales y obras	US\$ 1.811.377,90	19%
Gastos Administrativos	US\$ 3.004.149,00	31%
Otros valores a ajustar	US\$ 1.949.560,53	21%
	US\$ 9.546.034,43	100%

### III — OBRAS DE INFRAESTRUCTURA

#### 1. Vías de Acceso

La construcción del sistema vial en la región de Itaipu, presenta varias fases de ejecución a corto, medio y largo plazo:

- desde el primer momento, mejora o apertura, para acceso al sitio de las obras, de caminos que permitirán el tráfico permanente de equipos pesados en cualquier época del año, aun antes de ser asfaltados;
- providencias-estudios, proyectos, licitaciones, contratación de firmas para el trazado definitivo, construcción y pavimentación de las vías permanentes, en el sitio y adyacencias de las obras de la presa;
- coordinación y planeamiento con Organos Gubernamentales, paraguayos y brasileños, para las mejoras y ampliación de la red de carreteras de toda la zona de la usina y del embalse de Itaipu, y para la integración de esa red con el sistema vial regional de los dos países;
- también en coordinación con Organos Gubernamentales de los dos países, adaptación o construcción de los caminos para transporte de materiales y equipo en cantidades excepcionales (hierro, cemento, etc.) o de volumen y peso considerable, para el transporte de equipos pesados de la usina, tales como turbinas, generadores, transformadores, etc.) de los puertos marítimos y de las fábricas y otros centros industriales para el sitio de las obras.

El primer aspecto fue inmediatamente encarado por la Entidad, no habiendo hasta ahora ningún atraso de las obras por deficiencia de acceso. Un punto de estrangulación, que se espera superar a mediados de 1975, es el transporte directo entre el canchero de obras de la margen derecha y el de la margen izquierda. Aunque la distancia entre uno y otro es de cerca de 2km, en línea recta, el acceso solo es posible actualmente a través de un desvío de 40km por el Puente Internacional, con la secuencia de inconvenientes originados en el congestionamiento del tráfico y las formalidades indispensables de control de las fronteras internacionales (Aduana, Policía, etc.). Se está en fase de adquisición de barcas provisionales, de reducida capacidad, para transporte fluvial de pasajeros, equipos y material de construcción. Para el logro de los objetivos señalados en el punto arriba mencionado, ya se contrataron los estudios y se estableció el cronograma para cada una de las demás etapas, previéndose para el segundo semestre de 1975 la conclusión de las carreteras.

Las providencias, dependientes de Organos Gubernamentales de los dos países (puntos c y d), también se desarrollan perfectamente, debido al gran interés y a la conciencia de la urgencia de la usina de ITAIPU, de que se hallan imbuidas las autoridades paraguayas y brasileñas, en todos los niveles.

#### 2. Villas Residenciales y Planeamiento Urbano

Además de las instalaciones normales de cualquier gran canchero de obras, con sus decenas de edificios para oficinas, cantinas, escritorios, puestos de abastecimiento, etc., la obra de ITAIPU exigirá la construcción de villas residenciales para técnicos, operarios y demás empleados, con sus respectivas familias.

Están previstas 8.000 residencias: 4.000 en la margen derecha, distribuidas entre las ciudades de Puerto Presidente Stroessner, Hernandarias, Puerto Presidente Franco y la colonia de Puerto Presidente Stroessner, y 4.000 en la margen izquierda junto a la ciudad de Foz de Yguazú. Se adoptó el criterio de incorporar esas modernas villas residenciales, a ser construidas con un cuidadoso planeamiento urbano, a las ciudades junto a las cuales se encuentren, aprovechando la infraestructura de éstas, que tendrá que ser reforzada, ampliada y mejorada. Este planeamiento global de desarrollo de las ciudades de la región de Itaipu se viene realizando en el Paraguay directamente por la Entidad, y en el Brasil por la Universidad Federal de Paraná, teniendo en

cuenta, entre otros aspectos: censo de los servicios urbanos existentes y su potencial; censo demográfico y proyección de crecimiento de población, dimensionamiento requerido por el enorme y rápido aumento demográfico de nuevos servicios de agua y desagüe, energía eléctrica, comunicación y transportes urbanos, red educacional y hospitalaria, diversiones, pavimentación, arborización y paisajismo.

En ambos países, todo el planeamiento se realiza en coordinación con los Organos competentes y con su colaboración, ya que una gran parte de dicho planeamiento será ejecutado por los mismos.

Mientras se elabora y detalla el plan general de desarrollo urbano, se construirán en 1975, por el régimen de precio unitario por unidad habitacional, 1.234 casas residenciales, mitad en cada margen del río Paraná, para atender a las primeras necesidades del gran consorcio contratista que, en el segundo semestre de este año, se instalará en el canchero de obras para trabajar directamente en la línea del proyecto de ITAIPU, esto es, en la excavación del canal de desvío del río y en la presa de enrocado de la margen izquierda. Para el efecto, luego de las medidas preliminares de la prospección y licitación, se han seleccionado ya 25 firmas constructoras paraguayas y brasileñas.

Se volvió también imprescindible un refuerzo, inmediato y de emergencia, a los establecimientos hospitalarios y de enseñanza en las ciudades de la región de Itaipu para atender a la población afluente en los próximos meses.

**2.3.11 Obras para la navegación** — El Proyecto incluirá las obras que fueren necesarias para atender a los requisitos del tráfico de navegación fluvial, tales como: terminales y conexiones terrestres, esclusas, canales, elevadores y sus similares.

#### 3. Proyecto y Construcción

Tan pronto el estudio de factibilidad determinó las características definitivas del proyecto, se trató de solucionar dos problemas fundamentales y urgentes:

- La prosecución de los estudios de ingeniería con la consecuente elaboración del llamado proyecto ejecutivo o el detalle para la ejecución; y
- La fijación de la política de construcción de las obras civiles.

##### 3.1 Elaboración del Proyecto Ejecutivo de Ingeniería

En cuanto a la elaboración del proyecto ejecutivo de ingeniería y teniendo en cuenta el interés manifestado por los dos Gobiernos en aprovechar al máximo la experiencia tecnológica de los dos países, quedó establecido, desde luego, que esos servicios serían confiados a firmas paraguayas y brasileñas consorciadas, dividiéndose el proyecto entre ellas según su especialización, experiencia y capacidad para el cumplimiento del cronograma de los trabajos. Con el fin, por un lado, de establecer perfecta coherencia y continuidad entre el proyecto básico de factibilidad y la elaboración de los diferentes sub-proyectos básicos y dar uniformidad de criterios técnicos a los mismos; y por otro lado, de asegurar un perfecto engranaje entre la elaboración de cada proyecto parcial y el cronograma general de construcción, la ITAIPU decidió contratar al mismo consorcio IECO — ELC que venía ejecutando los estudios desde su comienzo para que la asistiese en los trabajos de Coordinación General entre las firmas proyectistas.

Al cierre del ejercicio y luego de la calificación de las principales firmas de ingeniería de proyecto, del Paraguay y del Brasil, especializadas en proyectos hidroeléctricos, ya habían sido seleccionadas las firmas paraguayas y brasileñas que deberán formar los consorcios entre los cuales serán divididas las tareas del proyecto ejecutivo de ingeniería civil y electro-mecánica de la usina de Itaipu. Paralelamente, proseguirán los trabajos de estudio en el laboratorio de la Universidad de Paraná, así como los trabajos de geología y geotécnica y ensayo de materiales, necesarios para el desarrollo del proyecto.

##### 3.2. Construcción

Tal como en el caso del proyecto ejecutivo de ingeniería, tan pronto se definieron las características de las obras a ejecutarse, se trató de fijar la política que se seguiría en la contratación de esas obras, que es la siguiente:

- a) la contratación de obras civiles se limitará a consorcios de firmas paraguayas y brasileñas;
- b) de acuerdo con la orientación adoptada por la Entidad, el proyecto no sería ejecutado por medio de un contrato global o único sino más bien dividido en un cierto número de grandes contratos parciales de obras, por un régimen de precios unitarios reajustables, escalonados en el tiempo, de acuerdo con la evolución del proyecto ejecutivo de ingeniería y el cronograma general del proyecto.

El primero de esos contratos y el de definición más urgente fue el relacionado con la excavación del canal del río Paraná, que representa un trabajo de desdramatización de gran envergadura y de cuya ejecución depende fundamentalmente toda la secuencia posterior de la obra.

En septiembre se tomaron las primeras providencias en ese sentido, con la publicación de un aviso de pre-selección, al cual concurren 12 grupos de contratistas y que resultó en la selección, a mediados de diciembre, de cinco consorcios paraguayos-brasileños para participar de la licitación propiamente dicha. Las invitaciones, con las respectivas instrucciones y especificaciones fueron expedidas a esos consorcios preseleccionados, previéndose que, para mediados de este año ya estuviese seleccionado el grupo ganador, que deberá inmediatamente iniciar los trabajos. Simultáneamente a la excavación del canal de desvío del río, se construirá la presa de enrocado de la margen izquierda, cuyo material provendrá en su mayor parte de la misma excavación del canal.

Ese conjunto de obras tiene un plazo previsto de dos años y medio, durante los cuales se irá preparando los proyectos y especificaciones de las otras fases, cuya contratación se realizará progresivamente, dentro de la secuencia del cronograma previsto. Cabe señalar que esta cronología de las licitaciones y de la contratación de esa primera obra está perfectamente encuadrada dentro del cronograma general del proyecto, cuya secuencia de obras prevé el inicio de la operación de la usina en el año de 1983.

##### 3.3. Obras Preliminares y Adquisición de Equipos de Construcción.

Para posibilitar la entrada inmediata en las obras del contratista de la excavación del canal de desvío a mediados de 1975, mientras se procesa la

respectiva licitación, se están realizando en ambas márgenes del río, directamente a través de pequeñas firmas contratistas, diversas obras preparatorias, tales como vías de acceso, abastecimiento de energía al cantero de la obra, galpones para alojamiento de oficina, villas residenciales con toda la infraestructura necesaria, etc., y de su ubicación, además, naturalmente, de la adquisición y desarrollo de los terrenos del sitio de las obras.

En lo que respecta al equipo permanente de los trabajos, la ITAIPU decidió adquirir directamente algunos equipos básicos de construcción, no existentes en los mercados de los dos países y de importación inmediata, los cuales serán operados y mantenidos por aquellos. Con miras específicamente a las obras del canal de desvío, ya se pidieron cuatro excavadoras de 13 yardas cúbicas y 10 camiones basculantes de 70 toneladas, cuyas entregas coincidirán con las épocas programadas para su utilización.

#### 4. Equipo de la Usina

En lo que respecta al equipo permanente de la usina (turbinas, generadores, transformadores, etc.), se está llevando a cabo la selección de los equipos, a la luz de las características y cantidades ya definidas por el proyecto definitivo, una relación del equipo a ser adquirido, con el cronograma respectivo de pedidos al cual se le otorgará suma de dinero para orientación de los fabricantes interesados en dichos suministros.

**2.3.6. Presa en la margen izquierda** — Una presa de gravedad en concreto, de una longitud de 92,5 m y un volumen de 116.000 m<sup>3</sup>, que tendrá aberturas bloqueadas y condiciones para la construcción de una obra de toma destinada a la expansión eventual de la central.

**2.3.7. Presa lateral izquierda** — Una presa de enrocado con coronamiento en la cota 225m, de una longitud de 2.200m y de un volumen de 12 millones 600 mil m<sup>3</sup>.

**2.3.8. Dique lateral izquierdo** — Un dique de tierra con coronamiento en la cota 225m, de una longitud de 2.000m y de un volumen de 2 millones 900 mil m<sup>3</sup>.

**2.3.9. Dique complementario de Hernandarias** — Un dique menor, de tierra, a ser ubicado en la margen derecha, a una distancia de aproximadamente 4,5km al oeste de la presa principal, en las proximidades de la ciudad de Hernandarias. Ese dique estará destinado a cerrar una depresión donde podría ocurrir un derrame del embalse al nivel máximo de crecida.

**2.3.10. Subestaciones seccionadoras** — Dos subestaciones seccionadoras, a ser ubicadas una en cada margen, aproximadamente a 600m aguas abajo de la casa de máquinas.

En cumplimiento de ese programa, los consultores presentaron, a fines de 1972, un Informe Preliminar conteniendo el resultado del inventario efectuado sobre las posibilidades del aprovechamiento. Ese inventario abarca el estudio de diez sitios para la presa, a lo largo del trecho del río Paraná, habiendo sido examinados, para cada sitio, diferentes sistemas de obras de presas, canales y casas de máquinas, que totalizaron cerca de 50 diferentes esquemas de aprovechamiento del potencial hidráulico.

Hechas las comparaciones técnico-económicas de esos diferentes esquemas, sobresalieron dos soluciones alternativas, que fueron sometidas por la Comisión Mixta a la consideración de los Gobiernos. La primera constaba de una presa única en el sitio denominado ITAIPU, aprovechando todo el potencial en una sola usina; la segunda consistía de dos presas — una en Itaipu y otra en Santa María, 150 km aguas arriba — que aprovecharían el potencial por medio de dos usinas, una al pie de cada presa.

La comparación de las alternativas indicó claramente las ventajas de la primera, esto es, de la solución de presas en Itaipu, que fue la adoptada por los Gobiernos y sirvió de base para la redacción del Anexo "B" del TRATADO DE ITAIPU, de fecha 26 de abril de 1973, que describe el proyecto a ser ejecutado. Se pasó entonces a la etapa siguiente de los estudios, que consistía en el desarrollo de esa alternativa al nivel de estudio de factibilidad. En esa fecha, los estudios abarcaron además de los nuevos trabajos geológicos y geotécnicos de campo, también importantes ensayos hidráulicos en modelo reducido, en el "Centro de Hidráulica e Hidrología Prof. Perigot de Souza" de la Universidad Federal do Paraná, conducidos por los especialistas de aquella Universidad con la colaboración técnica y financiera de la COPEL. Esta etapa de los trabajos estaba bastante adelantada cuando fue instalada la Entidad Binacional ITAIPU en mayo de 1974. De inmediato, en julio de 1974, los Consultores presentaron estudios más detallados de la topografía, batimetría, geología e hidrología locales, se fijaron en forma definitiva, el orden general del programa de ejecución, y se elaboró el cronograma de ejecución.

En lo que respecta al costo del emprendimiento, a niveles de precios de construcción y equipos de noviembre de 1973, el cual fue posteriormente actualizado a los precios de junio de 1974, resultando el costo probable del proyecto, en total, de cerca de 4 mil doscientos millones de dólares (US\$ 4.200 millones).

Teniendo en cuenta que las obras del canal de desvío están en la línea crítica del cronograma general, mientras se organiza la Entidad Binacional, se autorizó a los consultores, en virtud de la experiencia adquirida en trabajos de campo, a preparar las especificaciones para la realización rápida de la licitación para esas obras, tal como se ha venido haciendo.

Gracias a la existencia del Informe de Factibilidad, ya prácticamente concluido, y a esas condiciones, el Proyecto de Canal de desvío, pudo la ITAIPU, apenas 4 meses después de su fundación, publicar un aviso de pre-selección de contratistas para la ejecución de esa primera etapa del emprendimiento.

#### 2. Descripción General del Proyecto

De acuerdo a los últimos estudios realizados sobre la materia, el Proyecto a ejecutarse está elaborado en la forma siguiente:

##### 2.1. Localización

El Proyecto estará situado sobre el río Paraná, aproximadamente 14 km aguas arriba del puente Internacional que une el Puerto Presidente Stroessner, en el Paraguay, con Foz de Yguazú, en el Brasil.

#### 2.2. Disposición general

El proyecto estará constituido por una presa principal de gravedad, en concreto, a través del río Paraná, con una casa de máquinas al pie de la misma, y por presas laterales de enrocado, de concreto y diques de tierra en las márgenes del río. La presa lateral en la margen derecha incluye la estructura del vertedero con las respectivas compuertas.

Las obras del Proyecto tendrán la orientación general este-oeste, a lo largo de un eje en línea quebrada, con un desarrollo total de 8,5 km. El nivel de agua máximo normal en el embalse quedó establecido alrededor de la cota 220 m sobre el nivel del mar. Este embalse inundará un área de aproximadamente 1.400 km<sup>2</sup> (500 km<sup>2</sup> en el Paraguay y 900 km<sup>2</sup> en el Brasil), y se extenderá, aguas arriba, alrededor de 200 km hasta e inclusive el Salto del Guairá o Salto Grande de Sete Quedas.

#### 2.3. Componentes Principales del Proyecto

Comenzando por la margen derecha, el Proyecto incluye las siguientes partes componentes principales sucesivas:

**2.3.1. Dique lateral derecho** — Un dique de tierra con coronamiento en la cota 225 m, una longitud de 840 m y un volumen de 300.000 m<sup>3</sup>.

**2.3.2. Vvertedero** — Un vertedero en concreto, dotado de 17 compuertas, con longitud de 414 m, capaz de verter hasta 58.000 m<sup>3</sup>/seg., con canal de acceso excavado aguas arriba del vertedero. Un canal revestido de concreto conducirá la descarga del vertedero al río Paraná, cerca de 1.500 m aguas abajo de la presa principal.

**2.3.3. Presa lateral derecha** — Una presa de concreto alivianado con coronamiento en la cota 225 m, de una longitud de 758,5 m y un volumen de 460 mil m<sup>3</sup>, que une el vertedero a la presa principal.

**2.3.4. Presa principal y obras de toma** — La presa principal será una estructura de gravedad alivianado, en concreto, con coronamiento en la cota 224 m, de una longitud de 1.406 m y un volumen de 5.100.000 m<sup>3</sup>, a construirse a través del río Paraná y del canal, en la margen izquierda, que será excavado para el desvío provisional del río. La presa tendrá 18 aberturas para obras de toma, provistas de compuertas. Cada una de esas obras de toma dará acceso a una turbina en la casa de máquinas, por medio de una tubería de presión.

**2.3.5. Casa de máquinas** — La casa de máquinas estará ubicada al pie de la presa principal, con una longitud de 92,5 m, y contendrá 18 unidades generadoras de 700 megawatts cada una. Cuatro de estas unidades estarán ubicadas en la parte de la presa y obra de toma a ser construídas a través del canal de desvío. La plataforma superior de la casa de máquinas estará en la cota 139 m y sobre la misma se ubicarán las instalaciones transformadoras para elevar la tensión de generación.

### II — PROYECTO, INGENIERIA Y CONSTRUCCION

#### 1. Antecedentes

Las partes signatarias del "Convenio de Cooperación", celebrado en abril de 1971, por los Gobiernos de la URUGUAY y de BRASIL, y por el otro la Comisión Mixta Técnica Paraguay-Brasilense, decidieron con la aprobación de los dos Gobiernos, confiar a Consultores independientes la realización de los estudios de factibilidad para el aprovechamiento hidroeléctrico del río Paraná, estudios que deberían realizarse en el plazo de 4 años.

Luego de una minuciosa selección entre diversas empresas de renombre mundial, fueron escogidas la International Engineering Company Inc., de los Estados Unidos, y la ELC-Electroconsult SpA, de Italia, las cuales reunidas en consorcio (IECO-ELC), recibieron la orden de proceder a los estudios.

Las citadas empresas, además de su propio personal, se comprometieron a utilizar en sus trabajos personal técnico y servicios de empresas paraguayas y brasileñas especializadas en tareas específicas.

El contrato de consorcio fue firmado el 21 y el 18 de noviembre de 1970, respectivamente, en Asunción y Río de Janeiro. Los trabajos se iniciaron efectivamente en fecha 1º de febrero de 1971.

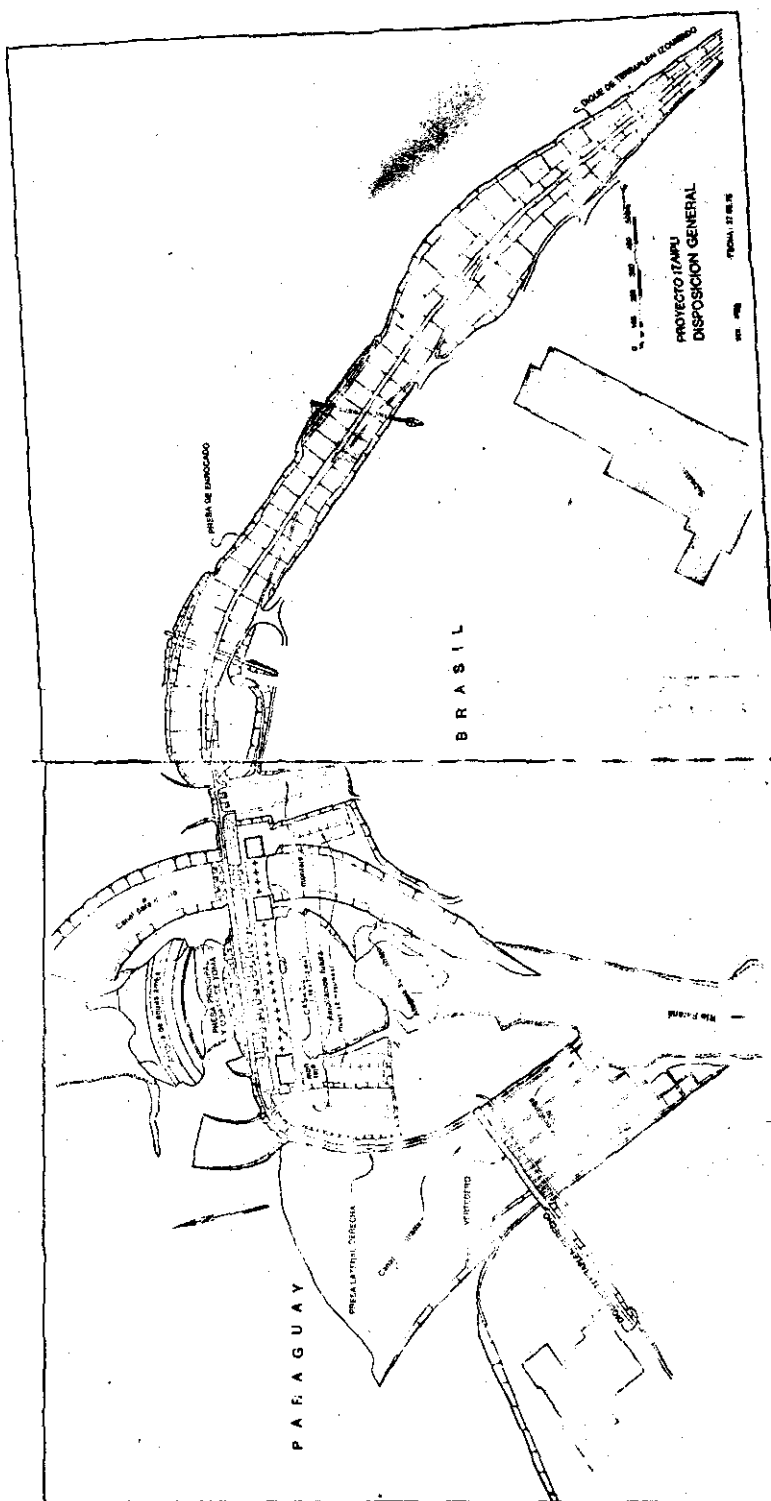
En lo que respecta al alcance de los trabajos, la misión del potencial energético del río Paraná, desde e inclusive el Salto del Guairá o Salto Grande de Sete Quedas hasta la boca del río Yguazú. Para el efecto se previeron las siguientes etapas:

- 1º obtención de todas las informaciones y datos existentes en los dos países, resultantes de los estudios anteriores;
- 2º preparación del inventario completo de las posibilidades del aprovechamiento del referido trecho, acompañado de un análisis comparativo de las posibilidades, en nivel de anteproyecto y justificaciones de las soluciones propuestas;
- 3º selección, a partir del inventario arriba mencionado, de los ante-proyectos que deberán ser objeto de mayores estudios;
- 4º estudios de factibilidad técnico-económica de los ante-proyectos incluidos en la etapa anterior, con la profundidad exigida para la presentación y apreciación por parte de organizaciones de crédito internacionales, que permitan establecer las condiciones para cofinanciar financieramente en la realización del emprendimiento.

#### 4. Reglamento Interno

En la primera reunión ordinaria del Consejo de Administración, realizada en Asunción el día 3 de junio de 1974, se constituyó una Comisión Especial Redactora del Reglamento Interno de la ITAIPU.

Dicha Comisión Especial estructuró las bases del Reglamento Interno, y en reuniones plenarias realizadas en Asunción y Río de Janeiro, acordó un texto final, que fue propuesto por el Directorio Ejecutivo al Consejo de Administración, habiendo sido aprobado por el mismo, en la Reunión Extraordinaria, celebrada en Asunción, el día 23 de julio de 1974.





## 1. Antecedentes

Por el Tratado, la República del Paraguay y la República Federativa del Brasil han convenido en realizar en común el aprovechamiento hidroeléctrico de los recursos hídricos del río Paraná, pertenecientes en condominio a los dos países, desde e inclusive el Salto del Guairá o Salto Grande de Sete Quedas hasta la boca del río Yguazú, y a dicho efecto han creado en igualdad de derechos las obligaciones la Entidad Binacional, con sedes en Asunción y Brasilia.



**CONSEJO DE ADMINISTRACIÓN**

Alberto Nogués  
Ezequiel González Alsina  
Mario Coscia Tavarozzi  
Andrés Gómez  
Milciades Ramos Giménez  
Rogelio Cadogan  
Espedito de Freitas Resende  
Mario Penna Bhering  
Amyr Borges Fortes  
Lucas Nogueira Garcez  
Helio Marcos Penna Beltrão  
Mauro Moreira

**DIRECTORIO EJECUTIVO**

José Costa Cavalcanti  
Enzo Debernardi  
John Reginald Cotrim  
Hans Wilhelm Krauch  
Antonio Colmán Rodríguez  
Paulo José Nogueira da Cunha  
Victorino Vega Giménez  
Aluisio Guimarães Mendes  
Manoel Pinto de Aguiar  
Fidencio Juan Tardivo  
Carlos Alberto Facetti  
Cassio de Paula Freitas

Representantes de los Ministerios de las Relaciones Exteriores, para efecto de los arts. XVII, § 1, y XXII del Tratado:

Carlos Augusto Saldivar (Paraguay)  
João Hermes Pereira de Araújo (Brasil)

**MEMORIA ANUAL 1974**

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA**  
Nº 4, de 1976

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 97, inciso I, do Regimento Interno, combinado com os arts. 7º, 47 e 483, do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, e tendo em vista o que dispõe o Ato nº 14, de 1974, e a deliberação tomada em sua 7ª Reunião, realizada em 5-5-1976, resolve baixar o seguinte Ato:

Art. 1º Fica ratificado e alterado, na conformidade das discriminações constantes dos Quadros I a V, anexos, o Orçamento Interno do Fundo do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (FUNDASEN), para 1976.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Comissão Diretora, 5 de maio de 1976. — José de Magalhães Pinto — Wilson Gonçalves — Benjamin Farah — Marcos Freire — Lenoir Vargas — Ruy Carneiro — Renato Franco.

0200 - Senado Federal

0202 - Fundo do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - FUNDASEN

ANEXO I

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NUMEROS	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
—	1. RECURSOS ORDINÁRIOS			20.520.000,00
	1.1 - Correntes			
	Recursos orçamentários a serem repassados pelo Senado Federal (Lei nº 6.279, de 09/12/75)	16.398.000,00	00	
	1.2 - Capital			
	Recursos orçamentários a serem repassados pelo Senado Federal (Lei nº 6.279, de 09/12/75)	4.122.000,00	00	
---	2. RECURSOS VINCULADOS			5.580.000,00
	Receita operacional a ser repassada pelo Senado Federal (Lei nº 6.279, de 09/12/75)	5.580.000,00	22	
—	3. SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			5.844.043,02
	Saldo positivo do FUNDASEN verificado no fim do exercício de 1975 (art. 483 do Regulamento Administrativo, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, art. 172, § 2º, do Decreto-Lei nº 200/67 e art. 73 da Lei nº 4.320/64)	5.844.043,02	—	
RECEITA TRIBUTÁRIA		RECEITA PATRONAL		RECEITA ATRIBUIÇÃO
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---
---		---		---

0200 - Senado Federal

0202 - Fundo do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - FUNDASEN

ANEXO II

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
0202.01070242.019	Manutenção do Centro de Processamento de Dados e Informações,		26.436.043,02	26.436.043,02
0202.01070241.309	Centro de Processamento de Dados e Informações	5.508.000,00		5.508.000,00
TOTAL		5.508.000,00	26.436.043,02	31.944.043,02

0200 - Senado Federal

NATUREZA DA DESPESA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES .

0202 - Fundo do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - FUNDASEN

ANEXO III

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	CATEGORIA ECONÔMICA E ELEMENTOS
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				25.934.043,02
3.1.0.0	Despesas de Custeio				23.234.043,02
3.1.1.0	Pessoal	5.500.000,00	1.600.000,00	5.036.043,02	12.136.043,02
3.1.1.1	Pessoal Civil				
02	Despesas Variáveis	5.500.000,00	1.600.000,00	5.036.043,02	
3.1.2.0	Material de Consumo	698.000,00			698.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros	7.500.000,00	2.000.000,00		9.500.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais				
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	7.500.000,00	2.000.000,00		
3.1.4.0	Encargos Diversos	300.000,00			300.000,00
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	600.000,00			600.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes				2.700.000,00
3.2.5.0	Contribuição de Previdência Social	1.800.000,00	700.000,00	200.000,00	2.700.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				6.010.000,00
4.1.0.0	Investimentos				6.010.000,00
4.1.1.0	Obras Públicas			608.000,00	608.000,00
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	3.820.000,00	1.280.000,00		5.100.000,00
4.1.4.0	Material Permanente	302.000,00			302.000,00
<div> <div> TOTAL ENCARGOS 14.836.043,02 </div> <div> OUTRAS DESP. CORRENTES 11.098.000,00 </div> <div> TOTAL DESP. CORRENTES 25.934.043,02 </div> <div> INVESTIMENTOS 6.010.000,00 </div> <div> INVERSÕES FINANCEIRAS — </div> <div> TRANSF. DE CAPITAL — </div> <div> TOTAL DESP. DE CAPITAL 6.010.000,00 </div> <div> TOTAL GERAL 31.944.043,02 </div> </div>					

0200 - Senado federal

NATUREZA DA DESPESA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

0202 - Fundo do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - FUNDASEN

ANEXO IV

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	SUBELEMENTO ITEM	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			25.934.043,02
3.1.0.0	Despesas de Custeio			23.234.043,02
3.1.1.0	Pessoal		12.136.043,02	
3.1.1.1	Pessoal Civil			
02	Despesas Variáveis	12.136.043,02		
3.1.2.0	Material de Consumo		698.000,00	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros		9.500.000,00	
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais			
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	9.500.000,00		
3.1.4.0	Encargos Diversos		300.000,00	
3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores		600.000,00	
3.2.0.0	Transferências Correntes			2.700.000,00
3.2.5.0	Contribuição de Previdência Social		2.700.000,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			6.010.000,00
4.1.0.0	Investimentos			6.010.000,00
4.1.1.0	Obras Públicas		608.000,00	
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações		5.100.000,00	
4.1.4.0	Material Permanente		302.000,00	
14.836.043,02	11.098.000,00	25.934.043,02	6.010.000,00	31.944.043,02

0200 - Senado Federal

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

0202 - Fundo do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - FUNDASEN

ANEXO V

R E C E I T A			D E S P E S A		
ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES		27.822.043,02	DESPESAS CORRENTES		25.934.043,02
Receitas Correntes	21.978.000,00		Despesas de Custeio	23.234.043,02	
Saldo do Exercício Anterior	5.844.043,02		Transferências Correntes	2.700.000,00	
			Superavit		1.888.000,00
TOTAL		27.822.043,02	TOTAL		27.822.043,02
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		1.888.000,00	DESPESAS DE CAPITAL		6.010.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		4.122.000,00	Investimentos	6.010.000,00	
TOTAL		6.010.000,00	TOTAL		6.010.000,00

# ATAS DAS COMISSÕES

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1976

Às dez horas do dia doze de maio de mil novecentos e setenta e seis, na Sala Clóvis Beviláqua, sob a presidência do Sr. Senador Accioly Filho, presentes os Srs. Senadores Nelson Carneiro, Helvídio Nunes, Leite Chaves, José Lindoso, Henrique de La Rocque, Otto Lehmann e Heitor Dias, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Srs. Senadores José Sarney, Itálio Coelho, Gustavo Capanema, Eurico Rezende, Dirceu Cardoso e Paulo Brossard.

O Sr. Presidente declara haver número regimental e dá início aos trabalhos da Comissão. Dispensada a leitura da ata da reunião anterior é, em seguida, dada como aprovada.

Passa-se à apreciação dos projetos constantes da pauta: 1) Projeto de Resolução da Comissão de Finanças ao Ofício "S" nº 07/76 do Governador do Estado de Alagoas, solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo no valor de 10 milhões de dólares junto ao Banque Nationale de Paris, objetivando investimentos previstos em projetos rodoviários. Relator: Senador Heitor Dias. Parecer: constitucional e jurídico. Em discussão, falam os Srs. Senadores Leite Chaves e Nelson Carneiro. Em votação, é aprovado o parecer, votando com restrições o Sr. Senador Nelson Carneiro. 2) Mensagem nº 55, de 1976, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jundiá (SP) a elevar o montante de sua dívida consolidada em Cr\$ 228.560.830,00, enviado à apreciação deste Órgão Técnico em face do parecer preliminar da Comissão de Economia. Relator: Senador Otto Lehmann. Parecer: constitucional e jurídica a Resolução do Senado que defira o pleito da Prefeitura Municipal de Jundiá. Em discussão, falam os Srs. Senadores Leite Chaves e Nelson Carneiro. Concedida vista ao Sr. Senador Nelson Carneiro. 3) Projeto de Resolução nº 48/76 — Retifica o enquadramento dos auxiliares de Plenário Classe "D" do Grupo Atividade de Apoio Legislativo. Relator: Senador Henrique de La Rocque. Parecer: constitucional e jurídico. Aprovado. 4) Projeto de Lei da Câmara nº 11/76 — Acrescenta parágrafo ao art. 135 do Código Eleitoral, dispondo sobre Seções eleitorais em propriedades rurais. Relator: Senador José Lindoso. Parecer: constitucional, jurídico e favorável quanto ao mérito. Aprovado. 5) Projeto de Lei do Senado nº 88/76 — Dá nova redação ao § 4º do art. 11 da Lei nº 3.807, de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) amparando a companheira de segurado da Previdência Social. Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: constitucional e jurídico. Favorável quanto ao mérito. Aprovado. 6) Projeto de Lei do Senado nº 57/76 — Dispõe sobre regime especial de férias para os tripulantes de unidades mercantes utilizadas de barra a fora. Relator: Senador Leite Chaves. Parecer: constitucional, jurídico e favorável quanto ao mérito nos termos do substitutivo que apresenta. O projeto foi devolvido pelo Sr. Senador Otto Lehmann, a quem fora concedida vista, com voto em separado, concluindo pela rejeição do projeto e do substitutivo por inconvenientes. Em discussão, falam os Srs. Senadores Leite Chaves, Nelson Carneiro, Helvídio Nunes e Otto Lehmann. Em votação, a Comissão decide rejeitar o projeto quanto ao mérito por ser inconveniente, vencidos o Relator e os Srs. Senadores Nelson Carneiro e Heitor Dias. Designado Relator do vencido o Sr. Senador Otto Lehmann. 7) Projeto de Lei do Senado nº 85/76 — Dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 4.591, de 16-12-1964: (dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias). Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: constitucional e jurídico,

oferecendo a Emenda nº 1-CCJ. Em discussão, falam o Srs. Senadores Leite Chaves, Helvídio Nunes, Otto Lehmann e José Lindoso. Em votação, é aprovado o parecer contra os votos dos Srs. Senadores Helvídio Nunes e Otto Lehmann. 8) Projetos de Lei do Senado nºs 91/74 — Disciplina a exploração do jogo nas estâncias climáticas, hidrominerais, balneárias e cidades de turismo e 276/75 — Disciplina a exploração de jogo em estâncias e dá outras providências. Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: constitucional, jurídico e contrário quanto ao mérito. Em discussão, falam os Srs. Senadores Leite Chaves, Nelson Carneiro, Otto Lehmann e José Lindoso. Em votação, a Comissão decide, por maioria de votos, considerar os projetos injurídicos, votando com restrições o Sr. Senador Nelson Carneiro. 9) Projeto de Lei do Senado nº 148/75 — Dispõe sobre locação, pelas instituições de previdência, de imóveis do tipo popular para segurados com renda inferior a dois salários mínimos. Relator: Senador Leite Chaves. Parecer: ratifica o parecer anterior pela constitucionalidade, juridicidade e favorável quanto ao mérito, oferecendo a Emenda nº 1-CCJ. Em discussão, falam os Srs. Senadores Heitor Dias, Nelson Carneiro e José Lindoso. Em votação, é aprovado o parecer votando com restrições os Srs. Senadores Nelson Carneiro e Helvídio Nunes. 10) Projeto de Lei do Senado nº 273/75 — Institui o Dia Nacional da Bíblia, e dá outras providências — Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura. Relator: Senador Leite Chaves. Concedida vista ao Sr. Senador José Lindoso. 11) Projeto de Lei do Senado nº 80/76 — Acrescenta parágrafo ao art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, renumerando os demais, para fixar em 5 horas a jornada de trabalho do bancário que prestar serviço de caixa, quer seja comissionado ou não. Relator: Senador Otto Lehmann. Parecer: constitucional, jurídico, contrário quanto ao mérito. Em discussão, falam os Srs. Senadores Leite Chaves e Nelson Carneiro. Em votação, é aprovado o parecer contra os votos dos Senadores Leite Chaves e Nelson Carneiro que se declaram vencidos quanto ao mérito da proposição. 12) Projeto de Lei do Senado nº 52/76 — Torna obrigatória a prova de quitação das contribuições ao FGTS para que as empresas pratiquem os atos que especifica. Relator: Senador Henrique de La Rocque. Concedida vista ao Sr. Senador José Lindoso. 13) Projeto de Lei do Senado nº 62/76 — Estabelece novo critério para a distribuição da contribuição sindical, e dá outras providências. Relator: Senador Helvídio Nunes. Concedida vista ao Sr. Senador José Lindoso. 14) Projeto de Lei do Senado nº 75/76 — Altera a redação do § 3º do art. 5º da Lei Orgânica da Previdência Social. Relator: Senador Henrique de La Rocque. Parecer: inconstitucional. Aprovado. 15) Projeto de Lei do Senado nº 94/76 — Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente aos vogais das Juntas. Relator: Senador Otto Lehmann. Parecer: audiência do Tribunal Superior do Trabalho. Aprovado.

O Sr. Senador Helvídio Nunes apresenta seu parecer do vencido ao Projeto de Lei do Senado nº 224/75 — Dispõe sobre fixação dos limites de prazos e juros nas vendas a crédito e dá outras providências, concluindo pela rejeição quanto ao mérito por inconveniente. Votam vencidos os Srs. Senadores Nelson Carneiro e Leite Chaves.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Assistente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

### 6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1976

Às onze horas do dia treze de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, sob a Presidência do Senhor Senador Alexandre Costa,



Presidente, e a presença dos Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Paulo Guerra, Roberto Saturnino e Lázaro Barboza, na Sala "Rui Barbosa", reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, José Esteves, Evandro Carreira e Evelásio Vieira.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres:

— Pelo Senhor Senador Luiz Cavalcante:

Parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 192, de 1974, que altera o Plano Nacional de Viação (Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973); e

Parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1975, que altera a Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais, e dá outras providências.

— Pelo Senhor Senador Roberto Saturnino:

Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1976, que revoga dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).

— Pelo Senhor Senador Paulo Guerra:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1976, que torna obrigatória a utilização do "Relatório Padrão de Acidentes de Trânsito", a ser preenchido após cada ocorrência de trânsito, e determina outras providências.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 39, de 1976 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.459, de 19 de abril de 1976, que "reajusta os vencimentos e proventos dos Servidores da Secretaria do Tribunal Eleitoral, e dá outras providências".

### 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1976

Às dezessete horas do dia doze de maio do ano de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório "Milton Campos", presentes os Senhores Senadores Renato Franco, Helvídio Nunes, Heitor Dias, Ruy Santos, Otto Lehmann, Mattos Leão, Jarbas Passarinho e Leite Chaves e os Senhores Deputados Ricardo Fiúza, Newton Barreira, Rezende Monteiro, José Thomé e Genervino Fonseca, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 39, de 1976 (CN), que "reajusta os vencimentos e proventos dos Servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Arnon de Mello, Paulo Brossard e Dirceu Cardoso e os Senhores Deputados Amaral Furlan, Januário Feitosa, Navarro Vieira, Jarbas Vasconcelos, Francisco Studart e Sebastião Rodrigues.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, e, em seguida, é dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Senador Leite Chaves, Presidente da Comissão, comunica através de ofício recebido da Liderança da ARENA no Senado Federal, indicando as substituições dos Senhores Senadores Altevir Leal e Otair Becker, pelos Senhores Senadores Renato Franco e Jarbas Passarinho, e, em seguida concede a palavra ao Relator da Matéria, Deputado Newton Barreira, que emite parecer favorável à Mensagem nº 39, de 1976 (CN), na forma do Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## MESA

**Presidente:**  
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

**1º-Vice-Presidente:**  
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

**2º-Vice-Presidente:**  
Benjamin Farah (MDB—RJ)

**1º-Secretário:**  
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

**2º-Secretário:**  
Marcos Freire (MDB—PE)

**3º-Secretário:**  
Lourival Baptista (ARENA—SE)

**4º-Secretário:**  
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

**Suplentes de Secretários:**  
Ruy Carneiro (MDB—PB)  
Renato Franco (ARENA—PA)  
Alexandre Costa (ARENA—MA)  
Mendes Canale (ARENA—MT)

## LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

**Líder**  
Petrônio Portella  
**Vice-Líderes**  
Eurico Rezende  
Jarbas Passarinho  
José Lindoso  
Mattos Leão  
Osires Teixeira  
Ruy Santos  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

## LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

**Líder**  
Franco Montoro  
**Vice-Líderes**  
Mauro Benevides  
Roberto Saturnino  
Itamar Franco  
Evandro Carreira

## COMISSÕES

**Diretor:** José Soares de Oliveira Filho  
**Local:** Anexo II — Térreo  
**Telefones:** 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

### A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

**Chefe:** Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
**Local:** Anexo II — Térreo  
**Telefone:** 24-8105 — Ramais 301 e 313

### COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Orestes Quêrcia  
**Vice-Presidente:** Benedito Ferreira

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Vasconcelos Torres	1. Altevir Leal
2. Paulo Guerra	2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira	3. Renato Franco
4. Itálvio Coelho	
5. Mendes Canale	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Orestes Quêrcia	2. Amaral Peixoto

**Assistente:** Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706  
**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10:30 horas.  
**Local:** Sala Epitácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

### COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Cattete Pinheiro  
**Vice-Presidente:** Agenor Maria

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Cattete Pinheiro	1. Saldanha Derzi
2. José Guimard	2. José Sarney
3. Teotônio Vilela	3. Benedito Ferreira
4. Renato Franco	
5. José Esteves	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira	2. Gilvan Rocha

**Assistente:** Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.  
**Reuniões:** Terças-feiras, às 10:00 horas.  
**Local:** Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Accioly Filho  
**1º-Vice-Presidente:** Gustavo Capanema  
**2º-Vice-Presidente:** Paulo Brossard

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. José Sarney	2. Otto Lehmann
3. José Lindoso	3. Petrônio Portella
4. Helvídio Nunes	4. Renato Franco
5. Itálvio Coelho	5. Osires Teixeira
6. Eurico Rezende	
7. Gustavo Capanema	
8. Heitor Dias	
9. Henrique de La Rocque	
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Mauro Benevides
3. Nelson Carneiro	
4. Paulo Brossard	

**Assistente:** Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.  
**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10:00 horas  
**Local:** Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

**MDB**

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricio
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Torso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Torso Dutra
2. Gustavo Copanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

- Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

**MDB**

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Torso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

**MDB**

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Maura Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

**Titulares**

**Suplentes**

**ARENA**

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

1. Virgílio Távora
2. Eurica Rezende
3. Accioly Filho

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

**Titulares**

**Suplentes**

**ARENA**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

**MDB**

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epidácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares**

**Suplentes**

**ARENA**

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

**MDB**

1. Danton Jobim
2. Orestes Quéricia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger

1º-Vice-Presidente: Luiz Viana

2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

**Titulares**

**Suplentes**

**ARENA**

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

**MDB**

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipertt — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Rams 621 e 716.

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

**Titulares**

**Suplentes**

**ARENA**

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

**MDB**

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Correia
2. Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epidácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**Titulares**

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

**ARENA****Suplentes**

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

**MDB**

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lázaro Barboza  
Vice-Presidente: Otto Lehmann

**Titulares**

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

**ARENA****Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

**MDB**

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala Eptácia Pessoa — Anexo II — Ramal 615

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Alexandre Costa  
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

**Titulares**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paula Guerra

**ARENA****Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

**MDB**

1. Evandro Carreira
2. Eveláscio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cláudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**  
**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal

598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

**SENADO FEDERAL****SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL****PARA O ANO DE 1976**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE		C.E.C	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:00	C.S.P.C.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	SONIA
	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL	10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINÍCIUS
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
	O.A.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MARCUS VINÍCIUS		C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
11:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM	11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA
11:30	C.S.N.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CLÁUDIO COSTA

# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## **QUADRO COMPARATIVO**

**2ª Edição Revista e Atualizada — 1975**

**VOLUME COM 288 PÁGINAS — PREÇO: Cr\$ 30,00  
CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:**

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, e nº 5, de 28 de junho de 1975.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas  
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal

### **À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**